

DM

**O Contributo de Alexandre da Cunha Teles (1891-1936)
para a Sociedade Madeirense dos Inícios do Século XX**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Orlando Freitas Ornelas

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

outubro | 2022

**O Contributo de Alexandre da Cunha Teles (1891-1936)
para a Sociedade Madeirense dos Inícios do Século XX**

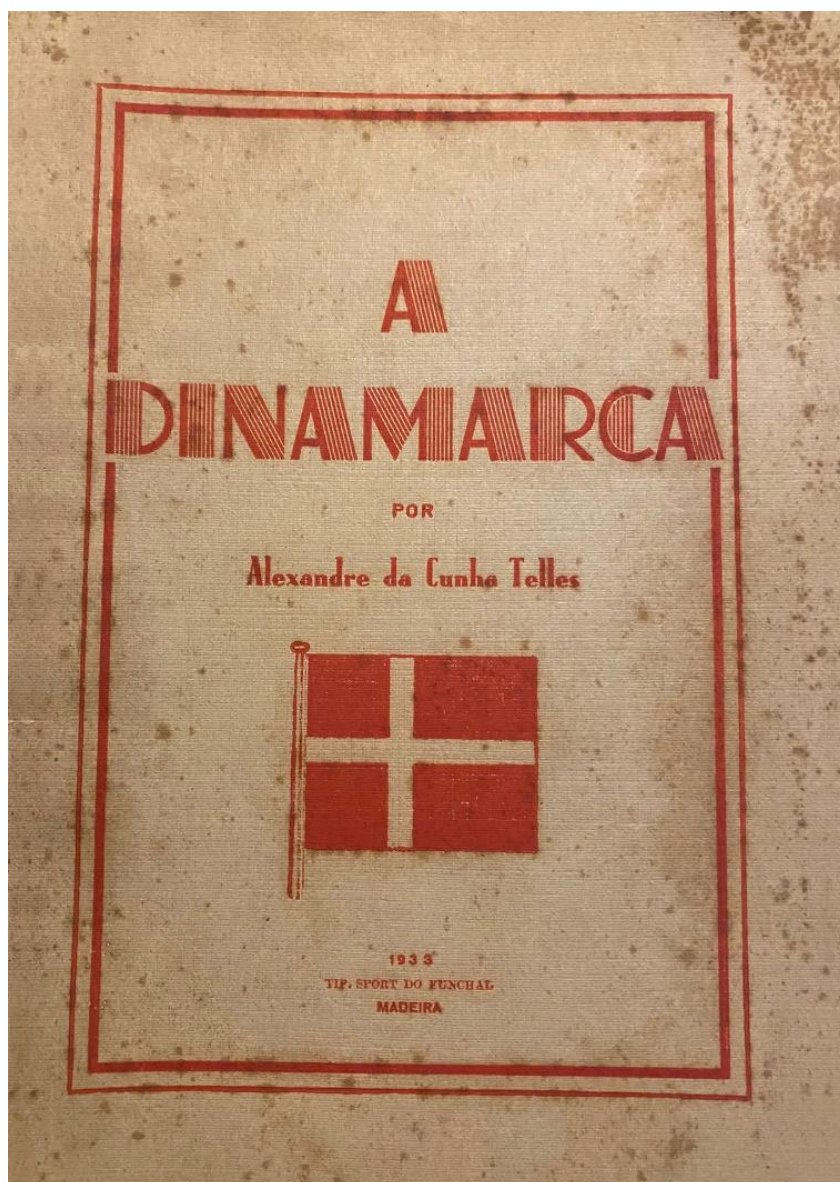
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Orlando Freitas Ornelas

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTAÇÃO

Rui Alexandre Carita Silvestre



Fotografia 1. *A Dinamarca*, Alexandre da Cunha Telles, Funchal, 1933
(Fonte: Coleção do autor da monografia).

*Portugal é uma grande nação, não somente pela sua civilização, pela sua
Historia, mas ainda pela beleza das suas flores, da sua paisagem e pelo seu
clima, sendo uma das suas melhores joias a nossa Madeira.*

Alexandre da Cunha Teles

AGRADECIMENTOS

Esta jornada culmina assim com a conclusão desta dissertação, que apesar de ter na sua essência um caráter individual, teve a contribuição e colaboração ao longo deste estudo a quem quero deixar algumas palavras, com o meu mais profundo e sincero reconhecimento.

Em primeiro lugar um enorme agradecimento ao meu orientador professor doutor Rui Alexandre Carita Silvestre por ter aceite orientar esta dissertação de mestrado. Obrigado pelas orientações e palavras de incentivo, pela disponibilidade, auxílio, sugestões, críticas e paciência.

Um agradecimento especial à Ester Caldeira, que ao longo deste processo sempre foi o meu grande e verdadeiro apoio. Acreditou deste o primeiro momento na conclusão deste objetivo, com um apoio constante, companhia em horas infindáveis de trabalho e pesquisa incessante, com palavras de incentivo em ocasiões de hesitação e a lucidez em momentos de incerteza.

Agradecimento especial a minha família, aos meus pais e irmão pelo apoio incondicional.

Ao Carlos Barradas pelas suas sábias indicações, momentos de reflexão e material facultado.

Ao Sr. Rui Teles Dantas pela amabilidade, simpatia, disponibilidade e colaboração com informação relevante para o preenchimento de lacunas existentes, mas acima de tudo na prospeção familiar.

Ao Sr. Manuel Rui Nunes Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa por dispensar o material da instituição e o próprio espaço para investigação, bem como a simpatia, amabilidade e disponibilidade do próprio e da Sra. Cecília Alves.

Aos meus colegas de mestrado Pedro Teixeira e Carlos Nóbrega pela companhia nas inúmeras tardes a trocar ideias e apoio.

Agradecimento aos funcionários da Biblioteca e Arquivo Regional da Madeira e Biblioteca Municipal do Funchal pela amabilidade e esclarecimento de algumas dúvidas.

Agradecimento a todas as pessoas que ajudaram ao longo desta dissertação de forma direta ou indireta e que contribuíram para a realização deste trabalho.

Um grande, saudosos e sinceros agradecimentos a todos vós!

Resumo

A presente dissertação de mestrado com o título “O Contributo de Alexandre da Cunha Teles (1891-1936) para a Sociedade Madeirense dos Inícios do Século XX” procura em linhas gerais apresentar o percurso de vida, ideológico, político e social do biografado em estudo na sociedade madeirense da época. O cerne deste trabalho de investigação pretende identificar o seu contributo por intermédio das medidas e intervenções apresentadas e introduzidas nas instituições a que presidiu, como o Asilo de Mendicidade e Órfãos, Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e onde esteve como vogal, como a Junta Geral do Distrito do Funchal. O estudo encerra com as considerações e homenagens na sua despedida, o reconhecimento do trabalho desenvolvido e a sua memória. A investigação teve como principais fontes os acervos documentais e jornalísticos disponíveis na Biblioteca e Arquivo Regional da Madeira, Biblioteca Municipal do Funchal e livros de atas da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal.

Palavras-chave: Alexandre da Cunha Teles; Assistência Pública; Cultura; História; Ilha da Madeira; Sociedade.

Abstract

The present master's thesis entitled "O Contributo de Alexandre da Cunha Teles (1891-1936) for the Madeira Society of the Beginnings of the 20th Century" seeks in general lines to present the life, ideological, political and social path of the biographer under study in Madeira society at the time. The core of this research work aims to identify his contribution through the measures and interventions presented and introduced in the institutions he presided over, such as the Asilo de Mendicidade e Órfãos, Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, Delegation of the Portuguese Red Cross where he was a member, and a vowel on the General Board of the District of Funchal. The study ends with the considerations and tributes in his farewell, the recognition of the work developed and his memory. The investigation had as main sources the documentary and journalistic collections available in the Madeira Regional Library and Archive, Funchal Municipal Library and minutes books of the Portuguese Red Cross of Funchal.

Keywords: Alexandre da Cunha Teles; Culture; History; Public Assistance; Madeira Island; Society;

ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS

- A.E.F.L.** – António Egídio Fernandes Loja;
- ABM** – Arquivo Regional da Madeira;
- ACT** – Alexandre Cunha Teles;
- AINSC** – Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição;
- AMBAM** – Academia de Música e Belas Artes da Madeira;
- AMOF** – Asilo Mendicidade e Órfãos do Funchal;
- ANT** – Assistência Nacional aos Tuberculosos;
- ASMF** – Associação de Socorros Mútuos “O Futuro”;
- CA** – Comissão Administrativa;
- Cap.** – Capilha;
- CAPSU** – Comissão Administrativa do Posto de Socorros Urgentes;
- CEHA** – Centro de Estudos de História do Atlântico;
- CM** – Correio da Madeira;
- CMF** – Câmara Municipal do Funchal;
- Coord./ Coords** – Coordenador/Coordenadores
- CRCFUN** – Conservatória do Registo Civil do Funchal;
- CVP** – Cruz Vermelha Portuguesa;
- Cx.** – Caixa;
- Dir.** – Direção;
- DM** – Diário da Madeira;
- DN** – Diário de Notícias;
- Doc.** – Documento;
- DP** – Diário Popular;
- Dr.** – Doutor;
- DRABM** - Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira;
- DRAC** – Direção Regional dos Assuntos Culturais;
- DRMOE** – Delegação da Madeira da Ordem dos Economistas;
- DSPCVF** – Delegação Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha no Funchal;
- Ed.** – Edição;
- Fl./Fls.** – Fólio/Folios;
- G.D.E.** – Grupo Desportivo Estreito;
- GCFUN** – Governo Civil do Funchal;

Ibidem – Mesmo autor e obra;

JCN - Jacinto da Conceição Nunes;

JGDAFUN – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal;

JGF – Junta Geral do Funchal;

JM – Jornal da Madeira;

L.º/L.ºs – Livro/Livros;

LMR – Luís Marino;

LPC – Luís Peter Clode;

N.º/n.ºs – Número/números;

NJT – Norberto Jayme Teles;

Op. Cit – Obra Citada;

Org. – Organização;

p./pp. – Página/Páginas;

PFUN – Paróquias Funchal;

RP – Registos Paroquiais;

s. d. – Sem Data;

s. l. – Sem Local;

s. n. – Sem Número;

s. p. – Sem Página;

SCM – Sociedade Concertos da Madeira;

Séc. – Século;

SPADF – Sociedade Protetora dos Animais Domésticos do Funchal;

SRE – Secretária Regional da Educação;

SRTC – Secretária Regional de Turismo e Cultura;

Tip./Typ. – Tipografia;

TSF – Telefonia Sem Fios;

v.º – Verso;

VCT – Vera da Cunha Teles;

Vide – Verificar em.;

Vol./Vols – Volume/Volumes;

VPC – Visconde do Porto da Cruz;

ÍNDICE

ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS	5
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – A MADEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX	12
1.1. O quadro geral de Portugal entre os séculos XIX e XX	12
1.2 Economia e sociedade na Madeira dos séculos XIX e XX.....	16
1.3 A Madeira entre a 1ª República e o Estado Novo.....	21
1.4 Assistência e Saúde Pública	30
CAPÍTULO II – ALEXANDRE DA CUNHA TELES: O HOMEM.....	41
2.1 O quadro familiar inicial	41
2.2 O início da carreira profissional	46
2.3 O V Centenário da Descoberta da Madeira e o problema da Autonomia.....	54
2.4 A ampliação da família de Cunha Teles	59
2.5 A passagem pela Junta Geral do Distrito do Funchal (1926-1927).....	63
2.6 A Revolta da Madeira e o governador civil do Funchal Dr. Caldeira Coelho	73
CAPÍTULO III – AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA	81
3.1. Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (AMOF)	81
3.1.1 Funções e principais problemas do Asilo	83
3.1.2 Melhoramentos introduzidos e propriedades adquiridas	84
3.1.3 Normas de condutas internas.....	86
3.1.4 Eventos para recolha de fundos.....	88
3.1.5 A relação com a Comunicação Social	92
3.1.6 A salvaguarda das crianças.....	94
3.2. Cruz Vermelha Portuguesa Delegação do Funchal (1914-1936).....	96
3.2.1 Funções 1914-1936	97
3.2.2 O Hospital de Sangue da Cruz Vermelha Portuguesa	100
3.2.3 A Comissão Administrativa do Posto de Socorros Urgentes	103
3.3. Sociedade Protetora dos Animais Domésticos (SPAD) (1915-1936).....	103
3.3.1. Comissão Administrativa da SPAD (1915-1936).....	104
3.4 A Tuberculose e a Associação Nacional dos Tuberculosos (ANT).....	108
CAPÍTULO IV – A MEMÓRIA DE UM MULTIFACETADO	111
4.1 O legado	111
4.1.1 Uma breve abordagem à obra <i>Dinamarca</i>	111
4.1.2 Condecorações e Homenagens	114
4.1.3 Os Descendentes.....	116
4.2 A despedida	120
CONCLUSÃO.....	123
BIBLIOGRAFIA.....	126
APÊNDICES	143
I - GENEALOGIA DA FAMÍLIA CUNHA TELES (PAÍS-FILHOS DE ACT)	144

II - ÁRVORE GENEALÓGICA DE ALEXANDRE DA CUNHA TELES	145
III - CRONOLOGIA	146
IV - RECOLHA DE ACT	149
ANEXOS	153
ANEXO I – DOCUMENTOS BIOGRÁFICOS.....	154
ANEXO II – DOCUMENTOS DA FAMÍLIA	170
ANEXO III – DOCUMENTOS INSTITUIÇÕES	180
ANEXO IV – FOTOGRAFIAS	191
ANEXO V – ILUSTRAÇÕES	201

ÍNDICE DOCUMENTOS BIOGRÁFICOS

Documento Biográfico 1. Registo de Batismo de Alexandre da Cunha Teles	154
Documento Biográfico 2. Certificado de batismo da Sé Catedral de Alexandre da Cunha Teles	155
Documento Biográfico 3. Certificado de batismo da Sé Catedral de Alexandre da Cunha Teles	156
Documento Biográfico 4. Distinção de Alexandre da Cunha Teles em Direito Comercial.....	157
Documento Biográfico 5. Dispensa do serviço militar de Alexandre da Cunha Teles	158
Documento Biográfico 6. Licença do comando militar para viajar	159
Documento Biográfico 7. ACT na Comissão de Baile nas Comemorações V Centenário do Descobrimento da Madeira.....	160
Documento Biográfico 8. Pedido de Passaporte.....	161
Documento Biográfico 9. Pedido de passaporte.....	162
Documento Biográfico 10. Documento para Passaporte	163
Documento Biográfico 11. Documento para Passaporte	164
Documento Biográfico 12. Documento para passaporte	165
Documento Biográfico 13. Dedicatória a Alfredo Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz) no exemplar <i>A Dinamarca</i>	166
Documento Biográfico 14. Dedicatória ao Dr. Nuno Porto no exemplar <i>A Dinamarca</i>	167
Documento Biográfico 15. Nota Bibliográfico de Luís Marino sobre ACT	168
Documento Biográfico 16. Nota Bibliográfico de Luís Marino sobre ACT	169

ÍNDICE DOCUMENTOS DA FAMÍLIA

Documentos Família 1. Nota Bibliográfico de Luís Marino sobre NJT	170
Documentos Família 2. Registo Casamento de Norberto Jaime Teles e Margarida de Matos Cunha.....	171
Documentos Família 3. Norberto Jaime Teles Presidente da Cooperativa Militar Caçadores nº 12	172
Documentos Família 4. Registo de batismo de Ana (Irmã mais velha de ACT)	173
Documentos Família 5. Registo de batismo de Julia (irmã de ACT)	174
Documentos Família 6. Registo de batismo de Julio (irmão de ACT)	175
Documentos Família 7. Pedido de Passaporte VCT.....	176
Documentos Família 8. Registo de Casamento de Marta Teles e Tarquino Hall	177
Documentos Família 9. Registo de Casamento de Marta Teles e Tarquino Hall	178
Documentos Família 10. Nota Bibliográfico de Luís Marino sobre António Cunha Teles.....	179

ÍNDICE DOCUMENTOS INSTITUIÇÕES

Documentos Instituições 1. Nomeação de ACT para o cargo de Vogal do AMOF	180
Documentos Instituições 2. ACT sócio protetor da Banda Municipal do Funchal.....	181
Documentos Instituições 3. Telegrama do Governador Civil dirigindo palavras de apreço a ACT	182
Documentos Instituições 4. Telegrama de Blandy Brothers para ACT em resposta ao pedido de redução preços do pão.....	183
Documentos Instituições 5. Telegrama da companhia Passos Manuel a ACT em resposta ao pedido de	

verbas para o AMOF	184
Documentos Instituições 6. Disputa de Futebol com o trofeu a reverter em favor do AMOF	185
Documentos Instituições 7. Telegrama da Família Leacock para ACT	186
Documentos Instituições 8. Telegrama da Família Mogabgab	186
Documentos Instituições 9. Telegrama da Empresa Leonel G. Luis, Lda para ACT	187
Documentos Instituições 10. Panfleto de <i>Charity Concert</i> (concerto de caridade) em benefício do AMOF	188
Documentos Instituições 11. Panfleto <i>Charity Dance</i> (Baile de Caridade) em benefício do AMOF	189
Documentos Instituições 12. Panfleto de “ <i>Garden Fete</i> ” (Festa de Jardim) em beneficio do AMOF	190

ÍNDICE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. <i>A Dinamarca</i> , Alexandre da Cunha Telles, Funchal, 1933	1
Fotografia 2. Alexandre da Cunha Teles e a família, Funchal, 1908 (c.)	191
Fotografia 3. Alexandre da Cunha Teles, 1912 (c.)	192
Fotografia 4. Admitidos do antigo Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal em 1905	193
Fotografia 5. The 95 Orfhans of the Asilo de Mendicidade Madeira.	193
Fotografia 6. Norberto Jaime Teles (1852-1936)	193
Fotografia 7. Figura em Bronze do Dr. Alexandre da Cunha Teles	194
Fotografia 8. Pintura de Marta Teles	195
Fotografia 9. Pintura de Marta Teles de sua mãe a cantar	195
Fotografia 10. Pintura de Marta Teles	195
Fotografia 11. Pintura de Marta Teles	195
Fotografia 12 Primeiro Corpo Docente da Academia de Música da Madeira com Vera Cohen Cunha Teles	196
Fotografia 13 Docentes e alunos da Academia de Música da Madeira com Vera Cohen Cunha Teles ...	196
Fotografia 14. Dr. António de Oliveira Salazar e Dr. Mário de Figueiredo com um grupo de advogados no <i>Monte Palace Hotel</i>	197
Fotografia 15. Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohen da Cunha Teles e os filhos	198
Fotografia 16. Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohen da Cunha Teles e os filhos	198
Fotografia 17. Alexandre da Cunha Teles	199
Fotografia 18. Cortejo Fúnebre de Alexandre da Cunha Teles	200

ÍNDICE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 7, 20-02-1930, p. 1	201
Ilustração 2. <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 39, 24-01-1931, p. 8	202
Ilustração 3. “Entre a espada e a parede...”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 45, 26-03-1931, p. 1	203
Ilustração 4. “Haja Saúde”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 48, 15-05-1931, p. 8	204
Ilustração 5. “Os Vanguardistas”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 68, 01-12-1931, p. 1	205
Ilustração 6. “Dando os peitos...”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 120, 14-06-1933, p. 1	206
Ilustração 7. “Os que se divertem...”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 143, 22-02-1034, p. 8	207
Ilustração 8. “O mundo é dos ratazanas...”, <i>Re-nhau-nhau</i> , nº 158, 24-07-1934, p. 8	208

INTRODUÇÃO

Esta monografia surge de um trabalho realizado sobre Alexandre da Cunha Teles na disciplina de “Práticas em Estudos de Cultura” pertencente a licenciatura em Estudos de Cultura da Universidade da Madeira. Constatada a falta de um estudo aprofundado sobre a sua vida e obra, que consideramos determinante para a sua época, assumimos a elaboração de um trabalho desenvolvido que pudesse evidenciar e expor as intervenções e ideias que desenvolveu.

Alexandre da Cunha Teles foi uma figura relevante e incontornável na ilha da Madeira nos inícios do século XX, destacando-se pelo trabalho desenvolvido na intenção de colmatar problemáticas da época, com destaque para a mendicidade, a tuberculose e o desenvolvimento local, bem como as suas relações no contexto nacional e internacional. Algumas das questões abordadas nesta investigação remetem para as suas origens, as suas intervenções e o seu ciclo de relações. Deste modo, foi imprescindível a abordagem de toda a conjuntura social, política e económica que condicionou este período.

Alexandre da Cunha Teles provém de uma linhagem de homens de certa forma influentes na ilha da Madeira e, depois os seus descendentes, já com recorte nacional e internacional, permitindo reconstruir uma história genealógica, que entendemos relevante para a construção deste trabalho. A história deve ser analisada de forma contínua, bem como as ações e decisões do indivíduo que, enquanto membro ativo da sociedade, permitem determinar a sua posição perante as ocorrências sociais e os fatores inerentes. O período em estudo, a abertura do século XX, foi marcado por uma conjuntura complexa, com mudanças no âmbito político, social e económico que contribuíram para a remodelação e alteração dos valores culturais e sociais vigentes, criando uma outra realidade e, inclusivamente, novos campos de interpretação de determinados conceitos, como foi o caso da Assistência.

A ilha da Madeira condicionada pela sua condição geográfica, sofreu de forma mais sensível com todos os ajustes do período em estudo, como a mudança de Regime, a I Grande Guerra, o aparecimento das Ditaduras, a Grande Depressão e as consequentes revoltas locais, consequências do agravamento do défice da balança comercial, da crise económica e da instabilidade política.

O período em abordagem, entre os anos de 1891 e 1936, corresponde ao nascimento e falecimento do respetivo biografado. A pesquisa realizada, em primeira

instância, começou pela documentação disponível no Arquivo e Biblioteca Regional da Madeira, mais concretamente, atas das instituições Junta Geral do Distrito do Funchal e Asilo de Mendicidade e Órfãos (atual Nossa Senhora da Conceição do Funchal), Governo Civil, Registos Paroquiais e diversas revistas e jornais locais. Foi também utilizada a documentação facultada pela Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal, como os livros de atas e outra documentação. Procedemos, depois ao cruzamento de fontes, colmatando algumas lacunas das informações recolhidas. Tivemos ainda conversas com o Sr. Rui Teles, que permitiram verificar, ou não, algumas informações tendo sido um contributo indispensável para a presente dissertação.

O cerne desta dissertação consiste, assim, na tentativa de estudar de forma crítica o trabalho desenvolvido pelo Dr. Alexandre da Cunha Teles na Sociedade Madeirense dos inícios do século XX, através do seu ciclo de relações sociais, da sua perspetiva política, os cargos exercidos em instituições beneméritas, as propostas e decisões tomadas, tal como o seu papel enquanto emissário em contactos internacionais. Com base nos objetivos propostos pretendemos, essencialmente, contribuir para a preservação do legado e memória de Alexandre da Cunha Teles.

A estrutura da dissertação está articulada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, contextualizamos a época com o quadro geral de Portugal na transição do século XIX até meados do 2º quartel do século XX. Após um enquadramento histórico, procuramos em linhas gerais, retratar a Madeira durante este mesmo período e a forma como foi influenciada seguindo as diretrizes de Portugal continental durante os períodos da Monarquia, República e Estado Novo. Este capítulo termina com uma breve caracterização e conceitos sobre a assistência e saúde pública na Madeira e as mudanças de forma ocorridas nesta temática até ao período em estudo.

O segundo capítulo, contempla os primeiros passos com as origens da família Cunha Teles, o alicerce familiar, o percurso escolar e o início da sua carreira profissional e da criação inicial do seu ciclo de relações, com base nas amizades algumas provenientes dos tempos do Liceu do Funchal e de estudante em Coimbra. É também abordado a ideologia política, os moldes em que se regeu perante alguns temas, como a questão autonómica e a sua passagem pela Junta Geral do Distrito do Funchal realçando a sua posição, perspetiva e conseqüente propostas sobre temáticas como os serviços judiciais, os serviços de saúde, os lacticínios, as estradas e a proteção dos

produtos da Madeira, como o vinho, com o propósito do desenvolvimento da Ilha e do bem-estar dos seus conterrâneos. Este capítulo termina com a sua ação, posição, alinhamento político e trabalho durante a década de trinta, perante alguns acontecimentos da época como a Grande Depressão, Revolta da Madeira e mandato do governador Caldeira Coelho.

O terceiro capítulo incide sobre as funções, o seu percurso, as propostas e o trabalho desenvolvido nas várias instituições de benemerência, como o Asilo de Mendicidade e Órfãos, onde o seu principal foco foi a salvaguarda do futuro das crianças e dos desfavorecidos, da Delegação do Funchal da Cruz Vermelha Portuguesa, com o auxílio em ocasiões de necessidade local e a prestação de serviços de socorro, da Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, pela salvaguarda dos animais e da Assistência Nacional aos Tuberculosos, para fazer colmatar um problema de saúde então relevante, a tuberculose.

O quarto e último capítulo, aborda o legado construído por Alexandre da Cunha Teles, com uma breve abordagem à sua obra “A Dinamarca”, a sentida despedida e a homenagem do homem que lutou pelos interesses sociais e locais da sua terra de forma incansável.

CAPÍTULO I – A MADEIRA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

1.1. O quadro geral de Portugal entre os séculos XIX e XX

Alexandre da Cunha Teles nasceu num período de transição do século XIX para o XX marcado por profundas alterações de carácter económico, político e social. A sua vida é assim um reflexo do contexto da sua época, como em todos os homens. Tal como se refere nas palavras de Maria Bonifácio,

Mas precisamente porque o mundo humano é largamente imprevisível pelos sujeitos que o animam, e porque as acções destes se apresentam como um encadeamento que, como tal, se revela estranho às determinações intencionais de grupos e indivíduos, torna-se tentador apreender a história humana como um processo objectivo, desprovido de sujeito preciso e movido por forças sem rosto, sejam elas as do acaso, da fortuna, destino ou providencia, ou as da demografia, das mentalidades, da economia ou geografia¹.

Um ano antes do seu nascimento tinha-se dado o Ultimato Inglês, que abalou a

¹ BONIFÁCIO, Maria (1999), *A apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*, p. 89.

coroa e a sociedade portuguesas, na perspetiva de muitos, especialmente devido à humilhação provocada ao país, para mais da parte do mais antigo aliado de Portugal, aspeto propagado, sobretudo, pelos quadrantes republicanos. Assim, encorajados por essa oportunidade, os republicanos revoltaram-se no Porto, em 1891, vindo o Estado, ainda, a declarar a bancarrota em 1892. O reinado de D. Carlos (1863-1908) via-se envolto num dos considerados piores momentos da história do país.

Ao longo da 2.^a metade do século o processo eleitoral monárquico alternara-se, penosamente, entre dois partidos, os regeneradores e os progressistas, naquilo que ficou conhecido como “rotativismo”. Tinham surgido, entretanto, novas formas de pensamento político na Europa, associadas às várias correntes políticas desenvolvidas depois da Revolução Francesa, como as ideias republicanas, que levaram a criação do Partido Republicano Português (PRP), em 1876, numa maturação que já vinha dos anos anteriores e com a intenção de ser uma terceira opção, que ganharia progressiva força nas eleições seguintes².

Segundo Alberto Vieira (1956-2019), no entanto, “o republicanismo foi, essencialmente, um fenómeno urbano e das classes médias”³, difundido através de ações de campanha e, especialmente, pela imprensa. Desta situação resultou, na transição do século XIX para o XX, na alteração da orientação ideológica daquele partido e, acrescente-se, dos restantes, que vão apostar especialmente na imprensa, que prolifera assim de forma quase exponencial, o que se refletiu em mudanças significativas não só para o espaço continental, como também para as regiões insulares.

A 10 de novembro de 1881, o falecimento do deputado madeirense, conselheiro Luís de Freitas Branco (1819-1881)⁴, deixou um lugar vago na representação do Funchal nas Cortes de Lisboa, que viria a ser preenchido por um deputado republicano, o

² FERREIRA, Pedro M. P. (1987) “As eleições de 1887: Um teste aos republicanos da Madeira”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº 12, pp. 295-302.

³ VIEIRA, Alberto (2001a), *História da Madeira*, p. 287.

⁴ Natural do Funchal, onde nasceu a 19 ago. 1819, era filho de Manuel de Freitas Branco e de D. Maria Jacinta Rosa, era sobrinho do célebre padre escritor João Manuel de Freitas Branco (1773-1831), que fora obrigado pelas suas ideias liberais a exilar-se no Brasil. Frequentou o Liceu do Funchal, de onde passou à Universidade de Coimbra, licenciando-se em Direito e exerceu advocacia no Funchal entre 1852 e 1858. Eleito deputado, veio a ser membro da comissão eclesiástica e a integrar os quadros do ministério dos Negócios Eclesiásticos em Lisboa. Foi sucessivamente eleito pelo círculo de Santa Cruz, da Madeira e pelo de Monção e Valença no Continente.

segundo eleito em Portugal, o Dr. Manuel de Arriaga (1840-1917)⁵. Segundo o *Elucidário Madeirense*, o Dr. Manuel de Arriaga assumiu um papel de relevo em representação do Arquipélago na sessão legislativa de 1882 a 1884, tendo sido um dos deputados que advogou pelos interesses dos seus constituintes no seio da representação nacional, com maior dedicação e notável brilho, proferindo discursos que ficaram célebres nos registos da eloquência parlamentar⁶. A eleição do deputado republicano do partido da oposição do regime monárquico, Manuel de Arriaga, impulsionou a fundação do Partido Republicano na Madeira⁷.

Procurando encontrar apoios numa sociedade cada vez mais fragmentada, D. Carlos I tenta, através de uma visita régia aos arquipélagos insulares, encontrar aí os apoios que lhe falhavam no continente. Foi a primeira e única visita de um soberano português à Madeira, tendo o rei D. Carlos, acompanhado pela rainha D. Amélia (1865-1951), sido recebido no cais do Funchal a 22 de junho de 1901 com toda a pompa e circunstância. O evento tornou-se verdadeiramente histórico, com toda a população da Madeira a fazer romarias para ver os reis⁸. Os três dias de visita foram preenchidos por festas, manifestações e cortejos em honra dos monarcas, como é constatado nos periódicos nacionais e locais⁹. A 25 de junho de 1901, D. Carlos e D. Amélia prosseguem viagem para os Açores¹⁰.

Dois meses depois da Visita Régia, foi alargada a autonomia administrativa dos distritos, que já havia sido estabelecida para os Açores, incluindo, assim, o Distrito Autónomo do Funchal¹¹. As Juntas Gerais de Província tinham sido criadas pelo decreto de 16 de maio de 1832, mas que não chegaram a ser montadas na Madeira e, mesmo com a reformulação de 16 de julho de 1935¹², com o propósito de descentralizar a administração do Reino, apenas em junho de 1837, a Junta Geral do Distrito do Funchal

⁵ De seu nome completo, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, nasceu na cidade da Horta, ilha do Faial, nos Açores, tendo sido advogado, professor, escritor e político, tal como uma importante figura do Partido Republicano Português com um papel relevante na política, tendo sido o primeiro presidente da República Portuguesa.

⁶ SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978a), *Elucidário Madeirense*, Vol. I, pp. 172-173.

⁷ CARITA, Rui (2019), *História da Madeira Séc. XIX: O Caminho do Liberalismo*, p. 189.

⁸ “Assumptos Geraes: Viagem Regia”, *Diário de Notícias*, nº 7282, 21-06-1901, p. 1.

⁹ “Recepção de Suas Magestades”, *DN*, nº 7281, 20-06-1901, p. 2.

¹⁰ CARITA, Rui (2020), *História da Madeira Séc. XX: O Caminho para a Autonomia*, p. 28.

¹¹ GUERRA, Jorge (2010), *Funchal 500 anos: momentos e documentos da História da nossa cidade*, p. 105.

¹² SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978b), *Elucidário Madeirense*, Vol. II, p. 393.

foi montada¹³.

Nova reformulação foi assim feita depois da visita régia à Madeira, por decreto de 8 de agosto de 1901, do governo do açoriano Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1847-1907)¹⁴, então como Distrito Autónomo e, ainda alterada em 1913, caminhando-se assim para uma nova realidade da autonomia insular. Segundo Alberto Vieira, “a Junta Geral é a expressão desta nova realidade, adquirindo nas ilhas uma estrutura distinta na sua organização e funcionamento”¹⁵. Além de uma determinada autonomia, esta estrutura permitiu arrecadar imprescindíveis receitas que possibilitaram a concretização de grandes obras públicas e, conseqüentemente, o desenvolvimento geral da Ilha¹⁶.

Com os sucessivos escândalos políticos a atingirem a coroa, de que o Ultimato Inglês teria sido o mais grave, mas que outros se seguiram, inclusivamente, as indenizações decorrentes do não cumprimento dos acordos com a Sociedade dos Sanatórios da Madeira, o regime monárquico entra progressivamente em queda. A situação geral política do país veio ainda a complicar-se mais com assassinado no Terreiro do Paço, em fevereiro de 1908, do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe (1887-1908), sucedendo no trono, o filho mais novo, D. Manuel (1889-1932), na altura com apenas 18 anos e, acrescentando-se, sem a preparação para o lugar de que o irmão fora objeto.

Num curto espaço de tempo, os republicanos acreditaram haver condições para a mudança de regime e, a 3 de outubro, deram início a um pronunciamento militar e um levantamento civil que, com o bombardeamento por forças navais do Palácio das Necessidades, levou o rei D. Manuel a retirar-se para Mafra e, depois, para o exílio com a família real. Entretanto, na manhã de 5 de outubro a República era proclamada na Câmara de Lisboa e, essencialmente por telégrafo, era comunicada e proclamada por todo o país¹⁷. A mudança de regime foi de uma forma geral bem aceite pela população, julgando-se que viria acompanhada de melhores condições sociais¹⁸.

A mudança de regime político em Portugal consumada nos inícios do século XX com a implantação da República, apesar da esperança e da promessa em resolver os

¹³ VIEIRA, Alberto (2014b), *O Deve e o Haver nas Finanças da Madeira. Finanças públicas e fiscalidade na Madeira nos séculos XV a XX*, pp. 71-106.

¹⁴ FERNANDES, Abel; ALVES, Ângela; FERNANDES, Julieta (1984), *Antologia de Textos: História da Madeira*, p. 135.

¹⁵ VIEIRA, Alberto (1996) *A Autonomia: XX aniversário*, p. 10.

¹⁶ GUERRA, Valdemar (2010), *Ob. Cit., Ibidem*.

¹⁷ CARITA, Rui (2020), *Ob. Cit.*, p. 44.

¹⁸ VERÍSSIMO, Nelson (2008), *Passos na Calçada II*, Funchal: s.n., p. 167.

problemas estruturais do país, dificilmente os poderia resolver sem profundas reformas, até de mentalidades, que levariam décadas a implementar. A conjuntura desfavorável existente agravou-se com a entrada de Portugal na I Grande Guerra, sem as estruturas militares para o fazer e sem a cobertura política, económica e social para o efeito, dada a instabilidade política vivida.

O golpe militar de 28 de maio de 1926, iniciado em Braga, quando decorria o Primeiro Congresso Mariano e comandado pelo general Gomes da Costa (1863-1929), uma das principais figuras de Portugal na Grande Guerra, viria a encerrar o caos da I República. Montada, de imediato, uma Ditadura Militar, que viria a afastar também Gomes da Costa, depois uma Ditadura das Finanças, com a entrada para essa pasta de António Oliveira Salazar (1889-1970) e, nessa sequência, a ditadura daria lugar ao Estado Novo, sob a forma de Ditadura Nacional.

As condições precárias vivenciadas na metrópole devido às sucessivas mudanças políticas, económicas e sociais, vieram agravar também a relação dos distritos insulares com o governo central. Os arquipélagos insulares, além dos problemas provenientes da instabilidade do governo central, que naturalmente sempre teve repercussões negativas nos mesmos, possuem ainda um conjunto de fatores limitadores que advém da sua insularidade, tudo se agravando em situações mais ou menos conturbadas, como a vivida nestes anos.

1.2 Economia e sociedade na Madeira dos séculos XIX e XX

Com povoamento da Madeira foram introduzidas as práticas agrícolas das sociedades cristãs, os cereais e a vinha, a que juntou pouco depois a cana-de-açúcar, culturas que ganharam relevância, tornando a lavoura um dos principais meios de subsistência dos seus habitantes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, entretanto, a vinha conhece uma notável ascensão, face ao comércio internacional marítimo do vinho, mas que no século XIX viu comprometido o seu estatuto, como menciona Benedita Câmara, devido às várias pragas, como foi o caso do oídio (1851-1855)¹⁹.

De forma a tentar contornar a crise económica e ultrapassar a crise comercial de produção de vinho, os produtores viraram-se para a cultura do açúcar e para a produção de aguardente. A inovação tecnológica veio permitir a destilação da aguardente, o que

¹⁹ CÂMARA, Benedita (2002), *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 93.

se refletiu no aumento do número de engenhos²⁰ e, embora a produção de aguardente surgisse inicialmente com a intenção de tratar o vinho, o que se observou foi que este produto começou a ser utilizado para consumo local, facto que gerou um grave problema social, o alcoolismo, dilema que necessitou de intervenções e legislações por parte do governo²¹.

Nos meados do século XIX emergiu o artesanato como atividade económica viável, canalizado inicialmente para o mercado turístico internacional e, especialmente, o bordado e o vime, para o britânico em geral, tendo sido um dos iniciais promotores desta atividade na Ilha, o governador civil José Silvestre Ribeiro (1807-1891)²². Apesar das medidas implementadas e da intenção de fomentar o setor económico, nos inícios do século XX a economia madeirense encontrava-se, segundo Rui Nepomuceno, “estagnada, sendo assombroso o atraso social e cultural do grosso da população”²³.

A alimentação do povo madeirense durante o século XX era constituída, de forma geral, por cereais e milho, com a produção a ser insuficiente havia por consequência a necessidade de importar alimentos para subsistência da população, ficando assim, dependente do exterior²⁴. A entrada dos produtos alimentícios era na sua maioria realizada através do porto do Funchal, razão pela qual este adquire um papel de carácter comercial, com a importação e exportação de produtos.

No final do século XIX, o tamanho do porto não acompanhava as necessidades de mercadoria e transporte de pessoas, tal como refere Abel Caldeira (1896-1965), “o cais insuficiente para o movimento do porto”²⁵ ou como descreve Rui Carita, “o porto do Funchal não oferecia capacidade de acostagem para os navios, que ancoravam ao largo”²⁶. A falta de infraestrutura portuária implicava que os visitantes que chegavam tinham de ser transportados desde o largo, até ao porto através de lanchas, tal como uma boa parte do pequeno comércio fosse feito por bomboto, ou seja, os bordados, vimes e outros produtos eram levados para junto dos navios ancorados ao largo, para serem vendidos.

²⁰ VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, pp. 175-176.

²¹ CARITA, Rui (2019), *Ob. Cit.*, p. 208.

²² CÂMARA, Benedita, *Ob. Cit.*, pp. 203-207.

²³ NEPOMUCENO, Rui (2006), *A conquista da Autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*, p. 69.

²⁴ FERNANDES, Graça (2008), *A Verdade Madeirense e a Grande Guerra*, p. 71.

²⁵ CALDEIRA, Abel (1964), *O Funchal no Primeiro Quartel do século XX*, Funchal, p. 11.

²⁶ CARITA, Rui (2017), *História do Funchal*, p. 180.

A construção de um novo molhe que servisse de cais sofreu alterações entre 1889 e 1892 de forma a colmatar as necessidades portuárias comerciais e turísticas. Em 1913 foi criado o organismo de gestão portuário a Junta Autónoma da Obras do Porto do Funchal que, segundo Alberto Vieira, “coordenava os trabalhos conducentes à construção do novo porto”²⁷. Em 1932 foram iniciadas novas obras portuárias de ampliação do molhe, concluídas no ano seguinte e em 1939 o cais seria alvo de nova intervenção, com o aumento de 315 metros de comprimento, que viria a possibilitar as embarcações atracar e desembarcar os passageiros no próprio cais.

O interesse exponencial europeu das classes mais elevadas pelas viagens, inclusivamente de várias personalidades aristocráticas, a fama do clima madeirense associado ao tratamento de determinadas enfermidades, como eram as pulmonares e o melhoramento das infraestruturas locais, estimularam o turismo em várias vertentes, primeiro a naturalista, ainda no século XVIII, depois a terapêutica e, finalmente a lúdica ou de lazer. Recebendo, tal como refere Rui Campos Matos, “enfermos, viajantes, escritores, aventureiros e até exilados...”²⁸, que passam a procurar a Ilha para estadias mais ou menos prolongadas.

No alojamento desse turismo eram utilizadas para a estadia de longas temporadas ou vilegiaturas, casas ou quintas madeirenses adaptadas, cujos donos, por vezes estrangeiros, mas na maioria madeirenses, permitiam o alojamento desses visitantes, aproveitando os encantados naturais da Ilha²⁹. Os primeiros estabelecimentos especialmente dedicados ao turismo foram hospedarias instaladas no centro do Funchal, mas sistema que sofreu alterações com a construção do primeiro hotel moderno criado de raiz da cidade, o *Reid's New Hotel*, ainda hoje uma referência do turismo internacional.

A família Reid está assim associada à instalação da hotelaria em novos moldes e dos restantes serviços do turismo, contando ainda em finais do século XIX com um conjunto notável de unidades na sua posse; como o *Royal Edinburgh*, o *German Hotel*, *Reid's Carmo* e o *Reid's Santa Clara*. Havia também outros hotéis que, entretanto, se revelaram importantes para a dinamização do turismo durante esta época, como o *Hotel*

²⁷ VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, p. 290.

²⁸ MATOS, Rui (2013), *As Origens do Turismo na Madeira: Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - «Vicentes»*, p. 16.

²⁹ GOMES, Fátima Freitas (1989), “Hotéis e Hospedarias”, *Atlântico: Revista de temas culturais* nº 19, p. 171.

*Bela Vista, Royal Hotel, Hotel Mount Park Hotel, Atlantic Hotel, New English Hotel e New Avenue Hotel*³⁰.

O governador José Silvestre Ribeiro, segundo Rui Carita, “foi o primeiro a tentar sensibilizar as forças vivas do Funchal para as potencialidades da cidade como zona de lazer internacional”³¹. A maior afluência de estrangeiros resultou na necessidade de melhorar as condições estruturais públicas locais, como as condições gerais de higiene, de iluminação e, inclusivamente, foi este governador um dos primeiros a alertar para a necessidade de se escreverem e editarem guias com informações históricas e culturais, para os inúmeros forasteiros que demandavam a Ilha.

A orografia da ilha da Madeira, desde o processo de povoamento, sempre representou um obstáculo às necessidades de cultivo, face às inúmeras encostas íngremes, aos picos, etc., que sempre dificultaram, inclusivamente, a deslocação dos seus habitantes. Nos inícios do século XX as infraestruturas da ilha da Madeira eram obsoletas, com uma rede viária perfeitamente arcaica, não abrangendo a maior parte das localidades rurais, com difíceis acessos, razão pela qual a deslocação até então era realizada por “cabotagem”, ou seja, recorrendo ao transporte marítimo de porto em porto.

Com a evolução do tempo e a necessidade de captação do turismo europeu, foi necessário criar caminhos que permitissem o transporte de mercadorias e a deslocação pela Ilha. Segundo Alberto Vieira, “o plano viário da Ilha iniciou-se na primeira metade do séc. XIX como forma de incentivo à circulação dos visitantes estrangeiros e de apoio à circulação de mercadoria”³². Surge então o primeiro automóvel na ilha da Madeira, trazido pelo inglês Bernard Harvey Foster (1876-1937), em 1904. Anos mais tarde e com a inauguração das primeiras estradas nacionais, foram criados os serviços de transportes coletivos na Ilha, a partir de 1925, que permitiam a ligação entre as freguesias suburbanas e rurais³³.

Em relação aos meios de transportes que consideramos ser relevante mencionar, encontra-se o caminho-de-ferro do Monte, que na altura constituiu um ponto exponencial para as aspirações turísticas da Ilha, bem como ficou catalogado como um marco no desenvolvimento do Funchal. Este *elevador* permitia a deslocação de

³⁰ MATOS, Rui Campos (2013), *Ob. Cit.*, pp. 18-22.

³¹ CARITA, Rui (2017), *Ob. Cit.*, p. 150.

³² VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p.110.

³³ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 184.

passageiros desde a baía até ao Monte, onde desfrutavam de inúmeras paisagens, como relata um dos folhetos promocionais da Companhia: “Em volta do Terreiro da Lucta, erguem-se ao norte, leste, e oeste, elevadíssimas serras, constituindo elle próprio um planalto de montanha coberta de densos e embalsamados pinheiraes: do lado sul, porém, abre-se, vasta e ridente, a bahia do Funchal...”³⁴.

O primeiro troço do caminho-de-ferro foi inaugurado a 16 de julho de 1893, entre a estação do Pombal e a levada de Santa Luzia³⁵, sendo o segundo com ligação até ao Monte, inaugurado a 5 de agosto de 1894 e, finalmente, a 24 julho de 1912, o terceiro e último troço até ao Terreiro da Luta³⁶. Devido à evolução da rede viária, o aumento da utilização automóvel e o acidente ocorrido em setembro de 1919³⁷, o caminho-de-ferro tornou-se um meio de transporte obsoleto, cessando assim as suas viagens em meados de 1942³⁸.

A 25 de abril de 1859, foi aberto concurso pelo governo português para estabelecer a ligação marítima regular entre Lisboa e a Madeira, que seria assegurada pelo navio *Baron de Caters*³⁹. Ao longo do século XIX e do XX, entretanto, os transportes marítimos foram essencialmente assegurados pelas grandes companhias inglesas e, já em pleno século XX, são utilizados também os paquetes portugueses das companhias nacionais de navegação, dos quais se destacam o *Funchal*, *São Miguel*, *Lima* e *Carvalho de Araújo*.

A 22 de março de 1921 foi realizada a primeira travessia aérea entre Lisboa e o Funchal, tripulada pelo Gago Coutinho (1869-1959), Sacadura Cabral (1881-1924), 1º tenente Ortins Bettencourt (1892-1969) e pelo mecânico francês Roger Soubiran (c. 1890-1979)⁴⁰, que serviu de ensaio para a que aqueles dois primeiros pilotos efetuariam no ano seguinte, entre Lisboa e o Rio de Janeiro, viagem integrada nas comemorações do centenário da independência do Brasil. O transporte aéreo daria os primeiros passos na Ilha, o que fez com que, de 1949 a 1958, segundo Valdemar Guerra, “a aviação

³⁴ GOMES, José (1993), “Companhia do Caminho de Ferro do Monte”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 12, p. 210.

³⁵ *Ibidem*, pp. 209-211.

³⁶ CARITA, Rui (2020), *Ob. Cit.*, p. 34.

³⁷ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, p. 66.

³⁸ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 183.

³⁹ VELOSA, J. Ezequiel (1949), “A primeira navegação a vapor entre Lisboa e a Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, p. 135.

⁴⁰ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, p. 214.

comercial entrasse em actividade pela primeira vez no Funchal através de hidroaviões que amaravam suavemente nas águas da baía⁴¹.

Além dos transportes essenciais para o funcionamento da Ilha, houve outras áreas que beneficiaram com o desenvolvimento tecnológico ocorrido nestes anos, como a rede telefónica inaugurada a 5 de outubro de 1911 e outros equipamentos, entre eles, o telégrafo, o fonógrafo, o gramofone, o cinema e o raio X⁴². Estas inovações permitiram fomentar o desenvolvimento da Madeira de modo a existir uma melhor adaptação às necessidades internas e externas.

1.3 A Madeira entre a 1ª República e o Estado Novo

O regime monárquico tinha-se deteriorando progressivamente neste virar de século, refletindo-se na diminuição do apoio popular, que levava, inclusivamente, à eleição de deputados republicanos para as cortes da Monarquia. Assim, os republicanos apostaram decididamente na mudança do regime, iniciando um largo pronunciamento militares e civil, a partir de 3 e 4 de outubro de 1910, que quase não teve qualquer resposta eficaz por parte das forças monárquicas e, a 5 de outubro, a República era aclamada na Câmara Municipal de Lisboa.

A notícia da implantação da República chegou à Madeira por telégrafo da agência *Havas*, como por quase todo o país, publicado depois no *Diário de Notícias*, a 6 de outubro de 1910: “Foi proclamada a República em Portugal depois d’um combate em que artilharia 1, infantaria 16 e a marinha saíram vitoriosos”. Esta notícia fazia também menção à criação de um governo provisório encabeçado pelo açoriano Teófilo de Braga (1843-1924)⁴³.

A mudança de regime, no entanto, já se havia celebrado na Madeira com o hastear da bandeira no palácio de S. Lourenço, não sem alguns contratemplos, pelo Dr. José Joaquim de Freitas (1847-1936)⁴⁴ considerado um dos membros mais antigos do partido republicano na Ilha. Tinha-se feito ouvir o hino “A Portuguesa”, tocado pela Real Filarmónica Artística Madeirense⁴⁵ e a população enchera o Largo de São Lourenço para acompanhar a transição do regime, que foi “recebido com alegria e

⁴¹ GUERRA, Valdemar (2010), *Ob. Cit.*, p. 123.

⁴² BRAZÃO, Elisa; ABREU, Manuela (2008), *A Revolta da Madeira 1931*, p. 27.

⁴³ “Telegrammas: Proclamação da Republica em Portugal”, *DN*, nº 10.649, 06-10-1910, p. 1.

⁴⁴ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 107.

⁴⁵ MARTINS, Teresa (2004), *O Movimento Republicano na Madeira (1882-1913)*, p. 65.

esperança”⁴⁶. Nesse mesmo dia, o novo governador civil do distrito do Funchal Dr. Manuel Augusto Martins (1867-1936) discursou na varanda do *Golden Gate*⁴⁷, edifício onde estava a sede do Partido Republicano, acompanhado pelo nomeado administrador do concelho do Funchal, Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior (1886-1969), tendo a presidência da comissão administrativa da Câmara do Funchal sido entregue a Afonso Vieira de Andrade⁴⁸.

A esperança de que a República estaria mais atenta aos problemas do arquipélago, a curto prazo, sairia defraudada, porque mesmo com a mudança ideológica e política, esta não refletiu, nem poderia refletir, imediatas alterações que colmatassem o atraso do desenvolvimento, que se acentuava em vários sectores da sociedade insular. A agricultura, um dos sectores económicos que atravessava mais dificuldades, mesmo com os esforços desenvolvidos por parte do Visconde da Ribeira Brava (1852-1918) para o seu renascimento, pouco se reformulou. O mesmo se manteve, por exemplo, com os problemas da “Questão Hinton”, envolvendo o monopólio da distribuição dos cereais, que vinha dos anos anteriores. A Madeira viu, assim, a manutenção dos seus problemas, somente agora *mascarados* pelo novo Regime.

Um novo período de extrema carência veio afetar a ilha da Madeira com a eclosão da I Grande Guerra, com graves problemas de subsistência, já que, como dito anteriormente, estava dependente da importação de milho e cereais por via marítima. Em junho de 1915, foram decretadas medidas de racionamento, o que provocou protestos populares contra as medidas⁴⁹. A guerra acabou por trazer assim consequências nefastas para o frágil tecido económico e social da ilha da Madeira.

Com o desenvolvimento da guerra, o governo português optou, unilateralmente, por entrar no conflito, inclusivamente, contra a opinião do governo inglês. Alegando dificuldades de transportes e encontrando-se vários navios alemães ancorados nos portos portugueses, foi determinada a sua apreensão. No porto do Funchal, por exemplo, encontravam-se três navios alemães, que foram apreendidos e essa situação veio a ser referida como uma das causas para a Alemanha declarar guerra a Portugal⁵⁰.

⁴⁶ NEPOMUCENO, Rui (1994), *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, p. 175.

⁴⁷ FERRONHA, António (1989), “A Madeira e a República”, *Atlântico: revista de temas culturais*, nº 18, p. 147.

⁴⁸ CARITA, Rui (2020), *Ob. Cit.*, p. 50.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 71.

⁵⁰ RIBEIRO, Adriano (1997), *Ilha da Madeira: Roteiro histórico-marítimo*, pp. 22-23.

A retaliação dos alemães veio depois através de dois bombardeamentos de submarinos que tiveram como alvos as estruturas de apoio ao cabo submarino inglês no Funchal⁵¹, nó de comunicações essencial da ligação da Europa com as Américas e a África. No dia 3 de dezembro de 1916, ocorreu o primeiro bombardeamento, que afundou os dois navios franceses *Surprise* e *Kangaroo* e o navio inglês *Dacia*⁵², que estavam ancorados na baía do Funchal em operações de manutenção do citado cabo submarino. A menção da imprensa aos acontecimentos enuncia que “mal se podia imaginar o brutal e traiçoeiro assalto dum submarino alemão ao porto do Funchal, em pleno dia [...] pela falta de recursos e elementos de defesa da nossa costa”⁵³.

A 12 de dezembro de 1917, um ano após o primeiro bombardeamento, a cidade do Funchal sofreu um segundo ataque de um submarino alemão, sendo que desta vez o alvo eram as várias infraestruturas do cabo submarino na cidade, sendo a mesma atingida, tal como a população, provocando vários estragos e mortos⁵⁴. O centro operativo do cabo submarino situava-se na baixa da encosta do convento de Santa Clara, acabando por ser atingida a igreja, que ficou parcialmente destruída, mas não as instalações inglesas.

Com a participação de Portugal na Grande Guerra as condições económicas e sociais da ilha da Madeira agravaram-se, tendo como consequências mais imediatas, a desvalorização da moeda e o aumento dos preços dos produtos alimentícios. A indignação dos madeirenses ecoou na imprensa, expondo as preocupações e o sentimento de abandono e isolamento da ilha da Madeira, segundo o *DN*, “considere-se agora esta ilha impossibilitada de recorrer a qualquer país estrangeiro e até à própria mãe-pátria para acudir às suas necessidades de subsistência alimentar”⁵⁵.

Devido à falta de segurança no mar, o fluxo marítimo diminuiu drasticamente no porto do Funchal⁵⁶, o que levou ao aumento das dificuldades no abastecimento da ilha que tinha como única via, a marítima. Nelson Veríssimo refere que as “reduzidas carreiras marítimas vinham, conseqüentemente, agravar o abastecimento de uma ilha

⁵¹ SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978a), *Ob. Cit.*, Vol. I, pp. 307-308.

⁵² WILHELM, Eberhard (2011), “O ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal, em 1916”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 48, p. 98.

⁵³ “3 de Dezembro de 1916: O ataque dum submarino alemão a três navios surtos no porto do Funchal. – A investida à cidade”, *DN*, nº 12838, 05-12-1916, p. 2.

⁵⁴ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 112.

⁵⁵ “A Madeira isolada”, *DN*, nº 12893, 10-02-1917, p. 1.

⁵⁶ NEPOMUCENO, Rui (2010) “A primeira República na Madeira”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 47, p. 54.

com uma situação crónica dependência e penúria económicas”⁵⁷. A agravar a situação surgiram notícias de uma nova epidemia que se alastra pela Europa em finais de 1918. As pragas agrícolas, as doenças e a guerra, pareciam não dar tréguas aos madeirenses, o que fez arrastar de novo a Ilha para uma crise quase sem precedentes na sua história.

A situação económica e social da Ilha deteriorava-se, ainda mais, com o aumento da sobrecarga fiscal e a implementação de medidas adicionais impostas pelo governo central, que não favoreciam a Madeira. Situações como é o exemplo “a partir de 1919, da cobrança do imposto municipal indireto sobre a exportação de vinho da Madeira e de vimes e, a partir de 1923, do imposto sobre os géneros produzidos no concelho e exportados por intermédio da Alfândega”⁵⁸.

Na tentativa de solucionar o estado calamitoso do país e de dar resposta à insatisfação geral da população, surge a 5 de dezembro de 1917 o movimento militar liderado pelo major Sidónio Pais (1872-1918), que, regressado de Berlim, onde fora embaixador de Portugal, pretendia derrubar o governo e “reerguer a Pátria”⁵⁹.

A revolta iniciou-se a 5 de Dezembro de 1917 e “o chefe da revolta era o major Sidónio Pais, professor da Universidade de Coimbra, ligado à política pelo Partido Unionista...⁶⁰, uma movimentação militar, que seria consumado na madrugada de 8 de Dezembro com a apresentação de demissão do Presidente da República.

O povo, na ânsia de uma maior estabilidade, olhou para Sidónio Pais como uma figura messiânica capaz de resolver os problemas internos e externos que o país enfrentava, aura quase *sebástica*, que o seu seguinte assassinato ainda mais aumentaria. Na Madeira o golpe militar foi recebido com alguma esperança, na expectativa de que seriam resolvidos os problemas da Ilha⁶¹, mas esperança que não passou de uma mera ilusão, mantendo-se a instabilidade política e social. O movimento e alguma esperança que pudesse haver, terminou com o assassinato de Sidónio Pais, na estação do Rossio, a 14 de dezembro de 1918⁶², acontecimento que teve repercussão na sociedade em geral,

⁵⁷ VERÍSSIMO, Nelson (1985), “Em 1917, A Madeira reclama autonomia”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº 3, p. 231.

⁵⁸ VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, p. 49.

⁵⁹ GOMES, Fátima; VERÍSSIMO, Nelson (1983), *A Madeira e o Sidonismo*, p. 27.

⁶⁰ SARAIVA, José Hermano (2004), *História de Portugal, Vol. VIII: A Primeira República – do 5 de Outubro à Crise Partidária*, p. 106.

⁶¹ NEPOMUCENO, Rui (1994), *Ob. Cit.*, p. 182.

⁶² VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p. 293.

pois que nos anos seguintes ocorreram também vários atentados públicos e agitações populares na Madeira⁶³.

A República que dera a esperança de melhores condições económicas e sociais para os portugueses, desabou num caos, com as sucessivas quedas governamentais e atentados políticos que resultaram na soma de quarenta e cinco governos, oito presidentes e duas ditaduras com Pimenta de Castro e Sidónio Pais, entre 1910 e 1926⁶⁴. A 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa (1863-1929) liderou um golpe militar, a partir de Braga, onde decorria o Primeiro Congresso Mariano Nacional, com a intenção de derrubar a I República e instaurar uma nova ditadura militar⁶⁵.

A situação em que a República tinha deixado o sistema económico e financeiro do país era catastrófica e precisava de ser rapidamente saneada. Surge então a figura de um jovem professor e economista de Coimbra que é convidado a fazer parte do governo, António de Oliveira Salazar (1889-1970). Começará assim o plano de Salazar para sanear as finanças, reestruturar a dívida portuguesa e lançar Portugal no caminho longo da recuperação, como o próprio escreveu em abril de 1928: «*Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se exija que chegue ao fim em poucos meses*»⁶⁶.

Numa primeira fase e com Gomes da Costa, Salazar somente permanece em Lisboa alguns dias, retirando-se para Coimbra. Afastado Gomes da Costa para os Açores e consolidada a presidência da República com o general Óscar Carmona (1869-1951), em 1928 Salazar volta a ocupar a pasta das Finanças. Devido às medidas de controlo implementadas nas despesas do país, bem como nos ministérios, foram obtidos resultados favoráveis com a apresentação do primeiro orçamento de Estado com saldo positivo no exercício económico de 1928-1929. Mais tarde, a 5 de julho de 1932, depois de se ter envolvido pessoalmente na resolução da Revolta da Madeira, António Oliveira Salazar assumiu a chefia absoluta do Governo⁶⁷.

António Oliveira Salazar, inicialmente formado em Teologia, frequentou depois a Faculdade de Direito de Coimbra, onde se matricula em finais de outubro de 1910⁶⁸. Em Coimbra, emerge enquanto figura relevante no meio académico coimbreense, recebendo diversas distinções nas cadeiras que frequentou, tais como, o prémio na 1º

⁶³ CARITA, Rui (2020), *Ob. Cit.*, p. 101.

⁶⁴ FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo (2016), *História de Portugal*, p 160.

⁶⁵ VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p. 312.

⁶⁶ NOGUEIRA, Franco (1977), *Salazar: A Mocidade e os Princípios*, p. 339.

⁶⁷ SARAIVA, José António (2007), *Política à Portuguesa: Ideias, pessoas e factos*, pp. 337-341.

⁶⁸ VIEIRA, Joaquim (1999b), *Portugal Século XX: Crónica em Imagens (1920-1930)*, p. 206.

Cadeira de Direito Civil, prémio em Finanças em 1911⁶⁹ e prémio em História do Direito Português, em 1912. Inicia depois uma prolífera carreira académica, participando com artigos sobre educação e palestras por todo o país, incluindo a Madeira, onde esteve em 1925.

Em 1929 o panorama económico mundial foi abalado com a queda da bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, provocando “a instabilidade internacional e nacional refletiram-se de forma directa no quotidiano madeirense”⁷⁰, com a queda nas exportações e a falência de várias casas bancárias, como a *Henrique Figueira da Silva*, a *Sardinha & Ca* e a *Reid, Castro & C^a*⁷¹.

*Entretanto, entre 1928 e 1931, a nação passa por grandes dificuldades económicas e sociais, por uma instabilidade governativa que, naturalmente, se reflete na Madeira. É a fome, a falência de bancos, são as revoltas e as convulsões sociais; é a crise de trabalho e um analfabetismo muito grande; é a mendicidade e a doença a grassar pelo distrito*⁷².

Com o encerramento das casas bancárias, a população procurava reaver os seus bens depositados, o que levou à “suspensão de pagamentos e transações comerciais criaram sérias dificuldades, propícias a agitações populares”⁷³. À exceção das classes mais abastadas, eram claras as dificuldades financeiras sentidas pelas classes mais desfavorecidas, que se encontravam numa situação de desespero⁷⁴ e sem a possibilidade de recorrerem ao dinheiro que haviam guardado nos bancos, especialmente proveniente das remessas dos emigrantes.

Durante a década de 30, a Madeira viu a sua história marcada por um período social e político conturbado, passando por uma série de revoltas: a Revolta da Farinha, em fevereiro de 1931, a Revolta da Madeira em abril seguinte e a Revolta do Leite, em julho de 1936⁷⁵.

A situação social tinha-se agravado, entretanto, com a implementação do decreto de 26 de janeiro de 1931, apelidado logo como o “decreto da fome”, que ditava o fim da livre importação de trigo e farinha, passando a monopólio para um grupo específico de

⁶⁹ [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº4].

⁷⁰ VIEIRA, Alberto (org.) (2001c), *Autonomia e História das Ilhas*, seminário internacional, p. 170.

⁷¹ CARITA, Rui (2017), *Ob. Cit.*, p. 215.

⁷² VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, p. 416.

⁷³ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 115.

⁷⁴ NEPOMUCENO, Rui (2006), *Ob. Cit.*, p. 79.

⁷⁵ FREITAS, João Abel de (2015), *A Madeira nos tempos de Salazar*, p. 43.

moageiros ⁷⁶, sob apertado controlo do Governo da Ditadura, que passou a tabelar os preços. Como consequência do novo regime cerealífero, as classes económicas criaram um clima de tensão popular e, nos dias 5 e 6 de fevereiro iniciou-se a greve dos estivadores, que rapidamente se tornou numa greve geral ⁷⁷.

A manifestação que ficou conhecida como a “Revolta da Farinha”, tomou proporções desastrosas, com assaltos às moagens, de que resultaram mortos e feridos. O governo central em resposta aos tumultos decide enviar, segundo António Ferronha, “...para a Ilha um delegado especial, o coronel Silva Leal, e forças destinadas a reprimir a revolta, a companhia de Caçadores 5 e uma secção de Metralhadoras 1, que chegam à ilha a 9 de Fevereiro”⁷⁸, para sanear a situação.

Na sequência dos acontecimentos de fevereiro de 1931 teve lugar, dois meses mais tarde, a 4 de abril, a Revolta da Madeira ⁷⁹, instigada, em parte, pelos vários militares que estavam deportados no Funchal ⁸⁰ e que se aproveitaram da situação de descontentamento geral da Ilha, segundo as palavras de José Lavrador, então cônsul do Brasil no Funchal, o povo ilhéu, “que se sentia ferido no seu amor próprio e no seu desmedido «bairrismo», deu todo o seu apoio ao levante armado...”⁸¹.

Num curto espaço de tempo, entre abril e maio, procedeu-se à criação de uma Junta Governativa Militar provisória, essencialmente, com elementos continentais deportados na Madeira, mas também madeirenses. Entretanto, os revoltosos já haviam detido o delegado especial do Governo, o coronel açoriano Feliciano António Silva Leal (1876-1961), tal como o capitão Artur de Almeida Cabaço (1881-1955), que viera com o mesmo e fora nomeado governador civil. A Junta Governativa enviou um telegrama presidente Carmona, exigindo a substituição do governo de Lisboa por um que fosse democrático e, ciente da situação que criara, efetuou um comício no Funchal, convidando os restantes militares e políticos a juntarem-se na luta pela defesa dos princípios democráticos. O novo governo da Madeira organizou de imediato a defesa da Ilha, com a ocupação militar dos portos e dos cais de desembarque e a criação de forças especiais de vigilância.

⁷⁶ BRAZÃO, Elisa; ABREU, Manuela (2008), *Ob. Cit.*, p. 43.

⁷⁷ VIEIRA, Alberto (2001a) *Ob. Cit.*, p. 355.

⁷⁸ FERRONHA, António (1987), “A Revolta da Madeira de 1931”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº 12, pp. 303-307.

⁷⁹ BRAZÃO, Elisa; ABREU, Manuela (2008), *Ob. Cit.*, p. 55.

⁸⁰ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 116.

⁸¹ LAVRADOR, José (1931), *A Revolução da Ilha da Madeira*, p. 26.

No plano de defesa foram delineados os possíveis locais de desembarque das futuras forças invasoras e dada especial atenção aos eixos das estradas que davam acesso ao Funchal. A situação separatista da Madeira, no entanto, durou somente um mês, até Salazar enviar, de novo, forças militares para restabelecerem a ordem, das quais, pessoalmente, se foi despedir ao cais de Alcântara, em Lisboa. Destas forças, inclusivamente, fizeram parte hidroaviões, que efetuaram lançamento de panfletos apelando à rendição e, depois, bombardeamentos. As forças continentais chegaram a 26 de abril e, a 2 de maio seguinte, o governo revolucionário da Madeira rendia-se. Durante os anos seguintes foram implementadas medidas pelo governo de Salazar que visavam, especialmente, a manutenção da ordem pública⁸².

Com o solucionar da Revolta da Madeira, em que Oliveira Salazar se envolvera pessoalmente, a 5 de julho de 1932, assume a presidência do governo e equaciona uma série de reformas, consumadas na Constituição de 1933, que deram, assim, início ao período histórico do Estado Novo, caracterizado como autoritário, inspirado no fascismo italiano e estruturado no corporativismo⁸³. Como medidas de contenção foi limitada a liberdade pública a vários níveis, mas que já vinha do anterior, foi reforçada a censura na imprensa, bem como foi igualmente negado o direito à greve dos sindicatos. Escreve Rui Carita “A Constituição de 1933 dava mostras quase de um deliberado empenho na contenção do movimento autonómico insular [...], a inauguração da estátua do primeiro capitão do Funchal, a 28 de maio de 1934 representou decididamente a consolidação das ideias do Estado Novo”⁸⁴.

Em 1935, assumiu o cargo de presidente da Câmara Municipal do Funchal um apoiante do regime do Estado Novo, o Dr. Fernão de Ornelas (1908-1978). Durante o seu mandato a cidade do Funchal foi alvo de uma série de melhoramentos, de forma a modernizar e alterar os hábitos rurais da maioria dos seus habitantes. Foi desta época a reabilitação da sede da Câmara Municipal, a construção do Mercado dos Lavradores e do Matadouro do Funchal, iniciando-se ainda outras obras, como a futura Avenida do Mar, algumas das quais, no entanto, só vindo a ser concluídas nas décadas de 1950 e de 1960.

Os lacticínios assumiam durante neste período um papel crescente na vida dos madeirenses. Desde os finais do século XIX, devido às condições insuficientes de

⁸² NEPOMUCENO, Rui (1994), *Ob. Cit.*, p. 214.

⁸³ VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, p. 369.

⁸⁴ CARITA, Rui (2020), *Ob. Cit.*, p. 145.

subsistência, na tentativa de combater os inúmeros problemas existentes, como a fome, a pobreza, a mendicidade, a insegurança e a crise⁸⁵, a pequena exploração caseira do leite e seus derivados serviu para colmatar de algum modo a situação. Acrescente-se, no entanto, que a exploração desta atividade, muitas vezes reduzida somente a um animal, estava longe de reunir as condições mínimas de qualidade final do produto daí derivado.

Com o decreto de 4 de junho de 1936, o Governo da Ditadura apresentou um conjunto de medidas com o objetivo de modernizar o sector dos lacticínios, criando a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira⁸⁶. Esta instituição seria responsável pela implementação das novas medidas de saneamento, seleção e cruzamento das espécies animais, tal como de qualidade e transporte dos produtos derivados. Resultante das medidas implementadas, assistiu-se ao encerramento de várias centenas de postos de desnatação de leite que não cumpriam com as determinações. Estas medidas afetaram principalmente a população rural, que se revoltou, sentindo-se injustiçada com o favorecimento das unidades industriais em detrimento dos produtores, segundo as palavras de Rui Nepomuceno “em benefício dum pequeno punhado de grande unidades monopolistas, nomeadamente «fábrica Burnay» e «Martins e Rebelo», passava a determinar o preço a pagar aos produtores de leite e a administrar os postos de desnatação”⁸⁷.

No final do mês de julho, devido à insatisfação das medidas implementadas, os produtores revoltaram-se e saíram à rua em diversos concelhos, como em Santana, Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Funchal. Escreve o Jorge Valdemar Guerra, que no Funchal, inclusivamente “ocorreram assaltos a três fábricas, uns armazéns e um escritório”⁸⁸. À imagem do ocorrido na revolta de 1931, Lisboa enviou, de novo forças militares, em dois navios de guerra, que rapidamente dissiparam os tumultos. Este episódio terminou com sete mortos, alguns feridos, vários presos e deportações para Lisboa, incluindo mulheres, tal como para os Açores e Cabo Verde. O governo da Ditadura criou, inclusivamente um imposto adicional nos concelhos onde ocorreram os tumultos, para reaver os valores pagos pelo Estado na intervenção e envio dos militares à Madeira⁸⁹.

⁸⁵ NEPOMUCENO, Rui (2003), *Ob. Cit.*, p. 291.

⁸⁶ VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p. 360.

⁸⁷ NEPOMUCENO, Rui (2006), *Ob. Cit.*, p. 94.

⁸⁸ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 202; FREITAS, João Abel de (2011), *A Revolta do Leite: Madeira 1936*, p. 19.

⁸⁹ VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p. 360.

Apesar dos sucessivos tumultos, o que também aconteceu no continente, em reação às leis publicadas pelo governo da ditadura de Salazar, este compreendeu também a necessidade de desenvolver a Ilha, criando condições de financiamento para a realização de obras relevantes⁹⁰, como acabou por ser a reestruturação do setor dos laticínios (1936), a constituição da Comissão do Turismo (1936) ou, depois, dos “Aproveitamentos Hidráulicos” (1939-1943) e assim sucessivamente.

1.4 Assistência e Saúde Pública

*Vendei os vossos bens e dai-os de esmola. Arranjai bolsas que não envelheçam, um tesouro inesgotável no Céu, onde o ladrão não chega e a traça não roi. Porque, onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração*⁹¹.

Lucas 12:33-34

A assistência é um conceito complexo cujas transformações ao longo do tempo se devem às conjunturas das épocas e englobam um conjunto de termos como caridade, benemerência, beneficência e auxílio que permitem ao indivíduo, grupo, doente, mendigo, desalojado e abandonado colmatar as necessidades existentes com instituições próprias. A assistência pública nos seus primórdios surgiu por iniciativa religiosa e, em parte, ainda se mantendo, com a participação de privados através de legados pios, mas com o tempo foi inserida num serviço do Estado, promovido pelo sector privado ou público.

Segundo o *Dicionário de História de Portugal*, a assistência pública possui duas fases distintas: uma que se prende com dar auxílio ao público, na tentativa de solucionar adversidades de um indivíduo ou grupo, que não detém dos meios necessários para o solucionar; a segunda com a assistência fornecida pelo Estado aos indivíduos necessitados⁹². As transformações ocorridas na assistência refletiram-se nas circunstâncias de determinados períodos históricos e, segundo Maria Lopes “...são simultaneamente reflexo de uma realidade, espelho de sentir comum e instrumento ideológico que infunde novas formas de sensibilidade e novas atitudes mentais”⁹³.

⁹⁰ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 118.

⁹¹ (2008), “O tesouro do Céu”, RAMOS, José; ALVES, Herculano (coords.), *Bíblia Sagrada*, Lisboa: Difusora Bíblica, p.1698.

⁹² SERRÃO, Joel (dir.) (1963), *Dicionário de História de Portugal*, p. 234.

⁹³ LOPES, Maria (1993), “Os pobres e a assistência pública”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, p. 501.

Contudo, estas necessidades são mutáveis ao longo do espaço e do tempo bem como da sociedade em que se inserem, assim descreve o conceito de assistência Fernando Correia como “auxílio instintivo e intuitivo, caridade divina, beneficência, filantropia, etc.; assistência individual ou social, particular ou pública...”⁹⁴.

Em Portugal a assistência teve e tem a participação da Igreja nas suas múltiplas estruturas, desde as confrarias e irmandades, passando pelas Misericórdias e Congregações, com o propósito de auxiliar os pobres, doentes e alienados⁹⁵. Segundo, uma vez mais, o *Dicionário de História de Portugal*,

*Instituições de beneficência criadas por espírito de caridade cristã, pelas ordens religiosas e militares, concelhos, confrarias de mesteres, reis e rainhas ou simplesmente particulares, na intenção não só de melhorar a sorte dos desprotegidos, como de promover a salvação da própria alma.*⁹⁶

O Cristianismo representa um conjunto de valores que servem de base à cultura portuguesa, mas também ao seu código de conduta civil, estando a assistência e a caridade na base dos ensinamentos cristãos, que S. Paulo expressou nas comunidades cristãs, tal como refere Maria Núncia: “...as primeiras comunidades cristãs praticavam a ajuda ao outro, convertendo esta prática numa norma religiosa e moral que exaltava a misericórdia e a caridade”⁹⁷.

A caridade é um sentimento e uma virtude associados à religião, pois representa o valor intrínseco de amar o próximo, promovido pelas contribuições, donativos ou esmolas, que permitem ao cristão redimir-se dos seus pecados. A beneficência segundo Maria Lopes é utilizada por “escritores religiosos com o significado de acto de bondade, de fazer bem, geralmente atribuído a Deus ou, também, como manifestação de caridade”⁹⁸.

Em Portugal a assistência sofreu alterações no século XV com a modernização dos hospitais e a criação de instituições de assistência pública como Misericórdias. Por iniciativa do rei D. João II (1455-1495), os pequenos hospitais foram agregados e a Coroa procedeu à criação de grandes hospitais, decisão autorizada pelo papa Sisto IV (Francesco della Rovere, 1414-1471-1484)⁹⁹.

⁹⁴ CORREIA, Fernando (1999), *Origens e Formações das Misericórdias Portuguesas*, p. 13.

⁹⁵ VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p.86.

⁹⁶ SERRÃO, Joel (dir.) (1963), *Dicionário de História de Portugal*, p. 234.

⁹⁷ NÚNCIO, Maria da Silveira (2010), *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*, p. 25.

⁹⁸ LOPES, Maria (2010), *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, p. 30.

⁹⁹ SERRÃO, Joel (dir.) (1963), *Ob. Cit.*, p. 235.

A assistência foi introduzida na ilha da Madeira com o processo de povoamento, por iniciativa da Igreja e a participação de privados, como foi o caso da fundação do hospital de S. Paulo e, depois, do Hospital Velho ¹⁰⁰. Em 1454 João Gonçalves Zargo (c. 1390-1471) decidiu doar terrenos junto à capela de São Paulo para edificar um estabelecimento hospitalar que seria concluído em 1469. No entanto, anos mais tarde, em 1484, o hospital foi transferido para a freguesia de Santa Maria Maior em terreno cedido por Álvaro Afonso ¹⁰¹. No século seguinte, foi estipulada, a mando do rei D. Manuel I (1469-1521), a criação de grandes hospitais e a fundação de Misericórdias em Portugal, nas antigas colónias e ilhas adjacentes. Segundo Joana Pinho,

*A fundação das Misericórdias deve ser entendida dentro de um amplo contexto religioso e social de transição de finais da Idade Média para a Idade Moderna; a sua multifacetada ação convoca questões relacionadas com o conceito de pobreza e de assistência, com a prática e a função da caridade e da esmola...*¹⁰².

A intenção de construir um novo e aperfeiçoado hospital na ilha surge em 1507 com a carta régia de 25 de maio. No ano seguinte foi determinada a criação de várias Misericórdias, a do Funchal, 1508, a de Santa Cruz, 1520 e da Calheta, em 1535, todas com o papel de cuidar dos desamparados e enfermos. As Misericórdias tornam-se instituições com um papel preponderante, senão quase exclusivo, da assistência pública em Portugal e com a introdução de reformas concedidas pelo poder régio ¹⁰³, surgiu uma outra instituição de cariz assistencial, as confrarias que, segundo a definição de Nelson Veríssimo, são “...associações de fiéis que, sob uma organização hierárquica, se propõem ao desenvolvimento da fé, acrescentamento da devoção e ao exercício de obras de caridade”¹⁰⁴.

Durante todo o Antigo Regime, face às condicionantes impostas pela Igreja e pela sociedade em geral, o abandono de crianças representou um grave problema social, sucessivamente legislado pelas Ordenações Régias. Devido aos inúmeros abandonos, foi instituído um mecanismo chamado “roda dos expostos” ou “roda dos enjeitados”, de

¹⁰⁰ “Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal” (1964-1966), *Arquivo Histórico da Madeira*, nº14, pp. 95-97.

¹⁰¹ SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978b), *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 702.

¹⁰² PINHO, Joana (2014), “Instituições assistenciais na Madeira na época Moderna”, FRANCO, Eduardo; TRINDADE, Cristina (Coord.), *Que Saber(es) para o século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*, p. 521.

¹⁰³ LOPES, Licínio (2009), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*, p. 34.

¹⁰⁴ VERÍSSIMO, Nelson (1994), “Confrarias: Algumas Questões sobre conflitos Jurisdicionais na 2ª metade do Séc. VIII”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 14, p. 26.

responsabilidade camarária, com o objetivo de recolher essas crianças abandonadas e permitir o anonimato. A criação deste mecanismo nas sedes das capitânias data do início da montagem das sedes dos municípios, tendo sido sucessivamente reestruturada e objeto de legislação mais específica, como para o Funchal, a 10 de setembro de 1724¹⁰⁵.

A própria conjuntura da época agravou este problema social e, devido à falta de condições das famílias para cuidar das crianças e proporcionar o seu crescimento, os asilos vieram também dar resposta a essa necessidade e outras, como os casos da orfandade¹⁰⁶. A Câmara Municipal do Funchal estipulou a 14 de janeiro de 1820 fazer uma roda de expostos numa pequena casa onde vivia a Ama Geral, que recebia os expostos ali entregues, seguindo depois para os primeiros cuidados e registo¹⁰⁷. Saliente, entretanto, que nunca houve na Madeira, ao que tenhamos conhecimento, “roda dos expostos” em sentido físico, sendo os mesmos expostos deixados à porta da Ama Geral, com todos os inconvenientes daí advindos.

Nos séculos XIX e XX ocorreram importantes alterações relativamente ao papel do Estado na assistência aos pobres. Estas mudanças decorreram num novo contexto determinado pelas ideias liberais que alastravam pela Europa, da industrialização e do nascente capitalismo, tudo concorrendo para lançar novos desafios à questão do assistencialismo, às teorias sociais e ao papel da Igreja e do Estado nestas questões, que progressivamente, foi assumindo uma posição mais abrangente, o que permitiu que a assistência fosse considerada “um dos encargos da administração do Estado”¹⁰⁸.

*A par disso, as mudanças económicas decorrentes da industrialização e das alterações no mundo do trabalho que se lhe seguiram, a aceleração de processos migratórios internos, o crescimento das cidades e a proletarização de camadas cada vez maiores da sociedade, suscitaram uma reflexividade que teve um impacto estruturante nos séculos vindouros. Em concreto, foi-se tornando cada vez mais evidente que conjunturas económicas depressivas provocavam a pauperização de largos sectores do operariado.*¹⁰⁹

A nova classe operária enfrentou, entretanto, inúmeros problemas, como a imigração laboral, a concentração e a falta de condições básicas que originaram focos de

¹⁰⁵ DINIS, Márcia (2001), *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869): Um estudo de História Social*, p. 53.

¹⁰⁶ CARDOSO, Zita (1989), “Os Expostos”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº 20, pp. 265-271.

¹⁰⁷ DINIS, Márcia (2001), *Ob. Cit.*, pp. 55 e 91.

¹⁰⁸ SERRÃO, Joel (dir.) (1963), *Ob. Cit.*, p. 235.

¹⁰⁹ XAVIER, Ângela (2017), “Imagens de pobres, pobreza e assistência entre os séculos XV e XX”, PAIVA, José (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 10, p. 27.

doenças, como a tuberculose que se propagou na Europa durante o século XIX¹¹⁰. Em Portugal, a situação social seguia a tendência europeia, com a criação de novas instituições, como os asilos direcionados ao auxílio de crianças, idosos, mendigos e outros necessitados, bem como os hospícios no âmbito da saúde em geral. É também nesta vertente que é criada, no final do século XIX, a Assistência Nacional aos Tuberculosos e os Sanatórios Marítimos por iniciativa, oficialmente, da rainha D. Amélia.

*Temos em Portugal, sob o título de Assistência Nacional aos Tuberculosos, uma instituição benemérita, presidida por sua Majestade a rainha D. Amélia. Foi fundada e é mantida a expensas de diversas entidades officiaes e particulares. A assistencia Nacional mantém sanatorios para o tratamento pelo regimen de altitude e pelo das zonas marítimas, sustentando ao mesmo tempo Dispensarios, que assistem quotidianamente aos doentes pobres com consultas e remedios gratuitos.*¹¹¹

A 30 de agosto de 1852, tinham chegado à ilha da Madeira a ex-imperatriz-viúva do Brasil, D. Amélia de Leuchtenberg (1812-1873) e a sua filha e de D. Pedro IV de Portugal (1798-1834), a princesa que fora do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves, D. Maria Amélia de Bragança (1831-1853), aconselhada pelos médicos a procurar um local com um clima propício ao tratamento da doença que a assolava, devendo a indicação do Funchal ter sido dada pelo tio, o arquiduque da Rússia e príncipe Maximiliano de Leuchtenberg (1817-1852), que aqui estivera meses antes. Porém e apesar das temperaturas mais favoráveis, o seu estado de saúde continuou a deteriorar-se e acabou por falecer a 4 de fevereiro de 1853, com apenas 21 anos de idade.

Com o objetivo de immortalizar a memória da sua filha, a ex-imperatriz D. Amélia financiou a construção do Hospício Princesa D. Maria Amélia, que teria sido, porventura, a primeira obra em Portugal feita por concurso público internacional. Esta instituição representou um dos primeiros locais destinados ao tratamento de doenças pulmonares, sendo considerado o primeiro sanatório português¹¹² e que se concluiu em

¹¹⁰ NÚNCIO, Maria (2010), *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*, pp. 36-37.

¹¹¹ “Assistência aos tuberculosos”, *DN*, nº 10.587, 05-08-1910, p. 1.

¹¹² MATOS, Rui Campos (2012), “Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – o primeiro Sanatório Português”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 50, pp. 5-22.

1862¹¹³. Tinha como principal objetivo, albergar e cuidar dos indigentes da Ilha, dando resposta às necessidades de saúde dos doentes mais pobres¹¹⁴.

Mais tarde, no século XX, o Hospício deixou de ser suficiente para dar resposta ao número de doentes que afluíam à Madeira desde os meados e finais do século anterior, surgindo a necessidade de dotar a Ilha de estâncias apropriadas para atender os tuberculosos, através da edificação de outros sanatórios e de hotéis apropriados aos acompanhantes, tudo isso, não só para a utilização externa, mas também para colmatar as necessidades internas¹¹⁵. As recomendações médicas da época para o tratamento da tuberculose consistiam no isolamento e na exposição a climas amenos e sem poeiras, características que levaram muitos a elegerem a ilha da Madeira como lugar ideal. Neste sentido, surgiu a iniciativa de um grupo de tisiólogos germânicos que visitou a Ilha, com o intuito de estudar o clima da região e os seus benefícios¹¹⁶. Segundo um artigo do *Diário de Notícias* dessa época, “...a tuberculose é transmissível por contágio, sendo indispensável empregar uma rigorosa prophylaxia na hospitalização e tratamento dos indivíduos affectados, para salvaguarda das pessoas da família ou quem com elles estiver em contacto”¹¹⁷.

No limiar do século XX, a sociedade madeirense contava com um elevado número de estrangeiros de diversas nacionalidades que procuravam repouso, dos quais se destacam sobretudo alemães, sendo assim, um mito que a maior parte dos que vinham eram das terras britânicas. Os ingleses, que também e em grande número vinham, além de virem com o propósito também de melhorarem a saúde ou então aproveitar uma pausa para lazer na Ilha, também ocupavam desde os séculos anteriores diferentes espaços ligados à economia do espaço insular, nomeadamente com a presença na produção, otimização de novas práticas e negociação do vinho e dos novos engenhos de açúcar.

Os alemães viram, entretanto, igualmente na ilha da Madeira uma oportunidade de explorar, neste caso, “...negócio dos bordados, no espaço imobiliário, na construção de grandes hospitais e hotéis destinados ao tratamento das doenças infecto-contagiosas,

¹¹³ COSTA, Renato Gama-Rosa (2014), “O Sanatório João de Almada e o armamento Anti-tuberculose em Portugal (1934)”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 54, p. 136.

¹¹⁴ ABM, *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia 1862-1962* (1962), pp. 8-33.

¹¹⁵ VERÍSSIMO, Nelson (1990), “A questão dos sanatórios da Madeira”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 6, p. 125.

¹¹⁶ WILHELM, Eberhard (1993), “A Madeira entre 1850 e 1900: Uma Estância de Tísicos Germânicos”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 13, pp. 116-121.

¹¹⁷ “Em prol dos tuberculosos”, *DN*, nº 10.614, 01-09-1910, p. 1.

como era o caso da tuberculose”¹¹⁸, de forma a irem ao encontro das intenções expansionistas comerciais da Alemanha, enquanto potência europeia em ascensão. O primeiro projeto a que estariam ligados, ainda nos finais do XIX, teria sido o do Caminho-de-ferro do Monte e, com a Visita Régia de 1901 e o apoio da rainha D. Amélia, teria surgido a *Sociedade dos Sanatórios da Madeira*, essencialmente, com capitais alemães, ampliando o projeto do Caminho-de-ferro do Monte.

Neste contexto, em 1903, o príncipe alemão Frederick Charles de Hohenlohe (1861-1935) propôs ao governo português um projeto de construção de sanatórios de grande envergadura para o tratamento de doenças pulmonares dos doentes ricos e, por pressão da rainha D. Amélia, presidente da comissão da Assistência Nacional aos Tuberculosos, com a inclusão de um determinado número de vagas para o tratamento de doentes pobres da Madeira¹¹⁹, dando a oportunidade ao governo de colmatar uma das necessidades emergentes na Ilha. O governo português só viabilizou a criação da companhia alemã, desde que abriga das leis portuguesas e, tendo o príncipe alemão como amiga a rainha D. Amélia¹²⁰, a sua influência acabou por ser determinante na aprovação do governo português e no sucesso do início do empreendimento¹²¹, de que o primeiro edifício foi o inicial Hospital dos Marmeleiros.

A comunidade comercial inglesa radicada na Madeira, entretanto, inviabilizou o projeto dos Sanatórios, associando o assunto dos casinos e obrigando o governo português a rescindir o contrato de concessão e indemnizar os concessionários alemães¹²². O assunto tinha chegado aos parlamentos de Lisboa, Londres e Berlim, tornando-se incontornável na política portuguesa dos primeiros anos do século XX e o pagamento da indemnização foi um dos vários escândalos políticos que levaram ao assassinato do rei D. Carlos, em 1908, como já escrevemos e, depois, à queda da Monarquia, em 1910.

Durante os séculos XIX-XX a questão da Saúde passou por um processo de transição, deixando de ser da responsabilidade quase que exclusiva da Igreja, para passar a ser um serviço da responsabilidade do Estado, com a sua delegação à então Junta Geral do Distrito (1836-1976), que detinha a responsabilidade na área não somente

¹¹⁸ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, p. 85.

¹¹⁹ SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978c), *Ob. Cit.*, Vol. III, pp. 407-415.

¹²⁰ VERÍSSIMO, Nelson (1990), *Ob. Cit.*, p. 127.

¹²¹ NEPOMUCENO, Rui (2003), *Ob. Cit.*, p. 189.

¹²² GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 106.

da saúde como da assistência e da previdência. Seria, no entanto, um assunto sempre em discussão, como vamos escrever a seguir.

A conjuntura económica na Madeira, várias vezes, em ciclos de declínio, provocou graves problemas sociais, com mendicidade nas ruas, entre adultos e sobretudo crianças à procura de esmolas. Para colmatar estas necessidades foram criados os asilos de mendicidade com o propósito de “seriam recolhidos todos os mendigos e, segundo as circunstâncias de cada um, receberiam aí socorro, educação ou trabalho”¹²³, ficando assim ao encargo da instituição proporcionar cama, alimento, roupa e higiene. O termo “asilos”, adquire assim o significado de refúgio e abrigo.

Na segunda metade do século XIX despontou a necessidade de criar formas de auxílio para as classes trabalhadoras, em caso de doença, acidentes e velhice, surgindo assim também a necessidade do associativismo, cooperativismo e mutualismo. Reformulava-se, assim, o espírito de algumas das antigas confrarias religiosas, como, na Madeira, tinham as do Corpo Santo, ou seja, São Pedro Gonçalves Telmo, padroeiro dos pescadores e marítimos e que, com o tempo, espartilhadas entre os poderes religioso e político civil, se encontravam em vias de extinção¹²⁴.

Segundo Helena Mouro o mutualismo é um fenómeno social que “emergiu num período histórico marcado por uma alteração significativa no universo simbólico das vivências individuais e colectivas”¹²⁵. Na Madeira o mutualismo surge associado ao auxílio em caso de doença ou invalidez e viuvez, acrescente-se, em atividades como a pesca, que já vinha quase dos inícios do povoamento, como acima escrevemos, mas também na agricultura e em outros ofícios, na tentativa de consolidar fundamentos de solidariedade na comunidade.

A primeira associação criada na Ilha designou-se por associação de *Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862*, seguida de outras igualmente relevantes, como a *Sociedade Humanitária*, que teve como objetivo o socorro a náufragos, epidemias, etc.; a *Associação Madeirense Promotora do Bem Público e de Auxílio Mútuo*, com intenção de promover o cooperativismo; a *Sociedade dos Artífices Madeirenses*, com o propósito

¹²³ LOPES, Maria (1993), “Os pobres e a assistência pública”, MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, Vol. V, p. 513.

¹²⁴ VERÍSSIMO, Nelson (1992), “A Confraria do Corpo Santo no séc. XVIII”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlântica*, nº 10, pp. 116-124.

¹²⁵ MOURO, Helena (2001), *Solidariedade e Mutualismo*, p. 89.

de auxílio em caso de doença, doença, viuvez e orfandade, seguida da criação de outras ao longo do século XIX e inícios do XX¹²⁶.

Outro tópico que julgamos ser pertinente de analisar na nossa investigação é o facto de associado ao filantropismo social, oportunisticamente, ou não, surgir o lazer, com o propósito de promover a diversão e distração através de clubes de recreio, que segundo Alberto Vieira, “primavam pela realização de bailes e soirées que contavam com a participação de residentes e forasteiros”¹²⁷.

*As festas de caridade, as récitas teatraes, os bailes a favor dos tuberculosos são, porventura, meios insuficientes para a [consecução] do fim que se tem em vista: crear receita para a hospitalisação d’estes infelizes doentes pobres, que pelo receio do contagio que o seu mal inspira e falta de tratamento apropriado morrem ao abandono, semelhantemente ao que succedia com os leprosos na idade média.*¹²⁸

A questão da saúde pública entre finais do século XIX e inícios do XX começa assim a ganhar relevância na estrutura da Nação e do Estado, marcada e pressionada também pelas diversas vagas pandémicas que atingiram a Europa. Com a entrada no século XX, o Estado conheceu mais numa crise conjetural, o que, conseqüentemente, estagnou a situação económica e social. As condições gerais de vida dos portugueses, entretanto, mantinham-se iguais, entre a pobreza e a precariedade¹²⁹. Contudo, foram sendo aplicadas novas conceções ideológicas de teor humanista, bem como foi possível observar diversos avanços científicos que também contemplaram Portugal e a Madeira.

Em 1901 estabeleceram-se reformas nos serviços de saúde e beneficência pública, responsabilidade do Dr. Ricardo de Almeida Jorge (1858-1939), com o apoio do presidente do ministério Hintze Ribeiro (1849-1907), implementando, deste modo, em Portugal a primeira jurisdição no âmbito da higiene pública¹³⁰. O porto do Funchal, que detinha a principal forma de entrada e saída de pessoas na ilha da Madeira, executava desde quase o início do povoamento um apertado controlo sanitário, através da instituição de uma quarentena para os passageiros provenientes de regiões afetadas por

¹²⁶ GOES, José Laurindo (1989), “Mutualidade livre em Portugal”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 4, pp. 97-98.

¹²⁷ VIEIRA, Alberto (2017), “Quotidiano e sociabilidades”, disponível em: <https://aprendermadeira.net/article/quotidiano-e-sociabilidades>.

¹²⁸ “Em prol dos tuberculosos”, *DN*, nº 10.614, 01-09-1910, p. 1.

¹²⁹ MARTINS, Ernesto (2006), “A Infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX”, *Infância e Juventude*, pp. 95-96, disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907>.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 94.

doenças epidémicas, com o objetivo de evitar a sua possível transmissão e propagação¹³¹.

Ao longo do século XX, no entanto, foram várias as epidemias que ocorreram na ilha da Madeira, como foi o caso da meningite, em 1904, a peste bubónica, em 1905, a varíola, em 1907, a cólera-mórbus em 1910-1911 e a pneumonia em 1919, que segundo Alberto Vieira foram “...epidemias que causaram elevada mortandade entre a população”¹³². Os doentes durante estas epidemias eram internados no antigo Lazareto Gonçalo Ayres, tradicionalmente destinado a doentes com lepra, doença que foi desaparecendo, mas de que ficou o topónimo e que a partir de 4 de dezembro de 1901 foi determinado como um posto de observação de doentes¹³³.

Em 1910, na Madeira, o governo republicano quase nem teve tempo de celebrar a mudança de regime, dado que no mesmo mês a Ilha tinha sido fustigada por uma epidemia de cólera-morbus, que só seria extinta em fevereiro do ano seguinte¹³⁴. Para tentar resolver a situação epidémica, o governo central enviou para a Madeira o Dr. José Alfredo de Magalhães (1870-1957) para coordenar o tratamento da doença e, posteriormente, o Dr. Carlos França (1877-1926) para fiscalizarem os serviços sanitários. As causas apontadas para o surgimento da doença foram a “...fraca alimentação, ao abuso nas bebidas alcoólicas, à insuficiência de vestuário, à falta de higiene, analfabetismo, etc.”¹³⁵, com as zonas rurais a serem as mais fustigadas devido ao ambiente desfavorecido e insalubre.

A confiança que a população depositava nas entidades religiosas, a elevada taxa de iliteracia, bem como a crença e superstição levaram a uma desconfiança no paradigma da saúde estabelecido pelas autoridades, tal como refere Carlos França que “nos primeiros tempos de epidemia a família do doente começava por chamar os padres e estes é que preveniam os médicos”¹³⁶. A renitência da população em confiar na Ciência, fazia com que as intervenções médicas fossem colocadas em causa, originando a premissa de que os profissionais de saúde, inclusivamente, é que seriam os causadores

¹³¹ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, pp. 106-107.

¹³² VIEIRA, Alberto (2001a), *Ob. Cit.*, p. 87.

¹³³ MATA, Lília (1989), “De lazareto, asilo e clínica ortopédica ao atual Centro Polivalente do Funchal”, *DN*, nº 37167, 10-06-1989, pp. 11 e 29.

¹³⁴ GUERRA, Jorge (2010), *Ob. Cit.*, p. 107.

¹³⁵ JANES, Emanuel (1998), “Uma tentativa de restauração monárquica na Madeira?”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 22, p. 166.

¹³⁶ FRANÇA, Carlos (1911), *A epidemia-Choleric da Madeira (1910-1911)*, p. 2.

da doença, motivando agressões e inclusive assaltos às suas residências pelos populares¹³⁷. Segundo as palavras de Carlos França,

*A ignorância do povo, a sua credence e fanatismo, o sentimento de revolta contra quantos, pelo seu poder, lhe lembrem o senhorio, explicam como era de prevêr fosse temível e dificilmente extinta a epidemia. Juntando a isto as defeituosas condições hygienicas das suas habitações o prejuízo material causado pelas medidas a adoptar para o combate da doença, ter-se-ha uma impressão nítida da situação.*¹³⁸

Posteriormente publicou-se o relatório do Dr. Carlos França sobre as ocorrências da epidemia da Cólera na Madeira, onde se podia observar através de descrições, a falta de serviços de saneamento da cidade, os fracos mecanismos de combate à doença, o tratamento dos doentes e os dados sobre a doença nas diferentes zonas da Ilha. Este relatório veio deixar patente a necessidade de reformas com o objetivo de melhorar as condições físicas e sociais da Madeira.

No ano seguinte à Implantação da República o “«direito à assistência pública» foi consagrado, em Portugal, na Constituição republicana de 1911, ano em que foram criados o Fundo Nacional de Assistência e a Direcção-Geral de Saúde”¹³⁹. Foi necessária a criação do “direito à assistência pública”, porque segundo um artigo do *DN* de 1914, “as epidemias estão a surgir a cada hora e hoje, talvez, com mais frequência do que nos tempos em que só a palavra epidemia causava sobressaltos em todos os espíritos conhecedores do horror de tão grandes flagelos”¹⁴⁰. Em 1918, a Ilha seria novamente assolada por uma outra epidemia, então de “pneumonia pestosa”, para a qual foram criadas medidas sanitárias pelo governo, com a colocação dos doentes no hospital provisório na quinta do Leme, enquanto os passageiros provenientes de Lisboa eram internados no Lazareto Gonçalo Ayres, medida preventiva devido ao surto também ocorrido na capital¹⁴¹.

A assistência e a saúde caminham lado a lado durante a sua origem até os dias de hoje, no entanto sofreram ambas alterações e foram modificando-se conforme as épocas, intervenções, governações e evoluções. No período denominado de Estado de Estado Novo e com a constituição de 1933, a assistência pública deixa de ser um direito,

¹³⁷ CARITA, Rui (2017), *Ob. Cit.*, p. 190.

¹³⁸ FRANÇA, Carlos (1911), *Ob. Cit.*, p.7.

¹³⁹ PIMENTEL, Irene Flunser (2016), *A assistência social e a previdência corporativa no Estado Novo*, p. 15.

¹⁴⁰ “Saúde Pública”, *DN*, nº 12122, 30-10-1914, p. 1.

¹⁴¹ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, pp. 78-79.

passando a ser um conceito mais específico, na tentativa de evitar abusos e extorsões ao Estado.

A Constituição portuguesa, promulgada em Abril de 1933, já não incluiu o «direito» à assistência pública e afirmou que cabia ao Estado «coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais», no sentido de «defender a saúde pública», assegurar a «defesa da família», «proteger a maternidade» e «zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana».¹⁴²

Esta medida foi implementada por António de Oliveira Salazar na tentativa de inculcar aos portugueses a mentalidade de que cada membro na sociedade seja ativo, salientando que o estado precário do país se devia à preguiça e incúria, causando despesas ao Estado. Na Madeira e por despacho de maio de 1936, foi cedida a quinta Sant'Anna, herdada da extinta Sociedade dos Sanatórios, à Assistência Nacional aos Tuberculosos para ali instalar um hospital sanatório dedicado aos doentes pobres da Ilha, enquanto o preventório no Hospital dos Marmeleiros ficava destinado às crianças¹⁴³.

Além da compreensão do paradigma assistencial e dos seus mecanismos que são moldados conforme as épocas e as mudanças derivadas das conjunturas associadas, parece-nos essencial tentar compreender o papel do ser humano enquanto membro ativo da sociedade, das suas decisões e do seu papel no espaço social e cultural.

CAPÍTULO II – ALEXANDRE DA CUNHA TELES: O HOMEM

2.1 O quadro familiar inicial

Após uma breve contextualização do período de transição entre o século XIX-XX, correspondente ao nascimento de Alexandre da Cunha Teles, constatamos ter sido uma época marcada por diversas mudanças no contexto nacional e, sobretudo insular, no âmbito político, social e económico, onde se destacam-se medidas de apoio social que surgiram como ferramenta de combate às condições da sociedade madeirense mais desfavorecida. ACT cresceu e viveu assim nessa sociedade em transformação, ocupando diversas funções e outros tantos cargos em instituições de benemerência, sempre com o propósito de proporcionar melhores condições aos mais necessitados e menos

¹⁴² PIMENTEL, Irene Flunser (2016), *Ob. Cit.*, p. 18.

¹⁴³ COSTA, Renato Gama-Rosa (2014), “O Sanatório João de Almada e o armamento Anti-tuberculoso em Portugal (1934)”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 54, p. 137.

afortunados.

Transcrevendo um dos seus amigos especiais, Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), o intitulado visconde do Porto da Cruz¹⁴⁴:

*As biografias de homens eminentes deviam constituir a leitura mais aconselhada para a juventude... Uma boa biografia lança claridade intensa sobre a vida e sobre a Historia, que é a lição dos factos. Por isto a leitura de biografias de homens eminentes estarão aconselhadas para a mocidade, como medida da maior importância para os homens de amanhã.*¹⁴⁵

Alexandre da Cunha Teles nasceu a 15 de maio de 1891, na freguesia de São Pedro, filho do general Norberto Jaime Teles (1852-1936) e de Margarida Mattos Cunha, em título de *Homem Sousa*¹⁴⁶ e *Cunha*¹⁴⁷. Foi batizado na igreja de São Pedro a 1 de julho de 1891, pelo padre João Joaquim Ferreira Gregório Moniz, sendo seus padrinhos Francisco Romano de Abreu Nunes e D. Maria Catharina Telles Nunes, cunhado e irmã de Norberto Jaime Teles¹⁴⁸.

Era o mais novo de quatro filhos. A sua irmã mais velha era Ana Maria Cunha Teles (1878-1902)¹⁴⁹, nascida a 26 de outubro de 1878 e Júlia Maria da Cunha Teles (1882-1929)¹⁵⁰, era a irmã do meio, nascida a 20 de julho de 1882, que contraiu matrimónio¹⁵¹ com Juvenal Raimundo de Vasconcelos¹⁵², havendo uma filha desse casamento. O irmão mais velho de Alexandre, “falecido menino”¹⁵³, Júlio da Cunha

¹⁴⁴ Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco, como se nomeava, começou a usar o título de visconde do Porto da Cruz por o mesmo ter sido dado ao bisavô materno Valentim de Freitas Leal Moniz Teles de Meneses Vasconcelos (1790-1879), representante da família Leal do Porto da Cruz que, no entanto, recusara tal título, logo nunca o tendo usado. A autorização do uso do título teria sido dada por D. Manuel II (1890-1932), no exílio, em Londres, em abril de 1921, mas Alfredo já o usava antes. A informação, entretanto, é do intitulado visconde e o título só foi reconhecido pelo Conselho da Nobreza em 1949.

¹⁴⁵ ABM, *Espólio do Visconde do Porto da Cruz*, Catálogo. 67, cx. 7, cap.13, “Biografias”, Emissora de Berlim, na rubrica «Pontos nos ii», durante a Segunda Guerra Mundial (entre 1940 e 1945).

¹⁴⁶ CLODE, Peter (1952) *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*, p. 104.

¹⁴⁷ *Ibidem* (1983) *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, sécs. XIX e XX*, p. 473.

¹⁴⁸ ABM, PFUN08, *Registo Paroquiais*, Igreja de São Pedro Funchal, L.º 1293, fls. 22-22v.º, registo batismo n.º 47 [cf. Anexo I – Documentos Biográficos, n.º 1].

¹⁴⁹ ABM, PFUN, RP, Igreja de São Pedro do Funchal, L.º 1382, fls. 82-83v., registo batismo n.º 186 [cf. Anexo II – Documentos da Família, n.º4].

¹⁵⁰ *Ibidem*, L.º 1390, fls. 44v.-45, registo batismo n.º 113 [cf. Anexo II - Documento da Família, n.º 5].

¹⁵¹ ABM, PFUN10, registo de casamento, L.º 6449 A, fls. 29-29v.

¹⁵² GOUVEIA, David (1955), “Genealogias: Os antepassados dos Araújo madeirenses”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º19 e 20, p. 89-90; AGRELA, Carlos de (1956), “Genealogias: Araújo”, *Ibidem*, n.º 24, p. 59.

¹⁵³ CLODE, Peter (1983), *Ob. Cit.*, p. 474.

Teles (1882)¹⁵⁴, tinha nascido a 25 de junho de 1882, gémeo de Júlia, por certo com problemas no nascimento e fora batizado a 9 de julho do mesmo ano na igreja paroquial de São Pedro, mas não sobrevivendo muito tempo¹⁵⁵.

Alexandre da Cunha Teles (ACT) fez a escolaridade no Liceu do Funchal onde recebeu elogiosas distinções¹⁵⁶, foi inclusive distinguido pelo reitor Dr. Nuno Silvestre Teixeira (1847-1928) como um dos alunos que se evidenciaram no ano letivo de 1907¹⁵⁷, estudos que haveria de concluir em 1908. Nesse mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, curso concluído em 1912 e, novamente o brilhantismo acompanhou-o durante a frequência na Universidade, obtendo distintas avaliações¹⁵⁸, inclusive “accessits (sem gradação)”¹⁵⁹ em Direito Comercial¹⁶⁰.

Durante os anos de formação, ACT não deixou de participar em palestras e redação de artigos, iniciando a sua depois prolífera atividade de escritor. Desde jovem começou a frequentar eventos de cariz beneficente, como o recital de 1908 destinado ao dispensário para crianças pobres, com a apresentação de quadros vivos¹⁶¹, onde, entre os presentes, estão ACT e Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), depois visconde do Porto da Cruz. No mesmo ano participa numa palestra realizada na Associação Protetora dos Estudantes Pobres, com o depois poeta José Cruz Baptista Santos (1887-1959) e Juvenal Henriques de Araújo (1903-1977)¹⁶², a par dessa conferência, publica um artigo no *Almanaque Madeirense* de 1909¹⁶³ com o título *Tomada de Ceuta*¹⁶⁴, um artigo de cariz nacionalista enaltecendo os feitos portugueses de 1415, onde já podemos antever na sua personalidade o patriota português orgulhoso da sua identidade portuguesa¹⁶⁵.

¹⁵⁴ ABM, PFUN08, *RP*, Igreja de São Pedro, L.º 1386, fls. 49-45v., registo batismo nº 120 [cf. Anexo II – Documentos da Família, nº 6].

¹⁵⁵ [Cf. Apêndices I - GENEALOGIA DA FAMÍLIA CUNHA TELES (PAÍS-FILHOS DE ACT) e Apêndices II - ÁRVORE GENEALÓGICA DE ALEXANDRE DA CUNHA TELES].

¹⁵⁶ CRUZ, Visconde do Porto (1953), *História Literária da Madeira*, Vol. III, p. 114.

¹⁵⁷ “Instrução publica”, *DN*, nº 9934, 15-10-1908, p. 2.

¹⁵⁸ “Novo Bacharel em Direito”, *DN*, nº11321, 14-08-1912, p. 1.

¹⁵⁹ Classificação logo após o prémio de avaliação.

¹⁶⁰ *Anuário de Coimbra 1912-13*, p. 122, disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/22970>; [cf. Anexo I - Documento Biográficos, nº 4].

¹⁶¹ “Dispensário para creanças pobres”, *DN*, nº 9800, 03-06-1908, p. 2.

¹⁶² “As conferencias d’hoje”, *DN*, nº 9776, 10-05-1908, p. 2.

¹⁶³ Direção de António Feliciano Rodrigues (1870-1925) e de Jaime Câmara (1881-1946), Funchal, 1908 e seguintes.

¹⁶⁴ TELES, Alexandre (1909), “*Tomada de Ceuta*”, *Almanach de Lembranças Madeirense para 1909*, pp. 266-268.

¹⁶⁵ A quase meticolosa listagem das publicações de ACT foi elaborada por Luís Marino, pseudónimo de Luís Gomes da Silva (1909-1996), cujo espólio se encontra no ARM (ABM/LMR/A/044).

ACT abraçará a causa benemérita desde muito jovem, ocupando cargos de cariz assistencial, já nos tempos em que era aluno em Coimbra, participando, no cargo de tesoureiro na comissão de “académicos madeirenses” de Coimbra. Neste cargo, enviará donativos para os alunos carenciados na ilha da Madeira, como em 1911, em benefício do Asilo Infantil de Artes e Ofícios¹⁶⁶. Será importante perceber que o meio familiar de ACT influenciará muito do seu desígnio e da sua ação na sociedade madeirense, num devir já presente numa família de políticos ligados à beneficência. Durante os finais do século XIX até meados do século XX, a família de Alexandre da Cunha Teles ocupou inúmeros cargos de relevo na sociedade madeirense, desde os seus avôs até ao seu pai, que lhe serviram, por certo, de ligação e modelo.

Norberto Jaime Teles¹⁶⁷, pai de Alexandre da Cunha Teles, nasceu a 23 de dezembro de 1852, natural da freguesia de Santa Cruz¹⁶⁸, filho de António Joaquim de Ferreira Teles de Gaula e D. Humiliana Augusta da Silva, casados em 1846¹⁶⁹ e contraindo depois matrimónio com Margarida Matos Cunha¹⁷⁰, em 1877. Decidiu enveredar pela carreira militar, tal como o seu pai que havia chegado a capitão, assentando praça a 24 de agosto de 1871, tendo sido promovido a alferes a 19 de dezembro de 1875, de tenente, a 3 de dezembro de 1879 e capitão, a 31 de dezembro de 1884. Continuou a subir na hierarquia militar, tendo sido promovido a major em 1897 e colocado no Regimento de Caçadores 12 do Funchal¹⁷¹.

Passados 10 anos, em 1907, foi promovido a coronel¹⁷² e, em 1922, a general, altura em que decide aposentar-se das funções militares, solicitando a reforma¹⁷³. Durante a sua carreira militar assumiu por diversas ocasiões o comando militar da Madeira, embora interinamente¹⁷⁴, bem como do Regimento de Infantaria 27, que sucedera a Caçadores nº 12¹⁷⁵ e, além dos cargos militares referidos, foi professor efetivo da disciplina de desenho no Liceu do Funchal.

¹⁶⁶ “Asylo Inffantil de Artes e Officios”, *DN*, nº 10863, 11-05-1911, p. 2.

¹⁶⁷ [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº6].

¹⁶⁸ CLODE, Peter (1983), *Ob. Cit.*, pp. 474-475; *Ibidem*; PIO, Manuel (2001), *Santa Cruz da Ilha da Madeira*, p. 351.

¹⁶⁹ FREITAS, José (2000) *Gaula a terra e a gente*, pp. 316-317.

¹⁷⁰ ABM, *Governo Civil*, registo de casamento, L.º 1415, fls. 47-47v. [cf. Anexo II – Documentos da Família, nº 2].

¹⁷¹ “Promoção”, *DN*, nº 5954, 08-01-1897, p. 1.

¹⁷² “Noticias Militares”, *DN*, nº 9524, 29-08-1907, p. 2.

¹⁷³ ABM, Espolio de Luís Marino, *Nota biobibliográfica: Teles, Norberto Jaime*, cota 5-10, pp. 143 [cf. Anexo II – Documentos da Família, nº1].

¹⁷⁴ “Noticias militares”, *DN*, nº 8519, 18-11-1904, p. 2.

¹⁷⁵ [Cf. Anexo II – Documentos da Família, nº3].

Dirigiu algumas associações e comissões entre elas, a de presidente da comissão organizadora da *Companhia Vinícola da Madeira*, a de presidente da Cooperativa Militar da Madeira¹⁷⁶. Também presidiu à comissão executiva da Junta Agrícola da Madeira e a comissão organizadora de fundos da Escola de Artes e Ofícios. Foi de igual modo, tesoureiro da comissão administrativa da Associação Protetora dos Pobres¹⁷⁷ e membro da direção do Club Funchalense¹⁷⁸. Mais tarde assume a gestão da casa de vinhos *Júlio Cunha, Sucessores*. Aliás, a agricultura madeirense era um dos seus maiores interesses, escrevendo vários artigos publicados nos diários locais, destacando assuntos relacionados com o Regime Sacarino e o Vinho Madeira.¹⁷⁹

Em reconhecimento do trabalho realizado durante a sua vida, recebeu diversas condecorações, como as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar, a de oficial da Ordem de São Bento de Avis¹⁸⁰, a medalha bronze de Filantropia e Caridade¹⁸¹ e a medalha de prata, ambas da Associação de Socorros a Náufragos¹⁸². Na sua terra natal, Santa Cruz e em reconhecimento pelo trabalho desempenhado, foi atribuído o seu nome a uma praça: Praça General Norberto Jayme Teles¹⁸³, situada nos dias de hoje na Rua da Praia. Veio a falecer a 30 de outubro de 1936, depois do filho, descrevendo o *Jornal da Madeira* a personalidade do General, utilizando as seguintes palavras:

...o respeitabilíssimo ancião, precioso ornamento do Exercito português, General Norberto Jaime Teles. É uma figura das mais prestigiosas e dignas que desaparece do nosso meio. [...] era sem duvida um dos vultos que o Funchal mais prezava.[...]a firmeza de convicções, e o inexcedível aprumo moral...¹⁸⁴.

A mãe de Alexandre da Cunha Teles, Margarida Mattos Cunha, era natural de Santa Maria Maior, filha de Júlio Augusto Cunha¹⁸⁵ e D. Margarida de Matos. Júlio

¹⁷⁶ VIEIRA, Alberto (1992) *A Cooperativa Militar da Madeira um século de existência (algumas notas sobre a sua história)*, p. 7.

¹⁷⁷ “Reunião da Comissão Administrativa da «Associação Protectora dos Pobres»”, *DN*, nº 4473, 25-12-1891, p. 2.

¹⁷⁸ “Club Funchalense”, *DN*, nº 4761, 16-12-1892, p. 1.

¹⁷⁹ ABM, Espolio de Luís Marino, *Nota biobibliográfica: Teles, Norberto Jaime, general*, cota 5-10, p. 143 [cf. Anexo II – Documentos da Família, nº1].

¹⁸⁰ “Agraciado”, *DN*, nº 4428, 01-11-1891, p. 1.

¹⁸¹ “Socorros a Náufragos”, *DN*, nº 8339, 22-05-1904, p. 2.

¹⁸² *Ibidem*, nº 11714, 14-09-1913, p. 2.

¹⁸³ “Praça do General Norberto Jayme Telles”, *DN*, nº 10280, 29-09-1909, p. 1.

¹⁸⁴ “General Norberto Jaime Teles”, *Jornal da Madeira*, nº 1303, 31-10-1936, p. 1.

¹⁸⁵ “Junta Geral do Distrito”, *DN*, nº 4439, 14-11-1891 p.1 e “Divisão das Comarcas”, *Ibidem*, nº 7550, 18-03-1902, p. 1.

Augusto Cunha, avô materno de ACT, era um ilustre político que ocupou diversos cargos públicos, entre os quais o de vogal da Associação Comercial do Funchal¹⁸⁶ e de vereador da CMF, em 1893, incumbido pelo pelouro da iluminação e serviços de incêndios¹⁸⁷. Foi também delegado para a eleição para a Câmara de Pares pelo conselho do Funchal, em 1894, a par do Visconde do Ribeiro Real (1841-1902) e do Conde do Canavial (1829-1902)¹⁸⁸. Foi, inclusivamente, ali membro de várias comissões para o estudo e resolução de questões relacionadas com a vida da cidade. António Joaquim Ferreira Teles, avô paterno de ACT, era filho do capitão António Joaquim Teles de Meneses e de Juliana Ferreira, natural do Sítio do Povo, em Gaula. Vivia em Santa Cruz na Rua da Amargura e era descrito como “grande proprietário, solicitador, político influente na governança de Santa Cruz, poderoso e temido”¹⁸⁹.

2.2 O início da carreira profissional

*A vida humana não se escreve sobre páginas em branco. Todas as acções são já e sempre respostas provocadas por acontecimentos resultantes de outras acções.*¹⁹⁰

Alexandre da Cunha Teles¹⁹¹ nasceu no seio de uma família tradicional madeirense¹⁹² e durante o seu crescimento destacou-se rapidamente nos estudos tal como refere Emanuel Janes: “...fez os cursos de instrução primária e do Liceu, sempre com distinção...”¹⁹³, que viria a concluir em 1908, como já escrevemos. Durante este período demonstra ainda interesse pelas artes, fazendo parte da tuna académica do Liceu do Funchal, onde toca violino¹⁹⁴.

Fez depois o curso de Direito na faculdade respetiva da Universidade de Coimbra¹⁹⁵ e em 1912 matricula-se no curso de doutorado da Faculdade de Ciências Económicas e Políticas da universidade da Sorbonne, em Paris¹⁹⁶ com a intenção,

¹⁸⁶ “Associação Commercial”, *DN*, nº 4528, 04-03-1892, p. 2.

¹⁸⁷ “Camara Municipal do Funchal”, *DN*, nº 5055, 15-12-1893, p. 1.

¹⁸⁸ “Delegados ao collegio districtal para a eleição de Pares do Reino”, *DN*, nº 5162, 21-04-1894, p. 1.

¹⁸⁹ FREITAS, José (2000), *Ob. Cit.*, pp. 316-317.

¹⁹⁰ BONIFÁCIO, Maria (1999) *Ob. Cit.*, p. 88.

¹⁹¹ [Cf. Apêndice III - CRONOLOGIA] e [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº3 e nº17].

¹⁹² [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº2].

¹⁹³ JANES, Emanuel (2004), “Alexandre da Cunha Teles”, *Revista Saber*, junho, p. 12.

¹⁹⁴ “Tuna académica”, *Diário Popular*, nº 2430, 12-10-1905, p. 1.

¹⁹⁵ “Partidas”, *DN*, nº 9897, 08-09-1908, p. 2.

¹⁹⁶ “Alexandre da Cunha Teles”, *JM*, nº16875, 11-01-1987, p. 21.

segundo o *DN*, “...afim de desenvolver e especializar os seus estudos de jurisprudência n’uma universidade franceza...”¹⁹⁷, que não seriam concluídos por razões familiares. O ano de 1913 veio a revelar-se um ano conturbado e de inúmeras alterações na sua vida, pois estando em Paris, recebe aí a notícia do falecimento da mãe¹⁹⁸ e, como consequência, decide regressar à Madeira, para apoiar o general seu pai¹⁹⁹, deixando assim em pausa os seus estudos, que acabaria por não retomar.

Abre então escritório de advocacia no Funchal, onde exerce a sua profissão e, segundo as palavras de Emanuel Janes, “...muitas vezes a sua bondade fê-lo aceitar o patrocínio de muitos casos sem olhar a qualquer compensação de ordem material”²⁰⁰. Em meados de 1913, o *DN* já noticia a sua participação num julgamento de três indivíduos moradores na Vila de Câmara de Lobos, acusados de ofensas verbais²⁰¹. Dados os contactos estabelecidos em Coimbra e Lisboa, logo nestes primeiros anos, inclusivamente, aparece a ocupar-se de casos em parceria com colegas continentais, como com António Deslandes Correia Caldeira Coelho (1888-1979), depois governador civil do Funchal, aparecendo em janeiro de 1915, um na Madeira e outro, em Lisboa, a colaborarem no caso de João Gonçalves, natural do Estreito de Câmara de Lobos, acusado de atear fogo numa residência²⁰².

Em julho de 1914, entretanto, já vem referenciado na tomada de posse do delegado do procurador da República, Emílio de Sá Pereira Sotomaior (1868-?)²⁰³. Em 1916 assume de forma temporária esse cargo de delegado do procurador da República no Funchal, no impedimento do mesmo Sotomaior²⁰⁴, cargo para o qual dois anos mais tarde viria a ser nomeado para exercer de forma interina, juntamente com Joaquim Carlos de Sousa (1867-1950), em substituição do Dr. Juvenal Henriques de Araújo²⁰⁵. Julgamos importante realçar que durante as primeiras décadas do séc. XX na ilha da Madeira, segundo Graça Fernandes “...os Serviços Judiciais no Funchal, dependiam

¹⁹⁷ “Para Paris”, *DN*, nº 11348, 10-09-1912, p. 1.

¹⁹⁸ “Convite” e “Necrologia”, *DN*, nº 11533, 16-03-1913, pp. 2-3; “D. Margarida da Cunha Telles: O seu funeral”, *DM*, 17-03-1913, nº 426.

¹⁹⁹ “Chegadas”, *DN*, nº 11539, 23-03-1913, p. 2.

²⁰⁰ JANES, Emanuel (2004), “Alexandre da Cunha Teles”, *Revista Saber*, junho, 2004, p. 12.

²⁰¹ “Tribunais: Comarca do Funchal”, *DN*, nº 11611, 03-06-1913, p. 3.

²⁰² “Em Liberdade”, *DN*, nº 12202, 20-01-1915, p. 2.

²⁰³ “Delegado do Procurador da Republica”, *DN*, nº 12010, 10-07-1914, p. 2.

²⁰⁴ *Ibidem*, nº 12808, 31-10-1916, p. 1.

²⁰⁵ “Noticias Judiciais”, *DN*, nº 13326, 02-08-1918, p. 1.

unicamente de um Juízo de Direito, constituído por um Juiz e um Delegado do Procurador da República... [mas] os advogados eram numerosos (...)”²⁰⁶.

Foi assim membro de várias comissões que tinham como função promover determinados eventos, tal como estudar a aplicação de fundos a vários níveis, ou a defesa os produtos locais e também dos trabalhadores madeirenses. Após o seu regresso a Madeira, por motivos de força maior que o obrigaram a colocar uma interrupção nos estudos de Direito em França, começou por publicar alguns artigos e cartas de carácter vário nos jornais locais, sendo esses primeiros trabalhos associados à sua profissão, na área do Direito²⁰⁷. Um desses artigos foi publicado no DM com o título “A arte e os Criminosos: A pintura e a escultura – Verdadeira importancia da Litteratura”²⁰⁸, onde deixa, através da sua opinião, uma analogia entre a Arte e o Direito, sendo esta uma retribuição ao poeta e advogado António Feliciano Rodrigues (1870-1925), um dos diretores do *Almanaque* acima citado.

Teria sido nesse quadro que, em outubro de 1913, defende nas páginas do *Diário da Madeira*, em entrevista, a criação de um partido regionalista, que surge com o título “Política madeirense: Partido regionalista”²⁰⁹, onde é abordado um tema que vinha surgindo no seio da sociedade madeirense e que consistia na intenção de criar um partido político regionalista, correndo estar o seu nome associado ao mesmo. Nega pretender liderar ou fundar um tal partido, tendo somente a intenção de publicar na imprensa local temática a esse respeito. Se tal partido chegasse a ser criado, entretanto, devia incidir o seu programa dos sobre assuntos relevantes para a época, como a viação elétrica, o turismo, a criação de bairros novos, a questão vinícola e outros, ou seja, tudo que estivesse relacionado com o desenvolvimento ilha da Madeira.

No mesmo ano, através da publicação de uma “Carta”²¹⁰, aborda a importância da exploração dos “tramways” elétricos pelas câmaras municipais, onde dá a sua opinião sobre o monopólio da viação elétrica. Dois dias depois, faz uma breve análise ao projeto de viação elétrica, estudado pela Junta Geral²¹¹. Os assuntos abordados devem ter levantado logo alguma polémica, pois no dia seguinte foi publicada também

²⁰⁶ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, p. 94.

²⁰⁷ [Cf. Apêndice IV - RECOLHA DE ACT].

²⁰⁸ TELES, Alexandre (1913), “A arte e os Criminosos: A pintura e a escultura – Verdadeira importancia da Litteratura”, *DM*, nº 533, 03-07-1913, p. 1.

²⁰⁹ “Política Madeirense: Partido regionalista”, *DM*, nº 632, 10-10-1913, p. 1.

²¹⁰ TELES, Alexandre, (1913), “Carta”, *DM*, nº 629, 07-10-1913, p. 1.

²¹¹ TELES, Alexandre (1913), “Carta”, *DM*, nº 631, 09-10-1913, p.2.

no *DM* uma “Carta aberta”, dirigida ao “sr. A. Izidro Gonçalves”²¹². Pensamos que se trate do industrial do Estreito de Câmara de Lobos, Alfredo Isidoro Gonçalves (1882-1965), mas não entendemos bem a polémica, pois o industrial dedicava-se, essencialmente, à exportação de frutos e produtos hortícolas, tal como ao tratamento de vinhos, na sequência do trabalho do seu tio, António Isidro Gonçalves (1844-1931), fundador da Companhia Vinícola da Madeira e então radicado no Rio de Janeiro. A *Carta aberta*, entretanto, refere que com o artigo anterior sobre a viação elétrica não pretendia condenar ou contrariar as ideias de outros, mas sim, procurar dar a sua opinião sobre o assunto com “intenção patriótica”, defendendo os interesses locais.

Em meados de setembro de 1913 até o final desse mês, são publicados vários artigos/cartas que incidem sobre a temática da “municipalização da água” no Funchal colocando a sua perspectiva sobre o assunto²¹³ por diversas ocasiões e em vários números, abordando as vantagens da municipalização, as lutas de concessão entre privado e público, os países que eram exemplo de terem municipalizado a água, os resultados financeiros desta opção, não deixando de ressaltar os interesses municipais e da própria ilha da Madeira. Já no ano seguinte, insurge-se por intermédio de carta publicada no *DN*, sobre a utilização dos postos radiotelegráficos e os vapores que atrapavam no porto do Funchal, fazendo jus dos seus conhecimentos de direito e com base no direito marítimo internacional²¹⁴, lembrando que Portugal mantinha uma posição de estado neutro naquele início da I Grande Guerra, embora dois anos depois a situação viesse a mudar.

Em finais desse mesmo ano de 1913 concorre ao cargo de procurador efetivo da Junta Geral pelo concelho de Santa Cruz, terra natal de seu pai, cargo que assume sem “oposição governamental” e então como independente²¹⁵. Assim, em 1914, foi nomeado para uma comissão da Junta Geral do Funchal encarregue de estudar a distribuição dos impostos municipais, da qual faziam parte também Pedro Goes Pita (1891-1974), Pedro José Lomelino (1864-1930), Remígio Spínola Barreto (1869-1963) e

²¹² TELES, Alexandre (1913), “Carta aberta”, *DM*, nº 633, 11-10-1913, p. 1.

²¹³ TELES, Alexandre (1913), “A Municipalização da Água”, *DN*, nº 11711, 11-09-1913, p. 1; *Ibidem*, nº 11716, 16-09-1913, p. 1; *Ibidem*, nº 11717, 17-09-1913, p. 2; *Ibidem*, nº 11718, 18-09-1913, p. 1; *Ibidem*, nº 11719, 19-09-1913, p. 2; *Ibidem*, nº 11721, 21-09-1913, p. 2; *Ibidem*, nº 11722, 22-09-1913, p. 1; *Ibidem*, nº 11723, 23-09-1913, p. 2; *Ibidem*, nº 11724, 24-09-1913, p. 1; *Ibidem*, nº 11726, 26-09-1913, p. 2; *Ibidem*, nº 11746, 16-10-1913, p. 3.

²¹⁴ TELES, Alexandre (1914), “Comunicado”, *DN*, nº 12039, 08-08-1914, p. 2.

²¹⁵ “Eleições Administrativas”, *DN*, nº 11792, 01-12-1913, p. 2.

Braz Sequeira²¹⁶. Durante os anos seguintes foi ainda representante legal de inúmeras instituições, defendendo e lutando por melhores condições, entre as quais se destaca a Associação de Classe Vendedores de Víveres a Retalho²¹⁷, onde defende o “descanso semanal”²¹⁸.

Desses primeiros anos como advogado e gestor, são logo também os da sua ligação às instituições de assistência que iriam marcar a sua vida e o seu legado. Nesse ano de 1913 é convidado pelo governador civil do Funchal, então o tenente-coronel Sá Cardoso (1864-1950), para o cargo de vogal da Comissão Administrativa do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, instituição a que ficará ligado²¹⁹. Em 1923 ocupará já cargos de direção, sob a presidência do banqueiro Henrique Vieira de Castro (1869-1926)²²⁰, ao qual viria a suceder.

Em 1914 surge também como um dos membros fundadores da delegação da Cruz Vermelha Portuguesa no Funchal, ocupando o cargo de secretário, como vem noticiado nos periódicos locais²²¹, instituição em que ocupará outros depois cargos, aspetos que aprofundaremos igualmente a seguir (Cap. III). Num curto espaço de tempo, adquire muito boa reputação como advogado, marcando presença em eventos importantes na esfera da sociedade madeirense, como em 1915, na tomada de posse do novo administrador do concelho e do comissário da polícia José Agostinho Rodrigues²²².

Durante o período compreendido entre 1913-1920 regressa também ao Liceu do Funchal, onde em tempos fora um distinto aluno, agora para exercer as funções de docente, como refere Luíz Peter Clode (1904-1990)²²³ e confirma o *DN*, com a publicação “Lyceu do Funchal: Nomeação de professores provisórios”²²⁴, onde se refere ter assumido lugar na seção de Letras pelo 3º grupo, bem como é referido depois por Jorge de Sousa, no quadro da proposta para os professores provisórios do ano letivo de

²¹⁶ “Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 12136, 13-11-1914, p. 2.

²¹⁷ “A associação de classe «Vendedores de Víveres a Retalho»”, *DN*, nº 12194, 12-01-1915, p. 2.

²¹⁸ Interesses da Classe: Descanso Semanal – Uma entrevista com a comissão delegada da «Associação dos Vendedores», *O Athenista*, nº 17, 15-02-1914, p. 2.

²¹⁹ [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº1].

²²⁰ “Comissão Administrativa do Asilo de Mendicidade”, *DN*, nº 14969, 27-11-1923, p.1; “Comissão Administrativa do Asilo de Mendicidade”, *DM*, nº 3758, 27-11-1923, p. 1.

²²¹ “Alexandre da Cunha Teles”, *JM*, nº 16875, 11-01-1987, p. 21; idem, “Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha: Instalação da delegação districtal no Funchal”, *DM*, 15-11-1914, nº 1029, p. 1.

²²² “Posse do novo administrador do concelho e comissário da policia”, *DN*, nº 12264, 20-03-1915, p. 2.

²²³ CLODE, Peter (1983), *Ob. Cit.*, pp. 473-474.

²²⁴ “Lyceu do Funchal: Nomeação de professores provisórios”, *DM*, 08-11-1913, nº 661, p.1; “Liceu central do Funchal”, *DN*, nº 12802, 24-10-1916, p.3; “Liceu Central do Funchal”, *DN*, nº 13362, 14-09-1918, p. 2; “Liceu Jaime Moniz”, *DN*, nº 13689, 23-10-1919, p. 2.

1916-17²²⁵.

Após um período de 2 anos ausente de publicações, surge nova publicação em 1916 desta vez com um artigo intitulado “Direito Aéreo: Crimes em aeronaves-guerra aerea”²²⁶, onde se aborda a situação jurídica dos aeróstatos e dos crimes ocorridos nos mesmos, dando a perspectiva do jurista e ensaísta brasileiro Adherbal de Carvalho (1869-1915) e do Prof. José Caeiro da Matta (1877-1963) sobre o mesmo assunto. No ano seguinte publica o artigo com o título “Telegraphia sem fio”²²⁷, onde aborda os princípios jurídicos reguladores da competência sobre a telegrafia sem fio e o Direito Internacional. A *TSF* era então um assunto candente da sociedade comercial madeirense e a que voltará em 1921, num outro contexto.

Durante estes anos em que exerceu as funções de professor, assume também, em 1914, com o colega Damião Peres (1889-1976)²²⁸, então reitor do Liceu do Funchal e, mais tarde, professor da Universidade do Porto e, depois, de Coimbra, a direção do órgão quinzenário da Caixa Escolar do Liceu do Funchal, intitulado *Alma Nova*²²⁹. Os primeiros quatro números são assumidos com a direção de Damião Peres, mas com a suspensão do mesmo por motivos políticos, pelo ministério da Primeira República, a direção passa a ser de Cunha Teles, sendo o nº 5 de homenagem ao “reitor suspenso do Liceu”, continuando como redatores os estudantes Luís Vieira de Castro (1898-1954) e José de Ornelas Monteiro (1896-?)²³⁰. Estamos, assim, perante um grupo conservador algo fechado, em parte oriundo da Universidade de Coimbra, embora não fosse o caso de Damião Peres, que só passa a Coimbra mais tarde, que se prolonga no Liceu do Funchal e que não deixa de aproveitar todas as oportunidades para marcar a sua posição.

Assim se passou em 1917 e 1918, com o golpe militar do major Sidónio Pais, antigo professor e vice-reitor da Universidade de Coimbra, bem recebido por este grupo, mas frustrado com o seu assassinato em finais do último de 1918. ACT marcou assim

²²⁵ SOUSA, Jorge de (2003) “Liceu de Jaime Moniz uma escola de prestígio e de qualidade”, *Ilhas: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 32, p. 14.

²²⁶ TELES, Alexandre (1916), “Direito Aéreo: Crimes em Aeronaves-Guerra aérea”, *DM*, nº 1746, 29-12-1916, p. 1.

²²⁷ TELES, Alexandre (1917), “Telegraphia sem fio”, *DM*, nº 1753, 07-01-1917, p. 1.

²²⁸ Autor de vasta obra, inclusivamente, em relação à Madeira, mas, muito especialmente, a direção da *História de Portugal*, 7 + 3 vols., edição monumental da Portucalense Editora, dita de *Barcelos*, porque ali impressa, Porto (1928-1954-1981).

²²⁹ “Alma Nova”, *DM*, n.º 685, 02-12-1913, p. 1, notícia da edição do “elegante jornalinho quinzenário” órgão da *Caixa Escolar* do Liceu do Funchal, com direção de Damião Peres (1889-1976) e onde escreviam os “*inteligentes estudantes*” Luís Vieira de Castro (1898-1954) e José de Ornelas Monteiro (1896-?).

²³⁰ ABM, *Alma Nova*: órgão quinzenário da “Caixa Escolar do Liceu do Funchal” (1913-1914), nº 5, 04-02-1914, p. 1.

posição e usou da palavra na homenagem realizada no Liceu, em janeiro seguinte, onde estava como professor, em que engrandece a sua obra, referindo-se-lhe como o “...grande português que foi o Dr. Sidonio Paes, pondo em evidencia, não só a sua bravura como militar, mas tambem os seus sentimentos caritativos e humanitários...”, como escreve o DN do Funchal²³¹.

Em 1916, ACT assume o cargo de presidente da Assembleia Geral da Associação de Socorros Mútuos dos Artífices do Funchal²³², cargo que voltaria a ocupar nos anos seguintes de 1918, 1919, 1922 e 1927. Esta associação acabaria por sofrer algumas mudanças internas e inclusive viu o seu nome, posteriormente, alterado para Associação de Socorros Mútuos “O Futuro”²³³. O ano de 1916 não terminaria sem ocupar o cargo de secretario-relatador na direção na Sociedade Protetora dos Animais Domésticos do Funchal²³⁴, instituição onde ocuparia depois outros cargos.

Em finais de outubro de 1917 foi publicada uma convocatória em que surge o nome de vários cidadãos madeirenses entre os quais se realçam os nomes de Dr. Alexandre Cunha Teles, Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior (1886-1969), Cyrilo Gonsalves, Ferdinando Ascensão Clairouin, António de Freitas Betencourt, Carlos Gabriel Henriques e Américo António Melim, que deviam comparecer no comando militar da Madeira²³⁵, com vista a cumprirem o serviço militar. Contudo, em maio de 1918, seriam dispensados por ordem da secretaria de Guerra de todo o serviço militar²³⁶.

Alexandre Cunha Teles, a partir de 1919, começa a diversificar a sua atividade profissional, associando-a ao Turismo, assunto que defenderia depois em artigos e entrevistas nos periódicos locais. Assim, nesse ano, integra a comissão organizadora do Club de Turismo da Madeira, que não o atual, muito mais tardio (1962), com uma série de personalidades madeirenses de certo renome, que se reuniram na Associação Comercial para discutirem os futuros estatutos²³⁷. Parece ter sido nesse quadro que, em

²³¹ “Liceu do Funchal”, *DN*, nº 13461, 15-01-1919, p. 2; “O atentado contra o sr. dr. Sidónio Pais”, *DN*, nº 13435, 10-12-1918, p. 2; “O assassinato do sr. Dr. Sidónio Paes”, *DN*, nº 13441, 17-12-1918, p.2; “O assassinato do sr. Dr. Sidónio Pais”, *DN*, nº 13445, 21-12-1918, p. 2.

²³² “Associação de Socorros Mútuos dos «Artífices Funchalenses»”, *DN*, nº 12554, 10-01-1916, p. 2; “Artífices Funchalenses”, *DM*, nº 3458, 15-11-1921, p. 1.

²³³ ABM, *Artífices Funchalenses*, livro de Atas Assembleia Geral, fls. 15-48.

²³⁴ “Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 12662, 13-05-1916, p. 2; “Alexandre da Cunha Teles”, *JM*, nº16875, 11-01-1987, p. 21.

²³⁵ “Comando Militar da Madeira: Nota officiosa”, *DN*, nº 15107, 28-10-1917, p. 1.

²³⁶ “Noticias militares”, *DN*, nº 13022, 20-07-1917, p. 2; “Comando Militar da Madeira: nota officiosa”, *DN*, nº 13107, 28-10-1917, p. 1; “Noticias militares”, *DN*, nº 13269, 22-05-1918, p. 2; [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº5].

²³⁷ “Club de Turismo da Madeira”, *DN*, nº 13747, 30-01-1919, p. 1.

1920, constitui uma sociedade de comissão de consignações, a nível familiar, com o nome “J. de Vasconcelos C.^a Ltd.^{as}”, constituída pelos sócios ACT, Juvenal Raimundo de Vasconcelos, seu cunhado e Norberto da Cunha Teles de Freitas, seu sobrinho²³⁸.

Mais tarde, em 1924 e com a aprovação dos estatutos da Associação de Turismo da Madeira, então com sede à Avenida Gonçalves Zarco, assume o cargo de secretário da assembleia geral, lugar que partilha com o Dr. Frederico de Freitas (1894-1978)²³⁹. Deve ter sido nesse quadro, que no seguinte ano de 1925, se torna acionista da companhia concessionária das obras do Porto do Funchal, a *Madeira Harbour Corporation*²⁴⁰, sociedade detida, essencialmente, pela *Fumasil Company Limited*, assunto que andou em tribunal nos anos seguintes, sendo a concessão anulada em 1928.

As associações assistenciais, como iremos desenvolver no próximo capítulo, no entanto, foram sempre o pano de fundo de toda a sua atividade e, em 1919, torna-se sócio da Associação de Socorros Mútuos “Gonçalves Zarco”²⁴¹. No ano seguinte ocupa o cargo de 1º secretário da Assembleia Geral da Associação Protetora dos Interesses Morais e Económicos da Mocidade de Santa Maria Maior²⁴² e, em 1921, chega a assumir os cargos de secretário da assistência aos indigentes na freguesia da Sé²⁴³ e a presidência da assembleia geral do *Montepio Madeirense*²⁴⁴.

Cunha Teles é então um ativo elemento da sociedade madeirense, que promovia e recebia personalidades de âmbito nacional e internacional, integrando, por exemplo, em 1922, a comissão de receção a Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924), no regresso da triunfal viagem que celebrou o centenário da independência do Brasil, comissão composta também pelo capitão-de-fragata Romano Vital Gomes, então capitão do porto do Funchal, Luís da Rocha Machado (1890-1973), capitão Carlos Frazão Sardinha, António Vieira de Castro (1900-1933), Juvenal de Araújo e Nicásio de

²³⁸ “Nova sociedade”, *DN*, nº 13958, 30-09-1920, p. 1.

²³⁹ “Associação de Turismo da Madeira”, *DN*, nº 15032, 01-07-1924, p.1; “Associação de Turismo da Madeira”, *DM*, nº 3921, 01-07-1924, p. 2.

²⁴⁰ “Companhia das Obras do Porto do Funchal (*Madeira Harbour Corporation*)”, *DN*, nº 15249, 27-03-1925, p. 1.

²⁴¹ “Associação de Socorros Mútuos «Gonçalves Zarco»”, *DN*, nº 13570, 28-05-1919, p. 1.

²⁴² “Associação Protectora dos Interesses Morais e Económicos da Mocidade de Santa Maria Maior”, *DN*, nº 14023, 21-12-1920, p. 2.

²⁴³ “Assistência aos indigentes da Madeira: Freguesia da Sé”, *DN*, nº 14137, 06-07-1921, p. 3.

²⁴⁴ “Montepio Madeirense”, *DN*, nº 14255, 30-11-1921, p. 3.

Azevedo Ramos (1862-1927)²⁴⁵. Nos anos seguintes, entretanto, essa atividade não deixaria de aumentar, especialmente após o seu casamento.

2.3 O V Centenário da Descoberta da Madeira e o problema da Autonomia

Os anos de 1921 a 1923 foram anos muito exigentes, com a participação nas comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira, na qualidade de membro da “comissão de baile”²⁴⁶, podendo ter sido nessa situação que aparece citado em várias reuniões sociais. A título de exemplo, temos o chá realizado por W. Lancaster Jenkins, cônsul dos Estados Unidos da América na Madeira, na sua residência no Caminho da Torrinha²⁴⁷, o “lunch” e chá realizado pela escritora Maria Celina Sauvaire da Câmara (1856-1929)²⁴⁸, o “lunch” da condessa de Torre Bela²⁴⁹, D. Isabel Constança Gordon Bolger (1863-1948) ou a festa do capitão de engenharia Carlos Wenceslau Frazão Sardinha e esposa²⁵⁰.

A sua principal participação no V Centenário, no entanto, teria sido na comissão de estudo pela causa autonómica da Madeira²⁵¹, embora a redação final venha depois a ser assumida pelo Dr. Manuel Pestana Reis (1894-1966)²⁵² e colaborando também como redator em diversos artigos na imprensa madeirense e metropolitana. Assim, logo em setembro desse ano apresenta um artigo sobre o tema das comemorações: “Terras das Descobertas: A Madeira Reclama”, primeiro publicado no Diário de Notícias de Lisboa e depois, transcrito no do Funchal, defendendo, em nome dos “rendimentos do Estado”, que se abrissem os edifícios dos antigos sanatórios alemães, que se degradavam

²⁴⁵ “Recepção a Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *DN*, nº 14548, 20-10-1922, p.3; “No Fim duma Visita Memorável: O embarque de Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *DN*, nº 14551, 24-10-1922, p. 1; “Os aviadores e a entusiástica recepção que a Madeira lhes prepara”, *DM*, nº 3437, 20-10-1922, p. 1.

²⁴⁶ ABM, *V Centenário do Descobrimento da Madeira: Publicação Comemorativa* (1922), Editora: Comissão de propaganda e publicidade do centenário, [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº7]; GOIS, Joana (2015), *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, Dissertação Mestrado em História Contemporânea: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 172.

²⁴⁷ “Vida Mundana: Five o’clock tea”, *DN*, nº 14116, 22-04-1921, p. 2.

²⁴⁸ *Ibidem*, “Reunião elegante”, *DN*, nº 14259, 18-10-1921, p. 3.

²⁴⁹ *Ibidem*, “Lunch”, *DN*, nº 14613, 12-01-1923, p. 3.

²⁵⁰ *Ibidem*, “Festa elegante”, *DN*, nº 15066, 09-08-1924, p. 3. O capitão Carlos Wenceslau Frazão Sardinha casara com a sua prima D. Maria Augusta de Ornelas Frazão Sotero e Silva (n. 1898-07-09), a 1 de fevereiro de 1919, de quem teve três filhas: Teresa de Ornelas de França Carvalhal Frazão Sardinha (n. 1922-08-07), Maria Clara de Ornelas França Carvalhal Frazão Sardinha (n. 1923-12-10) e Maria Augusta de Ornelas de França Carvalhal Frazão Sardinha (n. 1926-03-10) (Info. ABM/Museu de Fotografia da Madeira).

²⁵¹ GOIS, Joana (2015), *ob. cit.*, pp. 165 e 181.

²⁵² REIS, Manuel Pestana (2021), *A Autonomia da Madeira*, texto com reedição comentada, lançada a 10 jun. 2021, na Assembleia Regional e com a presença do Presidente da República.

rapidamente, dado o abandono a que estavam votados, a necessidade do fomento da produção do vinho *Madeira* e a urgente montagem de um posto de TSF²⁵³.

Neste conjunto de “reclamações”, começam por mencionar o facto de a Madeira não ter assim o apoio necessário por parte do Estado. Apesar da ilha da Madeira possuir uma beleza natural, da contribuição dos seus impostos, das condições locais propícias e da reputação mundial do vinho Madeira, a verdade é “...que pelos governos [centrais] tem sido desde há muito, pouco cuidada.”²⁵⁴ Neste seguimento dá o exemplo dos edifícios herdados da antiga *Sociedade dos Sanatórios*, ou seja, o Sanatório dos Pobres, o chamado Hospital dos Marmeleiros, a Quinta Santana, Quinta Vigia e Quinta Bianchi, que apesar de contarem com os esforços do visconde de Geraz do Lima (1852-1941), então delegado do Tesouro no Funchal, a verdade é que as verbas existentes eram insuficientes e esses edifícios estavam também a deteriorar-se.

“Agora que se fala em sacrificar o contribuinte com mais impostos – qual a razão por que o Estado não abre esses edifícios?”²⁵⁵, quando era do interesse do mesmo rentabilizá-los em seu benefício, como seria a sua utilização em prol do desenvolvimento do turismo. Este assunto surge de novo numa entrevista concedida ao periódico *A Época*, de Lisboa, de 18 de julho de 1923²⁵⁶ e atravessará, inclusivamente, as décadas seguintes.

Não considerando suficiente o apoio do governo central, acrescentava à lista de reclamações o facto de a Ilha não possuir um posto de telegrafia sem fios, além da não existência de um veterinário, exigindo, deste modo, a existência de, pelo menos um, em nome da saúde pública local. Estas reivindicações eram entendidas como justas para a Madeira e permitiriam a Portugal rentabilizar, em diversos parâmetros, o património estatal local. No final, acrescenta que estas reivindicações tinham “o predicado de serem do coração sincero dum patriota”²⁵⁷.

O trabalho sobre a Autonomia foi apresentado na sessão de 16 de dezembro de 1922, sob o nome de “As bases de uma mais ampla autonomia administrativa”, tendo sido então publicado no *DN*, tal como na monografia do Centenário²⁵⁸. Na apresentação

²⁵³ “Terras das Descobertas: A Madeira Reclama”, *DN*, nº 14240, 24-09-1921, p. 1.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ VERÍSSIMO, Nelson (1990), “A Questão dos Sanatórios da Madeira”, art. cit., p. 143.

²⁵⁷ “Terras das Descobertas: A Madeira Reclama”, *ibidem*.

²⁵⁸ ABM, *V Centenário do Descobrimento da Madeira: Publicação Comemorativa* (1922), Editora: Comissão de propaganda e publicidade do centenário.

no Palácio da Encarnação, entre vários oradores, o Dr. Elmano Augusto Vieira (1892-1962) sugeriu a constituição de uma nova comissão de avaliação “das bases jurídicas do sistema novo de relações entre esta ilha e a Metrópole”, sendo Cunha Teles incluído entre os nomes dos que possuíam “requisitos essenciais para cabalmente levarem a bom termo a sua missão”²⁵⁹.

Para as comemorações do Centenário, os Açores enviaram uma delegação constituída pelos conselheiros Drs. Luiz Bettencourt de Medeiros e Câmara (1873-1939) e José Tavares Bruno Carreiro (1880-1957), alvo depois de uma homenagem feita no Terreiro da Luta, em janeiro de 1923. Discursaram várias pessoas e, entre elas, Alexandre da Cunha Teles, referindo o *DN*, “com o seu natural entusiasmo e elevação de frase, sendo muito aplaudido”, que apelou, especialmente, para a união entre os dois arquipélagos, sem o que, dificilmente, seriam ouvidos em Lisboa, acrescentando: (mas) “se a ideia da autonomia mais ampla não nos tivesse trazido outra coisa senão esta visita, teríamos de bem-dizer sempre essa ideia pelo valor que ela representa para nós”²⁶⁰.

A questão autonómica continuou a ser debatida no ano seguinte, havendo referências a entrevistas ao *Correio dos Açores* do advogado madeirense radicado em Lisboa, Quirino Avelino de Jesus (1865-1935), como menciona o *DN* do Funchal, na mesma edição em que igualmente menciona que Cunha Teles também dera uma entrevista a esse respeito ao periódico *Época*, de Lisboa, transcrita no mesmo periódico açoriano ²⁶¹, mas em breve tudo se iria alterar e, nem Quirino de Jesus nem Cunha Teles, voltariam ao assunto. Nesse ano de 1923 e no seguimento de uma reunião dos viticultores da Madeira na Associação Comercial, na sequência do assunto abordado em 1921, foi criada uma comissão pela defesa do vinho *Madeira*, à qual foi chamado ACT, composta ainda por Rui Bettencourt da Camara (1874-1946), Dr. Pedro José Lomelino, Ramon Honorato Rodrigues (1889-c. 1965), Luís de Sousa Pereira (1860-1941) e Pestana Reis²⁶².

Um ano mais tarde, criando-se uma comissão para promover festividades em benefício dos pescadores inválidos, de novo foi chamado à mesma, tal como Elmano Vieira, Joaquim Travassos Lopes, Humberto dos Passos Freitas (1893-1926) e Luigi

²⁵⁹ “As bases de uma mais ampla autonomia administrativa”, *DN*, nº 14595, 17-12-1922, pp. 1-3.

²⁶⁰ “Uma festa no Terreiro da Luta”, *DN*, nº 14509, 07-01-1923 p. 2; *ibidem*, “No Terreiro da Luta: Pró Autonomia da Madeira”, *DM*, nº 3498, 07-01-1923, p. 1.

²⁶¹ “Autonomia Insulana: Dois artigos do Dr. Quirino de Jesus”, *DN*, nº 14780, 11-08-1923, p. 1.

²⁶² “Na Associação Comercial”, *DN*, nº 14774, 03-08-1923, p. 1.

Gandolfo²⁶³. Também nesse ano de 1924 aceita o cargo de presidente da assembleia geral do *União Futebol Club*²⁶⁴, o cargo de presidente da Associação Protetora de Animais Domésticos do Funchal²⁶⁵ e o cargo de substituto no concelho fiscal da Banda Artístico Madeirense (*Guerrilhas*)²⁶⁶. Em reconhecimento ao trabalho desempenhado viu o seu nome ser mencionado internacionalmente por diversas ocasiões, como foi o caso do *Jornal da Europa*, que publicou um número sobre a ilha da Madeira, em 1924 e coloca fotografias de várias pessoas, entre as quais uma sua²⁶⁷.

O seu trabalho profissional, no entanto, era o de advogado e, em 1924, solicita ao diretor do *DN*, então Francisco Conceição Rodrigues (1885-1943), a publicação de uma carta com o nome “O julgamento do «Veneno»”²⁶⁸, como resposta a uma publicação anterior que havia sido feita com idêntico título e a “a acção do delegado”²⁶⁹, que remetia para a absolvição do réu João da Silva Ganança e clarificava alguns fatos da absolvição do seu constituinte. Neste mesmo ano publica um artigo na revista *Esperança*, com o título “A criminalidade infantil”, citando dois criminologistas: Júlio Xavier de Matos (1856-1936) e o padre António Oliveira (1867-1923), referindo a posição de ambos na patente necessidade para uma formação competente dos jovens “em risco”, como hoje se escreve, através de duas formas: a terapêutica social com o objetivo de tratar, cuidar e corrigir crianças malformadas; e a profilaxia social como base dos pilares família, escola e assistência²⁷⁰.

O autor aponta para necessidade de acompanhamento da indigência dessas crianças, pois estas, essencialmente, precisavam de orientação e que o abandono das mesmas, é que devia ser considerado um crime, pois acreditava que o futuro de Portugal residia nas crianças e que a sua preservação como gerações futuras, enaltecia a evolução e o legado do povo lusitano. Voltou anos mais tarde a mencionar esses aspetos no seu livro *A Dinamarca*, pois que “Na creança está o futuro da pátria – por isso tratar de dar-lhes saude no corpo e no espírito é trabalhar pela patria”²⁷¹.

²⁶³ “Socorros a Náufragos”, *DN*, nº 15012, 01-06-1924, p. 1.

²⁶⁴ “Sports «União Foot-Ball Club»”, *DN*, nº 15061, 03-08-1924, p. 2.

²⁶⁵ “Associação Protectora de Animais Domésticos do Funchal”, *DM*, nº 3837, 09-03-1924, p. 4.

²⁶⁶ “Banda «Artístico Madeirense (Guerrilhas)»”, *DN*, nº 15175, 19-12-1924, p. 3.

²⁶⁷ “Madeira Nostra!: O «Jornal da Europa»”, *DN*, nº 14986, 29-04-1924, p. 1.

²⁶⁸ “O julgamento do «Veneno»”, *DN*, nº 15161, 03-12-1924, p. 1.

²⁶⁹ *Ibidem*, “A acção do delegado”, *DN*, nº 15159, 29-11-1924, p. 1.

²⁷⁰ TELES, Alexandre (1924), “A criminalidade infantil”, *Revista Esperança*, ano 6, nº 20-21, pp. 415-416.

²⁷¹ *Ibidem* (1933), *A Dinamarca*, p. 121.

Em março de 1925 representa o importante industrial Harry Hinton (1859-1948), num caso de ameaças de morte através do envio de cartas a exigir 350 contos, devidos à perda de igual importância em açúcar, por parte de António Alberto de Macedo, um elemento natural de S. Vicente²⁷². Mais tarde também se viu envolvido no caso das populações do concelho de Câmara de Lobos, mais concretamente nas freguesias de Camara de Lobos e do Curral, que em tempos haviam assaltado a repartição de Finanças e destruído os documentos da matriz predial, entre outros. O governo a fim de recriar a matriz predial, mandou fazer nova avaliação, com a cobrança dos encargos aos contribuintes daquelas zonas que, insatisfeitos, foram ao Funchal reclamar, sendo ACT encarregado do resolver o assunto²⁷³.

Em abril de 1925, o grupo de antigos alunos madeirenses de Coimbra cerra fileiras em torno do seu novo mentor, António de Oliveira Salazar. A deslocação do futuro leader para efetuar duas conferências, ocorreu a convite da Juventude Católica do Funchal, na altura sob a presidência do Dr. Juvenal Henriques de Araújo, mas em articulação, em Lisboa, com Quirino Avelino de Jesus, um dos ideólogos da formação do futuro ditador. Durante este período de dez dias em que esteve na Madeira, foi organizado pelos seus antigos colegas de Coimbra um convívio no *Monte Palace Hotel*²⁷⁴, onde marcaram presença Cunha Teles, Elmano Vieira, Frederico Augusto de Freitas, Juvenal Henriques de Araújo e outros²⁷⁵. Saliente-se que na fotografia de grupo e dando a direita a Salazar, das raras fotografias públicas que lhe conhecemos, se encontra ACT²⁷⁶.

Na sua primeira e única visita à Madeira, o Dr. António Oliveira Salazar deslocou-se ao Funchal nos dias 5 e 15 de abril de 1925, no paquete *Arlanza*, acompanhado pelo Dr. Mário de Figueiredo (1890-1969), para abordar em palestra os temas “Laicismo e Liberdade” e o “Bolchevismo e a Congregação”, realizadas no então salão nobre do Museu Diocesano do Funchal, à Rua Visconde do Ribeiro Real e não como alguns autores referem, no Teatro Funchalense, depois Baltazar Dias²⁷⁷. Destas

²⁷² “O Marçano Romântico”, *DN*, nº 15231, 04-03-1925, p. 1.

²⁷³ “As contribuições de Camara de Lobos: Reclamação”, *DN*, nº 17356, 26-07-1932, p. 1.

²⁷⁴ “Vida Mundana: Lanche”, *DN*, nº 15258, 07-04-1925, p. 2.

²⁷⁵ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 36.

²⁷⁶ JANES, Emanuel (1997), “As conferências de Salazar a Mário de Figueiredo na Madeira”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 20, p. 77; SOARES, Maria de Fátima Ornellas de Gouveia (2008), “Elmano Vieira: Jornalista e Escritor. Uma Evocação”, *Ibidem*, n.º 42, p. 154; [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº14].

²⁷⁷ CALDEIRA, Abel (1964), *Ibidem*.

conferências se retiram já as futuras diretrizes do Estado Novo, cuja trilogia ideológica seria depois “Deus, Pátria e Família”²⁷⁸.

2.4 A ampliação da família de Cunha Teles

O marco mais importante da vida de Alexandre da Cunha Teles surge, em princípio, quando a 24 de setembro de 1925 viaja rumo a Dinamarca, para se casar com a cantora lírica Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohnen (1900-1985)²⁷⁹, filha de Herald Cohen e de Louise Dagmar L. Tiede, que conhecera numa das estadias da família Cohen na Madeira. O casamento foi celebrado na Dinamarca, segundo o rito católico, pois a família Cohen era judaica e repetido, depois, no Funchal. A noiva, oficialmente, convertia-se ao catolicismo e abdicava da sua carreira artística como cantora lírica. Se até então a sua atividade se tinha pautado por um certo cosmopolitismo, com a presença mais ou menos assídua da família de Vera Cohen no Funchal, as deslocções do casal à Dinamarca e a outros países europeus²⁸⁰, foi todo um outro universo que se abriu a Cunha Teles e que o mesmo foi transmitindo em artigos e entrevistas à comunicação social madeirense e nacional.

Após um período em viagem pela Europa em lua-de-mel, aquando do regresso a ilha da Madeira, decidem alojar-se de forma temporária na Quinta da Boa Vista²⁸¹, que pensamos no lombo do mesmo nome, na freguesia de Santa Maria Maior²⁸², por esses anos propriedade da família Garton, fixando depois residência na Quinta Faria, na Rua dos Ilhéus²⁸³, tal como refere José Sainz-Trueva, que ali indica a residência à época de ACT, então com interessantes tetos de estuque²⁸⁴. Alguns anos mais tarde, por 1932,

²⁷⁸ JANES, Emanuel (1997), *Art. Cit.*, p. 78.

²⁷⁹ “Vida Mundana: Casamentos”, *DN*, nº 15380, 10-09-1925, p. 2; “Vida Mundana: Casamentos”, *DN*, nº 15391, 23-09-1925, p. 2.

²⁸⁰ [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nºs 9, 10, 11 e 12; Cf. Anexo II – Documentos Família, nº7].

²⁸¹ “Vida Mundana: Esperados”, *DN*, nº 15398, 01-10-1925, p. 2.

²⁸² Quinta onde em 1935 residia a ex-atriz lady Maud Warrender (1870-1945), que voltaremos a referir e, em 26 de maio de 1936, fez parte das visitas das comemorações do I Centenário da Associação Comercial e Industrial do Funchal, que tiveram no Funchal a presença de José Maria Álvares (1875-1940), presidente da Associação Industrial Portuguesa de Lisboa. Passou depois, ou já pertencia, à família Garton, que administrou o *Hotel Miramar*, havendo uma grande quantidade de guaches a aguarelas de Max Römer (1878-1960) dos edifícios e do jardim, desde a década de 1930, parte dos quais na antiga coleção Ronald Garton, Funchal.

²⁸³ “Vida Mundana: Do Campo”, *DN*, nº 15426, 04-11-1925, p. 2. Quinta que pertencera a Fortunato Joaquim Figueira (1809-1885), barão da Conceição e onde o mesmo faleceu.

²⁸⁴ SAINZ-TRUEVA, José de (1993) “Tectos Estucados da cidade do Funchal”, revista *Islenha* 12, p. 73.

voltaria a mudar de residência, desta vez para a rua Dr. Vieira, nº 57²⁸⁵, no final da atual Rua da Carreira, que pensamos que teria sido residência do pai.

Deste casamento nasce em 1926 a primeira filha, a quem dariam o nome de Otília (1926-2009) e, dois anos mais tarde, nasce a segunda filha, Louise, em honra da mãe de Vera da Cunha Teles. Em agosto de 1930 nasceria a sua terceira filha, Martha (1930-2001), depois uma pintora de recorte internacional, em novembro de 1932 a filha Eugénia, depois médica muito conceituada em Lisboa e ainda em fevereiro de 1935, o seu filho António²⁸⁶, depois um realizador cinematográfico de recorte europeu.

À volta do casal vai formar-se um grupo de certa forma restrito, onde uma das principais figuras teria sido Juvenal Henriques de Araújo, que em 1928, quando do nascimento de Louise, foi convidado para padrinho²⁸⁷. Era uma relação que vinha, pelo menos de 1908, em que participaram na conferência da Associação Protetora dos Estudantes Pobres e que nos anos seguintes se consolida em Coimbra, depois com ambos como docentes provisórios no Liceu e que se estende às funções do âmbito judicial, tal como em associações de benemerência e de assistência social, onde ocupam cargos semelhantes e, inclusivamente, alternam nos mesmos. Em junho de 1921, na homenagem ao Dr. Pedro Pita, como o *DN* refere, que “os drs. Alexandre Teles e Juvenal d’Araujo recorda[ra]m, em fráses comovidas de saudade, os tempos de Coimbra, onde a sua admiração e amizade pelo homenageado se afirmou”²⁸⁸.

Outra das figuras próximas teria sido o Dr. Nuno Queriol de Vasconcelos Porto (1886-1974), um dos médicos que veio para a ilha da Madeira quando eclodiu a epidemia da cólera de 1910. Tendo casado no Funchal, aqui se radicou, exercendo vários cargos, como vogal da Câmara Municipal do Funchal e da Junta Geral do Distrito do Funchal, membro do conselho da direção da Sociedade de Concertos da Madeira, etc. Tal como ACT foi presidente da Asilo Mendicidade e Órfãos do Funchal e tendo também iniciado funções na CVP desde a fundação da delegação do Funchal²⁸⁹. Por diversas ocasiões, em conferências sobre assuntos vários, ACT deixou largos elogios a Nuno Porto em

²⁸⁵ “Notas Mundanas: Almoço Íntimo”, *DN*, nº 17222, 04-02-1932, p. 2.

²⁸⁶ *Ibidem*, “Nascimentos”, *DN*, nº 18106, 27-02-1935, p. 2; “Registo Civil”, *DN*, nº 18127, 27-03-1935, p. 5; *Ibidem*, ABM, “António da Cunha Teles”, nota biográfica de Luís Marino, *Ob. Cit.*, nº 339.

²⁸⁷ *Ibidem*, “Baptizado”, *DN*, nº 16230, 18-08-1928, p. 2.

²⁸⁸ “No Monte Palace Hotel: Em honra do Dr. Pedro Pita”, *DN*, nº 14155, 12-06-1921, p. 1.

²⁸⁹ *Espólio CVP*, livro atas da direção nº 1 da Delegação da sociedade portuguesa da Cruz Vermelha no Funchal (nov.1914-dez.1917), 06-11-1914, fl. 1.

reconhecimento pelo trabalho desempenhado e colaboração²⁹⁰. Em 1935, quando Louise Teles com apenas 6 anos, filha de ACT, devido a problemas de saúde foi submetida a uma cirurgia, felizmente, bem-sucedida, a mesma foi levada a cabo pelo Dr. Américo Durão (1894-1984), tendo sido assistido, entre outros, por Nuno Porto²⁹¹.

A figura mais próxima nos anos seguintes, no entanto, quase que tutelar, teria sido o conhecido pneumologista Dr. João Francisco de Almada (1874-1942), o grande protagonismo na luta contra a tuberculose, sendo o principal impulsionador da criação do primeiro dispensário de luta antituberculosa situado no Campo da Barca e cujo nome foi depois dado também ao Sanatório da antiga Quinta de Santana, ao qual também dedicaremos parte dos subcapítulos seguintes. Acresce que, inclusivamente, a colaboração entre ambos teria tido também aspetos económicos, a avaliar pela comunicação social, que a seu tempo iremos referir.

O casal realizou depois vários eventos pessoais entre os quais *soirées*, almoços *íntimos* ou chás para elementos das suas amizades, onde constam as principais figuras da elite madeirense²⁹², como foi o caso dos almoços descritos como “íntimos”, com o capitão Almeida Cabaço (1881-1955), governador civil do distrito²⁹³, na sequência da Revolta da Madeira de 1931; com o colaborador da imprensa do continente Alexandre da Fonseca²⁹⁴; ou com o Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva (1871-1954), ex-embaixador do Brasil em Lisboa e na sua passagem pela Madeira²⁹⁵, ou também “o elegante chá com diversas senhoras e cavalheiros que teve lugar na sua residência”, em dezembro de 1933²⁹⁶ e, ainda, a realização de um “lunch” em honra da declamadora brasileira Margarida Lopes de Almeida (1896-1979)²⁹⁷, sendo estes apenas alguns exemplos dos diversos eventos promovidos pelo nosso biografado e Vera Cohen.

Dado o quadro social, quando não organizavam, eram convidados a marcar presença em outros eventos, ou a “festa elegante” do Dr. Almeida Rego e esposa²⁹⁸, o chá dançante oferecido pelos cônsules da França, Francisco Henrique Cunha (1892-1968)

²⁹⁰ “Uma conferência popular sobre tuberculose pelo ilustre clínico dr. Nuno Porto”, *DN*, nº 16905, 17-12-1930, p. 1.

²⁹¹ “Notas Mundanas: Doentes”, *DN*, nº 18133, 03-04-1935, p. 2.

²⁹² *Ibidem*, “Sociedade”, *DN*, nº 16740, 25-05-1930, p. 5.

²⁹³ *Ibidem*, “Almoço íntimo”, *DN*, nº 17008, 10-05-1931, p. 4.

²⁹⁴ *Ibidem*, *DN*, nº 17222, 04-02-1932, p. 2.

²⁹⁵ “De passagem na Madeira”, *DN*, nº 17663, 17-08-1933, p. 1.

²⁹⁶ “Notas Mundanas: Chá”, *DN*, nº 17763, 16-12-1933, p. 2.

²⁹⁷ *Ibidem*, “Lunch”, *DN*, nº 17887, 01-05-1934, p. 2.

²⁹⁸ *Ibidem*, “Festa elegante”, *DN*, nº 16411, 04-04-1929, p. 2.

e esposa, que teve lugar no *Casino Vitoria*²⁹⁹, o “finíssimo jantar” dos condes de Strachwitz realizado no *Hotel Continental*³⁰⁰ e o “chá elegante” oferecido pelos Viscondes de Geraz da Lima no seu palácio na Rua dos Netos³⁰¹. Acresce que se relevou ainda um apreciador de arte e que aproveitava, ocasionalmente, para adquirir novas peças artísticas³⁰², visitar exposições de escultura, arte³⁰³ e de aguarelas³⁰⁴. O mesmo teria acontecido nas inúmeras visitas que fez a países europeus, como França, Inglaterra e Dinamarca³⁰⁵.

As relações com os estrangeiros, até pelo seu casamento na Dinamarca, marcariam, assim, o seu percurso de vida, sendo o Turismo também um desses elos, quer pela Associação Comercial, quer depois como independente ou associado, num interesse que já vinha dos anos anteriores. Mais tarde, em 1931, no concerto em benefício do Asilo Mendicidade e Órfãos do Funchal (AMOF) e na homenagem a uma esquadra inglesa de passagem no Funchal, realizada no teatro Dr. Manuel de Arriaga, onde o evento começou com um discurso de ACT, primeiro em português e depois, em inglês, destacando a amizade de Portugal e Inglaterra, que caminhavam lado a lado no que concerne a eventos de caridade e altruísmo³⁰⁶.

Nesse quadro, nas festas da cidade do Funchal de 1932, tendo sido criado um conjunto de comissões e subcomissões para a sua realização, veio a ocupar lugar na subcomissão de Turismo, desempenhando funções na receção de estrangeiros³⁰⁷. Em 1934 foi também indigitado para acompanhar um magistrado inglês, que residia na Madeira, num julgamento realizado no Funchal³⁰⁸. Com o tempo, inclusivamente, fará a ponte entre as várias instituições desta área, neste e em outros assuntos, como em 1934, quando foi nomeado para fazer parte de uma comissão encarregada de estudar o horário de trabalho, ao lado do presidente da Associação Comercial, Juvenal Henriques de Araújo e do presidente do Ateneu Comercial, Luiz Vieira de Castro (1898-1954)³⁰⁹.

A família Cunha Teles prezava também os seus períodos de lazer, em que, com

²⁹⁹ “Marinha de Guerra Francesa: Cruzador Jeanne d’ Arc”, *DN*, nº 17135, 16-10-1931, p. 1.

³⁰⁰ “Visitantes ilustres: Condes de Strachwitz”, *DN*, nº 17267, 01-04-1932, p. 1.

³⁰¹ “Notas Mundanas: Chá elegante”, *DN*, nº 17562, 06-04-1933, p. 2.

³⁰² “Exposição artística”, *DN*, nº 12882, 28-01-1917, p. 2.

³⁰³ “O momento artístico”, *DN*, nº 14431, 24-05-1922, p. 1.

³⁰⁴ “A exposição de aguarelas: de Emanuel Ribeiro”, *DN*, nº 15588, 30-05-1926, p. 1.

³⁰⁵ “Notas Mundanas: Dr. Alexandre Teles”, *DN*, nº 17306, 21-05-1932, p. 2; [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº9].

³⁰⁶ “A esquadra inglesa”, *DN*, nº16967, 13-03-1931, p. 1.

³⁰⁷ “A caminho de realização: Festas da cidade do Funchal”, *DN*, nº17460, 27-11-1932, p. 1.

³⁰⁸ “Magistrado Inglês”, *DN*, nº17857, 19-04-1934, p. 1.

³⁰⁹ “Câmara Municipal do Funchal: Comissão Administrativa”, *DN*, nº 17993, 07-10-1934, p. 6.

frequência escolhia a freguesia de Nossa Senhora do Monte como local para descansar, dado que era “...considerada por estrangeiros e funchalenses, uma das melhores zonas de cimeiras de repouso e veraneio”³¹⁰, um local de farta vegetação, ares puros e sossego único. Os períodos de verão eram então passados na sua Quinta do Monte, hoje o hotel com essa designação, pois e segundo Manuel Ferreira Pio (1928-1993), “...era a região do Monte, a zona mais concorrida e visitada da Madeira, sobretudo pelos funchalenses que ali tinham suas residências de verão”³¹¹.

A quinta, inclusivamente, chegou a ser utilizada pelas crianças do Asilo de Mendicidade e Órfãos em visita ao Monte, como escreve o *DN* em agosto de 1927, noticiando que “as crianças durante o dia gozaram naquela bela estância ampla liberdade, brincando e correndo em todas as direções”, caracterizando assim a excursão ao Monte de cerca 50 crianças, na qual ACT “ofereceu na sua residência de verão um lauto almoço às crianças”³¹². O percurso tinha sido iniciado na igreja paroquial, passando pelo edifício dos Sanatórios, pela quinta Rocha Machado, hoje mais conhecida como Quinta do Monte, ou *Jardins do Imperador* e terminando no Sítio da Fonte.

As memórias nostálgicas dessas férias no Monte irão dominar, depois, muita da pintura intimista, lírica e surrealista da filha Martha Telles, com a silhueta do antigo casarão e os seus jardins de buxo, onde brincavam as crianças, quase sempre acompanhadas das criadas.

2.5 A passagem pela Junta Geral do Distrito do Funchal (1926-1927)

As Juntas Gerais de Província tinham sido criadas em 1832, com o propósito de descentralizar a administração do Reino, embora apenas em junho de 1837, a Junta Geral do Distrito do Funchal tenha sido montada, como escrevemos na abertura deste trabalho. Sucessivamente reestruturada a sua organização, constituiu-se como um órgão de governo com uma certa autonomia, embora sempre aquém do desejado, como fora amplamente discutido nas comemorações do V Centenário da Madeira.

No dia 28 de maio de 1926, um golpe militar liderado pelo general Gomes da Costa derrubou o regime democrático da 1ª República, até então marcado por uma grande instabilidade política, grave crise financeira e um clima de agitação social, com a

³¹⁰ PIO, Manuel Ferreira (1992) *O Monte: Santuário Votivo da Madeira (Retalhos Históricos)*, p. 111.

³¹¹ *Ibidem*, pp. 111-112; “Vilegiatura”, *DN*, nº 11658, 20-07-1913, p. 1; “Vilegiatura”, *DN*, nº 13669, 30-09-1919, p. 2; “Vida Mundana: Vilegiatura”, *DN*, nº 15652, 18-08-1926, p. 2; “Notas Mundanas: Vilegiatura”, *DN*, nº 17634, 13-07-1933, p. 2.

³¹² “Asilo de Mendicidade: Excursão ao Monte”, *DN*, nº 15933, 09-08-1927, p. 1.

consequente desvalorização da moeda e o agravamento do custo de vida. A ditadura militar depois assumida pelo general Óscar Carmona, que a 9 de julho afasta Gomes da Costa, iria persistir até 1933³¹³, altura em que se assume como Estado Novo, mas em idênticos moldes ditatoriais.

Nessa sequência, logo a 18 de julho publicava-se o decreto nº 11875 que dissolvia todos os corpos administrativos do país³¹⁴. No mês seguinte, com a chegada do novo governador civil, tenente-coronel Francisco Luzignan de Azevedo (1881-1945), a 14 de agosto de 1926 toma posse a nova comissão administrativa da Junta Geral do distrito do Funchal constituída pelo tenente-coronel António Bettencourt da Camara (1879-1927), capitão Abel Magno de Vasconcelos (1888-1969), 1º tenente Samuel Conceição Vieira, Alexandre da Cunha Teles, Luís Portugal dos Santos e respetivos substitutos³¹⁵. Na tomada de posse, ACT disse que:

*...tem prazer e muita honra em colaborar com os seus colegas presentes. São ilustrados, dignos e honrados. No seu entender só há uma politica a seguir: a politica do engrandecimento da Madeira. Já foi procurador à Junta Geral. Então, entrou e saiu de cabeça levantada. Agora, espera que ha-de suceder o mesmo [...assim como,] conseguir que o governo, deixe na Madeira mais algum rendimento do produto dos impostos.*³¹⁶

Na primeira reunião foi decidida a elaboração urgente de um relatório de contas, com a receita e despesa da JGF, documento que possibilitou logo constatar um défice, acentuando a necessidade de efetuar reduções nas despesas, embora tal fosse depois contestado na comunicação social³¹⁷. Um dos primeiros trabalhos de ACT, enquanto vogal da JGF, foi rever o orçamento da instituição e expor quais as verbas a serem reduzidas ou a eliminar, para equilibrar as finanças da mesma Junta. Na sessão de 23 de agosto, abordou assim uma série de propostas em relação aos “transportes dos membros da Junta”, “Festas”, “Vinhos Madeira”, “Jardim Pomológico” e “Bairro Novo”, em que, face aos relatórios, deviam ser verbas a eliminar para a redução do deficit no orçamento³¹⁸.

³¹³ MOTA, Nuno (coord.) (2016), *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976): Apontamentos biográficos de presidente da Junta Geral no séc. XX*, p. 177.

³¹⁴ VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, pp. 76-80.

³¹⁵ ABM, *Comissão executiva da JGF*, Livro nº 2264, fls. 65-65v; idem, “Corpos Administrativos: Tomou ontem posse a comissão administrativa da Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15650, 15-08-1926, p. 1.

³¹⁶ ABM, *ibidem*, fl. 65.

³¹⁷ MOTA, Nuno (coord.) (2016), *Ibidem*, p. 179.

³¹⁸ ABM, *Ibidem*, fls. 73v-75.

Aborda, explicitamente, a verba destinada à “Banda Distrital do Funchal”, cujo valor do subsídio propõe retirar, dado entender que a assistência pública é que devia merecer prioridade nos subsídios. Em contrapartida, no entanto, deveria ser definido que na eventual necessidade por parte da Junta dos serviços de uma banda para alguma festa, se deveria dar preferência a esta, sendo paga através do subsídio de “Festejos”. Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade³¹⁹. Saliente-se que, tal não invalidou que anos depois, em 1930, fosse nomeado presidente honorário na nova comissão da *Banda Recreio Camponês*³²⁰, composta ainda por Alfredo Sousa Júnior, José de Barros Júnior, João Soares Dantas, António de Aguiar, Manuel Vieira Pita, José E. Figueira da Silva, João de Abreu e José M. Barradas³²¹.

A prioridade para ACT debruçava-se assim essencialmente no tratamento dos assuntos de assistência social e das suas respetivas instituições. Ainda assim, incidiu também noutras temáticas como no desenvolvimento da Madeira através do melhoramento das estradas e dos acessos locais; a proteção e propaganda do vinho *Madeira*, do bordado e os problemas sociais, como os crimes e as questões relacionadas com a saúde, como a alienação mental e a tuberculose, assuntos referidos nos livros de Atas da Comissão Executiva da *Junta Geral do Distrito do Funchal*, que ACT se dedicou com especial atenção aos assuntos de assistência³²².

No âmbito da assistência, ACT efetua várias visitas oficiais enquanto membro da Junta, para constatar o estado de algumas instituições desse cariz, como a Casa de Saúde do Trapiche, Manicómio Câmara Pestana e o Asilo dos Velhinhos. Avaliou o estado de cada uma delas, deixando vários elogios às duas primeiras e desfavoráveis indicações para a última, que servia de abrigo para indivíduos idosos, como também inválidos, tanto homens como mulheres, localizado na Rua das Hortas³²³, referindo a má gestão e maus-tratos infligidos aos internados, propondo que fosse remodelada a

³¹⁹ *Ibidem*, fls. 74v-75; “Junta Geral do Funchal: Comissão Administrativa”, *DN*, nº 15658, 25-08-1926, p. 3.

³²⁰ “Banda Recreio Camponês”, *DM*, nº 5784, 03-12-1930, p. 3.

³²¹ FREITAS, Manuel (2007) “Notas [Musicais] Soltas: Contributo para a história da música na Madeira Parte 2”, *revista Girão*, p. 61.

³²² ABM, *Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal*, Livro nº 2264 (01-10-1925/18-11-1926); *Ibidem*, livro nº 2265 (25-11-1926/05-01-1928).

³²³ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 47.

administração do Asilo e suspensão a diretora, algo que foi “aprovado por unanimidade”,³²⁴.

Após a suspensão da diretora do Asilo dos Velinhos, conforme estipulado na sessão de 23 de agosto³²⁵, veio a averiguar-se que os maus-tratos estavam relacionados com questões alimentares e, após exposição do assunto em nova sessão da Junta, tal levou à demissão de vários elementos do estabelecimento, deixando ACT indicações para que a gestão fosse entregue à gerência das Irmãs dos Pobres³²⁶. Nessa sequência, a comissão administrativa decidiu atribuir a ACT a responsabilidade de reorganizar os serviços do Asilo dos Velinhos, tendo este comunicado à comissão que já procedera à transferência de doentes para estabelecimentos apropriados e diminuindo, assim, a despesa alimentar da instituição³²⁷.

Fez também uma visita ao posto de desinfecção na qualidade de membro da Junta, acompanhado pelo diretor Dr. Carlos Leite Monteiro (1970-1952) e José Cruz Baptista Santos, administrador daquele posto³²⁸ e amigo desde o tempo de escola de ACT, como já mencionámos. O novo vogal da Junta elaborou também um relatório com os benefícios deste posto para a assistência pública, bem como das obras necessárias para o seu bom funcionamento³²⁹.

Na sessão de 30 de agosto de 1926 apresentou também a situação do Lazareto de Gonçalo Aires, que necessitava de algumas obras, propondo que fossem orçamentadas pela Repartição Técnica³³⁰. Este estabelecimento servira de antigo Hospital de Isolamento Marítimo, onde se fazia a quarentena dos passageiros que chegavam ao Funchal provenientes de locais com doenças contagiosas³³¹, tendo também servido de local de degredo político para os elementos envolvidos na Monarquia do Norte e, voltaria a servir, depois, para os da Revolta da Madeira.

O Lazareto, no entanto, não dispunha das condições necessárias para tratar doenças específicas como as do foro psiquiátrico ou o tratamento da tuberculose. Neste

³²⁴ ABM, *Ibidem*, fls.75v-77; “Junta Geral do Funchal: Comissão Administrativa”, *DN*, nº 15658, 25-08-1926, p. 3.

³²⁵ *Ibidem*, fl. 76v.

³²⁶ *Ibidem*, fls. 84v-85v; “Comissão Administrativa: Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15665, 02-09-1926, pp. 2-3.

³²⁷ *Ibidem*, fl. 84; “Comissão Administrativa: Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15689, 24-10-1926, p.4

³²⁸ *Ibidem*, fls. 82-83v; “Junta Geral do Funchal: Posto de desinfecção pública”, *DN*, nº 15660, 27-08-1926, p. 1.

³²⁹ *Ibidem*, fls. 83-83v; *Ibidem*, “Comissão Administrativa”, *DN*, nº 15658, 25-08-1926, p. 3.

³³⁰ *Ibidem*, fl. 83v; *Ibidem*, nº 15665, 02-09-1926, pp. 2-3.

³³¹ FERNANDES, Graça (2008), *Ob. Cit.*, p. 112.

seguimento, ACT propõe que sejam transferidos os internados com problemas mentais para a Casa de Saúde do Trapiche e Manicómio Câmara Pestana³³². Em relação aos necessitados de tratamento da tuberculose, propõe que para um correto cuidado dos enfermos, seja requerida a transferência dos internados para o hospício da princesa D. Amélia³³³, para que deste modo, recebam os tratamentos em conformidade com as suas necessidades de saúde.

Ainda foi abordado o tema do Asilo Mendicidade e Órfãos, em que ACT expõe a estranheza pela forma como esta instituição tinha vindo a ser tratada pela Junta, apesar do trabalho desempenhado no âmbito da assistência. Argumentou também sobre os benefícios deste estabelecimento, bem como comunicou que tinha sido atribuída uma verba de 30 contos, mas que o Asilo nunca chegará a receber. Adicionando outros argumentos, decidiu propor que se incluísse no orçamento a atribuição de 20 contos a favor da instituição³³⁴, não deixando de lembrar que ocupava nessa altura o cargo de vice-presidente da mesma.

Com a intenção de melhorar as condições do hospital civil, a funcionar nas instalações da antiga Misericórdia do Funchal, ACT propôs, na sessão de 27 de setembro transferir o “...Hospital Civil para o palacio onde funciona[va] a Junta Geral e a desta corporação para o edifício do Hospital”³³⁵. Expõe ainda a necessidade patente nesta troca e os benefícios para salvaguarda dos doentes, assim como as melhorias a efetuar nos acessos, aspetos que teriam de ser acordados com a comissão do respetivo hospital³³⁶.

O assunto atravessava as relações do Estado com a Igreja desde a nacionalização dos bens da Companhia de Jesus, na época do marquês de Pombal, depois dos conventos extintos, na época do Liberalismo e, ainda, no início da República, com a lei da separação do Estado e da Igreja, assim chegando aos nossos dias. Perante a proposta, um artigo publicado no *Correio da Madeira*, sob o título “O Seminário da Encarnação”, refere-se que a Junta funcionava havia anos no antigo edifício do seminário da Encarnação e que “...não é lícito ignorar que os atentados contra a propriedade da Igreja

³³² ABM, *Ibidem*, fls. 103-103v; “Comissão Administrativa: Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15683, 23-09-1926, pp.1 e 4.

³³³ *Ibidem*, fl. 109v; *Ibidem*, nº 15689, 30-09-1926, p. 3.

³³⁴ *Ibidem*, fls. 85v-86; *Ibidem*, nº 15665, 02-09-1926, pp. 2-3.

³³⁵ “Hospital Civil e Junta Geral”, *DN*, nº 15689, 30-09-1926, p. 1.

³³⁶ *Ibidem*, fls. 108-109.

já se revestem de uma gravidade especial: são atentados sacrílegos”³³⁷.

Alexandre da Cunha Teles responde de imediato, no *Diário de Notícias*, lembrando que a proposta que havia efetuado não pretendia prejudicar a Igreja, mas sim defender os interesses dos doentes internados no hospital, realçando esta ideia para que não houvessem mal entendidos, que “esteja no Palácio da Encarnação a Junta Geral ou esteja no Palacio da Encarnação o Hospital, o governo, na altura em que dever entregar o Palacio á Igreja, como é de justiça, tem imediatamente de dar casa e alojamento a quem estiver ali alojado”³³⁸. O *Correio da Madeira* volta a responder às declarações e esclarecimento de ACT, referindo que não se tratava de um ataque pessoal, mas sim da defesa pelo património da Igreja³³⁹, voltando dias depois com novo artigo referente à situação do Palácio da Encarnação³⁴⁰. Ainda sobre este assunto, Luís da Rocha Machado (II) (1890-1973), em entrevista ao *O Jornal*, reflete as suas opiniões sobre a dita transferência do hospital e fala na hipótese da transferência para o Hospital dos Marmeleiros³⁴¹, que seria depois a hipótese a que viria a vingar.

Em outubro, a Junta Geral do Distrito começa a preparar a mudança de instalações para o edifício da Misericórdia do Funchal, na Avenida Arriaga e nesse mesmo mês foi publicado o decreto que estipulava o pagamento à Diocese da renda do edifício do Seminário da Encarnação pelo período que a corporação ali permanecesse³⁴². A questão da entrega do Palácio da Encarnação, no antigo Seminário do Funchal, onde a Junta investira quase 20 anos de obras de ampliação, passando de um edifício para cerca de 10 seminaristas, para um conjunto edificado onde trabalhava mais de uma centena de funcionários, foi uma das questões que levou à demissão dos vogais da comissão administrativa da Junta Geral de 1926, cujo único membro que se manteve foi Abel Magno de Vasconcelos, que passaria a presidente³⁴³. Saliente-se que o mesmo se passaria com as comissões seguintes, pois a transferência só se viria a efetivar em 1933, com a presidência de João Figueira de Freitas (1902-1980) e no rescaldo da Revolta da Madeira de 1931, que abordaremos em seguida.

Na sessão de setembro de 1926, ACT realçou ainda que era do interesse da Junta

³³⁷ *Ibidem*, fls.140v-141v; “O Seminário da Encarnação”, *CM*, nº 589, 30-10-1926, p. 2.

³³⁸ “O Palácio da Encarnação”, *DN*, nº 15718, 05-11-1926, p. 1.

³³⁹ “Em volta duma nota: O Seminário da Encarnação”, *CM*, nº 590, 08-11-1926, p. 2.

³⁴⁰ *Ibidem*, nº 591, 13-11-1926, p. 1.

³⁴¹ “A transferência do Hospital”, *O Jornal*, nº 79, 09-04-1927, p. 1.

³⁴² GUERRA, Valdemar (2010), *Ob. Cit.*, p. 198; “Convento da Encarnação”, *DN*, nº 15856, 01-05-1927, pp. 1 e 5.

³⁴³ MOTA, Nuno (Dir.) (2016), *Ob. Cit.*, Vol. 2, pp. 186-187.

lidar com o problema dos “expostos e inválidos”, mas devido à situação financeira da altura, não era possível satisfazer essas necessidades e, sabendo do trabalho notável que o Dr. Almeida Garrett, que pensamos parente colateral do poeta falecido em 1854, apresentara na Junta Geral do Porto, propõe que fosse solicitado à respetiva Junta uma cópia³⁴⁴. Defendendo de forma constante a causa assistencial, bem como os seus respetivos estabelecimentos, foi nesse sentido que propôs enviar ofício ao Ministro das Finanças e ao presidente do Ministério, solicitando que os impostos pagos pela Madeira para a assistência ficassem nas instituições de caridade locais³⁴⁵.

Durante o seu discurso de tomada de posse ao cargo de vogal indicou que pretendia seguir a política de “engrandecimento da Madeira” e que para tal era necessário prover a Madeira das condições necessárias para o seu contínuo desenvolvimento. Foi nesse sentido que ACT procurou logo junto do governo central a abolição do novo imposto sobre o linho, que tinha como consequência direta o aumento do preço do bordado da Madeira³⁴⁶. Em relação ao “trigo e farinhas” propõe também officiar ao Ministro das Finanças, à Bolsa Agrícola e ao *Diário de Lisboa* pedindo que não existisse nenhuma alteração para a Madeira³⁴⁷.

Estando a Junta a passar por um défice económico, era necessário rentabilizar todos os bens e, assim sendo, ACT fez uma exposição sobre os bens dos Sanatórios que estavam ao abandono e em estado de ruína, assunto que já abordara 5 anos antes, propondo a elaboração de um relatório dirigido ao Ministro das Finanças e ao Presidente do Ministério para: “1º - proceder a venda imediata em hasta publica; e 2º - que o produto dos bens vendidos seja dividido em parcelas igual: 25% para instituições de caridade do Funchal; 25% para CMF para obras de saneamento; 25% calcetamento de estradas e 25% para o Estado”³⁴⁸.

À ideia de desenvolvimento na Madeira também associou o desenvolvimento dos seus produtos de exportação, como era o caso do vinho *Madeira*, não fosse este um produto reconhecido internacionalmente. No entanto, havia a necessidade de criar um regulamento para salvaguardá-lo de fraudes. Logo após ocupar o lugar de vogal da Junta, visitou a Comissão de Viticultura que tinha Raul Teive, vice-cônsul da Brasil,

³⁴⁴ ABM, *Ibidem*, fl. 98; “Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15676 15-09-1926, p. 3.

³⁴⁵ *Ibidem*, fl. 103v; *Ibidem*, nº 15683, 23-09-1926, pp. 1 e 4.

³⁴⁶ *Ibidem*, fl. 77; *Ibidem*, nº 15658, 25-08-1926, p. 3.

³⁴⁷ *Ibidem*, fl. 95; *Ibidem*, nº 15767, 15-09-1926, p. 2.

³⁴⁸ *Ibidem*, fls. 88v-90v; *Ibidem*, nº 15671, 09-09-1926, pp. 3-4.

como secretário, deixando indicações sobre a organização do serviço³⁴⁹. Na sessão seguinte explanou sobre os mercados internacionais e a relação da Dinamarca como mercado de exportação madeirense³⁵⁰.

Cunha Teles refere-se à importância dos vinhos da Madeira, “sendo a cultura da vinha a base da nossa riqueza agrícola”, mencionando que do regulamento dos vinhos da Madeira tinham surtido efeitos benéficos para uma maior proteção do comércio, de forma a evitar lutas desleais e concorrências fraudulentas, propondo assim que uma delegação da comissão solicitasse ao governo, através desses fatores, a salvaguarda da viticultura regional³⁵¹. Sobre esta temática foi publicado no *DN* o seu discurso intitulado “Os vinhos do continente”, onde falara do imposto sobre a aguardente como um duplo ganho, com os vinhos a voltarem a ser eleição, mas que era igualmente encontrar resolução para a questão do alcoolismo, deixando indicações de que era urgente agir. Decorrente destas ideias, propõe várias medidas das quais se podem ressaltar “1º que se peça ao Governo para revogar entrada de vinhos do continente em cascos; 2º manutenção do imposto da aguardente...”³⁵².

Com o propósito de desenvolver e dinamizar as condições locais, abordou o tema das “Estradas”, que constituíam um meio de comunicação indispensável para a população. A construção de estradas mostrara-se sempre difícil devido à orografia da Ilha, tendo sido um processo lento e a Madeira, em 1926, segundo Alberto Vieira, contava somente com cerca de 122 km de estradas³⁵³. Foram várias as propostas que incidiram sobre as estradas da Madeira, entre elas, a transferência de subsídios para as reparações na “estrada de Sant’ana”, Estrada do Muro da Coelha, Rampa Conde Carvalhal, e Travessa de S. Luís, bem como reparações nas do Porto Santo, na Nora e do Caminho do Dragoal³⁵⁴.

Além das necessidades acima referidas, procurou reparar, de igual forma, as ladeiras em mau estado, como a da “Fajã da Ovelha-Paul do Mar”³⁵⁵ e melhorar outras, propondo o “alargamento da rua Hermenegildo Capelo”³⁵⁶. Aliás, sobre o alargamento das estradas distritais, foi publicado um artigo no *DN*, que aborda a necessidade de

³⁴⁹ *Ibidem*, fl. 84; *Ibidem*, nº 15665, 02-09-1926, p. 3.

³⁵⁰ *Ibidem*, fls. 95v-96; *Ibidem*, nº 15767, 15-09-1926, p. 2.

³⁵¹ *Ibidem*, fls. 108v-109v; *Ibidem*, nº 15689, 30-09-1926, p. 3.

³⁵² *Ibidem*, fls. 146-148; *Ibidem*, nº 15731, 20-11-1926, p. 1.

³⁵³ VIEIRA, Alberto (2014b), *Ob. Cit.*, pp. 244 e 290.

³⁵⁴ ABM, *Ibidem*, fls. 80v-81 e 82-82v; *Ibidem*, nº 15665, 02-09-1926, pp. 2-3.

³⁵⁵ *Ibidem*, fl. 78; *Ibidem*, nº 15736, 26-11-1926, p. 2.

³⁵⁶ *Ibidem*, fl. 135v; *Ibidem*, nº 15720, 07-11-1926, p. 3.

desenvolver as estradas com a largura necessária, de forma a modernizar não só as mesmas como o próprio meio envolvente, contribuindo ainda para o Turismo³⁵⁷. Como forma de o Governo Central tomar conhecimento e verificar essas necessidades, propôs endereçar um convite ao Ministro do Comércio “...para estar na Madeira uns dias, a fim de vêr o estado e a absoluta falta das nossas estradas”³⁵⁸. Em homenagem ao falecido Henrique Vieira de Castro, com quem trabalhara em várias instituições de caridade, propôs que à Estrada Monumental fosse atribuída o nome de “Vieira de Castro”³⁵⁹.

Outro tema abordado foi o Regime Florestal, propondo que a Comissão Administrativa fizesse chegar ao Governo da República a criação de uma Circunscrição Florestal na Madeira, num modelo idêntico ao existente no Continente³⁶⁰ e, voltando a frisar tal assunto, indicou que o mesmo tinha como objetivo prevenir a desflorestação e defender o património edificado e natural madeirense³⁶¹. Todos os pontos mencionados o permitiam auxiliar o desenvolvimento local e criar melhores condições para o Turismo, que vinha a progredir de forma crescente, sendo necessário para o manter, preservar certos pontos procurados pelos mesmos turistas. A título de exemplo, foi nesse sentido que propôs obras de reabilitação da vereda que se encontra danificada no Cabo Girão³⁶² e da Estrada do Ribeiro Frio, que necessitava igualmente de reparações³⁶³.

Além dos pontos acima referidos, existiram outros que abordados de forma esporádica, mas que permitiam o progresso dos serviços locais e conferiam melhorias nas condições não só destes serviços, como também de quem neles exercia funções. No âmbito da Justiça, por exemplo, referiu a necessidade de conceder aos juízes e delegados que exercem funções na Madeira, condições favoráveis para desempenho das suas funções, como lhes fornecer alojamento, propondo que pudessem ter residência “nalgum dos edificios do Estado”³⁶⁴. As medidas relacionadas com este tema também contemplavam melhorias na Comarca do Funchal, aumentando os juízes civis e

³⁵⁷ *Ibidem*, fls. 28v-30; “Viação Madeirense: O alargamento das estradas distritais”, *DN*, nº 15781, 25-01-1927, p. 1.

³⁵⁸ *Ibidem*, fls.120v-121; “Junta Geral do Funchal: Comissão Administrativa”, *DN*, nº 15703, 17-10-1926, p. 1.

³⁵⁹ *Ibidem*, fl. 94; *Ibidem*, nº 15676, 15-09-1926, p. 1.

³⁶⁰ *Ibidem*, fls. 119v-120; *Ibidem*, nº 15671, 09-09-1926, pp. 3-4.

³⁶¹ *Ibidem*, fls. 94v-95; *Ibidem*, nº 15767, 15-09-1926, p. 2; *Ibidem*, nº 15702, 16-10-1926, p. 1.

³⁶² *Ibidem*, fl.125; *Ibidem*, nº 15708, 23-10-1926, p. 2.

³⁶³ *Ibidem*, fls. 115v-116; *Ibidem*, nº 15696, 09-10-1926, p. 2.

³⁶⁴ *Ibidem*, fls. 95-95v; *Ibidem*, nº 15767, 15-09-1926, p. 2.

destacando um juiz de crime, devido ao aumento da criminalidade local³⁶⁵. O assunto do equipamento urbano também foi abordado, com uma exposição sobre os bancos da Avenida Arriaga, que tinham então mau aspeto devido a atos de vandalismo, propondo que se fizesse o orçamento do seu concerto³⁶⁶.

Um outro tema abordado prendia-se com os lacticínios, que eram “uma das fontes de riqueza deste Distrito mais importantes e estáveis”. Neste sentido, sugeria ao Governo a instauração de um estabelecimento zootécnico, com a colaboração das várias instituições ligadas ao assunto, como a Direção Geral dos Serviços Pecuários, Estação Agrária da Madeira, Junta Geral do Distrito e Sociedade Protetora dos Animais, com vista à modernização e estabelecimento de novas práticas de fabrico, tal como da conservação dos produtos lácteos e seus derivados³⁶⁷. Uma década depois, foi a implantação desta proposta de reforma que levou à chamada *Revolta do Leite*, mas ACT já tinha falecido.

Com base na questão dos produtos lácteos, para salvaguardar a saúde pública e a qualidade dos produtos, ainda foram propostos três pontos:

Oficiar o Ministro da Agricultura para que o Decreto n° 10195 seja modificado por forma a permitir a modificação e montagem de todos os estabelecimentos de lacticínios por uma forma higiénica, prática e económica, salvaguardando a saúde publica, a genuinidade e qualidade dos produtos fabricados; 2° obrigar à inscrição [de] todos os estabelecimentos de lacticínios existentes no distrito, por forma a se poder efectuar o seu cadastro e a determinação de um prazo único para que todos se encontrem nas condições estipuladas por lei; 3° fornecer à repartição competente os meios de acção indispensáveis para eficazmente poder fazer cumprir as disposições legais por forma útil e prática³⁶⁸.

Na defesa dos interesses da Madeira sobre o assunto das “Reparações da Alemanha a Portugal”, na sequência da I Grande Guerra, foram estipuladas as respetivas compensações para as reparações, em que a verba era dividida nas parcelas de 60% para o continente e 40% as colónias. Resultante disto, ACT manifesta vontade em que fosse pedida a inclusão das ilhas adjacentes nesses processos de reparações³⁶⁹.

³⁶⁵ *Ibidem*, fls.113v-115v; *Ibidem*, n° 15695, 08-10-1926, p. 2.

³⁶⁶ *Ibidem*, fl. 95v; *Ibidem*, n° 15767, 15-09-1926, p. 2.

³⁶⁷ *Ibidem*, fls. 96-96v; *Ibidem*, n° 15767, 15-09-1926, p. 2.

³⁶⁸ *Ibidem*, fl.119v; *Ibidem*, n° 15702, 16-10-1926, p. 1.

³⁶⁹ *Ibidem*, fls.149v-150; *Ibidem*, n° 15736, 26-11-1926, p. 2.

No início do ano de 1927 foram publicados nos jornais locais artigos sobre “Viação Madeirense: O alargamento das estradas distritais”³⁷⁰ e “As estradas da Madeira”³⁷¹, com as propostas apresentadas nas sessões da Junta, com o propósito geral de ir ao encontro das necessidades do desenvolvimento crescente da Ilha. Em circunstâncias idênticas, no mesmo ano, ainda foi publicada uma nova carta, “A Junta Geral do Funchal e a Casa de Saúde do Trapiche”³⁷² e, na semana seguinte, um novo artigo com um título idêntico, relatando e justificando as decisões tomadas por parte dos elementos da JGF sobre a Casa de Saúde do Trapiche, bem como as razões que levaram ao aprovar da proposta, mas assunto que remetemos para o capítulo seguinte.

A 5 de março de 1927, quando o governador civil tenente-coronel Luzignan de Azevedo exonera o presidente António Bettencourt e os seus vogais Alexandre da Cunha Teles e Luiz Portugal Rodrigues dos Santos apresentam a demissão, Cunha Teles surge como “monárquico” na publicação do *DN*³⁷³. Parece, assim, ter havido um realinhamento político e, a partir de 1929, ocupa lugar na comissão distrital da União Nacional, segundo telegrama publicado no *DN* e no *DM*, em outubro de 1930, ao lado de Dr. Fernão Favila Vieira (1901-?), Dr. Óscar Baltazar Gonçalves (1895-1958), engenheiro Luiz Acciaiuoli (1858-1942), Dr. Manuel Pestana Reis e outros³⁷⁴.

2.6 A Revolta da Madeira e o governador civil do Funchal Dr. Caldeira Coelho

Nos finais de 1929, o Mundo Ocidental, e não só, foi atingido pela queda da bolsa de valores de Nova Iorque, a 24 de outubro, dia que ficou conhecido pela “Quinta-feira Negra”, entrando no que ficou conhecido como a “Grande Recessão”. Um ano depois os seus reflexos chegavam à Madeira e, no mês de novembro de 1930, dava-se a falência das casas bancárias *Henrique Figueira da Silva, Sardinha & C.ª* e, ainda depois, a *Reids & Castro*, o que representou um verdadeiro desastre para a economia

³⁷⁰ “Viação Madeirense: O alargamento das estradas distritais”, *DN*, nº 15781, 25-01-1927, p. 1.

³⁷¹ “As estradas da Madeira”, *O Jornal*, nº 18, 23-01-1927, p. 2.

³⁷² “A Junta Geral do Funchal e a Casa de Saúde do Trapiche”, *DN*, nº 15842, 13-04-1927, p. 1; *Ibidem*, nº 15847, 21-04-1927, p. 1; “A Junta Geral e o Trapiche. Carta do Dr. Cunha Telles”, *O Jornal*, nº 81, 12-04-1927, p.2; “A Junta Geral e o Trapiche, 2ª Carta do Dr. Cunha Telles”, *O Jornal*, nº 87, 21-04-1927, pp.1 e 4.

³⁷³ “Comissões Administrativas”, *DN*, nº 15781, 25-01-1927, p. 1; “Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15814, 08-03-1927, p. 1.

³⁷⁴ “Telegramas de Lisboa: A União Nacional na Madeira – Comissão Distrital”, *DN*, nº 16854, 15-10-1930, p. 2; “Serviço Telegráfico do Diário da Madeira”, *DM*, nº 5744, 15-10-1930, p. 2.

madeirense, como já escrevemos, tendo-se gerado um descontentamento geral e sido uma das situações que daria também lugar depois à Revolta da Madeira de 1931³⁷⁵.

Desconhecemos os contornos da nomeação dos vários advogados do Funchal para as comissões liquidatárias dos bancos falidos, mas o atento e contundente *Re-nhau-nhau*, em março de 1931, faz capa com a disputa entre Cunha Teles e José Marceliano da Silva Pereira, sobre a liquidação demorada ou imediata do banco *Henrique Figueira da Silva*³⁷⁶. Em 1931 e na liquidação da casa bancária *Henrique Figueira da Silva*, do património a liquidar, por arrastamento, veio também a *Fabrica de São Filipe do Pelourinho*, constituída por duas moagens e uma fábrica de açúcar e álcool³⁷⁷. Mais tarde, em 1934, o *Re-nhau-nhau* faz também capa com o título: “O mundo é dos ratazanas...”³⁷⁸, onde representa vários personagens, como António Augusto da Silva Pereira, como “Pai ratão”, a tentarem entrar na fábrica pela “porta da travessa”, entre os quais também João Francisco de Almada e Alexandre da Cunha Teles, parecendo, assim terem os mesmos diversificado os seus interesses económicos para a área do património imobiliário, pelo menos. Nos anos seguintes, no entanto, seria o Harry Hinton (1859-1948), que Cunha Teles já representara, que arremataria a fábrica de açúcar e álcool, e os irmãos Blandy, as moagens e outros prédios.

Desconhecemos as atividades comerciais e financeiras desenvolvidas pelo nosso biografado, onde entraram parceiros comerciais judaicos da família de Vera Cohen na Dinamarca e em Hamburgo, onde residia um dos irmãos de Vera, por certo, com interesses no Brasil. Dois elementos terão servido também de elos dessa ligação, o primeiro dos quais, o cônsul do Brasil em Copenhague, visconde de Hamilton Pires, que já fora cônsul do Brasil em Paris, que ficou conhecido como o “embaixador do café” e fundador da Sociedade dos Amigos do Brasil naquela cidade da Dinamarca, e o segundo, Raul Teive, vice-cônsul do Brasil no Funchal e também secretário da Comissão de Viticultura, que em notícias, artigos e entrevistas de Cunha Teles, desde 1926, aparecem ligados³⁷⁹.

³⁷⁵ GUERRA, Valdemar (2010), *Ob. Cit.*, p. 196.

³⁷⁶ “Entre a espada e a parede...”, *Re-nhau-nhau*, nº 45, 26-03-1931, p. 1 [Cf. Anexo V – Ilustração, nº3]; cf. também, “Banco Henrique Figueira da Silva”, *DN*, nº 17149, 01-11-1931, p. 1.

³⁷⁷ GUERRA, Valdemar (2010), *Ob. Cit.*, p. 197.

³⁷⁸ “O mundo é dos ratazanas...”, *Re-nhau-nhau*, nº 158, 24-07-1934, p. 8 [Cf. Anexo V – Ilustração, nº8].

³⁷⁹ “Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 15665, 02-09-1926, p. 3; “Brasil e Dinamarca”, *DM*, nº 5613, 03-05-1930, pp. 1 e 4.

No provável quadro dessas ligações, em meados de 1930 Cunha Teles faz o elogio da Sociedade dos Amigos do Brasil em Copenhaga e do seu fundador, nas páginas do *DM* e, nos últimos dias desse ano, recebe a cruz de honra da mesma Sociedade³⁸⁰, que o *Re-nhau-nhau* caricatura nas suas páginas do mês seguinte a recebê-la das mãos do vice-cônsul Raul Teive³⁸¹ e, dois anos depois, inclusivamente, na sede do consulado do Brasil na Madeira, toma posse do cargo de chanceler³⁸². Em 1934 ainda ocupa o cargo de vice-cônsul do Brasil na Madeira³⁸³.

Outras atividades da área comercial e financeira se teria envolvido, como com a casa comercial *Manuel dos Passos Freitas*, para justificar a doação de Cary Garton (Carolina Passos Freitas), em carta daquela firma comercial, de 1.500\$00 em julho de 1931, “atendendo às inúmeras finezas que lhe devo” e “que de modo algum poderei pagar”, ainda acrescentando, ter aberto aquela exceção e enviando “uma verba muito maior do que as ofertadas a outras instituições similares, motivo porque sobre este particular lhe peço a maior confiança”³⁸⁴. Muito provavelmente, teriam sido essas atividades comerciais, cujos contornos desconhecemos, que em 1935 o levam também ao cargo de presidente da assembleia geral do Ateneu Comercial do Funchal³⁸⁵.

O alinhamento político de Cunha Teles, quase que indubitavelmente, desde o 28 de maio de 1926, era com a Ditadura, senão não teria sido nomeado para a nova comissão administrativa da Junta Geral desse ano e não com qualquer tipo de revolta que pudesse colocar em causa a frágil estabilidade do regime. Com o eclodir da Revolta da Madeira, no entanto, desdobra-se de forma afincada em trabalhos na delegação da Cruz Vermelha Portuguesa, com a disponibilização de todos os meios para auxiliar os feridos, inclusive com a criação do Hospital de Sangue. Após a revolta, o *Re-Nhau-Nhau* coloca-o de novo na capa como regente da sua equipa do Hospital de Sangue,

³⁸⁰ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *Correio da Madeira*, nº 809, 17-01-1931, p. 1.

³⁸¹ *Re-nhau-nhau*, 24-01-1931, nº 39, p. 8 [Cf. Anexo V – Ilustração, nº2].

³⁸² “Consulado do Brasil na Madeira: A posse do novo chanceler”, *DN*, nº 17253, 12-03-1932, p. 2.

³⁸³ “Novo vice-cônsul do Brasil”, *DN*, nº 18009, 26-10-1934, p. 1.

³⁸⁴ ABM, *Espólio AINSC, Correspondência recebida*, carta do Funchal, 1-07-1931 [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº5]; Durante anos a fio, Mrs. Cary Garton (a madeirense Carolina dos Passos Freitas, que se casara com um engenheiro inglês e adotou o apelido até final da vida) enviou caixas e caixas de orquídeas da Quinta da Boa Vista, no Funchal, para o Oliveira Salazar, presidente do Conselho, que estabelecera especial amizade com ela, a nora, ex-mulher de Cecil Garton, adido aeronáutico na embaixada de Londres em Lisboa e que foi também um dos pilotos da *Aquila Airways*, e a neta. Em 2017, falecidas a avó e a mãe, a neta entregou na Torre do Tombo 33 cartas pessoais de Salazar enviadas às mesmas. Cf. “Cartas inéditas de Salazar revelam segredos e intimidade de família inglesa”, in *Público*, Lisboa, 26 nov. 2017.

³⁸⁵ “Ateneu Comercial do Funchal”, *DN*, nº18079, 24-01-1935, p. 1; “Ateneu Comercial do Funchal”, *DM*, nº 6969, 24-01-1935, p. 1.

então a funcionar no edifício da Misericórdia do Funchal, constituída por D. Ida Delgado Faria, D. Georgina Nunes, os médicos Américo Durão e Vitor Kaladin e Eurico Abreu Gomes, chefe dos escuteiros, que ali exerceram funções durante a revolta³⁸⁶.

O *DN* de 8 de maio de 1931 publica o relatório de António de Caires, como chefe do grupo n.º 5 do Corpo Nacional de *Scouts*, ou seja, Escuteiros, com os acontecimentos entre 4 de abril e 2 de maio, onde por ordem do comissário regional, o então capitão Eduardo dos Santos Pereira (1878-1953), os mesmos escuteiros tinham ocuparam postos em vários locais do Funchal. O primeiro fora no Quartel do Colégio, mas de onde saíram logo para o Hospital de Sangue, na Misericórdia do Funchal. Criaram-se também postos na Quinta de Santana e na Quinta Magnólia, ambas disponibilizadas a pedido da Cruz Vermelha, para refúgio da população que não obtivesse outro lugar onde se recolher quando começaram os bombardeamentos.

Todos os movimentos tinham sido coordenados por Américo Durão e por Cunha Teles, destacando-se que o “ilustre presidente da delegação da Cruz Vermelha” tinha sido “desde o primeiro momento de uma amabilidade extrema” para com os escuteiros “e um grande amigo do Corpo Nacional”. Refere também este relatório, que no Hospital de Sangue também haviam estado “5 Girl-Guides, com quem mantivemos sempre a mais franca camaradagem”³⁸⁷. A referência indica os elementos das Guias de Portugal, grupo criado na Madeira em 1929 por Carolina Vieira de Castro da Rocha Machado (1901-1986), devendo uma das caricaturas do *Re-Nhau-Nhau* de 15 de maio seguinte, ser sua.

O alinhamento político com a ditadura é patente nos primeiros contactos do ministro da Marinha, almirantes Luís de Magalhães Correia (1873-1960), que viera na esquadra enviada por Salazar para sufocar a revolta, que logo no primeiro dia em que desembarcou no Funchal, em data não referida, teve “um almoço íntimo” em casa de Cunha Teles. A 6 de maio, o ministro voltou a terra, indo cumprimentar D. António Pereira Ribeiro (1879-1957), que tinha intermediado os contactos para a rendição, indo a bordo do *Carvalho Araújo* a 28 de abril e, de novo, deslocando-se a casa de Cunha Teles³⁸⁸. No dia seguinte, 7 de maio, visita o Asilo de Mendicidade e Órfãos do

³⁸⁶ “Haja Saúde”, *Re-nhau-nhau*, n.º 48, 15-05-1931, p. 8 [Cf. Anexo V – Ilustração, n.º4].

³⁸⁷ “Corpo Nacional de Scouts no Funchal nos acontecimentos entre 4 de abril e 2 de maio de 1931”, *DN*, n.º 17006, 8-05-1931, p. 1.

³⁸⁸ “Ministro da Marinha”, *DN*, n.º 17007, 7-05-1931, p. 1.

Funchal, onde é recebido por Cunha Teles e restantes corpos diretivos, entre os quais se encontrava o general Norberto Jaime Teles³⁸⁹.

Dois dias depois ocorreu o já mencionado também “almoço íntimo” com o capitão Almeida Cabaço (1881-1955), noticiado a 10 de maio de 1931 e que na sequência da Revolta da Madeira, voltara a ocupar o lugar de governador civil do distrito. Na mesma edição do *DN*, igualmente se noticia que Cunha Teles acompanhara no mesmo dia a visita do ministro da Marinha ao Hospital dos Marmeleiros³⁹⁰. Temos assim, tudo leva a crer, Alexandre da Cunha Teles a trabalhar nos bastidores da principal alteração do governo da Madeira, que era então a localização da sede da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Para a Junta entregar à Diocese o Palácio da Encarnação, de que, em princípio, já pagava renda e passar para o edifício da Misericórdia do Funchal, à Avenida Arriaga, edifício que também tivera de comprar à Diocese, tinha de encontrar outro edifício onde instalar o hospital, vingando assim a hipótese do Hospital dos Marmeleiros, subscrita já por Luís da Rocha Machado (II) em abril de 1927³⁹¹.

A atuação de Cunha Teles como presidente da Cruz Vermelha durante a Revolta da Madeira teria sido notável, pelo que assume logo um papel mais interveniente e, nesse mês de maio de 1931, publica no *DN*, com o título “Uma Carta”, um ofício, na qualidade de presidente da delegação do Funchal, onde expõe a situação de auxílio solicitado por nove famílias de Câmara de Lobos, num total de cinquenta pessoas, que viviam sem meios de subsistência e não tinham forma de pagar a renda. O arrendatário tinha proferido injúrias para com o advogado, que decidiu não proceder judicialmente, desde que a pessoa que o ofendera desse 1500\$00 para obras de caridade³⁹².

No final desse mesmo mês, surge novo artigo publicado pelo *JM* com o nome de “Dr. Alexandre Telles”, com palavras elogiosas e de reconhecimento pela sua dedicação e incansável trabalho no Asilo de Mendicidade e Órfãos e na Cruz Vermelha³⁹³. No final de 1931, o *Re-nhau-nhau*, resolve atribuir o título de “Os Vanguardistas”³⁹⁴ a um conjunto de elementos relevantes na sociedade madeirense: Juvenal Henriques de Araújo, Alberto Henriques Araújo, João Francisco de Almada, João dos Reis Gomes

³⁸⁹ “O Sr. Ministro da Marinha visitou ontem à tarde o Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal”, *DN*, n.º 17006, 8-05-1931, p. 1.

³⁹⁰ “Almoço íntimo” e “Visita do sr. Ministro da Marinha ao hospital dos Marmeleiros”, *DN*, n.º 17008, 10-05-1931, p. 4.

³⁹¹ “A transferência do Hospital”, *O Jornal*, n.º 79, 09-04-1927, p. 1.

³⁹² “Uma carta”, *DN*, n.º 17014, 19-05-1931, p. 2.

³⁹³ “Dr. Alexandre Telles”, *JM*, n.º 1241, 20-05-1931, p. 1.

³⁹⁴ “Os Vanguardistas”, *Re-nhau-nhau*, n.º 68, 01-12-1931, p. 1 [Cf. Anexo V – Ilustração, n.º5].

(1869-1950), Elmano Vieira e Cunha Teles, demonstrando a relevância destes nomes na época.

Cunha Teles integra, entretanto, a comissão delegada da Associação Nacional anti-Tuberculosa no Funchal, em março de 1932, liderada pelo Dr. João Francisco de Almada e composta também pelo cónego Manuel Francisco Camacho (1877-1970)³⁹⁵, figura também incontornável nas instituições assistenciais da Madeira na época. Um ano mais tarde integrou a comissão administrativa do Posto de Socorros Urgentes, constituído a partir da Cruz Vermelha e da experiência do anterior Banco de Sangue, mas na dependência da câmara municipal do Funchal e comissão composta também por José Pedro de Freitas, Manuel José de Carvalho e o cónego Manuel Francisco Camacho³⁹⁶. A montagem deste posto médico nascera de um relatório do tenente Artur de Atouguia Pimenta (1892-1960), onde o mesmo já refere que durante o período em que estivera na comissão administrativa da Camara Municipal, constatara o excepcional trabalho desenvolvido por ACT em prol da assistência³⁹⁷.

Nos primeiros meses de 1932, numa das suas passagens por Paris, Cunha Teles visita a sede da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, onde foi recebido com todas as honras e acompanhado pelo secretário-geral Sr. Larross, diretor do Bureau Pan-americano, como noticiam depois artigos publicados no DN e no *DM*³⁹⁸. No seguinte ano de 1933 reúne todo o material que foi escrevendo sobre a Dinamarca e outros países europeus, essencialmente, sobre a organização assistencial, dispersos por vários periódicos, onde foi comparando as instituições ali montadas e as existentes em Portugal e na Madeira, que editará no final do ano. A importância desse trabalho levou a que nos ocupemos do mesmo no final deste trabalho, como um dos seus principais legados.

Teria sido assim, muito provavelmente, que numa dessas viagens pela Europa, na passagem por Lisboa, se estabeleceram contactos com vista à nomeação do Dr. Caldeira Coelho para governador civil do Funchal. A amizade era patente pela ocasião em que Caldeira Coelho esteve de passagem pela Madeira, em agosto de 1930, a caminho dos Açores e quando marcaram presença a bordo, Cunha Teles e Juvenal de

³⁹⁵ “A luta anti-tuberculosa: Dispensário no Funchal”, *DN*, nº 17257, 17-03-1932 p. 1.

³⁹⁶ “Posto de Socorros Urgentes: Reunião ordinária”, *DN*, nº 17713, 15-10-1933, p. 3.

³⁹⁷ “Um inquérito oportuno: O Posto de Socorros Urgentes e os Postos Médicos Municipais”, *DN*, nº 17506, 26-01-1933, p. 6.

³⁹⁸ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 17326, 18-06-1932, p. 1; “Liga das Sociedades da Cruz Vermelha”, *DM*, nº 6224, 29-06-1932, p. 1.

Araújo, tendo o advogado de Lisboa feito uma visita aos arredores do Funchal, a convite de Cunha Teles³⁹⁹.

Para além do grupo familiar, com particular destaque para a tutelar figura do general Norberto Jaime Teles, o grupo dos estudantes madeirenses da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra parecem ter marcado, decididamente, o percurso de vida ACT. Teria sido esse grupo, por certo, a incentivar, por exemplo, a festiva deslocação à Madeira da Tuna Académica da Universidade nas férias da Páscoa de 1913, entre 23 de março e 3 de abril, envolvendo 45 estudantes, quando era presidente da mesma tuna o estudante finalista António Caldeira Coelho⁴⁰⁰.

Cunha Teles era quatro anos mais novo que Caldeira Coelho e nessa Páscoa, não temos confirmação documental de ter estado no Funchal, embora mais tarde se refira à deslocação da Tuna, mas de forma vaga⁴⁰¹. Em janeiro de 1934, na tomada de posse e depois das entidades oficiais, falou ACT, referindo não estar ali como “representante de nenhuma corrente política nem qualquer facção”, mas como seu amigo pessoal de longa data e desde que, vinte anos antes, como “presidente da Tuna de Coimbra” visitara a Madeira; falou igualmente Juvenal de Araújo, “como antigo condiscípulo e amigo de sempre do novo governador civil”; Luís Vieira de Castro, num “tributo da sua antiga consideração pessoal” e semelhantes palavras proferiu ainda o visconde do Porto da Cruz⁴⁰².

O novo governador Caldeira Coelho agradeceu depois a presença de todos e as palavras que lhe foram dirigidas, comprometendo-se a trabalhar em prol da Madeira e apelou, como quase todos os oradores anteriores, ao apoio ao Estado Novo, à União Nacional e a Salazar, pedindo a “todos os conservadores que ainda não estão inscritos na Madeira, que venham para nós trabalhar sob a égide nacionalista do Chefe que proclamou esta verdade: ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’”. Terminaria com uma referência aos poetas e artistas madeirenses, citando o escultor Francisco Franco (1885-1955), “cuja maravilhosa estátua de Gonçalves Zarco havemos de colocar no local que lhe compete, para que se preste a homenagem ao descobridor e se faça justiça ao nome e à glória do artista”⁴⁰³.

³⁹⁹ “De passagem na Madeira”, *DN*, nº 16811, 26-08-1930, p. 1.

⁴⁰⁰ “A Tuna da Universidade de Coimbra, no Funchal”, *DN*, nº 11.539, 23-03-1913, p. 2.

⁴⁰¹ “Tomada de Posse”, *DN*, 17784, 16-01-1934, pp. 1-3.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ “Distrito do Funchal: Chegou ontem à Madeira o novo Governador Civil efectivo”, *DM*, 6674, 16-01-1934, pp.1 e 3; “No Patronato de S. Pedro”, *DN*, nº 17800, 06-02-1934, p. 4.

A estátua de Zarco seria inaugurada a 28 de maio desse ano de 1934, marcando decididamente a entrada da Madeira no novo quadro ideológico e, inclusivamente, estético do Estado Novo. A vigência de Caldeira Coelho como governador civil marca também o aparecimento político de algumas das figuras determinantes dos anos seguintes, como o jovem Dr. Fernão de Ornelas (1908-1978), que entra logo em janeiro como vogal da comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal e, nos meses seguintes, já aparece em várias situações oficiais a representar a Câmara do Funchal. O alvará de nomeação, no entanto, ainda foi assinado por Favila Vieira, como governador substituto, a 11 de janeiro, dias antes da tomada de posse de Caldeira Coelho, tomando posse a 16⁴⁰⁴.

A 3 de março tinha sido a posse da nova comissão administrativa da Junta Geral, presidida pelo professor José Rafael Basto Machado (1900-1966), tendo como vogais Nuno Queriol de Vasconcelos Porto e João Francisco de Almada, efetivos e o padre Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), tenentes Gregório de Paiva Cunha e Domingos Cardoso (1878-1974), Salomão da Veiga França (1893-1961), depois também presidente da delegação da Cruz Vermelha, como suplentes. A tomada de posse apresentaria a novidade de alterar a célebre frase de Salazar para “Tudo pela Madeira, nada contra a Madeira”⁴⁰⁵ e passar a publicar anualmente, no final de cada ano económico, o resumo das suas contas e, no início do seguinte ano, o seu orçamento.

A saúde de Cunha Teles, entretanto teria apresentado problemas, a confiar no pedido de passaporte que solicita a 4 de agosto desse ano, “para Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e Dinamarca, a fim de tratar da sua saúde”, juntando atestado médico e pedido extensivo a sua mulher, Vera da Cunha Teles, “a fim de lhe dispensar os necessários cuidados de enfermeira durante a viagem”⁴⁰⁶. Estava de volta ao Funchal em setembro de 1934, concedendo uma entrevista ao *DN*, “Em viagem: A Madeira, os seus vinhos e a assistência pública”, em que aborda vários assuntos como o Turismo, os vinhos da Madeira e a passagem por Paris, onde estivera, de novo, na sede internacional da Cruz Vermelha⁴⁰⁷. Dez dias depois dá nova entrevista, com o título “A Casa de Portugal em Paris, a reunião do Congresso da Imprensa e a Propaganda da Madeira pelo

⁴⁰⁴ “Câmara Municipal do Funchal, novo vogal”, *DN*, nº 17.786, 18-01-1934, p. 1.

⁴⁰⁵ “Junta Geral do Funchal”, *DN*, nº 17.822, 04-03-1934, pp. 1 e 6.

⁴⁰⁶ ABM, GCFUN, *Processos de Passaportes*, 04-08-1934, cx.354, cap.90, fl.2 [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº12].

⁴⁰⁷ “Em viagem: A Madeira, os seus vinhos e a assistência pública”, *DN*, nº 17976, 16-09-1934, pp. 1 e 4.

cinema” onde relata que viu os trabalhos realizados pela Casa de Portugal em Paris, a reunião do Congresso da Imprensa e a propaganda da Madeira através de um filme⁴⁰⁸.

Caldeira Coelho, entretanto, convidou Cunha Teles a assumir as funções de secretário privado, que o acompanha em algumas das suas visitas oficiais⁴⁰⁹, mas sempre com uma excecional descrição e seria por pouco tempo, pois o governador pede a demissão em novembro seguinte e que lhe foi concedida. ACT continua, entretanto, a sua atividade assistencial, largamente noticiada, que abordaremos de forma mais alargada em seguida e, em 1935, surge o artigo “Professor Doutor Caeiro da Mata” (1877-1963), aquando da sua visita à Madeira, mas não com a intenção de homenagear o Ministro dos Negócios Estrangeiros nesse cargo, mas como antigo professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, relembrando assim os tempos de Coimbra e deixando elogiosas palavras ao mesmo⁴¹⁰.

CAPÍTULO III – AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

Após a abordagem do homem que foi ACT e a sua obra, nomeadamente na perspetiva do seu caminho como membro ativo da sociedade e na procura da salvaguarda dos interesses da Madeira, passamos, especificamente, às suas funções nas instituições de assistência do Funchal, na igual procura incessante da proteção dos desfavorecidos, dado considerarmos um dos pilares das características que o enaltecem enquanto gestor e benemérito, até porque:

*Realmente os homens ilustres, aqueles que se empenharam, por qualquer meio ao seu alcance, em se sacrificarem dando o máximo das suas actividades e do seu valor para o engrandecimento e o serviço da coletividade, rarissimamente foram compreendidos e apreciados enquanto viveram*⁴¹¹.

3.1. Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (AMOF)

A criação de um estabelecimento denominado por Asilo surgiu pela iniciativa do então governador civil coronel Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1847), localizado, inclusivamente e no início, nas instalações do palácio de São Lourenço e a funcionar em meados de dezembro de 1834, chegando a albergar cerca de 120 crianças.

⁴⁰⁸ “A Casa de Portugal em Paris, a reunião do Congresso da Imprensa e a Propaganda da Madeira pelo cinema”, *DN*, nº 17984, 26-09-1934, pp.1 e 4.

⁴⁰⁹ “No Patronato de S. Pedro: Visita do sr. Governador Civil”, *DN*, nº 117800, 06-02-1935, p. 4.

⁴¹⁰ “Professor Doutor Caeiro da Mata”, *Diário da Madeira*, nº 6952, 04-01-1935, p. 1.

⁴¹¹ ABM, *Espólio do Visconde do Porto da Cruz*, *Doc. Cit.*, p. 3.

Com a chegada de José Silvestre Ribeiro (1807-1891), foi reformulado, a 10 de março de 1847, como Asilo de Mendicidade do Funchal que, segundo o *Elucidário Madeirense*, era “apenas o continuador da obra de Mouzinho”⁴¹².

Esteve instalado provisoriamente, num armazém localizado na Rua dos Medinas, junto à igreja do Carmo no Funchal, pertencente à Fazenda Nacional⁴¹³, de onde passou para a extinto convento de São Francisco. Refere depois Abel Marques Caldeira (1896-1965), que o Asilo de Mendicidade e Órfãos “existiu durante um século [...] até 1962. Depois passou para o Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição”⁴¹⁴. O objetivo consistia na recolha de indivíduos que mendigavam pelo Funchal, sendo esta uma das primeiras instituições a serem criadas na Madeira nessa área.

As despesas da instituição de caridade ficaram, inicialmente, a cargo do governo civil, que entregou a direção do Asilo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Foi depois criada a primeira comissão administrativa do Asilo de Mendicidade do Funchal, que tomou posse a 25 de abril de 1847, nomeada pelo governador civil e que substituiu a gerência que até então pertencia à Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

A Câmara Municipal do Funchal, a 3 de dezembro de 1847, decide ceder a título provisório um prédio situado nas Angústias, para estabelecer o Asilo e entre 1857 e 1863, o asilo de mendicidade do Funchal era gerido como um só, contudo separado por dois prédios, o prédio das Angústias que alojava adultos e o antigo convento de São Francisco que alojava menores. Os membros da comissão administrativa e o próprio governador civil entendiam que a coexistência entre menores e adultos no mesmo edifício era prejudicial a nível sanitário, educacional e moral.

A 21 de abril de 1862, entretanto, devido à falta de recursos e na tentativa de salvar ambos os estabelecimentos do encerramento, foi decidida junção das duas instituições. A 27 de março do seguinte ano de 1863 foram transferidos os menores para o asilo das Angústias, passando assim a denominar-se Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal. O conjunto edificado, localizado na rua da Imperatriz D. Amelia, foi então ampliado com um terreno cedido pelo 2.º conde do Carvalhal (1831-1888). A 24 de março de 1866 foram criados os estatutos da instituição e a forma de angariação de fundos, bem como um núcleo de fundos permanentes, com a atribuição de várias horas de rega, através dos serviços do governador civil Jacinto António Perdigão (1827-c.

⁴¹² SILVA, Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de (1978a), *Ob. Cit.*, Vol. I, pp. 176-177.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 178.

⁴¹⁴ CALDEIRA, Abel (1964), *Ob. Cit.*, p. 47.

1880).

O Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal em 1959 dá lugar ao Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição pelo despacho de 26 de novembro de 1959, do ministro da Saúde e Assistência, quando foram publicados os novos estatutos do Abrigo Infantil, separando assim os asilados adultos dos menores, passando a dedicar-se exclusivamente a acolher crianças e jovens. Os adultos foram então transferidos para o Asilo Dr. Abel de Freitas no Lazareto do Funchal. Em agosto de 1993, foram aprovados os novos estatutos do Abrigo Infantil, passando este a ficar sob a tutela da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

3.1.1 Funções e principais problemas do Asilo

A primeira ligação em termos administrativos de Alexandre da Cunha Teles com o Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal surge em meados de 1913, com a ocupação do cargo de vogal, assim referindo Luís Marino que “em julho de 1913 é convidado pelo governador civil Tenente Coronel Sá Cardoso”⁴¹⁵, confirmado pelas palavras do próprio ACT: “...faz seis anos em julho que o Ex^{mo}. Governador Civil de então Tenente Coronel Sá Cardoso, foi a sua casa convidá-lo para pertencer a esta Comissão, convite honroso que aceitou”⁴¹⁶.

A primeira passagem pela administração do AMOF termina após cerca de seis anos, com a tomada de posse, a 4 de abril de 1919, no quadro do *Sidonismo*, da uma nova comissão administrativa, após a exoneração da anterior, que, após uma visita guiada às instalações, não quis deixar de exarar palavras de apreço ao trabalho da anterior comissão⁴¹⁷. A segunda passagem por funções administrativas no AMOF surge com a tomada de posse da nova comissão administrativa em 1923, que integrou com Henrique Augusto Vieira de Castro, José Quirino de Castro, Henrique Teodósio de Vasconcelos, Agostinho Dias Tavares, Dr. Nicázio de Azevedo Ramos e Dr. Ernesto Pelágio dos Santos⁴¹⁸. Tomando posse a nova comissão, “...à eleição de Vice-presidente d’ esta comissão, foi eleito para este lugar o senhor Dr. Alexandre da Cunha Telles”⁴¹⁹.

⁴¹⁵ ABM, *Espólio LMR, Registos bibliográficos, Ob. Cit.*, p. 139; *Ibidem, Livro atas AMOF (1914-1928)*, 14-04-1919, fls. 59-59v, [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº1].

⁴¹⁶ ABM, *Espólio AINSC, Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*, fls. 59-60.

⁴¹⁸ *Ibidem*, 30-11-1923, fls. 110v-111.

⁴¹⁹ *Ibidem*, fl. 111v.

No dia 21 de agosto de 1926 foi ali recebida a notícia do falecimento de Henrique Augusto Vieira de Castro, então presidente da comissão do AMOF. Em sua homenagem, ACT lembrou o “...dedicadíssimo Presidente da Comissão Administrativa d’este Instituto de Beneficência, ao qual deixa o seu nome ligado, pelos importantíssimos e inegáveis melhoramentos, aqui introduzidos...”⁴²⁰. Durante quase dois meses permaneceu como vice-presidente, até à estabilização decorrente da ditadura estabelecida com o 28 de Maio, sendo então nomeado presidente por ofício do governador civil, que lhe tece elogios, referindo possuir “a intellegencia, a actividade, o tacto administrativo, enfim todos os predicados indispensáveis, para bem desempenhar-se, das funções [em] que acabava de ser investido”⁴²¹.

Foram vários e longos anos à frente desta instituição de caridade, que lhe garantiram o reconhecimento pelo trabalho realizado e, nas comemorações dos 8 anos na sua presidência do AMOF, teve direito a várias homenagens por parte de entidades oficiais e de amigos⁴²².

3.1.2 Melhoramentos introduzidos e propriedades adquiridas

Numa casa de auxílio aos mais necessitados sempre foi necessário criarem-se as condições necessárias para desempenhar tais funções. O primeiro de vários melhoramentos surge na sessão de 18 de julho de 1914, *em que tendo sido proposto pelo vogal senhor doutor Telles*, “foi resolvido mandar fazer um carro de rodas para o serviço de doentes”⁴²³, de forma que os asilados se pudessem deslocar de forma mais eficiente, sobretudo, os que evidenciavam problemas motores.

O asilo mantinha as portas da instituição abertas ao publico para que os interessados pudessem acompanhar e verificar os investimentos efetuados, comprovando pessoalmente que os fundos ali entregues eram investidos da melhor forma. Na ata de 30 de junho de 1926, por exemplo, refere-se que “este Asilo achando-se no domingo ultimo franqueado ao publico, desde as 12 às 18 horas, afim do mesmo tomar conhecimento dos últimos melhoramentos que este edificio passou”, intervenções

⁴²⁰ *Ibidem*, 02-09-1926, fl. 138.

⁴²¹ *Ibidem*, 07-10-1926, fl. 139v.

⁴²² *Ibidem*, Livro atas AMOF (1929-1937), 15-12-1931, fls. 33v-34; “No Asilo de Mendicidade e Órfãos”, *DN*, nº 17174, 03-12-1931, p. 1; “Dr. Cunha Teles”, *Correio da Madeira*, nº 654, 05-12-1931, p. 1.

⁴²³ *Ibidem*, (1914-1928), 18-07-1914, fl. 2.

que haviam sido suportadas por Henrique Vieira de Castro⁴²⁴.

Em junho de 1927, o *DN*, relata a situação do AMOF em dois artigos, referindo que a instituição tinha estado aberta ao público a 5 de junho desse ano e “muitas centenas de pessoas desfilaram pelas diversas salas e compartimentos, tendo todas palavras de admiração e justo louvor para tudo quando se apresentava ante os seus olhos”⁴²⁵. Na mesma edição, ainda publica outro artigo com idêntico conteúdo, mencionando que “o Estado pouco lhe vale, sendo o publico que muito e generosamente lhe acode”⁴²⁶.

Em termos de propriedade, o Asilo tinha um conjunto de levadas, um pouco por toda a Ilha, cedidas na época do governador civil Jacinto António Perdigão, que constituíam uma parte do rendimento para suporte do seu funcionamento. Nesse quadro, na ata de 20 de novembro de 1914, foi estabelecida a necessidade da viagem do presidente e do vogal “dr. Telles” “...às freguesias de São Jorge e Fayal, a fim de verem de perto o estado em que se encontram as Levadas, que este asylo possui n’aquellas freguesias, para depois a Comissão se pronunciar sobre a venda das mesmas”⁴²⁷. Mais tarde e com a intenção de criar melhores condições, foi proposto por ACT “representar ao Ministro das Finanças, solicitando-lhe duas penas da água dos Sanatórios, cuja canalização passa à frente d’este asilo, ficando assim esta casa com água potável...”⁴²⁸.

Com o propósito de angariar fundos necessários para suportar as condições financeiras do Asilo, ainda foi proposto na ata de 21 de outubro de 1927, no 3º ponto, “representar ao Sr. Ministro do Interior”, dado se estar a proceder “à regulamentação do jogo na Madeira, seja esta casa de Caridade, beneficiada, com uma percentagem...”⁴²⁹. No ano seguinte, ACT procura ainda junto do governador civil encontrar a possibilidade da atribuição de uma receita estável para o AMOF⁴³⁰. Ao longo da sua administração, procurou ainda fomentar a atividade laboral junto dos asilados e nesse sentido, por exemplo, “...autorizou a saída de duas internadas para irem servir em casas particulares de pessoas de confiança, por estas lhe terem pedido...”⁴³¹.

Numa das suas deslocações a Lisboa, ACT aproveitou a ocasião para solicitar ao

⁴²⁴ *Ibidem*, 30-06-1926, fls. 136-136v.

⁴²⁵ “Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal”, *DN*, nº 15884, 08-06-1927, p. 1.

⁴²⁶ “Prata da Casa: Asilo de Mendicidade e Órfãos”, *Ibidem*, p. 1.

⁴²⁷ ABM, *Espólio AINSC*, livro atas AMOF (1914-1928), 20-11-1914, fl. 6v.

⁴²⁸ *Ibidem*, 03-09-1926, fl.139.

⁴²⁹ *Ibidem*, 21-10-1927, fls.147-147v; “A Assistência na Madeira”, *DN*, nº 16224, 10-08-1928, pp. 1-2.

⁴³⁰ *Ibidem*, 04-09-1928, fls. 153v-154.

⁴³¹ *Ibidem*, livro atas AMOF (1929-1937), 08-03-1929, fls. 3-3v.

presidente do Ministério, o madeirense coronel José Vicente de Freitas (1892-1952) um donativo, explicando e expondo a situação precária do Asilo. Além disso, teve a oportunidade de visitar outras instituições de caridade e verificou a necessidade de introduzir melhorias no AMOF⁴³². Procurou assim de forma ativa e junto das instituições nacionais e internacionais⁴³³, modos e formas para melhorar as condições existentes, referindo as atas “...os grandes trabalhos que teve no continente e no estrangeiro sobre assuntos de assistência e que está estudando a forma de introduzir alguns melhoramentos neste Asilo”⁴³⁴.

Em 1933, pretendeu criar um hino para o Asilo, propondo convidar o poeta e jornalista José Cruz Baptista Santos (1887-1959) para compor a letra e o capitão Gustavo Augusto Coelho (1890-1965), chefe da banda do Regimento de Infantaria nº 27, para efetuar a parte musical⁴³⁵, mas que desconhecemos se chegou a concretizar-se.

3.1.3 Normas de condutas internas

Para o bom funcionamento do estabelecimento era necessário colocar regras, evitando abusos que seriam passíveis de consequências graves. Devido ao espaço do Asilo ser escasso e o número de asilados ser extenso, por exemplo, revelava-se fulcral evitar descomedimentos por parte de quem não era totalmente indigente. Foi nesse sentido, que na sessão de 20 de novembro de 1914, sob sua proposta “foi resolvido não aceitar d’ora avante attestados de pobreza, que não digão que o interessado é completamente indigente”⁴³⁶.

A boa educação também era imprescindível e foi nesse sentido que Cunha Teles, procurando salvaguardar tais modos, informou junto da comissão, em 1915, que a asilada Eva Gomes, que desempenhava o lugar de enfermeira,

*tem faltado ao respeito ao ajudante de Director, em vista do que, foi a mesma chamada presente à comissão, sendo admoestada, pelo sr. Presidente, resolvendo a mesma [comissão] castigar-a com 8 dias de prisão, com efeito suspensivo, [mas] sendo imediatamente preza em caso, de reincidência*⁴³⁷.

⁴³² *Ibidem*, 08-03-1929, fls. 3-3v.

⁴³³ [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nºs 4, 6, 7, 8 e 9].

⁴³⁴ *Ibidem*, 02-04-1930, fls. 12-12v.

⁴³⁵ *Ibidem*, 17-10-1933, fl. 69v.

⁴³⁶ *Ibidem*, livro de Atas (1914-1928), 20-11-1914, fl. 6v.

⁴³⁷ *Ibidem*, 18-06-1915, fl. 12v.

Num outro caso, informou a existência de comportamentos inapropriados por parte do empregado António Miranda, assunto esse que necessitou de averiguação, através de um inquérito e a audiência de várias testemunhas, que resultou na deliberação:

*1.º Que o referido empregado abandonava o serviço de professor na escola apoz a chegada d'um determinado asilado; 2.º Que praticava ainda outras irregularidades não zelando como devia os interesses d'esta casa; 3.º Que lavrava uma grande incompatibilidade entre o citado empregado e os internados n'este asilo; 4.º Que o dito empregado tratava alguns rapazes, com amizade suspeita, e com pouca energia de forma a fomentar a indisciplina. N'estas condições foi resolvido por unanimidade para o bom nome, prestígio e benefício d'esta casa despedir imediatamente o citado empregado*⁴³⁸.

Quanto ao quadro geral disciplinar, anos mais tarde, foi proposto por ACT, que internados que praticassem atos de indisciplina e que tivessem possibilidades de garantirem por meios próprios a sua subsistência, deviam sair dando assim lugar a outros que tenham realmente necessidade⁴³⁹. O mesmo sucedeu anos mais tarde, em 1932, com o asilado Adão de Jesus Dias, que praticou vários atos de indisciplina e pela gravidade foi expulso, sendo colocado em seu lugar, nas funções de porteiro, o asilado Francisco Vieira⁴⁴⁰.

Houve, no entanto, exceções, como a tentativa de fuga de uma asilada de 18 anos, em que foi resolvido pedir a sua transferência como colaboradora para o Asilo dos Idosos, no Lazareto, “...a fim de evitar de sêr expulsa e ainda por não têr atingido a sua maior idade e por não têr pessoa de família capaz de a defender do perigo moral”⁴⁴¹. Contudo, segundo depois referido pela superiora do Asilo, a asilada mostrou arrependimento, apresentando bom comportamento, exaltando o “...grande auxílio, que presta nos trabalhos que o pessoal tem a seu cargo, por isso resolveu que ela continuasse internada, enquanto tiver bom comportamento”⁴⁴².

Existiram outros casos em que a instituição não era a indicada para o tratamento necessário do asilado, como o caso em que foi enviado um ofício à Junta Geral, solicitando colocar no Asilo dos Idosos a asilada Ana Felicia de Azevedo, por se

⁴³⁸ *Ibidem*, 05-04-1919, fls. 57v-58.

⁴³⁹ *Ibidem*, 04-09-1928, fls. 153v-154.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, livro Atas (1929-1937), 10-07-1932, fls. 44v-45.

⁴⁴¹ *Ibidem*, 02-04-1930, fls. 12-12v.

⁴⁴² *Ibidem*, 26-05-1930, fl.13.

constatar desarranjo mental, fazendo-a “...proferir expressões de caracter imoral, muito grave para esta instituição...”⁴⁴³.

3.1.4 Eventos para recolha de fundos

Foram várias as festas organizadas com o pressuposto fundamental de angariar fundos, que revertiam para os cofres e despesas da instituição, na tentativa constante de estabilizar as finanças⁴⁴⁴. Uma das primeiras propostas no sentido de organizar uma festa em benefício do Asilo, surge em 1914 através do envio de um ofício à sra. D. Joana Abudarham da Camara (1880-1976)⁴⁴⁵, solicitando “a organização d’uma festa da qual será ella a promotora”⁴⁴⁶.

Dois anos mais tarde foi resolvido pela comissão “encarregar o sr. Dr. Telles e Nuno Porto dos trabalhos necessários para se realizar em tempo oportuno o projectado baile a benefício do cofre d’este asilo”⁴⁴⁷. Pelo mesmo foram depois apresentadas as contas do baile realizado no Casino Pavão, no dia 26 de março de 1919⁴⁴⁸ e teve o reconhecimento por parte de Juvenal Araújo que o louvou pelo trabalho desempenhado no baile⁴⁴⁹. A criação destes e de outros eventos do género eram sempre objeto de grande rigor, como foi referido por José Quirino de Castro, em 1924, através do voto de louvor lançado em ata, onde afirma “...que de resto, já é, de todos sobejamente conhecido o grande interesse que o Sr. Dr. Telles, sempre toma, por festas, da sua iniciativa, especialmente, as que dizem respeito a este asilo...”⁴⁵⁰.

Os eventos eram variados, como o caso do “match de Foot-ball, realizado no Campo Almirante Reis, a favor d’este asilo, o qual valor líquido [envolveu] a quantia de 21.471\$50”, o que lhe valeu um voto de louvor por parte do presidente aos responsáveis: Mrs. Garton, Mrs. Ford, Mrs. Walton e Dr. Telles⁴⁵¹ junho 1924. Em outras diversas ocasiões foi o intermediário para a receção dos donativos, de que pode ser exemplo, os valores recebidos pela festa realizada por D. Alegria Vieira de Castro,

⁴⁴³ *Ibidem*, 10-03-1933, fl. 58.

⁴⁴⁴ [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº10 e 11].

⁴⁴⁵ Joana Sultana Abudarham da Câmara (1880-1976) casara em 31 out. 1903 com o depois tenente-coronel António Bettencourt da Câmara (1879-1927), tendo as filhas do casal casado, Clara com António Vieira de Castro (1900-1933) e Vera, com Alberto Henriques de Araújo (1903-1977), todos das relações próximas de Cunha Teles.

⁴⁴⁶ ABM, *Ibidem*, (1914-1928), 02-11-1917, fl. 39v.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, 21-01-1919, fl. 55.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, 05-04-1919, fl. 58.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, 05-04-1919, fl. 58v.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, 04-04-1924, fl. 114.

⁴⁵¹ *Ibidem*, 09-06-1924, fl. 120.

em maio 1924⁴⁵² ou na receção da quantia de 12.220\$00 da D. Joana Abudarham da Câmara, comadre da anterior, como resultado da receita do baile realizado no Casino Pavão em benefício do Asilo em abril de 1924⁴⁵³. Em 1926 foi-lhe dado voto de confiança para organizar mais um baile em benefício do Asilo, bem como a instalação de uma oficina de sapateiros⁴⁵⁴ e na sessão seguinte, foi-lhe novamente atribuído voto de confiança “...para representar a diferentes casas no estrangeiro, solicitando donativos, a favor do cofre d’este Instituto de Beneficencia”⁴⁵⁵.

Tomou ainda outras iniciativas, convidando elementos de passagem no Funchal para dar a conhecer a instituição, como em 1930 a uma família americana para visitar a instituição, onde “a impressão colhida pelos visitantes foi mágnifica, tendo entregado à saída, a importancia de 161 dollars, que renderam 3566\$55”⁴⁵⁶. Estabeleceu ainda contactos com companhias de espetáculo com o propósito de auxiliarem o asilo, como com o Teatro-Circo, em 1927, que se “ofereceu para em tempo oportuno, realizar um espectáculo a favor d’este asilo...”⁴⁵⁷, possibilitando a angariação de fundos.

Foi nesse sentido que informou, em 1928, a comissão dos trabalhos para equilibrar as finanças do Asilo, “...com pedidos ao Governo, quer com a Festa da Flôr, quer ainda com um projectado do concurso de músicas”⁴⁵⁸. O governador civil, então o engenheiro e capitão de Artilharia madeirense Ernesto Florêncio da Cunha (1890-1980), tinha conhecimento da situação, oficiando ao Asilo o seu reconhecimento pelos esforços “que esta Comissão tem empregado para se manter sem os quais já teríamos de certo encerrado as portas desta casa ou pelo menos limitado a nossa acção protectora”⁴⁵⁹.

Dando seguimento ao trabalho até então efetuado indica-se na ata de fevereiro de 1929, que “...para continuar a nossa obra de estabilidade financeira temos uma récita «O Gaiato de Lisbôa» no dia 27 do corrente ao meio-dia e um concurso de orquestras no dia 2 de fevereiro próximo às 2 horas”⁴⁶⁰. Informa na ata do mês seguinte os valores arrecadados com a recita «*Gaiato de Lisboa*», realizado no Teatro Municipal e promovido pela banda municipal no dia 27 de janeiro, de 2.582\$00 e do concurso de

⁴⁵² *Ibidem*, 04-04-1924, fl. 113v.

⁴⁵³ *Ibidem*, 30-04-1924, fl. 115v.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, 02-11-1926, fl. 140v.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, 04-10-1927, fl. 146v.

⁴⁵⁶ “Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal”, *DN*, nº 16674, 28-02-1930, p. 1.

⁴⁵⁷ ABM, *Ibidem* (1914-1928), 25-11-1927, fl. 148.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, 25-10-1928, fl. 154v.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, (1929-1937), 19-01-1929, fls. 1v-2; [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº3].

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

orquestras realizado no mesmo teatro, no dia 2 de fevereiro, 2.438\$10⁴⁶¹.

Foi proposto em maio de 1929 realizar uma festa em benefício do Asilo, antes do período de verão⁴⁶², que seria depois realizada no dia 29 de junho, no pavilhão das flores do *Hotel Reid's* e que rendeu 4.225\$00⁴⁶³. Era ainda pretendido organizar um Concerto Regional de Bandas de música civis de 2ª categoria⁴⁶⁴ e promover depois um baile em janeiro seguinte, a realizar no Casino Vitória, que contaria com o auxílio de nacionais e da colónia estrangeira⁴⁶⁵. Além de festas e de musicais, foi apresentado o desejo do coronel escocês Victor K. Kaledin (1832-1966), autor do célebre livro *FLASH D13* (1931) a “fazer a leitura do mesmo, numa festa organizada por esta casa de caridade”, revertendo o produto líquido das entradas para o cofre da instituição⁴⁶⁶ ou então de um festival “Acampamento Boémio”, no casino Vitoria nos dias 20 e 21 de janeiro daquele ano de 1931⁴⁶⁷.

Embora as sucessivas festas ajudassem a equilibrar as finanças, não era suficiente e foi referido por ACT o envio de um ofício ao Diretor de Assistência publica nesse sentido explicando a necessário de “...um aumento de receita pelo Subsídio do Governo, para equilíbrio das nossas despesas. A Comissão concordou plenamente com a forma de ver do sr. Presidente, aplaudindo a atitude tomada pelo mesmo”⁴⁶⁸. Em fevereiro de 1933 referem as atas que se realizou mais um baile de caridade no Casino Vitória, em benefício da instituição, que contou com a participação dos dançarinos Mr. Rinder e Mrs. Sónia, contratados pelos hotéis *Reid's* e com a autorização do sr. Mr. Luigi Gandolfo, também em benefício daquela casa de caridade⁴⁶⁹.

Em 1933, Cunha Teles comunicava o donativo do benemérito inglês Mr. B. H. Rhodes, de 2 mil escudos e inúmeros brinquedos para os internados no último Natal. Outros donativos tinham sido recebidos, como o do médico e genealogista Dr. João José Maria Rodrigues de Oliveira (1875-1950), de 100 escudos e que exercia ainda de forma gratuita o serviço médico do Asilo⁴⁷⁰ e de vários visitantes, que tinham marcado

⁴⁶¹ *Ibidem*, 07-02-1929, fl. 2v.

⁴⁶² *Ibidem*, 06-05-1929, fl. 4v.

⁴⁶³ *Ibidem*, 12-07-1929, fl. 6.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, 11-11-1929, fl. 9.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, 07-12-1929, fl. 10.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, 03-01-1931, fls. 21-21v.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, 30-06-1931, fl.29.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, 19-10-1931, fl. 32v.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, 16-02-1933, fls. 56v-57.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, 04-01-1933, fls. 55v-56.

presença na festa dos internados⁴⁷¹. Em 1935 informava que estava a organizar uma matiné infantil de costumes a realizar no Pavilhão Marinho, no dia 3 de março, seguindo-se uma “Garden Fête” (Festa de Jardim)⁴⁷², que se realizaria na quinta da Boa Vista, depois propriedade da família Garton, ou antes, e onde Cunha Teles e Vera Cohen, acabados de casar, tinham chegado a residir, com o patrocínio da célebre poetiza, cantora e atriz Lady Maud Warrender (1870-1945)⁴⁷³, onde Vera Cunha Teles também cantou e que viria a render cerca de 6 mil escudos⁴⁷⁴.

Pelo trabalho efetuado na presidência do AMOF na tentativa de angariar fundos para estabilizar as finanças da instituição, foi caricaturado pelo *Re-nhau-nhau*, “dando os peitos...”⁴⁷⁵, numa alusão às festas realizadas, nesse caso, no *Savoy Hotel*, em que os valores obtidos revertiam em favor daquela associação. No ano seguinte, entretanto, este periódico humorístico caiu numa partida de mau gosto que lhe foi feita e publicou uma caricatura a seu respeito, com o título “Os que se divertem”⁴⁷⁶, numa muito provável alusão ao livro de grande sucesso com o mesmo título, publicado pela escritora madeirense *Luzia*⁴⁷⁷ e que, em 1929, tinha conhecido a 3.^a edição. A caricatura deveu-se ao facto de alguém ter distribuído um conjunto de convites por toda a cidade para uma festa de Carnaval na residência de ACT, mas que não correspondia à verdade e que o próprio já tinha desmentido com uma declaração no *DN*⁴⁷⁸, mas que não foi a tempo de impedir a saída da caricatura.

Em 1934 também foi publicado um conjunto de artigos, o primeiro “A assistência: Uma casa de Caridade Modelar”, uma visita efetuada ao AMOF para dar o conhecimento sobre as condições e ambiente, o conceito da caridade e a propagação das obras de assistência⁴⁷⁹. A 6 de junho de 1935 informava que iria ausentar-se para ir a Lisboa, por motivos de saúde, contando regressar ao Funchal e à direção do Asilo a 6 de julho⁴⁸⁰, mas algo que não viria assim a acontecer.

⁴⁷¹ *Ibidem*, 18-01-1934, fl. 73.

⁴⁷² [Cf. Anexo III – Documentos Instituições, nº12].

⁴⁷³ *Ibidem*, 18-02-1935, fls. 92-92v.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, 21-03-1935, fl. 93v.

⁴⁷⁵ “Dando os peitos...”, *Re-nhau-nhau*, nº 120, 14-06-1933, p. 1, [Cf. Anexo V – Ilustração, nº6].

⁴⁷⁶ “Os que se divertem...”, *Re-nhau-nhau*, nº 143, 22-02-1934, p. 8, [Cf. Anexo V – Ilustração, nº7].

⁴⁷⁷ Pseudónimo de Luísa Grande de Freitas Lomelino (1875-1945), tendo a primeira edição de 1920, *Os que se divertem (A comédia da vida)*, causado alguma agitação no mundo das letras portuguesas. A última edição, de 2018, foi da Imprensa Académica do Funchal.

⁴⁷⁸ “Declaração”, *DN*, nº 17808, 13-02-1934, p. 2.

⁴⁷⁹ “A assistência: Uma casa de Caridade Modelar”, *DN*, nº 17813, 22-02-1934, p. 1.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, 26-06-1935, fl. 97.

3.1.5 A relação com a Comunicação Social

A divulgação do estado da instituição e a transparência com a apresentação dos seus relatórios de contas, os escassos apoios e o difícil equilíbrio financeiro foi sendo sempre apresentado por Cunha Teles na comunicação social, procurando a sensibilização da população madeirense para um empenho constante na melhoria das condições dos necessitados. Mantendo muito boas relações com praticamente todos os diretores dos principais periódicos locais, tal estendeu-se, inclusivamente, aos funcionários, tendo, por exemplo, sido testemunha de casamento de Abel Marques Caldeira (1896-1965), então redator do *Jornal da Madeira*, com Virgínia do Rosário Ornelas, em junho de 1923⁴⁸¹, depois autor de uma das obras que nos subsidiámos para a primeira parte deste trabalho⁴⁸².

Esta prática, que se estendeu a toda a sua atividade profissional e política, como temos feito menção, tornou-se num instrumento facilitador do desempenho de quase todas as suas funções e aos mais diversos níveis. A divulgação dessa informação foi relevante foi ainda relevando a outros níveis, lembrando aos leitores a necessidade de colaborarem com o Asilo⁴⁸³, como as reportagens do *DN* e outros órgãos de informação, e, inclusivamente, permitindo-nos reconstruir o passado dessa instituição e das restantes onde trabalhou.

No final de 1927, teve mesmo direito a um artigo que referenciava a sua obra como presidente, enaltecendo o modo como manifestava um interesse apaixonado e a atenção em relação às carências a colmatar no Asilo⁴⁸⁴. Anos mais tarde, o *DN* voltava a tecer elogios “à acção humanitária desenvolvida pelo distinto advogado [que] bastaria para consagra-lo como um dos mais altos valores morais da nossa terra, sendo sempre com prazer que este jornal faz justiça ao seu esforço em favor dos pobres da Madeira”⁴⁸⁵.

Mas além dos eventos e publicidade local foi necessário divulgar e atrair visitantes, como em 1928, promovendo “...diferentes visitas entre as quais a do sr. Juiz de Direito - Crisóstomo da Silveira; Dr. Romano Santa Clara Gomes; Dr. João

⁴⁸¹ ABM, *CRCFUN*, 2, 30, 13, Funchal, 30-06-1923.

⁴⁸² *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX. 1900-1925*, editado em 1964 na editorial *Eco do Funchal*, onde os seus filhos, entretanto, trabalhavam e, inclusivamente, se haviam tornado acionistas.

⁴⁸³ *Ibidem*, (1914-1928), 23-12-1927, fls. 149-149v; “Obras de Caridade”, *DN*, nº 16034, 13-12-1927, p. 1.

⁴⁸⁴ “Em poucas Linhas: O asilo”, *DN*, nº 16018, 22-11-1927, p. 1.

⁴⁸⁵ “A Assistência na Madeira”, *DN*, nº 16827, 13-09-1930, p. 1.

Almendra; Mr. Richard Roberts; João Damasceno Figueira da Silva etc...”⁴⁸⁶. Anos mais tarde, em 1932, o mesmo sucede com a visita de Mrs. Fisher acompanhada por várias pessoas amigas que ofereceram brinquedos aos asilados e de Mr. Reid com um donativo de vinte e uma libras esterlinas⁴⁸⁷.

Claro que nem sempre as publicações foram favoráveis, como um artigo do periódico *O Povo* onde relata a forma negativa como eram tratadas as crianças internadas. ACT prontamente elaborou um ofício a desmentir as informações, convidando o diretor e redatores a fazer uma visita sem aviso prévio ao AMOF, para verificarem a veracidade dos factos⁴⁸⁸, mas o que cremos que não veio a acontecer.

Estes artigos e entrevistas foram o culminar do trabalho efetuado junto da imprensa local sobre a situação do Asilo e como forma de divulgar a instituição, mas, essencialmente, na contínua procura de formas estáveis de financiamento. Em 1928, numa entrevista do *DN*, “A Assistência na Madeira”, ACT fala sobre a assistência na Madeira e do facto de ser cada vez mais necessária devido ao aumento de pedidos de auxílio, sendo que em termos de receita fica esta dependente da generosidade popular, nacional e estrangeira⁴⁸⁹.

No seguinte ano de 1929 foi publicado no *O Jornal* uma entrevista sobre “A obra da Assistência Pública”, refere as conferências que existiram com o presidente do Ministério e com o ministro do Interior sobre esta temática, deixando patente que a sua intenção era obter uma receita estável para a instituição de forma a continuar a desenvolver e encontrar para o Asilo todas as condições indispensáveis para o seu funcionamento⁴⁹⁰. No mesmo ano ainda foi publicado no *DN* “Os serviços da assistência na Madeira devem ser modificados”, onde aborda a questão da assistência na Madeira, dando como exemplos de orientação o antigo bispo D. Manuel Agostinho Barreto (1835-1911) e Henrique Vieira de Castro, pela forma como tinham apoiado os serviços de assistência⁴⁹¹.

Um mês mais tarde surge novo artigo, mas desta feita uma entrevista com o mesmo título, “Os serviços da assistência na Madeira devem ser modificados”,

⁴⁸⁶ ABM, *Ibidem* (1914-1928), 04-09-1928, fls. 153v-154.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, (1929-1937), 11-03-1932, fls. 38-38v.

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

⁴⁸⁹ “A Assistência na Madeira”, *DN*, nº 16224, 10-08-1928, p. 1.

⁴⁹⁰ “A obra da assistência publica”, *O Jornal*, nº 628, 28-02-1929, p. 1.

⁴⁹¹ “A entrevista do dia: Os serviços da assistência na Madeira devem ser modificados”, *DN*, nº 16535, 10-09-1929, p. 1.

abordando a questão da assistência da Madeira, mas na problemática dos menores e pobres. ACT refere que não basta criar estabelecimentos de assistência, pois a raiz da questão esta no combater as causas de indigência, inclusivamente dando o exemplo das habitações das famílias pobres que não tinham condições, sequer para as pagar e contrapõe: “...enquanto ha alguns ricos que pagam uma insignificancia por palacios, ha pobres que pagam fortunas por um simples quarto...”. Quanto ao estado das casas de caridade como o Asilo, menciona que é através da ajuda e contribuição local que lhes permite sobreviverem dia após dia, mas terminando a sua intervenção deixando rasgados elogios ao governador civil tenente-coronel José Maria de Freitas (1879-1958)⁴⁹².

Um ano depois o *DN* publica nova entrevista sobre a mesma temática onde refere que o problema na altura esta relacionado com a tuberculose e o problema da habitação, sendo necessário construir um pavilhão para o respetivo tratamento desta doença na Madeira⁴⁹³. Já em 1934 surge novo artigo que surge em consequência da visita feita pelo *DN* as instalações do AMOF acompanhados pelo presidente ACT descreveram o que viram e a forma como indigentes e crianças eram diariamente tratados, concluindo que “...o Asilo de Mendicidade e Orfãos do Funchal é uma obra de assistencia, que, pela maneira como cumpre a sua missão, honra a nossa cidade”⁴⁹⁴.

3.1.6 A salvaguarda das crianças

A salvaguarda das crianças⁴⁹⁵, proporcionando-lhes condições para o seu desenvolvimento, foi sempre uma das suas principais preocupações, primeiro a partir do Asilo, mas depois ampliando essas preocupações a outros níveis mais gerais. Foi nesse sentido que, logo em 1917, fez uma exposição para a criação de oficinas a fim “...de evitar a sahída dos órfãos, que aqui se, achão internados, do tempo da epidemia dz cholera, e que são aprendizes de diversas profissões”. Nesse sentido propõe à comissão administradora fundos a conceder ao Asilo, destinados à construção de um pavilhão que serviria de oficina e de local para futuras inscrições⁴⁹⁶.

A harmonia e boa convivência, especialmente entre velhos e novos, eram fundamentais para o bom funcionamento da instituição. Foi nesse sentido, por exemplo,

⁴⁹² Art. cit., *DN*, nº 16535, 10-09-1929, p. 1.

⁴⁹³ “A assistência na Madeira”, *DN*, nº 16827, 13-09-1930, p. 1.

⁴⁹⁴ “A assistência: Uma casa de caridade modelar”, *DN*, nº 17813, 22-02-1934, p. 1.

⁴⁹⁵ [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº4 e nº5].

⁴⁹⁶ *Ibidem*, (1914-1928), 26-02-1917, fl. 32v.

que solicitou à Junta Geral, em setembro de 1926, a transferência dos asilados João Filipe Rodrigues e Pedro Gouveia da Camara para o Asilo dos Idosos, na Rua das Hortas, “visto o seu temperamento [...], não se darem bem com os menores aqui internados, evitando-se assim a promiscuidade de velhos e creanças”⁴⁹⁷.

A distração das crianças era também uma necessidade patente, com já mencionámos na excursão organizada em agosto de 1927, onde ACT colocou à disposição a sua residência de verão do Monte e onde ofereceu “...um lauto almoço às crianças...”⁴⁹⁸. Outra excursão foi feita no domingo 20 de setembro de 1931, à freguesia da Camacha⁴⁹⁹, relatada na ata do mês seguinte, referindo a receção feita pelos paroquianos camachenses e outros residentes “...que lhes ofereceram um [lanche] abundante e depois grande profusão de flores e frutos de que trouxeram enorme quantidade”⁵⁰⁰.

Tantas outras saídas ocorreram, como a excursão efetuada a São Roque em outubro de 1933⁵⁰¹, à freguesia do Santo da Serra, de 5 elementos, no ano seguinte, recebidos pelo capitão Eduardo dos Santos Pereira (1878-1953) e esposa na sua vivenda, que ofereceram alimentação e um donativo de 20 escudos. Dias mais tarde, todos os internados foram de novo em digressão à freguesia de São Roque, onde foram recebidos pelo padre Carlos Jorge de Faria e Castro (1888-1971), Luís Justiniano Afonso e esposa na propriedade do sr. *Desmont* Bolger (Torre Bella)⁵⁰², que lhes ofereceram alimentação, doces, vinho, etc⁵⁰³.

O período do Natal e final de ano eram vistos sempre como datas especiais, a *Festa* por excelência na Madeira, havendo a necessidade de a comemorar e atribuir-lhe essa representatividade, sendo nesse sentido que ACT informa, nos inícios de 1930, “...que como de costume mandou melhorar as refeições nos dias do Natal e Ano

⁴⁹⁷ *Ibidem*, 03-09-1926, fl. 139.

⁴⁹⁸ “Asilo de Mendicidade: Excursão ao Monte”, *DN*, nº 15933, 09-08-1927, p. 1.

⁴⁹⁹ ABM, *Espólio AINSC*, livro atas AMOF (1929-1937), 17-09-1931, fl. 31.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, 19-10-1931, fl. 32.

⁵⁰¹ *Ibidem*, 17-10-1933, fl. 69v.

⁵⁰² Mais corretamente, Dermont Francis Bolger (1904-1974), filho de Joseph Gabriel Francis Bolger e Isabel Constança Gordon Bolger, nasceu a 30 de maio de 1904 em Pau, França. Casou em Londres a 22 de fevereiro de 1927 com Phyllis Kathleen Campel Alexander, de quem teve duas filhas: D. Sussan Gale Bolger e D. Ann Constança Bolger. Na Segunda Grande Guerra, serviu como oficial da reserva naval da Grã-Bretanha, nos Açores, sendo oficial de ligação entre as armadas portuguesas e inglesas. Regressou à ilha da Madeira em abril de 1947, fixando residência na Quinta da Bela Vista, que fora hotel e hoje Seminário, vindo a falecer em 1974.

⁵⁰³ ABM, *Ibidem*, 19-10-1934, fls. 86v-87.

Novo”⁵⁰⁴, do ano anterior. Mais tarde e no quadro das suas funções na Cruz Vermelha, ainda ampliaria o enquadramento das festas do Natal, dentro de parâmetros de solidariedade que encontrara noutros países europeus.

Em 1929 e numa entrevista que já abordamos, menciona, inclusivamente, a necessidade de criar um hospital só para crianças, tal como uma ala de isolamento para os tuberculosos, como constatara em diversas instalações hospitalares internacionais, mantendo a ideia de que tal seria muito benéfico para a Madeira⁵⁰⁵. No mesmo ano publicado uma carta com o título “Crianças Abandonadas”⁵⁰⁶, em resposta a um artigo publicado no *DN* uma semana antes sobre “A protecção aos menores”⁵⁰⁷. Nesta carta indica a necessidade urgente de proteger as crianças do abandono e a forma como o AMOF vinha a trabalhar nesse sentido, fazendo a comparação com países, como a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a Dinamarca, onde as condições eram outras, enquanto em Portugal e mais concretamente nos distritos insulares, como a Madeira, eram verdadeiramente insuficientes.

3.2. Cruz Vermelha Portuguesa Delegação do Funchal (1914-1936)

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos. Foi fundada em Portugal a partir da internacional, criada na cidade de Genebra, na Suíça, em 1863, pelo brigadeiro e médico militar José António Marques (1822-1884), a 11 de fevereiro de 1865, então a “Comissão Portuguesa de Socorros a feridos e doentes militares em tempo de guerra”, primeiro título usado pelas Sociedades da Cruz Vermelha, tendo também como objetivo fundamental prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, contribuindo assim para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

Segundo Fátima Gomes, a entrada da CVP no panorama de assistência à população da Madeira tornou-se evidente no início do século XX. A Delegação do Funchal da Cruz Vermelha Portuguesa, apesar de ter sido assim designada desde 1870, foi somente criada em 1914, com estatutos de 31 de maio de 1913, com autonomia na gerência e administração dos fundos, bem como ambulâncias e postos de socorros em

⁵⁰⁴ *Ibidem*, 07-01-1930, fl. 10v.

⁵⁰⁵ “A obra da assistência publica”, *O Jornal*, nº 628, 28-02-1929, p. 1.

⁵⁰⁶ “Um problema gravíssimo: Crianças Abandonadas”, *DN*, nº 16516, 18-08-1929, p. 1.

⁵⁰⁷ “Um problema gravíssimo: A protecção aos menores”, *DN*, nº 16511, 11-08-1929, p. 1.

caso de desastre natural e epidemias⁵⁰⁸.

A criação da delegação da Cruz Vermelha no Funchal segundo o *Elucidário Madeirense* “deve-se à iniciativa do falecido médico madeirense Eliseu de Sousa Drummond” (1863-1919)⁵⁰⁹, formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal e que fora também presidente da comissão do Asilo de Mendicidade, tendo ficado assim denominada até 1983, altura em que passou a ser chamada de delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Madeira. O seu posto de socorros, depois, tornou-se essencial e indispensável devido à prática de diversos tratamentos médicos, curativos e, inclusivamente, pequenas operações cirúrgicas, prestando assim um relevante serviço de auxílio à sociedade madeirense.

Durante a primeira Grande Guerra e nos ataques à ilha da Madeira em 1916 e 1917, a delegação marcou presença e prestação de auxílio com enfermeiros e na condução de feridos para o Hospital Civil e respetivos curativo⁵¹⁰, quando a cidade foi alvo dos bombardeamentos dos submarinos alemães, estando também presente em 1918, durante o período de carência alimentar, contribuindo a Cruz Vermelha dos Estados Unidos da América com remessas de alimentos. Esta informação consta no registo no livro de atas da direção da Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha no Funchal (DSPCVF), com data de 14 de novembro de 1918, onde é informado pelo presidente a “...chegada à Madeira o comissário da Sociedade Americana da Cruz Vermelha Mr. Hurisime Dibblees...”, em nome da sociedade norte americana, vindo oferecer preciosos recursos, sendo necessário procurar casa apropriada para servir de armazém aos mesmos⁵¹¹.

3.2.1 Funções 1914-1936

No dia 6 de novembro de 1914, no vice-consulado da Turquia, localizado na Rua João Távora nº 3, no Funchal, realizou-se a 1ª reunião da Delegação da Cruz Vermelha do Funchal, convocada pelo vice-cônsul, Dr. Eliseu, assim considerado o fundador da instituição no Funchal. Da reunião saiu a primeira direção, composta pelo visconde de Geraz do Lima (1852-1941), secretários da direção, tenente António Agostinho Camara e Cunha Teles, o tesoureiro capitão José Sothero e Silva e os vogais, capitão Manuel de

⁵⁰⁸ “Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha”, *DN*, nº 12138, 15-11-1914, p. 2; *Ibidem*, *DN*, nº 12139, 16-11-1914, p. 2.

⁵⁰⁹ SILVA, Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de (1978a), *Ob. Cit.*, Vol. I, pp. 644-645.

⁵¹⁰ *Espólio CVP*, Livro atas da direção da DSPCVF nº 1 (Nov1914-Dez1917), 09-03-1917, fls. 30v-31.

⁵¹¹ *Ibidem*, nº 2 (Jan.1918-Set.1922), 14-11-1918, fls. 7v-8.

França Dória (1869-1947), Rui Bettencourt da Camara (1874-1946), capitão João dos Reis Gomes (1869-1950), Manuel Augusto Martins (1867-1926) e Nuno de Vasconcelos Porto⁵¹². Segundo Fátima Gomes, nestes elementos é possível “constatar a presença de uma grande parte da elite social ligada ao exercício de cargos administrativos e governativos, profissões liberais e comércio”⁵¹³.

Uma das primeiras propostas apresentadas por ACT para o desenvolvimento inicial da instituição foi a abertura de um curso de formação para enfermeiros e maqueiros, a ser lecionado pelo Dr. Nuno Porto. A proposta foi aceite e, inclusivamente, Nuno Porto disponibilizou a sua residência para lecionar cursos em causa⁵¹⁴. Anos mais tarde, ACT ficou encarregado de elaborar um relatório minucioso para enviar à Comissão Central, sobre a intervenção da instituição, com a atuação dos seus médicos, enfermeiros e maqueiros após o bombardeamento do submarino alemão de 1916⁵¹⁵.

Devido às exonerações solicitadas, entretanto, por Nuno Porto e José Sothero da Silva, foi proposto nomear uma comissão que representasse a direção que havia de ser composta por Manuel Augusto Martins, presidente, Cunha Teles, capitão António Agostinho Camara, João Albino Rodrigues de Sousa (c. 1872-1922), tenente Lopes, comandante pelotão Américo Palma e Francisco Henrique Cunha (1892-1968), secretario⁵¹⁶. Nos inícios de 1918, ACT deslocou-se a Lisboa e, regressando, informou que contactara a Comissão Central e recebera da mesma artigos para a sede do Funchal, tendo sido lavrado um louvor na ata de 20 de fevereiro pelo trabalho efetuado⁵¹⁷.

Entre 1918 e 1924, a delegação do Funchal passou por algumas alterações na direção, sucedendo na direção ao Visconde de Geraz de Lima, o capitão António Agostinho Camara e, depois, o capitão-de-fragata Artur Sales Henriques, então capitão do porto do Funchal, que ficou até 1920. A partir desse ano, mais concretamente, a partir da ata de 2 de março de 1920 e até à de 2 outubro de 1921, as atas são assinadas por três dos membros presentes e pelo vogal da comissão fiscal, que na sua maioria das reuniões era ocupado por João Anacleto Rodrigues (1869-1948). A presidência foi

⁵¹² *Espólio CVP*, livro atas da direção nº 1 da DSPCVF (Nov1914-Dez1917), 06-11-1914 fl.1; “Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha”, *DN*, nº 12138, 15-11-1914, p. 2.

⁵¹³ GOMES, Fátima (2021), “Cruz vermelha portuguesa, delegação da”, consultado em: <https://aprenderamadeira.net/article/cruz-vermelha-portuguesa-delegacao-da>.

⁵¹⁴ Livro atas citadas, 22-11-1914, fl. 2.

⁵¹⁵ *Ibidem*, 10-02-1917, fls. 30v-34.

⁵¹⁶ *Ibidem*, fl. 42v.

⁵¹⁷ *Ibidem*, nº 2 (Jan1918-Set1922), 20-02-1918, fl. 6v.

assumida de forma alternada pelo coronel Augusto Jacinto Martins Ferreira e por Henrique Vieira de Castro, este último, a partir de 1923, presidindo a grande parte das sessões.

No livro de atas da assembleia geral da CVP é registado que segundo o disposto na organização geral da Cruz Vermelha Portuguesa e aprovado pelo decreto nº 9802 de 16 de junho de 1924, as assembleias gerais tinham sido suprimidas e em sua substituição estabeleceram-se as reuniões de direção nas delegações ativas, segundo o artigo 42º do mesmo decreto. Assim, ficou este registo encerrado, continuando na folha seguinte, a 20 de junho, então com as atas das sessões da Direção⁵¹⁸.

Em 1924, ACT ocupa o cargo de presidente suplente, como consta da ata de 22 de outubro, com a indicação “que fez notar que era a primeira vez depois da sua eleição que entrava em exercício...”⁵¹⁹, cargo que mantém no ano seguinte, conforme a legislação de 1924, acima citada. Mantinha-se, entretanto, como presidente Henrique Vieira de Castro, como tesoureiro, o major José Calisto Ferreira (1848-1928), como secretário, Alberto Vieira de Castro e como vogais, ACT e o capitão Eduardo António Santos Pereira⁵²⁰.

Os sucessivos problemas de saúde de Henrique Vieira de Castro levaram à sua ausência para o continente por algumas ocasiões, ficando nas funções de presidente, ACT⁵²¹ e sendo, na sua ausência, o cargo ocupado por José Calisto Ferreira⁵²². Em abril de 1926, Henrique Augusto Vieira de Castro, por motivo de doença, volta a deslocar-se a Lisboa⁵²³, onde acaba por falecer a 18 de agosto desse ano. Durante vários anos o cargo ficou sem substituto e apesar de ACT assumir algumas das funções, era como vice-presidente, sempre assim mencionado, mesmo quando se ausentava para o estrangeiro⁵²⁴.

A situação só veio a mudar com a composição da CVP estabelecida para o trénico de 1928-1930, em que surge entre os nomes, ACT, João Abel de Freitas (1893-1948) e outros⁵²⁵. Segundo o livro de atas da assembleia geral da DSPCVF para o triénio

⁵¹⁸ *Ibidem*, Assembleia Geral da DSPCVF (Nov1914-Mar1936), fl. 11.

⁵¹⁹ *Espólio CVP*, livro atas da CA da DSPCVF nº 3 (Nov1922-Out1929), 22-10-1924, fl. 18v.

⁵²⁰ *Ibidem*, 02-06-1925, fl. 23v.

⁵²¹ *Ibidem*, fl. 26.

⁵²² *Ibidem*, fl. 25.

⁵²³ *Ibidem*, 07-04-1926, fl. 28v.

⁵²⁴ *Ibidem*, 02-09-1927, fl. 37v.

⁵²⁵ *Ibidem*, 02-03-1928, fl. 41.

1928-1931, ACT ocupa o cargo de presidente⁵²⁶. Na mesma ata foi informado pelo presidente, que no dia 22 de dezembro de 1931 fora inaugurada a consulta dentária para pobres, bem como a consulta de “serviços nervosos”, pelo médico Dr. João Francisco de Almada⁵²⁷. O cargo de presidente foi o ocupado por ACT até 1936, data do seu falecimento.

3.2.2 O Hospital de Sangue da Cruz Vermelha Portuguesa

A Cruz Vermelha marcou presença em momentos de sobressalto e em que os indefesos precisavam de auxílio durante tumultos populares, como sucedido durante a Revolta da Farinha em fevereiro de 1931⁵²⁸. Em reconhecimento pelo trabalho realizado foi registado em ata no dia 23 de março de 1931, com a atribuição de um voto de louvor ao sr. Presidente “pela forma brilhante como dirigio, elle próprio, o pessoal de pronto socorro nos recentes movimentos e cuja acção utilíssima mereceu os louvores e aplausos de todos”⁵²⁹.

No mês de abril durante a denominada Revolta da Madeira, a Delegação da Cruz Vermelha do Funchal decidiu mobilizar o seu pessoal e montar um serviço permanente, desta feita com o posto a ficar alojado no edifício do Hospital à Avenida Dr. Manuel de Arriaga, contando com a cooperação das corporações dos Bombeiros Municipais, Voluntários Madeirenses, Sociedade Humanitária, Grupo Nacional de *Scouts*, *Girl Guides* e Grupo Tristão das Damas⁵³⁰. O relatório do chefe do Corpo Nacional de Escuteiro sobre os acontecimentos de 4 de abril a 2 de maio desse ano seria publicado mais tarde no *DN*, como já fizemos referência⁵³¹.

Além destas corporações foram vários os cidadãos portugueses e ingleses que colocaram os seus serviços à disposição do Hospital de Sangue, como os drs. Américo Durão, João Abel de Freitas, Souza Brazão, António Leite Monteiro (1896-1983), Rafael Pereira, A. Pais, António Costa, Nuno Porto, António Félix Pita (1895-1951), Tavares da Silva, viscondessa de Valparaíso⁵³², Mrs. Houghton, D. Filomena Ribeiro de Cunha⁵³³,

⁵²⁶ *Ibidem*, livro da Assembleia Geral da DSPCVF (Nov1914-Mar1936), fl. 18v.

⁵²⁷ *Ibidem*, fl. 34.

⁵²⁸ *Ibidem*, fl. 29.

⁵²⁹ *Ibidem*, fl. 29v.

⁵³⁰ “A acção benemérita da Cruz Vermelha durante os acontecimentos”, *DN*, nº 17002, 03-05-1931, p. 3

⁵³¹ “Corpo Nacional de Scouts no Funchal nos acontecimentos entre 4 de abril e 2 de maio de 1931”, *DN*, nº 17006, 8-05-1931, p. 1.

⁵³² Maria da Conceição da Costa Lira Bianchi, viúva de João António Bianchi (1862-1926), 1º visconde de Vale Paraíso.

Mrs. Betham⁵³⁴, D. Sarah del Negro Coque e D. Augusta de Jesus⁵³⁵. Também foi colocado a disposição da Cruz Vermelha por Mrs. Garton (Carolina Passos Freitas), um edifício junto da Quinta da Boa Vista, a Santa Maria Maior, que tinha camas e outros acessórios para hospitalização e serviços de enfermagem⁵³⁶.

A Cruz Vermelha do Funchal, dentro das suas funções e dos interesses humanitários madeirenses, colocou-se igualmente também à disposição das forças continentais, enviando um telegrama ao cônsul do Brasil José Lavrador e solicitando que transmitisse ao ministro da Marinha a seguinte mensagem:

A Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha no Funchal pede a V. Excia. o relevante serviço de transmitir um telegrama em nosso nome ao Chefe das forças atacantes da Madeira informando de que temos Hospital de Sangue montado em condições de operar todos os ferimentos de guerra, podendo sem risco e com prévio aviso desembarcar no Cais da Pontinha, Funchal, indo uma lancha com o respectivo distintivo da Cruz Vermelha ou requisitando-nos uma lancha. Tudo isto nos termos das Convenções Internacionais e em especial da Convenção de Genebra. Com os nossos cumprimentos, somos com agradecimentos, desejando a V. Excia. Saúde e Fraternidade.
Presidente – Alexandre da Cunha Telles⁵³⁷

O ministro da Marinha por intermédio do coronel açoriano Fernando Augusto Borges (1880-1949) responde com o seguinte telegrama:

Exmo. Sr. José Lavrador, Cônsul do Brasil – NR 106 – Em nome Exmo. Ministro da Marinha agradeço reconhecido oferecimento benemérita Sociedade Cruz Vermelha transmitido V. Excia. será aceite caso necessário.
Comandante Forças Expedicionárias
Borges, Coronel⁵³⁸

O Hospital de Sangue iniciou funções a 8 de abril de 1931, tendo sido encarregue pela organização do serviço o capitão-medico Dr. Américo Durão, que montou também os postos de socorros em Machico, Santa Cruz e Ribeira Brava para o transporte de feridos provenientes das zonas de confronto. A organização do Hospital de Sangue teve a iniciativa de ACT que teve a responsabilidade e organização interna

⁵³³ Que pensamos filha de José Ribeiro da Cunha (II) (1854-1915), que fora 3 vezes governador civil do Funchal e de Josefina de Ornelas e Vasconcelos de Castelo Branco Manoel (1864-1919), filha do 2.º Barão de São Pedro (1837-1911), que teria herdado as importantes propriedades do avô na Madeira.

⁵³⁴ “Cruz Vermelha: Hospital de Sangue”, *DN*, nº 16989, 14-04-1931, p. 2.

⁵³⁵ “O pronunciamento militar: No Funchal”, *DN*, nº 16995, 21-04-1931, p. 1.

⁵³⁶ “Cruz Vermelha: Hospital de Sangue”, *DN*, nº 16989, 14-04-1931, p. 2.

⁵³⁷ LAVRADOR, José (1931), *Ob. Cit.*, p. 139.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 140.

auxiliada por Norberto Teles de Freitas (seu sobrinho). A organização e responsabilidade médica recaiu para o dr. Américo Durão, nos serviços de cirurgia o Dr. João Abel de Freitas e nos serviços clínicos pelos médicos Dr. Nuno Porto, António Leite Monteiro (1896-1983), Antonino Costa, Tavares da Silva, Sousa Brazão e Rafael Pereira. Os serviços de enfermagem, liderados pela Viscondessa de Vale Paraíso⁵³⁹, foram prestados por “6 girl guides”, 6 irmãs enfermeiras e 2 enfermeiros do Hospital dos Marmeleiros⁵⁴⁰; bem como o auxílio do chefe «Scout» Herr Ernst Henningsen⁵⁴¹.

Durante os confrontos no dia 28 de abril de 1931 tiveram ordem de recolher os residentes estrangeiros nos hotéis *Reids*, *Savoy* e *Atlantic* até as 17h e foi solicitado aos proprietários das quintas Santana e Magnólia, para as mesmas servirem de refúgio para os que não detinham de local para recolher⁵⁴². No dia 2 de maio de 1931 foram enviados 14 automóveis com vários elementos da delegação da CV, acompanhados pelos Drs. Américo Durão (médico chefe), Tavares da Silva e João Abel de Freitas⁵⁴³. Já após a situação estar controlada, o Hospital de Sangue recebeu a visita das tropas expedicionárias e outras entidades no dia 6 de maio, que foram recebidas pelo presidente da CV⁵⁴⁴, que posteriormente enviaram um ofício realçando os relevantes serviços prestados durante a revolta da Madeira⁵⁴⁵.

É de realçar a menção honrosa deixada por José Lavrador à Cruz Vermelha do Funchal e ao seu presidente, referindo que “esta benemérita sociedade, tendo um Homem dynamo á sua frente, o illustre e prestigioso Dr. Alexandre da Cunha Telles, prestou os mais relevantes serviços á Madeira nesses dias de Terror”⁵⁴⁶. O mesmo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido foi registado no livro de atas onde foi colocado: “...o nosso profundo reconhecimento pelos relevantíssimos serviços prestados por todo o pessoal desta Delegação, e muito em especial pela forma altamente inteligente e distintíssima como o senhor Presidente em circunstancias tão difíceis,

⁵³⁹ Maria da Conceição da Costa Lira, viúva de João António Bianchi (1862-1926), 1.º visconde de Vale Paraíso.

⁵⁴⁰ “A acção do Hospital de Sangue e da Cruz Vermelha no período revolucionário”, *DN*, nº 17003, 05-05-1931, p. 1.

⁵⁴¹ “Os Últimos Acontecimento”, *DN*, nº 17006, 08-05-1931, p. 2.

⁵⁴² *Ibidem*.

⁵⁴³ “A acção benemérita da Cruz Vermelha durante os acontecimentos”, *DN*, nº 17002, 03-05-1931, p. 3; “A Delegação da Cruz Vermelha no Funchal”, *Correio da Madeira*, nº 824, 09-05-1931, p. 1.

⁵⁴⁴ “Hospital de Sangue”, *DN*, nº 17005, 07-05-1931, p. 4.

⁵⁴⁵ “Os Últimos Acontecimento”, *DN*, nº 17006, 08-05-1931, p. 1.

⁵⁴⁶ LAVRADOR, José (1931), *Ob. Cit.*, p. 103.

soube orientar os prestantes serviços d'esta Delegação...”⁵⁴⁷.

3.2.3 A Comissão Administrativa do Posto de Socorros Urgentes

Após a colocação da hipótese de mudança do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal para os Marmeleiros, em abril de 1931, houve a necessidade de equacionar a criação de um posto de socorros urgentes no centro do Funchal. Essa tarefa ficou a encargo da CVP coadjuvada pela Santa Casa da Misericórdia do Funchal e, ao longo de dois anos, o assunto foi surgindo nas páginas do *DN*⁵⁴⁸, tal como vem depois registado nas atas da nova comissão administrativa do Posto de Socorros Urgentes, a partir de agosto de 1933⁵⁴⁹.

A iniciativa tinha partido da Câmara Municipal do Funchal, criando uma comissão administrativa presidida por William Edward Clode (1900-1980), desde 1932 vogal da presidência da mesma câmara, com os engenheiros José Pedro de Freitas e Herculano Lourenço dos Ramos (1893-1967), o cônego Manuel Francisco Camacho e Cunha Teles, representando assim a câmara do Funchal, a Junta Geral, a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha⁵⁵⁰. A 7 de outubro de 1933, com a instalação efetiva da Junta Geral no antigo Hospital da Misericórdia era inaugurado o Posto de Socorros Urgentes, instalado num prédio à então Rua do Dr. Sequeira, antiga Rua da Mouraria e que mais tarde voltaria a recuperar o mesmo nome⁵⁵¹, ficando assim o Funchal equipado com um posto de socorros no centro da cidade para auxílio permanente à população.

3.3. Sociedade Protetora dos Animais Domésticos (SPAD) (1915-1936)

A Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, segundo o *Elucidário Madeirense*, foi instituída a 6 de janeiro de 1897, através do alvará de 6 de maio de 1897 e considerada como utilidade pública por decreto de 16 de março de 1914⁵⁵². A direção da instituição era então composta pelo presidente, o comendador João de Bettencourt Jardim; tesoureiro, Manuel Anastácio de Ornelas; secretário, J. V. Damásio Ribeiro e vogais, Visconde de Cacongo (João Rodrigues Leitão, 1843-1925), Dr. Nuno

⁵⁴⁷ *Espólio CVP*, livro atas da assembleia Geral da DSPCVF (Nov1914-Mar1936), fl. 31.

⁵⁴⁸ “Postos de socorros”, *DN*, nº 16934, 25-01-1931, p. 1.

⁵⁴⁹ *Espólio CVP*, livro atas da CAPSU (Ago1933-Dez1940), 05-08-1933, fls. 1-4v.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, 05-08-1933, fls.1-4v.

⁵⁵¹ “O Posto de Socorros Urgentes”, *DN*, nº17706, 07-10-1933, p.1; *Espólio CVP*, livro atas da CAPSU (Ago1933-Dez1940), 13-10-1933, fls.6-7.

⁵⁵² SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978c), *Ob. cit.*, Vol. III, p. 562.

Silvestre Teixeira, Harry C. Hinton (1859-1948), comendador Pedro Petropolitano Rodrigues Leitão (1852-1904), Manuel A. Silva Passos e Jacob Abudarham (1844-1903)⁵⁵³.

A SPAD é uma instituição privada sem fins lucrativos tendo como principal objetivo zelar pelos direitos dos animais bem como o seu bem-estar, seguindo a Declaração Universal dos Direitos dos Animais e todas as leis vigentes. A instituição dispõe-se a recolher animais abandonados, prestar auxílio e dinamizar ações de sensibilização na sociedade, com o objetivo de prevenir e alertar para os maus-tratos aos animais.

A Sociedade vem mencionada em alguns livros, marcando a sua posição sobre a temática dos animais, como ocorre no livro do tenente-coronel Alberto Artur Sarmiento (1878-1953) sobre os mamíferos do Arquipélago (1936). Nesta obra surge o relato de um animal que apresentava uma ferida no pescoço e em que o estado da mesma se agravava, pelo que, a pedido da Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, “foi morto com um tampão de clorofórmio...”⁵⁵⁴, de forma a evitar o sofrimento prolongado do animal.

3.3.1. Comissão Administrativa da SPAD (1915-1936)

Não foi possível aceder ao espólio da SPAD dado a Sociedade não deter um arquivo disponível nem organizado, o que impossibilitou o acesso aos dados da instituição, bem como a descrição das funções exercidas por ACT. Serão assim utilizados artigos de jornais e outra documentação a que tivemos acesso para construir este subcapítulo.

Em 1915, ACT desempenhava as funções de secretário-relatador e propõe na sessão um voto de louvor ao rev. anglicano Alexander Drummond Paterson (1853-1920), colocado no Funchal em 1892, pelos serviços relevantes prestados à Associação, segundo notícia o *DN* do Funchal⁵⁵⁵. No ano seguinte, mantém as funções⁵⁵⁶, sendo estipulado numa reunião, em novembro do mesmo ano, ser encarregue, ao lado do capitão do porto, de convidar a viscondessa de Geraz de Lima para presidir e organizar a comissão de propaganda⁵⁵⁷. O seu nome também foi referido em dezembro de 1920,

⁵⁵³ *Sociedade Protectora dos Animais Domésticos* (Funchal) (1947), Comemorações: 1897-1947: 50º aniversário.

⁵⁵⁴ SARMENTO, Alberto Artur (1936), *Mamíferos do Arquipélago da Madeira*, p. 84.

⁵⁵⁵ “Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 12278, 07-04-1915, p. 3.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, *DN*, nº 12662, 13-05-1916, p. 2.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, nº 12816, 09-11-1916, p. 2.

quando se realizou uma récita em benefício da SPAD, que contou com a presença também de outras figuras, como o visconde de Geraz de Lima, Luís Vieira de Castro e Carlos Power⁵⁵⁸.

Em março de 1921, mantendo a uma antiga tradição na transparência das contas e do estado das instituições por onde passava, enviou o relatório de contas da Associação ao *DN*, que em resposta refere: “...felicitemos os seus corpos gerentes e, em especial o digno presidente da direcção sr. Dr. Cunha Teles”⁵⁵⁹. A presidência da Associação é confirmada no mês seguinte com a publicação da constituição dos corpos gerentes da SPAD⁵⁶⁰. No mesmo ano foi feito um concurso de gado bovino e muar, que foi financiado pela Mrs. Frank Meex de Inglaterra, com a quantia de 2 libras e 2 shillings⁵⁶¹, concurso anunciado no *DN*, informando que teria lugar no dia 18 de novembro⁵⁶².

Em 1923, mantém a presidência⁵⁶³, bem como em 1925, de acordo com a publicação dos corpos gerentes da SPAD para esse ano⁵⁶⁴. Em 1926, surgem alterações, uma vez que ACT passa a ocupar as funções de secretário da assembleia geral da mesma Sociedade⁵⁶⁵. Mais tarde, em 1928, no seguimento da publicação de um artigo do *DN* sobre a indignação da população da Calheta pelo embarque de gado bovino e a narração do processo, expressando a tortura a que eram submetidos os animais, escrevendo-se:

*O boi labuta, estrebuxa quase em esterto. Mas, a pouco e pouco, vai perdendo as forças, os movimentos desencontrados, aflitivos, vão se aniquilando, e, quando o boi, exgotado, sem condições de resistencia, é um corpo morto porque está quase completamente inanimado, os homens o erguem então pela corda do pescoço e pela cauda retorcida e atiram-no, á bruta, para o fundo do barco, onde o animal cai como que fulminado*⁵⁶⁶.

Em resposta à exposição feita pelo *DN*, o presidente da Sociedade enviou um ofício indicando que mandara um documento para o delegado do procurador da

⁵⁵⁸ “Récita a benefício da Sociedade Protectora dos Animais Domésticos”, *DN*, nº 14024, 22-12-1920, p. 1.

⁵⁵⁹ “Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 14093, 22-03-1921, p. 3.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, nº 14114, 20-04-1921, p. 1.

⁵⁶¹ “Associação Protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 14217, 28-08-1921, p. 1.

⁵⁶² “Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 14254, 12-10-1921, p. 2.

⁵⁶³ *Ibidem*, *DN*, nº 14667, 21-03-1923, p. 3.

⁵⁶⁴ “Associação protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 15253, 01-04-1925, p. 2.

⁵⁶⁵ “Sociedade protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 15526, 09-03-1926, p. 3.

⁵⁶⁶ “A crueldade Humana”, *DN*, nº 16257, 19-09-1928, p. 1.

República da comarca da Ponta do Sol e ao administrador do concelho da Calheta, aguardando a punição dos intervenientes e solicitando às autoridades as testemunhas do sucedido⁵⁶⁷. Não encontramos, no entanto, resultados da queixa apresentada por Cunha Teles.

Em 1929, foi colocado pelo presidente da SPAD um anúncio relativo aos interessados para finalizar as obras no Hospital Veterinário localizado no Campo Miguel Bombarda, hoje Campo da Barca, concluído no ano seguinte e estando este equipado com o material necessário para o seu funcionamento⁵⁶⁸. No início do ano de 1930 foi publicada uma carta endereçada ao *DN*, em resposta a duas outras notícias, que relatavam a morte de vários cães de guarda e de um suíno, através de envenenamento, na Avenida Pedro José de Ornelas⁵⁶⁹, hoje, somente rua. A direção da Sociedade agradecia a chamada de atenção e informava ter oficiado ao comandante da Polícia o caso, referindo as práticas incorretas com os animais e a necessidade do apoio da mesma Polícia para manter a fiscalização e a salvaguarda perante todos os “actos de selvageria cometidos publicamente nos animais”⁵⁷⁰.

Os animais para além de serem uma companhia nos lares, também serviam para ajudar os habitantes no transporte de mercadorias e de pessoas, com a utilização de veículos de turismo de tração animal, como era o caso dos tradicionais carros de bois da baixa do Funchal. Para exercerem as suas funções haviam de adquirir uma licença que comprovasse a aptidão para esse serviço, que era exigida pelas câmaras municipais de cada concelho e era atribuído pela SPAD⁵⁷¹.

Em 1930, com a eleição dos novos corpos gerentes, Cunha Teles mantém as funções de presidente da direção da ACT⁵⁷², que recebe no mês seguinte um elogio no Correio da Madeira, com um artigo sobre o papel da SPAD “...no intuito de promover na educação da criança intuídos de bom trato para com os animais que nos acompanham

⁵⁶⁷ “Ainda a propósito do nosso artigo sobre o processo usado no embarque de gado”, *DN*, nº 16259, 21-09-1928, p. 1.

⁵⁶⁸ “Associação protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº16394, 10-03-1929, p. 3; “Associação protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 16673, 27-02-1930, p. 2.

⁵⁶⁹ “Na Avenida de Pedro José de Ornelas”, *DN*, nº 16577, 30-10-1929, p.1; “Mais envenenamentos...”, *DN*, nº16578, 31-10-1929, p. 2.

⁵⁷⁰ “A benemérita Sociedade Protectora dos Animais e acção do «Diário de Notícias». Uma carta que é uma grande lição e relata tristíssimas verdades”, *DN*, nº 16580, 03-11-1929, p.1.

⁵⁷¹ “Sociedade protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 16672, 26-02-1930, p. 3; *Ibidem*, *DN*, nº 16673, 27-02-1930, p. 3.

⁵⁷² *Ibidem*, *DN*, nº 16712, 18-04-1930, p. 4.

e nos são úteis...”, agradecendo-se ao presidente da Sociedade a iniciativa⁵⁷³. Em maio do mesmo ano foi resolvido colocar na sala da direção os retratos de Miss Ella Gordon e do rev^o. A. Drummond Paterson, pelos serviços naquela instituição, juntos dos que já lá se encontravam de Miss Enen, Madame Maria Camile e Cunha Teles⁵⁷⁴.

Dois meses depois, como presidente da SPAD, ACT apela a D. António Manuel Pereira Ribeiro (1879-1957), bispo do Funchal, para, em sermão, abordar o tema dos maus-tratos aos animais, de forma a sensibilizar a população⁵⁷⁵, mas o que desconhecemos se foi feito. Em 1930, ACT solicitou também ao *DN* a publicação do ofício enviado pela SPAD do Porto, em que refere o interesse no sistema de matança de gado «*Kernerz*», utilizado pela SPAD Funchal⁵⁷⁶. No ano seguinte é lançado um louvor a ACT por este ter convidado o Ministro da Marinha a visitar a SPAD, divulgando a instituição bem como o trabalho desenvolvido⁵⁷⁷.

Em 1932 regressa à Madeira Mrs. Houghton membro da direção da SPAD, com a intenção de introduzir aperfeiçoamentos no hospital veterinário, com base no que verificara aquando da sua passagem por alguns países europeus como Inglaterra, Alemanha e França⁵⁷⁸. A SPAD procurava salvaguardar a vida animal e tendo conhecimento da existência de um jacaré que estava num balneário⁵⁷⁹, decide enviar um ofício para o governador civil e comandante da polícia para que não fosse permitido alimentar o jacaré com animais vivos⁵⁸⁰.

No mesmo ano foi noticiado novamente pelo *DN* um caso de envenenamento de cães ocorrido nas freguesias de S. Gonçalo e do Estreito de Camara de Lobos, como sendo algo que representava um perigo para a saúde pública, mencionando-se que no Estreito de Câmara de Lobos, também já ocorrera “...uma tragédia que vitimou simultaneamente umas inocentes crianças que ingeriram um líquido que continha veneno para lagartixas”⁵⁸¹. Em resposta foi publicado um ofício do presidente da SPAD sobre os casos de envenenamento de animais nas serras da Madeira, deixando realçado

⁵⁷³ “A Sociedade Protectora dos animais domésticos do Funchal”, *CM*, nº 773, 10-05-1930, p. 1.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, *DN*, nº 16739, 24-05-1930, p. 1.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, *CM*, nº 781, 05-07-1930, p. 1.

⁵⁷⁶ “Sociedade protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 16786, 26-07-1930, p. 2.

⁵⁷⁷ “Dr. Alexandre Teles”, *DN*, nº 17056, 14-07-1931, p. 1.

⁵⁷⁸ “Sociedade protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 17299, 12-05-1932, p. 1.

⁵⁷⁹ Por certo o balneário da Rua Conselheiro Silvestre Ribeiro, junto do Jardim Municipal do Funchal.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, *DN*, nº 17558, 01-04-1933, p. 1.

⁵⁸¹ “Uma selvajaria: A mortandade de cães”, *DN*, nº 17573, 21-04-1933, p. 1.

que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para lidar com o assunto⁵⁸². Em 1934 permanece na qualidade de presidente, conforme notícia o *DN*⁵⁸³ e o que se repete na eleição dos novos corpos gerentes de 1935⁵⁸⁴.

Em 1930 surge na capa do célebre *Re-nhau-nhau*, trimensário humorístico, com o título “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, presidente da SPAD, com a respetiva rosa ao peito, animais ao fundo e alguns versos alusivos ao seu devoto trabalho⁵⁸⁵.

3.4 A Tuberculose e a Associação Nacional dos Tuberculosos (ANT)

A tuberculose é uma doença respiratória que aparece pontualmente referenciada um pouco por toda a Europa, a partir de meados do século XVI, mas que nos séculos seguintes se tornou numa das principais causas de morte. Em causa esteve a aglomeração populacional nas cidades, principalmente, a partir dos finais do século XVIII e da revolução industrial, que se repercutiu na sociedade em geral, pois que afetou todas as classes sociais. Em Portugal, esta doença foi considerada um flagelo a partir dos meados do século XIX, levando à tomada de medidas de prevenção, sendo recomendado pelos médicos da época: o isolamento e a climatoterapia.

Associado à luta contra a tuberculose surge a incontornável figura do Dr. João Francisco de Almada, já várias vezes aqui mencionado. Natural de Santana⁵⁸⁶, frequentou o Liceu do Funchal e a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, fixando residência no Funchal, onde se tornou médico na Câmara de Funchal e ocupou funções em entidades de assistência, como casas de saúde e funções em entidades como a CVP⁵⁸⁷, numa interessante quase parceria com Cunha Teles.

A partir de 1930, ACT em conjunto com o Dr. Francisco João de Almada desenvolvem um ativo trabalho em prol da luta contra a tuberculose na Madeira, procurando prover a Ilha de informação, condições e mecanismos de salvaguarda. Devido ao aumento constante dos casos de tuberculose na sociedade madeirense, bem como a vinda de doentes estrangeiros que procuravam a Madeira para o seu respetivo

⁵⁸² “A matança de cães”, *DN*, nº 17574, 22-04-1933, p. 1.

⁵⁸³ “Notas Mundanas: Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 17878, 15-05-1934, p. 2.

⁵⁸⁴ “Sociedade protectora dos Animais Domésticos do Funchal”, *DN*, nº 18113, 08-03-1935, p. 1.

⁵⁸⁵ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *Re-nhau-nhau*, nº 7, 20-02-1930, p. 1, [Cf. Anexo V – Ilustração, nº1].

⁵⁸⁶ Que o contudente *Re-nhau-nhau* caricatura sempre com carapuça ou barrete de vilão.

⁵⁸⁷ *Espólio CVP*, livro atas da direção da delegação da sociedade portuguesa da Cruz Vermelha no Funchal nº 2. (Jan1918-Set1922), 06-12-1918, fl. 9v.

tratamento, impunha-se a necessidade de construção de um pavilhão com especiais condições para o tratamento desta doença, com alas de isolamento, etc.

É nesse sentido que João Francisco de Almada solicita a ACT para numa das suas viagens à Dinamarca verificar junto das autoridades de saúde locais a forma como estas lidavam com a tuberculose. Em entrevista ao *DN*, ACT menciona, inclusivamente, que, “além de se tratar dum grande benemérito, o Sr. Dr. João de Almada é uma pessoa a quem devo tanta amizade e por quem tenho tanta simpatia e admiração, que um pedido seu é uma ordem para mim”⁵⁸⁸. Cunha Teles, mercê dos seus contactos naquele país, teve oportunidade de, junto das entidades locais, recolher informações sobre o tratamento, logística e funcionamento dos meios de saúde, visitando vários estabelecimentos hospitalares, entre eles o *Oresund Hospital*, hoje o hospital universitário de Copenhague, ficando a conhecer as instalações e a perceber o seu funcionamento⁵⁸⁹.

Em entrevista ao *DN*, num novo artigo, ACT assinala que tinha estado com o Dr. Blegvad e o Sr. Ridter, que indicaram o arquiteto Helge Muller como a melhor opção para projetar um pavilhão para tuberculosos. Deixou ainda a ideia de que procurara sempre lutar pelos interesses da Madeira, fazendo menção “e estou, de todo o coração, ao lado dos que encaram a serio, o grave prolema da tuberculose”⁵⁹⁰. A 30 de junho de 1930 saiu um novo artigo sobre a forma como a Dinamarca lidava com a tuberculose, fazendo-se uma retrospectiva de dados e das melhorias a incutir na Madeira para acompanhar os métodos de tratamento e as condições existentes noutros locais, reiterando novamente, a urgência em equipar a Madeira com um pavilhão para tuberculosos⁵⁹¹.

Na Madeira as instituições que ACT presidia associaram-se também à causa contra a tuberculose, com projetos de sensibilização, palestras de divulgação sobre a doença no panorama internacional, nacional e local, deixando informações vitais e a necessidade de práticas de profilaxia para evitar a sua propagação.

Foi nesse sentido que surgiram as conferências do Dr. Alfredo Maria Rodrigues (1905-1999), convidado pela CVP e que o *DN* refere como “a feliz iniciativa de promover

⁵⁸⁸ “A lucta contra a tuberculose”, *DN*, nº 16722, 03-05-1930, pp. 1 e 4.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ “Os tuberculosos”, *DN*, nº 16723, 06-05-1930, p. 1.

⁵⁹¹ “Como a Dinamarca encara o problema da tuberculose”, *DN*, nº 16757, 18-06-1930, p. 1.

em vários pontos da Madeira, conferencias destinadas ao povo”⁵⁹². A campanha divulgadora dos jornais locais considerava-se fulcral para propagar as boas práticas, algo pelo qual o presidente ACT nutria o seu agradecimento, enaltecendo o *DN* pela ação de sensibilização para a irradicação da tuberculose⁵⁹³.

O próprio Dr. Francisco de Almada contribuiu com este tipo de iniciativas na luta contra a tuberculose na Madeira, com conferências no patronato de S. Pedro, que contaram com as presenças do presidente da JGF, João Figueira de Freitas, ACT presidente da CVP e em que foram utilizados dados comparativos com a Dinamarca, referindo o Hospício criado em 1858 na Madeira, a ação social, o ensino sobre as medidas a utilizar para evitar propagação e deixando, ainda, um conjunto de medidas necessárias para o combate à tuberculose na Madeira⁵⁹⁴.

Em 1932 conforme notícia do *DN*, foi enviado pela comissão executiva da ANT um ofício ao Governador Civil, comunicando a criação da comissão delegada da Assistência Nacional aos Tuberculosos no Funchal, constituída pelo presidente João Francisco de Almada, secretario ACT e, como tesoureiro, o cónego Manuel Francisco Camacho⁵⁹⁵, bem como o envio das plantas da construção de um dispensário no Funchal⁵⁹⁶. Esta delegação colocou então em ação a campanha “Semana da tuberculose”, que contou com o auxílio dos representantes da imprensa e diversas outras entidades, para auxiliar na divulgação da ação⁵⁹⁷, criação de eventos⁵⁹⁸ e recolha de fundos, tendo sido criadas comissões para os diferentes locais da Madeira onde se efetuaram as recolhas⁵⁹⁹.

Houve dúvidas sobre se os fundos recolhidos ficavam na Madeira, ou se seriam enviados para Lisboa para a ANT, contudo ACT veio esclarecer a população, deixando patente que todo o produto recolhido na Madeira seria para investir na mesma⁶⁰⁰.

⁵⁹² “A ação da Cruz Vermelha. Uma conferencia popular sobre tuberculose, pelo sr. Dr. Alfredo Maria Rodrigues”, *DN*, nº 16917, 04-01-1931, pp. 1-3; *Ibidem*, *DN*, nº 16918, pp.1 e 3; *Ibidem*, *DN*, nº 16919, pp.1 e 3; *Ibidem*, *DN*, nº 16920, pp. 1 e 3.

⁵⁹³ “A ação do Diário de Notícias”, *DN*, nº 16922, 11-01-1931, p.1; “A Cruz Vermelha e a propaganda contra a tuberculose”, *Ibidem*, p. 1.

⁵⁹⁴ “No patronato de S. Pedro”, *DN*, nº 16935, 27-01-1931, p. 1; “A conferencia que o Dr. João Francisco de Almada”, *DN*, nº 16936, 28-01-1931, pp. 1 e 4; *Ibidem*, *DN*, nº 16937, 29-01-1931, pp. 1 e 3.

⁵⁹⁵ “A luta anti-tuberculosa”, *DN*, nº 17257, 17-03-1932, p. 1.

⁵⁹⁶ “A luta anti-tuberculosa: Dispensário no Funchal”, *DN*, nº 17257, 17-03-1932, p. 1; “Alerta Madeirenses”, *CM*, nº 874, 23-04-1932, pp. 1-2.

⁵⁹⁷ “A tuberculose: Para meditar”, *DN*, nº 17297, 26-04-1932, p. 2.

⁵⁹⁸ “Semana da tuberculose: O «O dia do sport»”, *DN*, nº 17285, 23-04-1932, p. 1; “A semana da Tuberculose”, *DN*, nº 17305, 20-05-1932, p. 3.

⁵⁹⁹ “Contra a tuberculose”, *DN*, nº 17284, 22-04-1932, p. 1.

⁶⁰⁰ “O produto da Semana da Tuberculose: ficará na Madeira”, *DN*, nº 17332, 26-06-1932, p. 1.

CAPÍTULO IV – A MEMÓRIA DE UM MULTIFACETADO

4.1 O legado

Alexandre da Cunha Teles, a partir de 1930, montou uma quase campanha de promoção da Dinamarca, terra da naturalidade da sua mulher, mas onde a meta, indubitavelmente, era a comparação do que se fazia naquele país em relação à Assistência, para o que se fazia em Portugal e na Madeira. O autor, desde que terminara dos seus estudos, passara a ocupar grande parte do seu tempo a trabalhar nas mais diversas instituições de assistência em prol da sociedade madeirense. As suas relações pessoais e profissionais tinham-lhe possibilitado um largo leque de contactos, que tentou utilizar em prol da sociedade e da própria ilha da Madeira no âmbito do desenvolvimento local, turismo, vinho *Madeira* e o foco principal de toda a sua atividade, a assistência.

Numa muito especial relação com a comunicação social, à mesma foi fornecendo sempre, inclusivamente, as suas propostas enquanto membro da JGD, por exemplo, tal como as suas impressões de viagem pela Dinamarca, mas também pelos restantes países europeus. Assim, em 1933, resolveu reunir todo esse material respeitante à Dinamarca e editá-lo, em princípio, quase como legado pessoal, pois que como edição de autor e numa edição, que pensamos restrita, dado que poucos exemplares conhecemos⁶⁰¹.

4.1.1 Uma breve abordagem à obra *Dinamarca*

A obra *Dinamarca* foi publicada em 1933 pela editora “Sports”, dedicada à sua sogra M.^{me} Louise Cohen Willumsen e com prefácio de Juvenal de Araújo, já então seu compadre⁶⁰². O livro só deve ter ficado pronto em janeiro do seguinte ano de 1934, pois as dedicatórias que conhecemos são desse ano, tal como as avaliações críticas dos

⁶⁰¹ [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº13 e 14]; O exemplar que possuímos apresenta a dedicatória: *Ao meu velho amigo Alfredo Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz) prova d’admiração pela sua coragem moral e lúcido sentimento para com os crimes. 30 de janeiro de 1934* (Proposta de leitura do prof. doutor Nelson Veríssimo, set. 2022, que agradecemos), enquanto o exemplar da ABM, de 10 fev. 1934, ostenta: *Ao Distinto médico Dr. Nuno Porto a quem a causa dos pobres tanto deve (aliando ao seu grande saber, um grande coração)*, com o pormenor de não ser letra de Cunha Teles, mas com a sua assinatura. Sabemos ainda ter sido oferecido um exemplar ao almirante Gago Coutinho, que o mesmo agradeceu depois (“Dr. Alexandre Teles”, *DN*, nº 17998, 13-10-1934, p. 1), tal como aos princípios periódicos do Funchal.

⁶⁰² O *DN*, por certo pela mão do seu diretor, Alberto de Araújo, aprecia o prefácio de Juvenal de Araújo, seu irmão, que “*no seu elegante e colorido estilo, nos diz, em quatro páginas, a utilidade desta obra, num meio como o nosso, que é necessário educar*”. “Os livros, “A Dinamarca”, in *DN*, n.º 17795, 28-01-1934, p. 1; [Cf. Anexo IV – Fotografia, nº1].

periódicos locais. Após a publicação do livro recebeu diversos elogios, como o proveniente do jornal *Politukens Ugeblad*, de Copenhague⁶⁰³, do *Diário da Manhã* de Lisboa⁶⁰⁴ e a carta elogiosa da delegação dinamarquesa em Paris⁶⁰⁵.

A *Dinamarca* consiste numa compilação das impressões de viagens que realizou pelos diversos países nórdicos, com destaque para aquele país, bem como com algumas das entrevistas que deu a vários jornais madeirenses e nacionais. Retrata e apresenta inúmeros reparos ao que se passava em Portugal, que compara com o desenvolvimento em diversas áreas desses vários países nórdicos, como assistência pública, comércio e investimento, apresentando dados estatísticos e gráficos que complementam a sua análise⁶⁰⁶.

O trabalho, entretanto, aborda especialmente a temática das instituições de caridade, assistência aos tuberculosos, invalidez, velhice e infância. Procura também compreender a forma de agir perante estes assuntos e o modo como estes eram tratados naquele país, numa tentativa de avaliar as condições existentes e a possibilidade de melhoria no contexto da ilha da Madeira. Em entrevista ao jornal *A Voz*, abordara já as temáticas da caridade, assistência aos tuberculosos, a invalidez, velhice e infância⁶⁰⁷.

Sendo a Dinamarca um país modelar nas temáticas acima referidas, havia sido, inclusivamente, incumbido pelo Dr. João Francisco de Almada dessa investigação, como já escrevemos, fazendo então uma abordagem sobre o facto de a Dinamarca ser um país protestante e da liberdade existente entre as ordens religiosas e o Estado. O autor fala também sobre instituições, como a AMOF, CVP e SPAD, onde exerce funções, bem como os elementos que mais colaborações tinham prestado às mesmas, referindo os nomes de João Francisco de Almada, o governador civil tenente-coronel José Maria de Freitas e cónego Manuel Francisco Camacho.

Com a tuberculose a ser um dos maiores problemas da época, era importante para a ilha da Madeira dotar-se das condições ideais para fazer face ao flagelo, existindo a necessidade de construir um pavilhão, especificamente, para os tuberculosos. É feita uma análise comparativa com o que se fazia na Dinamarca, onde existiam várias formas para o tratamento da tuberculose, ou seja, através dos Sanatórios, onde havia iniciativa

⁶⁰³ “A Dinamarca”, *DN*, nº 17812, 21-02-1934, p. 1.

⁶⁰⁴ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18013, 31-10-1934, p. 1; “A «Dinamarca»”, *O Jornal*, nº722, 31-10-1934, p. 2.

⁶⁰⁵ “«A Dinamarca»”, *DN*, nº 18020, 09-11-1934, p. 1.

⁶⁰⁶ PORTO da CRUZ, Visconde (1953), *Ob. Cit.*, Vol. III, p. 138.

⁶⁰⁷ TELES, Alexandre (1933), *A Dinamarca* “Entrevista no jornal «A Voz»”, p. 25.

particular e o concurso do Estado; os hospitais gerais, mas com secções dessa área, de exclusiva iniciativa municipal, mas igualmente coadjuvados pelo Estado; e os hospícios dessa área, para doentes que não precisavam de seguir um tratamento num sanatório ou hospital, mas que pela pobreza e incapacidade de trabalharem, também não podiam viver sem assistência.

O problema da habitação na Dinamarca é tratado através de dois períodos na construção de casas económicas, o anterior à guerra e o posterior à grande conflagração europeia. No primeiro período, as casas eram asseguradas por empresas privadas e sociedades cooperativas, enquanto no segundo, devido aos preços elevados e os riscos económicos, eram amparados pelo Estado e pelas Camaras Municipais, assunto que em Portugal e na Madeira só nas décadas seguintes começa a ser assim encarado.

A Dinamarca promovia ainda a necessidade de as crianças cuidarem os seus dentes, principalmente as crianças pobres e, desde 1889, por intermedio da ação das escolas municipais. Em 1910 fora mesmo criada uma associação dinamarquesa para o tratamento dentário das crianças, que promovia meios de subsídio para a fundação de clínicas dentárias para pobres. No Funchal, esse papel era prestado pela Cruz Vermelha, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia do Funchal, sob a tutela dos Drs. João Francisco de Almada, Cunha Rosa e Abel de Almada do Nascimento.

A entrevista ao “Diário da Madeira”⁶⁰⁸, sobre a relação do Brasil e a Dinamarca, aborda as impressões sobre a situação de ambos países, sem esquecer o nome do Visconde de Hamilton Pires, cônsul brasileiro em Copenhaga e fundador da Sociedade Amigos do Brasil, que pouco antes havia condecorado o autor. Em linhas gerais, esta sociedade procurava dinamizar uma melhor relação entre os dois países, tendo por base o desenvolvimento de um maior intercâmbio comercial, com a criação de uma linha de vapores, para essa finalidade, sendo, assim, um exemplo a seguir.

Na mesma sequência se encontra a entrevista ao “Diário da Madeira”⁶⁰⁹, sobre a relação de Inglaterra e Dinamarca, com a carreira de vapores diários entre os dois países e as relações comerciais intensas como o carvão. A qualidade da literatura inglesa no seio da sociedade dinamarquesa era muito apreciada, lembrando o autor que um grande número dos seus clientes era inglês e que os mesmos auxiliavam as instituições

⁶⁰⁸ “O Brasil na Dinamarca”, *DM*, nº 5613, 03-05-1930, pp. 1-4; TELES, Alexandre (1933), *A Dinamarca* “O Brasil e a Dinamarca”, p. 59.

⁶⁰⁹ “Inglaterra e Dinamarca”, *DM*, nº 5616, 08-05-1930, pp. 1-2; *Ibidem* (1933), *A Dinamarca* “A Inglaterra e a Dinamarca”, p. 69.

de caridade através da participação e contribuição das festas que providenciavam para tal, mas tal não se afastava, assim, do que se fazia do Funchal.

Como outros temas abordados neste livro, encontram-se as formas de tratamento das crianças no Verão, por exemplo, onde os órfãos ficavam atribuídos a famílias que os recebiam de forma gratuita, existindo a contribuição por parte do Estado na oferta de viagens gratuitas nos caminho-de-ferros, tal como a criação de colónias de férias. Acrescenta o autor, que algumas dessas crianças regressavam depois como empregados ou casavam mesmo com membros da família que os acolhera.

Em entrevista ao *Diário da Madeira*, sobre a relação de Portugal e Dinamarca, aborda as relações comerciais sobre o vinho do Porto e da Madeira e a concorrência do vinho espanhol, que teria de ser resolvido através de tratados comerciais⁶¹⁰. O autor aborda ainda vários aspetos da economia, como a exportação de manteiga, um dos principais da Dinamarca e os mecanismos de fiscalização da margarina para evitar falsificações, bem como um conjunto de regras criadas para a exportação e venda estrangeira na Dinamarca. De igual forma se aborda a importância da marinha mercante, existindo naquele país todo um quadro de modernização dos barcos à vela para os barcos a motor e assim sucessivamente.

Como escreve depois o *Diário de Notícias*, tendo o autor “viajado, vendo e sabendo ver, transmite aos seus leitores” “as suas impressões, interessantíssimas, de turista observador, a quem não escapam, principalmente, as notas que denunciam civilização e modernismo”. Revelava-se, assim “o que de bom se faz lá fora, representando um exemplo digno de ser imitado”⁶¹¹.

4.1.2 Condecorações e Homenagens

O percurso do Dr. Alexandre da Cunha Teles deixa um vasto trabalho efetuado e documentado em diversas entidades por onde exerceu funções, desde a sua passagem enquanto professor provisório do Liceu, vogal e presidente do Asilo de Mendicidade Órfãos do Funchal, secretário e presidente da Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, secretário, vice-presidente e presidente da delegação da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal, procurador e vogal da Junta Geral do Funchal, secretário da comissão administrativa da Associação Nacional dos Tuberculosos no Funchal,

⁶¹⁰ “Portugal e Dinamarca”, *DM*, n.º 5634, 29-05-1930, pp.1-3; *Ibidem* (1933), *A Dinamarca* “Portugal e a Dinamarca” p. 81.

⁶¹¹ ARAUJO, Alberto (1934), “Os livros, «A Dinamarca»”, *DN*, n.º 17795, 28-01-1934, p. 1.

consultor jurídico da comarca do Funchal e do consulado dos Estados Unidos do Brasil, bem como Vice-Cônsul da mesma instituição⁶¹² e irmão honorário da comunidade de São João de Deus⁶¹³.

Foi a personificação da benemerência daquela época, onde teve na assistência o seu pilar por todas as instituições por onde passou. Apesar da sua curta vida de apenas 44 anos, dedicou-se constantemente a causa dos necessitados da sociedade madeirense, olhando e estendendo a mão em auxílio na qualidade de advogado, presidente ou pessoa singular, procurando capacitar a Ilha e os seus habitantes de condições apropriadas para ultrapassarem as dificuldades sociais da época e prosperarem, se possível, no futuro.

Ainda em vida recebeu várias homenagens e diversas distinções resultado do trabalho efetuado entre as quais: a Cruz de Dedicção pelos 10 anos de sócio na CVP; a Cruz de Mérito da Cruz Vermelha Portuguesa concedido por portaria do Ministério do Interior de 23 de julho; a Cruz Vermelha de Mérito, em 1927⁶¹⁴; a Cruz Vermelha de Benemerência, em 1929, por ter prestado relevantes serviços à caridade pública, sendo referido pelo secretário que “pelos seus relevantes serviços praticados em benefício da assistência aos indigentes, cujos serviços para si... e sabe quanto ele tem trabalhado pelos pobres o que é do conhecimento de toda a ilha e até a imprensa do continente”⁶¹⁵; o louvor da Cruz Vermelha Portuguesa pelos serviços prestados durante a I Grande Guerra; o Grau de Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil⁶¹⁶; as insígnias da Cruz de Honra pela Sociedade dos Amigos do Brasil⁶¹⁷; a medalha de prata de caridade e filantropia dos Socorros a Náufragos⁶¹⁸ e a medalha de prata da *Royal Society for Prevention of Cruelty* dos animais de Londres⁶¹⁹.

Três anos após o seu falecimento, no dia 14 de maio de 1939 inaugurou-se nos jardins do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, um especial monumento em sua memória encomendado ao escultor madeirense Agostinho Rodrigues (1913-)⁶²⁰, pelo que fizera naquela casa, através dos inúmeros serviços de assistência, sendo o busto

⁶¹² CALDEIRA, Abel (1964) *Ob. Cit.*, p.155.

⁶¹³ CLODE, Peter (1983) *Ob. Cit.*, p. 473.

⁶¹⁴ “Cruz Vermelha”, *DN*, nº 15939, 17-08-1927, p. 1.

⁶¹⁵ ABM, *Espólio AINSC*, livro atas AMOF (1929-1937), 04-04-1929, fl.4; “Cruz Vermelha de Benemerência”, *DN*, nº 16401, 19-03-1929, p. 1.

⁶¹⁶ “Mundanas: Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 17974, 14-09-1934, p. 2.

⁶¹⁷ “Condecoração”, *DN*, nº 16926, 16-01-1931, p. 1.

⁶¹⁸ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 17592, 16-05-1933, p. 2.

⁶¹⁹ “Dr. Alexandre da Cunha Teles: Morte dum madeirense ilustre e benemérito”, *O Jornal*, nº 1125, 21-03-1936, p. 1.

⁶²⁰ TRUEVA, José Sainz; VERÍSSIMO, Nelson (1996) *Esculturas da Região Autónoma da Madeira - Inventário*, p. 294.

descerrado pelo seu filho mais novo António Teles⁶²¹, que permanece até aos dias de hoje no mesmo local da agora denominada Fundação de Nossa Senhora da Conceição.

4.1.3 Os Descendentes

O seu legado é patente no caminho seguido por cada um dos seus descendentes, do mais velho ao mais novo, que passaram do restrito quadro local onde a família de Alexandre da Cunha Teles se havia circunscrito e seguindo a sua orientação, e de Vera Cohen, acrescente-se, já se projetam nacional e internacionalmente.

Otília Cohen da Cunha Teles nasceu a 6 de julho de 1926⁶²² e, após a conclusão dos estudos básicos, segundo Peter Clode, licenciou-se em Ciências Matemáticas e posteriormente, diplomou-se em Ciências Sociais pelo Instituto Social Leão XIII, em Madrid⁶²³. A nível profissional, exerceu funções de docente efetiva na escola secundária Camões e mais tarde entre 1949-1951 exerceu funções de assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa⁶²⁴ e anos depois, decide mudar-se para o Brasil, onde durante 12 anos foi docente na Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro entre 1957-1969, que seria dispensado por motivos de saúde do ensino no ano letivo de 1982-1983⁶²⁵. Decide então regressar a Portugal e falece a 10 de janeiro de 2009 em Coimbra.

Louise Margarida Cohen da Cunha Teles nasceu a 31 de julho de 1928⁶²⁶ e, no âmbito da formação profissional, apesar da sua primeira opção recair sobre arquitetura, viu-se forçada a ceder de tal sonho devido a conjuntura da época e os valores incutidos na sociedade perante o estatuto da mulher. Escolhe seguir enfermagem e inicia funções na Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Lisboa⁶²⁷, local onde seria homenageada como presidente honorária vitalícia. Anos mais tarde ocupa o cargo de superintendente de enfermagem da Misericórdia de Lisboa⁶²⁸. Durante os anos em que exerceu enfermagem escreveu e publicou diversos artigos científicos para revistas

⁶²¹ SILVA, Fernando; MENESES, Carlos (1978b), *Ob. Cit.*, vol. II, p. 754; Idem, “Nos Jardins do Asilo Mendicidade e Órfãos: A memória do Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 19479, 15-05-1939, pp. 1-3; [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº7]

⁶²² [Cf. Apêndice I - Genealogia da Família Cunha Teles].

⁶²³ CLODE, Peter (1983) *Ob. Cit.*, p. 475.

⁶²⁴ OLIVEIRA, José (2012), *A Personalidade científica de António Gião*, Dissertação em História e Filosofia da Ciência, p. 111.

⁶²⁵ CLODE, Peter, *Ibidem*.

⁶²⁶ “Vida Mundana: Nascimento”, *DN*, nº 16215, 31-07-1928, p. 2.

⁶²⁷ FERREIRA, Óscar (2012), *História da Escola Técnica de Enfermeiras (1940-1968); Aprender para Ensinar e Profissionalizar*, p. 10.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 352.

nacionais e internacionais sobre inúmeros assuntos relacionados com a saúde, dos quais se destaca as doenças sexualmente transmissíveis.

Martha Cohen da Cunha Teles nasceu a 19 de agosto de 1930⁶²⁹ e com apenas quinze anos de idade contraiu matrimónio com um oficial de passagem no Funchal, o escritor e poeta Tarquínio da Fonseca Hall (1915-2002), de quem haveria de se separar pouco depois⁶³⁰ e, depois de se divorciar⁶³¹, mas somente em 1975. Deste casamento nasceu uma única filha, Teresa da Cunha Teles Hall. Martha apaixonou-se pelo mundo das artes, aprendendo com artistas de renome como a gibraltina Leni Misfud (1906-1989) e Max Römer (1878-1960) que ajudaram a definir o seu percurso. Decide então aprofundar os conhecimentos e ingressa no curso especial e Superior de Belas Artes do Porto, onde se formou em Pintura e, entre 1963-1965, como bolsista da Fundação Gulbenkian, frequentou o curso de sociologia de Arte na Universidade de Sorbonne em França, com tutoria de Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992) e, três anos mais tarde, frequenta a Universidade de Québec, entre 1968 e 1971, onde obtém o bacharel em Artes Plásticas.

Passados alguns anos, escolhe candidata-se de novo a uma bolsa na fundação Calouste Gulbenkian e, pelo conselho das artes do Canadá, entre 1982-1983, frequenta o curso de gravura na universidade de McGill⁶³². Permanece no Canada até 1983, vivendo por um curto período na Bélgica antes de decidir regressar a Portugal. Participou em diversas exposições a título individual e coletivo em diversos países como Portugal, Canada, França e Bélgica. A sua obra, através da pintura a óleo, de aguarelas e gravuras, tal como cartões para tapeçaria, retratam uma quase incomunicabilidade de melancolias e memórias, onde se distingue, muitas vezes, representações da sua meninice na ilha da Madeira⁶³³.

⁶²⁹ “Notas Mundanas: Nascimentos”, *DN*, n.º 16807, 21-08-1930, p. 4.

⁶³⁰ Tarquínio da Fonseca Hall, natural de Lagos da Beira, Oliveira do Hospital, licenciou-se depois pelo Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, tendo seguido uma carreira de administrador colonial, tendo estado em Moçambique e, pensamos, ainda com Martha Teles. Veio a legar o seu espólio à sua terra natal, que constitui hoje a *Biblioteca-Museu Tarquínio da Fonseca Hall*, mas onde não consta qualquer referência ao seu casamento, tal como na Madeira, quase tudo se omite a seu respeito.

⁶³¹ ABM, Registo de Casamento n.º 547, Liv. 110, fls. 549-549 v. [Cf. Anexo II – Documentos da Família, n.ºs 8-9].

⁶³² GONÇALVES, Ângela; NUNES, Rui (1990) *Adenga: Ilhas de Zargo*, p. 419.

⁶³³ [Cf. Anexo IV – Fotografias, n.ºs 8-11]; *Roteiro Mulheres do Funchal* (2020), CMF: Funchal, p. 21, disponível em: https://www.visitfunchal.pt/images/roteiros/roteiro_digital.pdf.

Martha Teles faleceu a 21 de fevereiro de 2001, em Lisboa⁶³⁴, deixando um legado único e recebendo logo várias homenagens e tributos pelo seu trabalho, entre as quais, em 2003, dos CTT Portugal, com a edição de um selo com uma pintura sua, hoje da coleção do MUDAS⁶³⁵. Já antes, a Fundação Gulbenkian dedicara-lhe uma exposição, inclusivamente remontada no Funchal, em 1984⁶³⁶ e Agustina de Bessa-Luís (1922-2019) dedicara-lhe um livro, quase uma obra biográfica: “O Castelo onde irás a não voltarás”, publicado em 1986 e, mais recentemente, na Madeira, a revista *Islenha* n.º 48 (2011), publicou uma edição com o tema central na vida e obra de Martha Telles, o mesmo tendo acontecido no Museu de Arte Contemporânea da Madeira, na Calheta (2015) e no Solar do Aposento, Ponta Delgada (2022), com a exposição *Martha Telles (1930-2001): A linguagem do silêncio*, com curadoria de Márcia Sousa⁶³⁷.

Eugénia Teles nasceu a 16 de novembro de 1932⁶³⁸, decidindo seguir o caminho da saúde e escolhendo licenciar-se em medicina pela Universidade de Lisboa em 1957. Escolhe a área da cardiologia para desenvolver a sua atividade de investigadora e de especialidade, publicando diversos artigos científicos em revistas dessa área. Mais tarde, nos últimos anos de vida de António Oliveira Salazar e após a conhecida queda, quando foi submetido a uma intervenção cirúrgica, acompanhado por uma vasta equipa de médicos, integrou a equipa de cardiologia que participou nesta intervenção⁶³⁹. Exerceu, entretanto, funções de docente universitária e orientou diversos trabalhos académicos na Universidade Nova de Lisboa.

António Teles nasceu a 26 de fevereiro de 1935⁶⁴⁰, fez os estudos no Liceu do Funchal e após a conclusão escolheu rumar a Lisboa para ingressar na Faculdade de Medicina, contudo a participação em tertúlias sobre cinema dita a desistência do curso

⁶³⁴ CAETANO, Nuno (2020), *Figuras de Relevo na História da Madeira e do Porto Santo*, pp. 244-245.

⁶³⁵ “*Le Départ*” (1933), coleção *Museus da Madeira*, selo da taxa de € 0,70, selos colocados em circulação a 30 de agosto de 2003.

⁶³⁶ *Martha Telles*, Fundação Calouste Gulbenkian, galeria de exposição temporárias, junho/julho 1984, Museu de Arte Sacra do Funchal, ainda inaugurada a 17 de julho de 1984.

⁶³⁷ *Islenha; Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 48 (2011), janeiro-junho; *Martha Telles (1930-2001)*, exposição no Museu de Arte Contemporânea da Madeira, Calheta, fev.-mar.2015; Solar do Aposento, exposição com curadoria de Márcia Sousa e parceria com o MUDAS. Museu de Arte Contemporânea da Madeira, *Martha Telles (1930-2001): A linguagem do silêncio*, 24 maio a 30 jul. 2022. Na Universidade da Madeira também foi feito um documentário sobre a vida e obra da artista, realizado por David Atouguia com guião de Filipa Silva, exibido na Sala do Senado da Universidade da Madeira, 23 de maio de 2019.

⁶³⁸ “Notas Mundanas: Nascimento”, *DN*, n.º 17452, 18-11-1932, p. 2.

⁶³⁹ CASTANHEIRA, José Pedro (2010) *SALAZAR: 40 ANOS - Salazar foi acompanhado por 43 médicos*, disponível em: https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/doss_salazar_40_anos/salazar-foi-acompanhado-por-43-medicos=f596315.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, n.º 18106, 27-02-1935, p. 2.

de medicina⁶⁴¹. Com a intenção de seguir cinema decide inscreve-se em 1956 no curso de realizadores, realização e produção de Cinema de I.O.H.E.C. em Paris, que viria a concluir em 1961 com a obtenção do diploma em filmologia⁶⁴². Durante este período frequentou também o congénere instituto da Faculdade de Letras pela Universidade de Paris, em Sorborne e a escola Superior de St. Cloud. No ano seguinte de 1962, regressa a Portugal onde é convidado a dirigir o jornal *Imagens de Portugal*, assume também a orientação do curso de cinema experimental da Mocidade Portuguesa e é nomeado pela direção-geral responsável pela atividade cinematográfica do Ensino Primário⁶⁴³.

António Teles é produtor e realizador de diversas obras impactantes na sociedade portuguesa como as realizadas “Pandora” e “Vidas” e produções “Belarmino”, “O trigo e o Joio”⁶⁴⁴. Em 1973 António Cunha Teles faz parte do corpo docente da escola superior de cinema⁶⁴⁵ e já após o 25 de Abril de 1975 integrou vários cargos de gestão em organismos nacionais como a Comissão Administrativa da Tobis⁶⁴⁶ e a administração do Instituto Português de Cinema (1979)⁶⁴⁷.

Pelo trabalho desenvolvido a nível nacional e internacional recebeu diversos prémios, como o grande premio de Cinema Nacional de 1969 da S.E.I.T. para longas-metragens pelo filme “O Cerco”⁶⁴⁸, recebeu óscar pela Academia Americana de Cinema (AMPAS-1993), o prémio de Carreira do Festival de Cinema do Funchal em 2005⁶⁴⁹ e o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, a 17 de março de 2018⁶⁵⁰.

Todos os filhos de Alexandre da Cunha Teles e Vera da Cunha Teles decidiram assim escolher o seu próprio caminho, cada um à sua maneira, fosse em ramos idênticos

⁶⁴¹ ABM, *Espólio LMR*, nota biográfica de “Alexandre Teles” cota 10-16, p. 339. [Cf. Anexo II – Documentos Família, nº10].

⁶⁴² *Ibidem*.

⁶⁴³ CUNHA, Paulo (2011), *Produções António da Cunha Telles: Caso de Estudo*; MOEDA, José; REIA-BAPTISTA, Vítor (2011), *Algumas Notas sobre o Cinema Português depois do 25 de Abril de 1974*, consulado em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47129821.pdf>.

⁶⁴⁴ António da Cunha Telles Continuar a viver, *Cinemateca* (Junho-Julho 2014), url: http://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/ACT_-junho_julho_2014.pdf.

⁶⁴⁵ MENDES, João Maria (2017), *Sobre a escola portuguesa de cinema*, p. 47, url: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/7441/1/escola_portuguesa_cinema2.pdf.

⁶⁴⁶ CUNHA, Paulo Manuel (2014) *O novo cinema Português. Políticas Públicas e Modos de Produção (1949-1980)*, Tese de doutoramento contemporâneos: Universidade de Coimbra, url: https://www.cineclubefaro.pt/images/O_novo_cinema_portugu%C3%AAs.pdf.

⁶⁴⁷ ABM, *Espólio Luís Marino*, nota biográfica de “Alexandre Teles”, cota 10-16, p. 339 [Cf. Anexo – Documentos Família, nº10].

⁶⁴⁸ *Ibidem*.

⁶⁴⁹ SALVADOR, José, “Cineasta madeirense diz-se «incompreendido»”, *DN*, nº 42084, 12-11-2025, p. 51; CALDEIRA, Ivo, “Ponto de ordem: Telles & Teixeira”, *DN*, nº 42087, 15-11-205, p. 14.

⁶⁵⁰ Por proposta do Presidente da Assembleia da República, formulada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 5/2011, de 2 de março, url: <https://dre.pt/application/file/a/278790>.

ou totalmente distintos e, desde o mundo artístico, à docência ou à saúde, todos contribuíram para o desenvolvimento e reconhecimento da sociedade que somos⁶⁵¹. Também Vera Cohen, que nunca abandonara a prática do canto lírico, aparecendo em vários dos programas de récitas de benemerência desses anos a cantar, com o falecimento do marido e a instalação da Academia de Música da Madeira, nascida no seio da Sociedade de Concertos (1943), viria a integrar o primeiro corpo docente da então Academia, em 1946, hoje o Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira, *Eng.º Luiz Peter Clode*⁶⁵². Alguns anos depois, no entanto, com a passagem de praticamente todos os filhos para o continente, desfaz-se do património na Madeira e instala-se em Lisboa, num andar junto ao Marquês de Pombal, onde viria a falecer em 1985.

4.2 A despedida

Cunha Teles após a ida para Lisboa para tratar dos seus problemas de saúde, em princípio, consequências do ritmo de vida que levava, quando nada o indicava, acabou por sucumbir em consequência de uma pneumonia. Embora a comunicação social assim o tenha escrito, cerca de um ano e pouco antes, quando solicitou passaporte, já tinha sido para tratamento e, pedindo-o também para a mulher, explicitamente, escreveu: “a fim de lhe dispensar os necessários cuidados de enfermeira durante a viagem”⁶⁵³.

A notícia do falecimento chegou à ilha da Madeira por intermédio de telegrama e rapidamente se divulgou na sociedade madeirense e, em reconhecimento pelo trabalho realizado, foram inúmeros os populares e personalidades de relevo que quiseram despedir-se prestando assim homenagem a este homem multifacetado. No dia 18 de março de 1936 o seu corpo foi trasladado para a Igreja das Mercês, em Lisboa e seguiu depois viagem para a Madeira, a bordo do vapor “Carvalho Araújo”, acompanhado da viúva, da sobrinha e do amigo Dr. António Caldeira Coelho, que se desloca propositadamente ao Funchal para o acompanhar nesta última viagem.

A sua chegada à baía do Funchal deu-se por volta das 11h 30min, sendo transportado para terra pela lancha “Gago Coutinho” e recebido por inúmeras personalidades do meio social madeirense, como Juvenal Henriques Araújo, Álvaro dos

⁶⁵¹ [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº 15 e 16].

⁶⁵² Cf. Exposição *75 Anos do Conservatório da Madeira*, espólio do Eng.º Luiz Peter Clode do ABM, *Madeira Shopping*, maio de 2022 [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº12 e 13].

⁶⁵³ ABM, GCFUN, *Processos de Passaportes*, Cx. 354, cap.90, fl.2 [Cf. Anexo I – Documentos Biográficos, nº12].

Reis Gomes e Francisco Correia Figueira, bem como uma vasta multidão⁶⁵⁴. A urna foi colocada numa ambulância, tendo o cortejo tido início na estrada da Pontinha, passando pela Rua Serpa Pinto, calçada do S. Lázaro, Ruas do Chaves, da Carreira e da Mouraria. Na sua passagem pela sede da CVP recebeu sentida homenagem da instituição, seguindo depois para a Igreja do Colégio, com a missa de corpo presente a ser realizada pelo então monsenhor Manuel Francisco Camacho.

O cortejo até ao cemitério das Angústias teve depois início no Largo do Colégio, passando pela Rua dos Ferreiros, do Aljube, Avenida Arriaga e Rua da Imperatriz D. Amelia⁶⁵⁵, tendo feito parte do mesmo, os internados do AMOF, estudantes do Liceu Jaime Moniz, Bombeiros Madeirenses, o corpo da Cruz Vermelha e várias outras entidades, de recreio e assistência, que se fizeram acompanhar de uma multidão, todos estes com o mesmo propósito, prestar uma última homenagem a ACT enquanto homem e benemérito.

O discurso ao baixar à sepultura ficou a cargo do Dr. João Figueira de Freitas, membro da delegação do Funchal da Ordem dos Advogados, que frisou que “dentro do nosso meio social e do nosso meio profissional, abre-se uma lacuna que o tempo dificilmente fará desaparecer”⁶⁵⁶. Também o seu amigo e antigo governador da Madeira Caldeira Coelho, deixou palavras de consideração, lembrando que “era um inquieto, um insatisfeito, tudo lhe parecia pouco, queria sempre mais e melhor e por isso lia, viajava, estudava na ânsia de melhor conhecer em toda a parte os serviços de assistência, para depois os aplicar e difundir no nosso país”⁶⁵⁷.

Foram vários os jornais que prestaram homenagem e deixaram palavras de estima, sentido e pesar, com artigos sobre o benemérito, o seu currículo e a conseqüente despedida. O *DM* refere que: “Prestando, modestamente, mas sentidamente, do fundo do nosso egoísmo, homenagem A’quele que, no meio de uma felicidade ao plena como foi a sua, pensava antes de tudo nos pobres, nos infelizes da sorte, curvamo-nos, cheiros de respeito por esta cousa de Deus: Uma alma linda!”⁶⁵⁸. Já o *DN* realça que: “As obras de assistência da Madeira ficam devendo ao sr. Dr. Alexandre Teles serviços

⁶⁵⁴ “Dr. Alexandre da Cunha Teles: O seu funeral”, *DM*, nº 7309, 27-03-1936, p. 1.

⁶⁵⁵ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18418, 25-03-1936, p. 1, [Cf. Anexo IV – Fotografias, nº18].

⁶⁵⁶ “Dr. Alexandre da Cunha Teles: O seu funeral”, *DM*, nº 7309, 27-03-1936, p. 4.

⁶⁵⁷ “Dr. Alexandre da Cunha Teles: O seu funeral”, *DM*, nº 7309, 27-03-1936, p. 4; “Dr. Alexandre da Cunha Teles: O seu Funeral”, *DN*, nº 18419, 27-03-1936, p. 4; “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº 1129, 27-03-1936, p. 3.

⁶⁵⁸ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº 7308, 25-03-1936, p. 3.

valiosíssimos. A elas consagrou uma grande parte da sua actividade, para elas viveu, nunca se poupou a sacrifícios nem canseiras para proteger ou minorar a sorte dos pobres!”⁶⁵⁹.

Por sua vez, *O Jornal* menciona que, “O que estas obras, muito especialmente o Asilo de Mendicidade, ficam devendo à dedicação sem limite do Dr. Alexandre da Cunha Teles, ficará para sempre gravado em letras de ouro na história das mesmas instituições”⁶⁶⁰. A título particular, também lhe foram dedicados artigos, como o de Álvaro Reis Gomes, no *Diário da Madeira*⁶⁶¹, ou no mesmo diário, não assinado, mas por certo de Luís Vieira de Castro, mencionando Cunha Teles “enquanto homem e amigo”, alegando que podia ter optado por uma vida não tão desafiante, pois “dispunha da inteligência, posição social e fortuna”⁶⁶², mas que, contudo, quis traçar o seu próprio rumo amparando os desfavorecidos.

As instituições em que exerceu funções quiseram prestar igualmente os seus sentimentos, deixando-os assinalados nas respetivas atas de sessões. O AMOF na sessão de 24 de março de 1936, presidida pelo secretário, que servia de presidente, indicou que essa reunião “era inteiramente consagrada à memória do dr. ACT, prestigioso presidente da comissão administrativa deste asilo, que faleceu em Lisboa no dia 17 deste mês, depois de ter durante mais de 20 anos dedicado a esta instituição toda a sua actividade, todo o seu carinho e todo o seu amor.”⁶⁶³

Na comissão administrativa do Posto de Socorros Urgentes, o presidente, William Clode, mandou escrever que Cunha Teles, “à causa da caridade e do bem publico tanto contribui com o melhor do seu esforço e dedicação inesquecível, devia esta comissão, como prova de imensa admiração, pelas extraordinárias qualidades”⁶⁶⁴. A SPAD, na sessão de 27 de março de 1936 da assembleia geral, em que se comunicou o falecimento de ACT, mandou também escrever, a “quem aquela sociedade fica devendo os mais relevantes e inolvidáveis serviços...”⁶⁶⁵. Já a CVP, na sessão de 22 de março de 1936 pela voz do vice-presidente capitão Eduardo António Santos Vieira, aludiu sobre o acontecimento, “ter sido indubitavelmente uma grande perda para esta

⁶⁵⁹ *Ibidem*, DN, nº 18415, 21-03-1936, p. 1.

⁶⁶⁰ “Dr. Alexandre da Cunha Teles: Morte dum madeirense ilustre e benemérito”, *O Jornal*, nº 1125, 21-03-1936, p. 1.

⁶⁶¹ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº 7309, 27-03-1936, p. 1.

⁶⁶² “Um Homem Um amigo”, *DM*, nº 7313, 31-03-1936, pp. 1-2.

⁶⁶³ ABM, *Espólio AINSC*, livro atas AMOF (1929-1937), 24-03-1936, fls.113v-114v.

⁶⁶⁴ *Espólio CVP*, livro atas da CAPSU (Ago1933-Dez1940), 08-04-1934, fls. 28-28v.

⁶⁶⁵ “Na sociedade protectora dos animais domesticos”, *DN*, nº 18420, 28-03-1936, p. 4.

delegação e para a CVP o falecimento do nosso grande amigo e devotado presidente...”⁶⁶⁶.

CONCLUSÃO

O nome de Alexandre da Cunha Teles encontra-se de forma inequívoca associado à assistência e à sociedade madeirense dos inícios do séc. XX, consequência das inúmeras ações ocorridas no âmbito social, pessoal ou profissional, sendo caracterizado por diversas ocasiões pelos periódicos da época como sendo:

*Dotado duma educação primorosa, tinha uma delicadeza de trato que a todos encantava e que era tanto mais de cativar quanto é certo que a todos se estendia, quer convivesse com as mais altas e categorizadas figuras da sociedade, quer se aproximasse das pessoas mais obscuras e humildes. Era, por isso um verdadeiro fidalgo no convívio social, não distinguindo entre grandes ou pequenos, ricos ou pobres, na generosa sementeira de bondade que fazia em geral em volta de si.*⁶⁶⁷

Os conceitos acima referidos “Assistência” e “Benemerência” estão relacionados entre si, bem como a “Beneficência”, “Benemérito” e “Benfeitor”. Segundo os vários dicionários de língua portuguesa a “Beneficência” significa “prática da caridade; filantropia”; a “Benemerência” significa “qualidade de benemérito”; o “benemérito” significa “benfeitor”; o “benfeitor” significa “que ou aquele que faz bem”; e a “assistência” significa “ato de assistir; amparo; auxílio”.

Nesta época, entretanto, os mais desfavorecidos dependiam da causa social, a cargo, inicialmente, da Igreja e de terceiros, os chamados “beneméritos”, que contribuía com esmolas e donativos. Contudo, com as mudanças ocorridas no âmbito político, económico e social desde os meados e finais do XIX, surgem modificações na Assistência, que passa, progressivamente, da administração do individual para a tutela do Estado, com a criação de mecanismos de auxílio e de resolução da problemática social dos mais desfavorecidos.

O individuo cede assim, com o tempo, a responsabilidade incutida de auxiliar os mais desfavorecidos para o Estado e para os mecanismos criados nessa área. Apesar dessa alteração de mentalidade e de funções, no entanto, continua a haver, e ainda hoje, necessidade de encontrar a colaboração de elementos na sociedade civil para equilibrar e encontrar soluções para as situações gerais de dificuldade na Assistência. Um dos

⁶⁶⁶ *Espólio CVP*, livro atas da Assembleia Geral da DCVPF (1914-1936), 22-03-1936, fls.48v-49.

⁶⁶⁷ “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº 1125, 21-03-1936, p. 1.

casos mais salientes nos anos 20 e 30, indubitavelmente, foi o de Alexandre da Cunha Teles que, num período de transformações, deixou uma marca incontornável e o seu nome para sempre ligado à sociedade madeirense pelas diversas atividades de carácter altruísta e filantrópico a que se dedicou.

Com o tempo, a memória desvanece e pode inclusive progredir para o esquecimento, no entanto, com base em registos, trabalhos e estudos é possível sempre perpetuar no tempo determinadas memórias. Lembrando o passado e, embora escrevendo no presente, tentamos assim perspetivar o futuro com o aprendido do passado. Este estudo teve como intenção apresentar a vida, obra e ação de Alexandre da Cunha Teles, que tentamos apresentar num panorama global da situação transitória da sua época, de forma a compreender o tempo e o espaço em que o biografado em estudo esteve inserido. Esta investigação procura desta forma compreender e analisar a perspetiva de ACT na sociedade com base em três parâmetros: Quem foi? O que fez? Como foi/é lembrado?

Em resposta à primeira questão, ACT foi como referido ao longo deste trabalho uma figura incontornável na questão social e da assistência. Afirmou-se de forma contínua e subtil com a criação de artigos divulgados nos periódicos locais, que abordavam temáticas relevantes da época e sublinhava a defesa dos interesses da Madeira, inclusive que levou depois à sua inclusão em comissões de estudos. Procuramos apresentar também de forma geral a sua posição social, ideologia política e o seu ciclo de amizade desde os tempos de estudante do liceu do Funchal, da Universidade de Coimbra, e depois, ao longo da sua vida profissional.

Em relação à segunda questão, pela observação dos aspetos analisados no percurso de vida de Alexandre da Cunha Teles, entendemos que este tornou-se numa figura incontornável na sociedade Madeira dos inícios do século XX devido ao trabalho e dedicação. Esclareceu, debateu e questionou com a publicação de artigos vários em periódicos locais, nacionais e internacionais, temáticas correntes da sua época, disponibilizando-se ainda a dar entrevistas, exercendo vários cargos em instituições de assistência, para cujo suporte económico criou diversos eventos sociais.

Na Junta Geral do Distrito do Funchal, começou como procurador e treze anos depois, regressou como vogal, onde é de realçar o trabalho realizado na área social, proteção de produtos da Madeira e desenvolvimento local. Na delegação da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal foi membro fundador, ocupou o cargo de vogal, vice-

presidente e presidente da instituição, prestando relevantes serviços durante o período da I Grande Guerra com a criação do Hospital de Sangue durante a Revolta da Madeira e, depois, com a criação do Posto de Socorros Urgentes. Teve no Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, uma das instituições que dispensou maior tempo, ocupando o cargo de vogal em 1913, com curto período de ausência e as funções de vice-presidente e presidente. Durante o período em funções introduziu e procurou melhorar as condições, através da criação de normas de conduta internas, organização de vários eventos para recolha de donativos, com o objetivo de equilibrar as contas da instituição, contando sempre com o auxílio dos periódicos locais para a sua divulgação. Mas o seu principal objetivo passava por salvaguardar as crianças, pois compreendia que adviria destas o futuro da Nação.

Na Sociedade Protetora dos Animais Domésticos, procura ainda defender os animais contra sofrimentos desnecessários, salvaguardando pelas condições dos mesmos aquando utilizados em funções diárias. Durante a década de trinta aparece também associado às instituições de assistência que representava começou a dar foco na questão da Tuberculose, inclusivamente, levando à criação de uma ampla campanha de propaganda, com palestras e artigos, culminando na criação da Delegação do Funchal da Associação Nacional dos Tuberculosos, onde exerceu funções. Realizou, inclusivamente, viagens ao estrangeiro para obter informações sobre a respetiva doença, métodos, modo e estabelecimento de tratamento com base de comparação na Dinamarca, com o intuito de virem a ser implementadas local.

Desta forma, esta investigação permitiu documentar como Alexandre Teles visou ao longo da sua vida “uma política de engrandecimento da Madeira”, como o mesmo várias vezes escreveu e a comunicação social fez eco e, apesar de dar um foco especial à assistência social, procurou em várias vertentes e de forma geral contribuir para o desenvolvimento da sociedade madeirense. Este trabalho coloca também em aberto algumas questões, como a capitalização de um certo suporte económico, que permitiu aos seus descendentes fazerem carreira nacional e internacional, tal como alguma crítica velada no *Re-nhau-nhau* em relação aos eventos sociais levados a efeito para apoio das instituições de assistência. Essa crítica, inclusivamente, chega a utilizar a referência “Os que se divertem”, numa muito provável alusão ao livro da escritora madeirense *Luzia*, editado em 1920 e, depois sucessivamente reeditado.

A História, entretanto, é uma construção contínua e em também contínua

reconstrução. Assim, pretendemos que esta investigação consista simplesmente em mais um contributo para o aprofundamento de estudos associados à história da sociedade madeirense, da imprensa local, de algumas instituições e dos seus respetivos intervenientes.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

1. ARQUIVO E BIBLIOTECA REGIONAL DA MADEIRA (ABM)

1.1. Coleção de Jornais

- 1.1.1. *Diário de Notícias* (15-05-1891 a 15-05-1939).
- 1.1.2. *Diário da Madeira* (1911 a 1936).
- 1.1.3. *Correio da Madeira* (1923; 1926-1928; 1930-1932).
- 1.1.4. *Jornal da Madeira* (1923-Set.1926;1987).
- 1.1.5. *O Jornal* (1910; 1927-1934).
- 1.1.6. *Re-nhau-nhau* (1930-1934).
- 1.1.7. *O Athenista* (15-02-1914).
- 1.1.8. *Diário Popular* (12-10-1905).

1.2. Coleção de Revistas

- 1.2.1. *Isleña*: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas.
- 1.2.2. *Atlântico*: Revista de Temas Culturais.
- 1.2.3. *Girão*: Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos.
- 1.2.4. *Das Artes e da História da Madeira*: Revista de Cultura da Sociedade de Concertos da Madeira.
- 1.2.5. *Arquivo Histórico da Madeira*.

1.3. Junta Geral do Distrito do Funchal (JGDAFUN)

- 1.3.1. Livro de Atas da Comissão Executiva nº 2264.
- 1.3.2. Livro de Atas da Comissão Executiva nº 2265.

1.4. Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (AINSC)

- 1.4.1. Cx.3 – Livro de atas do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1914-1928).
- 1.4.2. Cx.4 – Livro de atas do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1929-1938).
- 1.4.3. Cx.9, Cap.2 – Panfletos de Eventos.
- 1.4.4. Cap. 10 – Imagens da instituição e alguns presidentes.
- 1.4.5. Cap. 14 – Livro de Correspondência Recebida e Expedida (1911-1918).
- 1.4.6. Cap. 15 – Livro de Correspondência Recebida (1917-1935).
- 1.4.7. Cap. 16 – Livro de Correspondência Recebida e Expedida (1922-1933).
- 1.4.8. Cap. 17 – Livro de Correspondência Recebida (1936-1942).
- 1.4.9. Cap. 24 – Livro nº4 Registo de Ofícios (1898-1919).
- 1.4.10. Cap. 27 – Livro de Correspondência Expedida (1929-1931).

1.5. Governo Civil do Funchal (GCFUN)

- 1.5.1. Processo de Passaportes.
 - 1.5.1.1. Cx.3, Cap.3 – Documentos.
 - 1.5.1.2. Cx.171, Cap.125 – Dispensa do Serviço Militar de ACT.
 - 1.5.1.3. Cx.297, Cap.21 – Documentos.

- 1.5.1.4. Cx.299, Cap.101 – Documentos.
- 1.5.1.5. Cx.312, Cap.82 – Documentos e Passaportes de ACT e VCT.
- 1.5.1.6. Cx.348, Cap.74 – Documentos.
- 1.5.1.7. Cx.354, Cap.90 – Documentos.

1.6. Paróquias do Funchal (PFUN)

- 1.6.1. Registos Paroquiais de São Pedro (PFUN08).
 - 1.6.1.1. Registo de Batismo de ACT, Igreja de São Pedro, L.º 1293, fls. 22-22v.º, n.º 46.
 - 1.6.1.2. Registo de batismo de Ana, Paroquia São Pedro, L.º 1382, fls. 82v.º-83, n.º 186.
 - 1.6.1.3. Registo de Batismo de Julia, Paroquia São Pedro, L.º 1390, fl. 44 v.º, n.º 113.
 - 1.6.1.4. Registo de Batismo de Julio, Paroquia São Pedro, L.º 1386, fl. 49, n.º 120.
- 1.6.2. Registo de Casamento de Norberto Jaime Teles e Margarida de Matos Cunha, L.º 1415, fls. 47-47 v.º.

1.7. Conservatória do Registo Civil do Funchal (CRCFUN)

- 1.7.1. Registo de Casamentos de Marta Teles e Tarquino Hall: L.º 110, fl. 549-549 v.º, n.º 547.

1.8. Espólio de Luís Marino (LMR)

- 1.8.1. Notas Bibliográficos de ACT, “Teles, Alexandre Cunha”, cota 5-10, pp. 139-140.
- 1.8.2. Notas Bibliográficos de NJT, “Teles, General Norberto Jaime”, cota 5-10, p. 143.
- 1.8.3. Notas Bibliográficos de ACT (filho), “Teles, António Alexandre de [Cohen]⁶⁶⁸ Cunha”, cota 10-16, p. 339.

1.9. Espólio do Visconde do Porto da Cruz (VPC)

- 1.9.1. Catálogo 67, cx. 7, cap. 13, “Biografias”, Emissora de Berlim, na rubrica «Pontos nos ii», durante a Segunda Guerra Mundial (entre 1940 e 1945).

1.10. Associação de Socorros Mútuos “O Futuro” (ASMF)⁶⁶⁹

- 1.10.1. Livro Atas da Assembleia Geral “Artífices Funchalenses”.

1.11. Espólio da Academia de Música e Belas Artes da Madeira (AMBAM)

- 1.11.1 Sociedade de Concertos da Madeira (SCM).

1.12. Espólio Luís Peter Clode (LPC)

- 1.12.1. Cx.45 – Documentos e imagens.

2. ESPÓLIO DA DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DA CRUZ VERMELHA DO FUNCHAL (DSPCVF)

- 2.1. Livro Atas Assembleia Geral (Nov.1914-Mar.1936).
- 2.2. Livro Atas da Direção n.º1 (Nov.1914-Dez.1917).
- 2.3. Livro Atas da Direção n.º2 (Jan.1918-Set.1922).
- 2.4. Livro Atas da Comissão Administrativa n.º3 (Nov.1922-Out.1929).
- 2.5. Livro Atas CA Posto Socorros Urgentes (Ago.1933-Dez.1940).
- 2.6. Livro de Ordens de Serviço (Jun.1921-Jul.1942).

⁶⁶⁸ António Alexandre Cohen da Cunha Teles, não detém sobrenome “Sousa” conforme surge no documento.

⁶⁶⁹ Artífices Funchalenses criada em 1896, reformula-se a 31 de Dezembro em 1924 e passa a designar-se de Associação de Socorros Mútuos “O Futuro”.

3. BIBLIOGRAFIA

3.1. Teoria e Metodologia

BENTO, António (2011), *As Etapas do Processo de Investigação: Do título às referências bibliográficas*, Porto: Figueirinhas.

COUTINHO, Clara (2018), *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra: Edições Almedina, SA.

ECO, Umberto (2001), *Como se faz uma Tese em Ciência Humanas*, Presença.

LUDIN, Iraê (2016), *Metodologia de Pesquisa em Ciência Sociais*. Moçambique: Escolar Editora, Editores e Livreiros.

PEREIRA, Alexandre; **POUPA**, Carlos (2004), *Como escrever uma tese. monografia ou livro científico*, Lisboa: Edições Sílabo.

REIS, Felipa (2018), *Investigação Científica e Trabalhos Académicos, Guia Prático*. Lisboa: Edições Sílabo.

3.2. Bibliografia Geral

BAUMAN, Zygmunt (1989), *A Liberdade*. Lisboa: Estampa.

BRAUDEL, Fernand (1990), *História e Ciências Sociais*, Lisboa: Presença.

COSTA, Rui (2000), *Ricardo Jorge Ciência, humanismo e modernidade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

POLÓNIA, Amélia; **BRACHT**, Fabiano; **CONCEIÇÃO**, Gisele (2016), *Ciência e Poder na Primeira Idade Global*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

3.3. Dicionários e enciclopédias

AULETE, Francisco (1881), *Dicionário Contemporaneo da Lingua Portuguesa, Vol. I*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Dicionário essencial [de] língua portuguesa (2006), Porto: Porto Editora.

SERÃO, José (Coord.) (1981), *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas.

4. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

4.1. Portugal

4.1.1. Livros

ALMEIDA, Maria (2013), *Saúde Pública e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias, 1854-1918*, Lisboa: Colibri.

ARAÚJO, Maria; **FERREIRA**, Fátima (2008), *A infância no universos assistencial da Peninsula Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade

- do Minho.
- BONIFÁCIO**, Maria (1999), *Apologia da História Política Estudos sobre o século XIX*, Lisboa: Quetzal Editores.
- CORREIA**, Fernando (1999), *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa.
- COUTINHO**, Maria (1999), *A Assistência Social em Portugal 1965/1971: um Período Charneira*. Lisboa: Associação Portuguesa de Segurança Social.
- CUNHA**, Paulo (2011), *Produções António da Cunha Teles: Caso de Estudo*, Faro.
- ESTEVES**, Alexandra (coord.) (2018), *Sociedade e Pobreza: Mecanismos e práticas assistenciais (séculos XVII-XX)*, V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- ESTRELA**, Edite; **SOARES**, Maria; **LEITÃO**, Maria (2006), *Saber Escrever. Saber Falar*. Dom Quixote.
- FERREIRA**, Diogo; **DIAS**, Paulo (2016), *História de Portugal*, Verso da Kapa.
- GOODDOLPHIM**, Costa (1998), *As Misericórdias*, Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES**, Licínio (2009), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*, Coimbra: Edições Almedina, SA.
- LOPES**, Maria (2010), *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- LOUSADA**, Abílio (2018), *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES**, António (1978), *História da 1ª República Portuguesa: As estruturas de Base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MATTOSO**, José (coord.) (2011), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa: Circulo de Leitores e Temas e Debates.
- MEDINA**, João (dir.) (1997), *História de Portugal nos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Lisboa: Clube Internacional do Livro.
- MOURO**, Helena (2001), *Solidariedade e Mutualismo: um espaço partilhado*, Coimbra: Quarteto Editora.
- NOGUEIRA**, Franco (1975), *Salazar: I - A Mocidade e os princípios (1889-1928)*, Coimbra: Atlântida.
- NÚNCIO**, Maria (2010). *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- PEREIRA**, Joana; **HENRIQUES**, Rui (2021), *Origens do Mutualismo em Portugal*, Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.
- PEREIRA**, Nuno (2005), *A assistência em Portugal na Idade Média*, Lisboa: CTT - Correios de Portugal.

- RAMOS**, Rui (1994), *Historia de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa: Circulo de Leitores.
- SANTOS**, Marisa (2009), *O Discurso Histórico sobre o Serviço Social em Portugal*, Lisboa: Universidade Católica.
- SARAIVA**, José António (2007), *Política à Portuguesa: Ideias, pessoas e factos*, Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- SARAIVA**, José Hermano (2004), *História de Portugal: A Primeira República - do 5 de Outubro à crise partidária*, Matosinhos: Quidnovi.
- VIEIRA**, Joaquim (1999a), *Portugal Século XX: Crónica em Imagens 1900-1910*, Lisboa: Circulo de Leitores e Autor.
- VIEIRA**, Joaquim (1999b), *Portugal século XX: Crónica em Imagens 1920-1930*, Lisboa: Circulo de Leitores e Autor.
- VIEIRA**, Joaquim (1999c), *Portugal Século XX: Crónica em Imagens 1930-1940*, Lisboa: Circulo de Leitores e Autor.

4.1.2. Capítulo de Livros

- LOPES**, Maria (1993), “Os pobres e a assistência pública”, **MATTOSO**, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 501-515.
- SÁ**, Isabel (2002), “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica”, **PAIVA**, José, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 1, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, pp.19-45.
- XAVIER**, Ângela (2017), "Imagens de pobres, pobreza e assistência entre os séculos XV e XX*". **PAIVA**, José, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 10, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, pp. 15-41.

4.1.3. Artigos de Revistas Científicas

- ABREU**, Laurinda (2008), “O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime”, *Tribuna da História*, pp. 25-43.
- BETTENCOURT**, Luísa (2010), “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, *Malha Urbana nº 10 (2010)*, pp. 55-163.
- GRAÇA**, Luis (2015), “História e memória da saúde pública”, *Revista Portuguesa de saúde pública*, pp. 125-127.
- PEREIRA**, Miriam (2017), “As Origens do Estado Providência em Portugal: As Novas Fronteiras entre Público e Privado”, *Cadernos Sociedade e Trabalho: Cem Anos de Políticas Sociais e do Trabalho, nº 20*, pp. 15-29.
- PIMENTEL**, Irene (2016), “A assistência social e a previdência corporativa no Estado Novo”,

4.2. Ilha da Madeira

4.2.1. Livros

A Helioterapia (1933), Funchal: Diário de Notícias.

A história da Segurança Social na Madeira (2013), Funchal: Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

ALVES, Graça; **FARIA**, Cláudia (2018), *Das ilhas, a primeira*, Funchal: CEHA.

Anuário da Universidade de Coimbra. - 1912-1913 (1913), Coimbra: Imprensa da Universidade.

ARAGÃO, António (1987), *Para a História do Funchal*, Funchal: Governo Regional da Madeira/SRTC/DRAC.

BRAGANÇA, Carlos (2009), *A Princesa Flor Dona Maria Amélia*, Funchal: SREC, DRAC.

BRAZÃO, Elisa; **ABREU**, Manuela (2008), *A Revolta da Madeira 1931*, Funchal: DRAC.

CAETANO, Nuno (2020), *Figuras de Relevo na História da Madeira e do Porto Santo*, Lisboa: Chiado Books.

CALDEIRA, Abel (1964), *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX*, Funchal: Eco do Funchal.

CÂMARA, Benedita (2002), *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CARITA, Rui (2010), *Madeira: Roteiros Republicanos*. Lisboa: QuidNovi.

CARITA, Rui (2014), *História da Madeira Séc. XV: Matriz da Expansão Portuguesa*. Funchal: Imprensa Académica.

CARITA, Rui (2017), *História do Funchal*, Funchal: Imprensa Académica.

CARITA, Rui (2018), *História da Madeira Séc. XVIII: A Nova Arquitetura de Poderes*, Funchal: Imprensa Académica.

CARITA, Rui (2019), *História da Madeira Séc. XIX: O Caminho do Liberalismo*, Funchal: Imprensa Académica.

CARITA, Rui (2020), *História da Madeira Séc. XX: O Caminho para a Autonomia*, Funchal: Imprensa Académica.

Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia (1962), Lisboa.

CESÁR, Cesár (1985), *Ilha da Madeira Paraíso Terrestre*, Funchal: Eco do Funchal.

CLODE, Luiz (1949), *A Verdadeira História da Sociedade de Concertos da Madeira*, Funchal.

CLODE, Luiz (1952), *Registo Genealógico de Famílias que passaram à Madeira*, Funchal: Tip. Comercial.

CLODE, Luiz (1983), *Registo Bio-Bibliográficos de Madeirenses Sécs. XIX e XX*, Funchal:

- Caixa Económica do Funchal.
- COSTA**, Carla; **RIBEIRO**, João (1998), *Atheneu Commercial do Funchal*, Funchal: Atheneu Commercial do Funchal.
- CRUZ**, Visconde do (1949), *Notas e comentários para a História Literária da Madeira (1420-1820)*, Vol. I, Funchal: Eco do Funchal.
- CRUZ**, Visconde do (1951), *Notas e comentários para a História Literária da Madeira (1820-1910)*, Vol. II, Funchal: CMF.
- CRUZ**, Visconde do (1953), *Notas e comentários para a História Literária da Madeira (1910-1952)*, Vol. III, Funchal: CMF.
- DINIS**, Márcia (2001), *Os expostos no concelho do Funchal (1820-1869). Um Estudo de História Social*, Funchal: CEHA/SRTC.
- FERNANDES**, Abel; **ALVES**, Ângela; **FERNANDES**, Julieta (1984), *Antologia de Textos: História da Madeira*, Funchal: Governo Regional da Madeira/Secretaria Regional da Educação.
- FERNANDES**, Graça (2008), *A verdade madeirense e a grande guerra*, Coimbra: Edições Almedina.
- FERREIRA**, Maria (1999), *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*, Funchal: SRTC/CEHA.
- FRANÇA**, Carlos (1911), *A Epidemia-Cholérica da Madeira (1910-1911)*, Lisboa: Typographia Universal.
- FRANCO**, José (2008), *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, Porto: Campo das Letras.
- FRANCO**, José; **TRINDADE**, Cristina (coord.) (2014), *Que Saber{es} para o Século XXI?*, Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- FREITAS**, João (2011), *A Revolta do Leite. Madeira 1936*, Lisboa: Colibri.
- FREITAS**, João (2016), *A Madeira nos tempos de Salazar. A economia 1926-1974*, Lisboa: Colibri.
- FREITAS**, José (2000), *Gaula a Terra e a Gente*, Funchal: SRTC/DRAC.
- FREITAS**, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e os Jornais da Autonomia [1976-2016]*, Funchal: O Liberal.
- GAMEIRO**, Aires; **GONÇALVES**, Manuel (2014), *História da Casa de Saúde de S. João de Deus na Madeira*, Lisboa: Esfera do Caos.
- GOMES**, Fátima; **VERÍSSIMO**, Nelson (1983), *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal: DRAC.
- GONÇALVES**, Ângela; **NUNES**, Rui (1990), *Adenda: Ilhas de Zargo - Parte I*, Funchal: CMF.
- GUERRA**, Jorge (2010), *Funchal 500 anos: Momentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal: SREC/DRAC/ABM.

- GUEVARA**, Gisela (1997), *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial: a Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa: Colibri.
- HENRIQUES**, Aires; **HENRIQUES**, Catarina (2010), *Pestana Júnior, "Profeta" Republicano*, Pedrógão Grande: "Vila Isaura" - Turismo no Espaço Rural.
- HENRIQUES**, João (1900), *Breve Notícia Histórica e Descritiva do Extincto Regimento de Caçadores nº12 seu quartel e hospital na cidade do Funchal*, Funchal: Typ. Esperança.
- Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM* (2013), Funchal: O Liberal.
- Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976) Administração e História, Vol. I.* (2016), Funchal: SRETC/DRC/ARM.
- LAVRADOR**, José (1931), *A Revolução na Ilha da Madeira*, Rio de Janeiro: Alba.
- MARTINS**, Teresa (2004), *O Movimento Republicano na Madeira 1882-1913*, Funchal: CEHA.
- MATOS**, Rui (2013), *As Origens do Turismo na Madeira: Quinta e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - «Vicentes»*, Funchal: DRMOE/DRAC.
- MENEZES**, Servulo (1848a), *Collecção de Documentos Relativos à Crise da Fome*, Funchal: Typ. Bernardo F. L. Machado.
- MENEZES**, Servulo (1848b), *Collecção de Documentos Relativos ao Asylo de Mendicidade do Funchal*, Funchal: Typ. Bernardo F. L. Machado.
- MOTA**, Nuno (coord.) (2016), *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976) Apontamentos Biográficos, Vol. II*, Funchal: SRETC/DRC/ARM.
- NEPOMUCENO**, Rui (1994), *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa: Editorial Caminho.
- NEPOMUCENO**, Rui (2003), *Uma Prespectiva da História da Madeira*. Funchal: Eco do Funchal.
- NEPOMUCENO**, Rui (2006), *A Conquista da Autonomia da Madeira: Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa: Editorial Caminho.
- PEREIRA**, Sílvia (2021), *A ilha da Madeira na rota da diáspora Judaica (Séculos XIX-XX)*. Funchal: DRABM.
- PIO**, Manuel (1992), *O Monte Santuário Votivo da Madeira (Retalhos Históricos)*, Funchal: Junta Freguesia do Monte.
- PIO**, Manuel (2001), *SANTA CRUZ da Ilha da Madeira*, Funchal: O Liberal.
- RIBEIRO**, João (1996), *Ilha da Madeira - Roteiro histórico-marítimo*, Funchal: Centro Treino Mar.
- RIBEIRO**, João (2007), *A Baixa da Freguesia de Santa Maria Maior*, Funchal: Junta Freguesia de Santa Maria Maior.
- RODRIGUES**, António (1909), *Almanach de Lembranças Madeirenses para 1909*, Funchal:

- Bureau de la presse.
- RODRIGUES**, Paulo (2019), *Teatro Municipal de Baltazar Dias*, Funchal: Imprensa Académica.
- RODRIGUES**, Paulo (2021), *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*, Funchal: Imprensa Académica.
- Roteiro histórico turístico da cidade do Funchal* (1997), Funchal: CMF.
- SAINZ**, José de; **VERÍSSIMO**, Nelson (1996), *Esculturas da Região Autónoma da Madeira – Inventário*, Funchal: SRTC.
- SARMENTO**, Alberto (1936), *Mamíferos do Arquipélago da Madeira*, Funchal: Diário de Notícias.
- SILVA**, Fernando; **MENESES**, Carlos (1978a), *Elucidário Madeirense, Vol. I (A-E)*, Funchal: Junta Geral do Distrito do Funchal.
- SILVA**, Fernando; **MENESES**, Carlos. (1978b), *Elucidário Madeirense, Vol. II (F-N)*, Funchal: Junta Geral do Distrito do Funchal.
- SILVA**, Fernando; **MENESES**, Carlos (1978c), *Elucidário Madeirense, Vol. III (O-Z)*, Funchal: Junta Geral do Distrito do Funchal.
- SOARES**, João (1979), *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné*, Lisboa: Prespectivas & Realidades.
- Sociedade Protectora dos Animais Domésticos do Funchal 1897-1947: 50.º Aniversário Comemorações* (1947), Funchal: SPADF.
- SOUSA**, José (1901), *Archipelago da Madeira - Descrição Geral do Archipelago*, Funchal: Typ. Esperança.
- TEIXEIRA**, Nuno (1899), *O Alcoolismo: Estudo médico-social*, Funchal: Typ. Esperança.
- TELLES**, Alexandre (1933), *A Dinamarca*, Funchal: Typ. Sport do Funchal.
- V Centenario do Descobrimento da Madeira* (1922), Funchal: Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenario.
- VERÍSSIMO**, Nelson (2008), *Passos na Calçada*, Funchal: Editorial Calcamar.
- VIEIRA**, Alberto (1992), *A Cooperativa Militar da Madeira um século de existência (algumas notas sobre a sua história)*, Funchal: Cooperativa Militar da Madeira de responsabilidade limitada.
- VIEIRA**, Alberto (1993), *História do Vinho Madeira: Documentos e Textos*, Funchal: SRTC/CEHA.
- VIEIRA**, Alberto (1996), *A Autonomia XX Aniversário: Breves Notas Históricas*, Funchal: SRAPC.
- VIEIRA**, Alberto (2001a), *História da Madeira*. Funchal: SRE.
- VIEIRA**, Alberto (coord.) (2001b), *A Madeira e a História de Portugal*, Funchal:

CEHA/SRTC.

VIEIRA, Alberto (org.) (2001c), *Autonomia e História das Ilhas: Seminário Internacional*. Funchal: CEHA/SRTC.

VIEIRA, Alberto (2005), *As ilhas Atlânticas*, Funchal: CEHA.

VIEIRA, Alberto (2014a), *Nova História Económica da Madeira*, Lisboa: Esfera do Caos.

VIEIRA, Alberto (2014b), *Entender o deve e o haver das finanças da Madeira*, Funchal: CEHA.

VIEIRA, Alberto (coord.) (2014c), *A Junta Agrícola do Distrito Autónomo do Funchal (1911-1918)*, Funchal: CEHA.

VIEIRA, Alberto (coord.) (2014d), *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976)*, Funchal: CEHA.

4.2.2. Capítulo de Livros

(1997), “Arquivos Privados: GA: Associações”. **FERREIRA**, Maria; **JARDIM**, Gastão; **GUERRA**, Jorge, *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal: SRTC/DRAC/ABM, pp. 119-125.

(1997), “Misericórdia do Funchal. Livro de Receitas e Despesa. 1652”, **FERREIRA**, Maria; **JARDIM**, Gastão; **GUERRA**, Jorge, *Arquivo Histórico da Madeira, Vol. XX: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal: SRTC/DRAC/ABM, pp. 168-176.

ABREU, Fátima (2016), “Relações de dependência político-partidária entre o governo central e o distrito do Funchal: o caso dos governadores e da junta geral (1901-1974)”, **MOTA**, Nuno, *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976): Administração e História*. Funchal: SRETC/DRC/ABM, pp. 51-66.

BRANCO, Jorge (2014), “Antropologia e a insularidade madeirense. Alguns parâmetros”. **FRANCO**, Eduardo; **TRINDADE**, Cristina (Coords.), *Que saber(es) para o século XXI? História cultura e ciência na Madeira*, Lisboa: Esfera do Caos, pp. 95-107.

PINHO, Joana (2014) “Instituições na Madeira na época Moderna”. **FRANCO**, Eduardo; **TRINDADE**, Cristina, *QUE SABER{ES} PARA O SÉCULO XXI? HISTÓRIA, CULTURA E CIÊNCIA NA MADEIRA*, Lisboa: Esfera do Caos, p. 521.

RAMOS, José; **ALVES**, Herculano (Coords.), (2008), “O tesouro do Céu”, *Bíblia Sagrada*, 5^o edição, Lisboa: Difusora Bíblica, p. 1698.

RODRIGUES, Miguel (2008) “A Madeira na época dos Descobrimentos: Estruturas Sociais da Expansão Portuguesa”, **FRANCO**, José, *Cultura Madeirense - Temas e Problemas*, Porto: Campo das Letras, pp. 49-55.

SERRÃO, Joel (2008), “Para uma história do arquipélago da Madeira”, **FRANCO**, José, *Cultura Madeirense: Temas e problemas*, Porto: Campo das Letras, pp. 31-36.

VIEIRA, Rui; **FREITAS**, Abel (2008), “A economia da Madeira no período pré-autonómico”, **FREITAS**, Abel (coord.), *A Madeira na História: Escritos sobre Pré-Autonomia*, Lisboa: Âncora Editora, pp.123-125.

4.2.3. Artigos de revistas científicas

ABREU, Laurinda (2002), “A especificidade do sistema de assistência pública português: Linhas orientadoras”, *Arquipélago - História, 2ª série, Vol. VI*, pp. 417-434.

AGRELA, Carlos de (1956), "Genealogias: Araújo", *Das Artes e da História da Madeira, nº24*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 59.

ALVES, Graça (Jan.-Jun. de 2020), “Noutros tempos de isolamento... (o papel da irmã Wilson, na epidemia de varíola, em 1907)”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas, nº66*, Funchal: DRAC, pp. 125-136.

ARTUR, Alberto (Julho-Agosto de 1951), “Nª Senhora do Calhau”, *Das Artes e da História da Madeira, nº7*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 23.

BRAGA, Paulo (Jul.-Dez. de 1993) “Da Protecção aos Desfavorecidos na Madeira no Tempo de D. João II e D. Manuel: Cativos e Órfãos”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas, nº 13*, Funchal: DRAC, pp. 74-80.

CARDOSO, Zita (1989), “Os Expostos”, *Atlântico: Revista de temas Culturais nº20*, Funchal: A.E.F.L, pp. 265-271.

CLODE, Luis (6 de Março de 1949), “A verdade história da sociedade de concertos da Madeira”, *Das artes e da história da Madeira*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 129-132.

“Coisas velhas que os novos não sabem” (1961), *Das Artes e da História da Madeira, nº31*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira p. 68.

COSTA, Renato (Jan.-Jun. de 2014), “O Sanatório João de Almada e o Armamento Anti-tuberculoso em Portugal (1934)”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas, nº54*, Funchal: DRAC, pp. 135-148.

DIONÍSIO, Fátima (1987), “A Revolução da Madeira de 1931: A importância do Sector Leste da Ilha no Desfecho Trágico da Revolta”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais, nº9*, Funchal: A.E.F.L, pp. 43-59.

F. (7 de Novembro de 1948), “Salazar na Madeira - Uma notula histórica”, *Das Artes e da história da Madeira*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 26.

FERREIRA, Pedro (1987), “As eleições de 1887”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais nº12*, Funchal: A.E.F.L, pp. 295-302.

FERRONHA, António (1987), “Revolta na Madeira 1931”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais, nº12*, Funchal: A.E.F.L, pp. 303-307.

- FERRONHA**, António (1989), “A Madeira e a República”. *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº18, Funchal: A.E.F.L, pp. 144-147.
- FREITAS**, João (Jan.-Jun. de 2012), “As Mulheres na Revolta do Leite (Madeira: 1936)”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº50, Funchal: DRAC, pp. 109-118.
- FREITAS**, Manuel (2006), “Notas [Musicais] Soltas: Contributo para a história da música na Madeira Parte 2”, *Girão: Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos*, Estreito de Câmara de Lobos : G.D.E, p. 61.
- GAMEIRO**, Aires (2019), “A Casa de Saúde S. João de Deus (Funchal, 1960-2018) – Contributos para a sua História”, *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 1*, Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 407-452.
- GOES**, José (Jan.-Jun. de 1989), “Mutualidade livre em Portugal”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº4, Funchal: DRAC, pp. 93-104.
- GOMES**, Fátima (1989), “Hotéis e Hospedarias”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais nº 19*, Funchal: A.E.F.L, pp. 171-177.
- GOMES**, Fátima (2019), “Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa**”, *Tribuna da Madeira*, 16-17.
- GOMES**, José (Jan.-Jun. de 1993), “Caminho de Ferro do Monte”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas nº12*, Funchal: DRAC, pp. 209-210.
- GOUVEIA**, David (1995), "Genealogias: Os Antepassados dos Araújo Madeirenses", *Das Artes e da História da Madeira, nº19 e 20*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 89-90.
- GRAÇA**, Paulo (2005), “Henry Dunant Voluntário toda a vida”, *Kompleta*, nº15, 16-17.
- GUEVARA**, Gisela (Jul.-Dez. de 1996), “A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira e as Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas, nº19*, Funchal: DRAC, pp. 35-43.
- Hospício da Princesa D. Maria Amélia (1971), *Das Artes e da História da Madeira, nº41*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 28-36.
- J.V.** (Junho de 1950), “Sociedade de Concertos da Madeira”, *Das artes e da história da Madeira*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 24-28.
- JANES**, Emanuel (1989), “A Implantação da República na Madeira”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais nº18*, Funchal: A.E.F.L, pp. 97-102.
- JANES**, Emanuel (Jan.-Jun. de 1997), “As Conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas, nº 20*, Funchal: DRAC, pp. 73-82.

- JANES**, Emanuel (Jan.-Jun. de 1998), “Uma Tentativa de Restauração Monárquica na Madeira?”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº22, Funchal: DRAC, pp. 165-172.
- JANES**, Emanuel (Junho de 2004), Alexandre da Cunha Teles, *Revista Saber: Edição Aniversário nº 8*, pp. 12-13.
- MACEDO**, Laureano (2013), “*Da Voz à Pluma: Escritoras e património documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde: guia biobibliográfico*”, Ribeira Brava: L. S. Ascensão de Macedo.
- “Marechal Óscar Carmona” (Março-Abril de 1951), *Das Artes e da História da Madeira nº6*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 1.
- MATOS**, Rui (Jul.-Dez. de 2010), “Os Primeiros Hotéis do Funchal. Pequeno contributo para a sua identificação e caracterização arquitectónica”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 47, Funchal: DRAC, pp. 69-94.
- MATOS**, Rui (Jan.-Jun. de 2012), “Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – o Primeiro Sanatório Português”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº 50, Funchal: DRAC, pp. 5-22.
- MOTA**, Nuno (Jul.-Dez. de 2006), “Um Edifício na Encruzilhada da 1.ª República e do Estado Novo: o Seminário da Encarnação (1913-1933)”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº39, Funchal: DRAC, pp. 80-88.
- NEPOMUCENO**, Rui (Jul.-Dez. de 2010), “A Primeira República na Madeira”, *Isleña: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, nº47, Funchal: DRAC, pp. 45-68.
- “Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal” (1964-1966), *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal: CMF, pp. 94-239.
- “O Hospital Velho do Funchal” (1949), *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. VII, nº1, Funchal: CMF, pp. 115-118.
- PIMENTA**, Fernando (2019), “A Questão Autonomica na Madeira: Elementos para uma Reflexão”, *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, nº 1, Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 659-694.
- PITA**, Gabriel (1985), “Decadência e Queda da Primeira República Analisada na Imprensa Madeirense da Época (1924-1926)”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº3, Funchal: A.E.F.L, pp. 194-208.
- PITA**, Gabriel (1986), “Decadência e Queda da Primeira República Analisada na Imprensa Madeirense da Época 1924-1926 (2.ª e última parte)”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, nº 5, pp. 37-50.
- RAMOS**, Emanuel (1957), “A «Ínsula divida» e a «grande ilha da Madeira» n' «os Lusíadas»”,

- Das artes e da história da Madeira*, n°27, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 12-16.
- SAINZ-TRUEVA**, José de (1993), “Tectos Estucados da cidade do Funchal”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°12, Funchal: DRAC, p. 73.
- SANTOS**, Maria (Jan.-Jun. de 2001), “O Padre Teixeira da Fonte e a Revolta do Leite”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n° 28, Funchal: DRAC, pp. 120-126.
- “Serões de Arte na Academia de Música da Madeira” (1950), *Das Artes e da História da Madeira* n°4, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 48.
- SILVA**, Rui (Jan.-Jun. de 2013), “Contributos para a Reflexão sobre a Crise do Estado Social”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°52, Funchal: DRAC, pp. 145-154.
- SOARES**, Maria (2008), “Elmano Vieira: Jornalista e Escritor. Uma Evocação”. *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°42, Funchal: DRAC, p. 154.
- SOUSA**, Ana (Jan.-Jun. de 2010), “O Impacto da Grande Guerra na cidade do Funchal: a atuação do Poder municipal perante a crise de subsistências (1917-1918)”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n° 66, Funchal: DRAC, pp. 88-103.
- SOUSA**, Jorge (Jan.-Jun. de 2003), “Liceu de Jaime Moniz uma escola de prestígio e de qualidade. *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n° 32, Funchal: DRAC, pp. 4-25.
- TELES**, Alexandre (25 de Dezembro de 1924), “A criminalidade infantil”, *A Esperança: Revista Católica* n.°20 e 21, Funchal: Tip.Camões, pp. 415-416.
- VAZ**, Fernando (4 de Setembro de 1949), “Genealogia”, *Das Artes e da história da Madeira*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 335-336.
- VELOZA**, J. Ezquiel (6 de Março de 1949), “A primeira navegação a vapor entre Lisboa e a Madeira”, *Das artes e da história da Madeira*, Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira, p. 135.
- VERÍSSIMO**, Nelson (1985), “Em 1917, A Madeira Reclama Autonomia”, *Atlantico: Revista de Temas Culturais* n°3, Funchal: A.E.F.L, pp. 229-232.
- VERÍSSIMO**, Nelson (Jul.-Dez. de 1987), “O Deputado do Povo: Manuel de Arriaga (1882)”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°1, Funchal: DRAC, pp. 45-52.
- VERÍSSIMO**, Nelson (Jan.-Jun. de 1989), “Manuel de Arriaga - O Deputado do Povo (1882-1884)”, *Islenha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°4, Funchal: DRAC, pp. 52-58.

- VERÍSSIMO**, Nelson (Outubro de 1989), “A nossa autonomia: um inquérito de armando pinto correia”, *Atlântico: revista de temas culturais*, n°19, Funchal: A.E.F.L, pp. 197-202.
- VERÍSSIMO**, Nelson (Jan.-Jun. de 1990), “A questão dos sanatórios da Madeira”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°6, Funchal: DRAC, pp. 124-143.
- VERÍSSIMO**, Nelson (Jul.-Dez. de 1990), “Autonomia Insular: As ideias de Quirino Avelino de Jesus”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°7, Funchal: DRAC, pp. 32-36.
- VERÍSSIMO**, Nelson (1992), “A Confrária do Corpo Santo no séc. XVIII”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°10, Funchal: DRAC, pp. 116-124.
- VERÍSSIMO**, Nelson (1994), “Confrarias: Algumas Questões sobre conflitos Jurisdicionais na 2ª metade do Séc. VIII”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°14, Funchal: DRAC, p. 26.
- WILHELM**, Eberhard (1987), “Na Madeira há 125 anos”, *Atlântico: Revista de Temas Culturais*, n°12, Funchal: A.E.F.L, pp. 274-284.
- WILHELM**, Eberhard (1993), “A Madeira entre 1850 e 1900: Uma Estância de Tísicos Germânicos”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°13, Funchal: DRAC, pp. 116-121.
- WILHELM**, Eberhard (Jan.-Jun. de 2011), “O ataque de um submarino alemão ao Porto do Funchal, em 1916”, *Isleha: Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n°48, Funchal: DRAC, pp. 97-120.

4.2.4. Dissertações, teses e relatórios

- BARROS**, Rogério (2012), *O Teatro Municipal Baltazar Dias Estudo sobre a produção e a realização de espectáculos na área da música clássica (1943–1974)*, Funchal: Universidade da Madeira.
- CUNHA**, Paulo (2014), *O novo cinema Português. Políticas Públicas e Modos de Produção (1949-1980)*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Consultado em: https://www.cineclubefaro.pt/images/O_novo_cinema_portugu%C3%AAs.pdf.
- FERREIRA**, Óscar (2012), *História da Escola Técnica de Enfermeiras (1940-1968) Aprender para Ensinar e Profissionalizar*, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- GÓIS**, Joana (2015), *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GOMES**, Nulita (2014), *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República Madeirense*, Funchal: Universidade da Madeira.
- GOMES**, Sílvia (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do*

Porto da Cruz, Funchal: Universidade da Madeira.

- GUERLIXA**, Ana (2019), *O desenvolvimento do Funchal e os espaços de cura no século XX*, Lisboa: Técnico de Lisboa.
- LOPES**, A. d. (2005), *A Obra de Fernão Ornelas na Presidência da Câmara Municipal do Funchal 1935-1946*, Funchal: Universidade da Madeira.
- MARTINS**, Ernesto (Jan./Jun. de 2009), A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974), *Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, pp. 151-176.
- MATOS**, Carla (2015), *Elite Municipal da Ponta do Sol 1878-1886*, Funchal: Universidade da Madeira.
- MATOS**, Rui (2016), *A Arquitectura do Turismo Terapêutico*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MOEDA**, José; **REIA-BAPTISTA**, Vitor (2012), *Algumas Notas sobre o Cinema Português depois do 25 de Abril de 1974*, Algarve: ESTC-Gradiva Consultado em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47129821.pdf>.
- MONTEIRO**, Bárbara (2014), *Livre-arbítrio e determinismo na ação humana. Uma aplicação ao ensino de Filosofia no Ensino Secundário*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA**, José (2012), *A Personalidade Científica de António Gião*, Évora: Universidade de Évora.
- PERNETA**, Helena (2011), *A Madeira e os Alemães, 1917-1939 O discurso na imprensa madeirense*, Funchal: Universidade da Madeira.
- PINTO**, Dora (2010), *Ensaio sobre a Evolução Política do Estado Novo*, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SILVA**, Maria (2014), *Cartografias da Madeira: Roteiros Culturais na produção ficcional de Helena Marques*, Funchal: Universidade da Madeira.
- VIEIRA**, José (2018), *O Poder Municipal no Funchal Do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976*, Funchal: Universidade da Madeira.
- VINHAS**, Maria (2012), *Assistência em fim de vida em Portugal, no século XIX*, Porto: Universidade Católica Portuguesa.

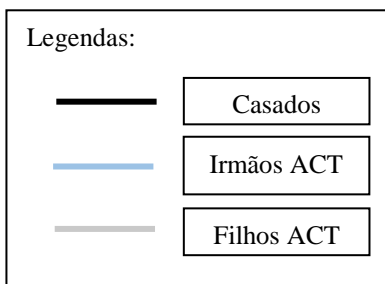
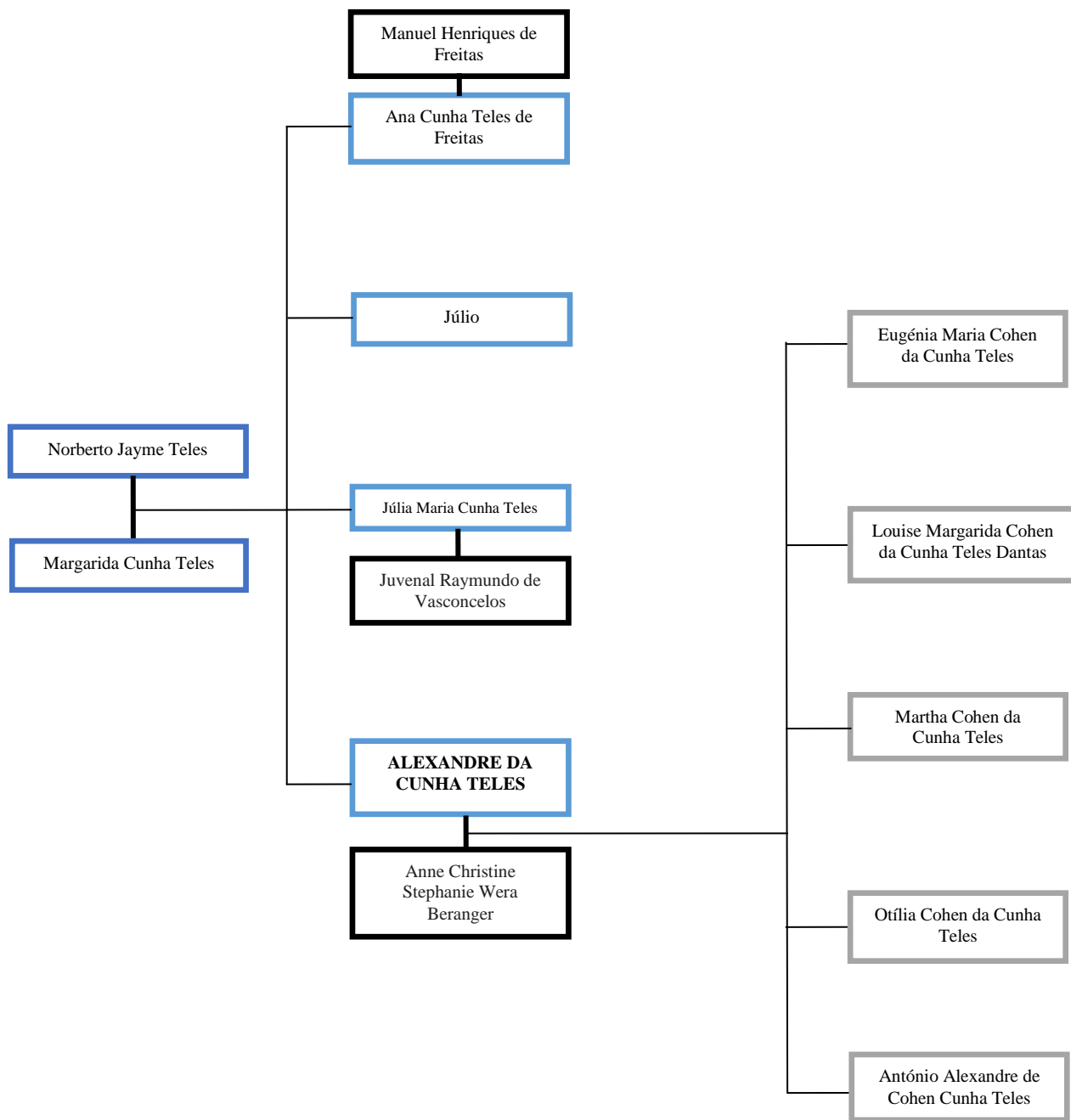
4.2.5. Outras Fontes: Webgrafia

- BORGES**, Juvenália; **CUNHA**, Margarida; **PRAZERES**, M^a. das Dores; **OLIVEIRA**, Rui. (s.d.), *Luís da Câmara Pestana Uma vida curta, uma obra enorme*, Funchal: Empresa Municipal "Funchal 500 anos", Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000019422c2583a9daa13>.
- GOMES**, Fátima (2001), "Cruz Vermelha Portuguesa, delegação da", *Aprender Madeira*.

- Disponível em: <https://aprenderamadeira.net/article/cruz-vermelha-portuguesa-delegacao-da>.
- LOJA**, António. (s.d.), *Crónica de uma Revolução A Madeira na Revolução Liberal*, Funchal: Empresa Municipal "Funchal 500 anos", Disponível: <https://pt.calameo.com/read/000019422f50385000f75>.
- MARTINS**, Ernesto. C. (Out./Dez. de 2006), "A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX", *Infância e juventude*, N° 4, pp. 93-130, consultado em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907>.
- MENDES**, João (2017), *Sobre a escola portuguesa de cinema*, Lisboa: Escola Superior de Teatro e Cinema, Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/7441/1/escola_portuguesa_cinema2.pdf.
- MORAIS**, Manuel (2008), *A Madeira e a Música: Estudos (c. 1508- c. 1974)*, Funchal: Empresa Municipal "Funchal 500 anos", disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000019422bebb33e32c47>.
- PITA**, Gabriel (Outubro de 2012), *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, disponível de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3925/1/Newsletter_15.pdf.
- REGO**, António (1907), *Na Ilha da Madeira - Hospital Improvisado*, Porto: Typ. A Vap. da Empresa Litteraria e Typographica 178, disponível em: <https://pt.calameo.com/read/006386564a1bfc0a5c99b>.
- Roteiro Mulheres do Funchal* (2020), Funchal: CMF, disponível em: https://www.visitfunchal.pt/images/roteiros/roteiro_digital.pdf.
- VASCONCELOS**, Teresa. (s.d.), *O plano ventura terra e a modernização do Funchal (Primeira metade do século XX)*. Obtido de Calameo: <https://pt.calameo.com/read/00001942263820bb38da1>.
- VIEIRA**, Alberto (2017), "Quotidiano e sociabilidades", disponível em: <https://aprenderamadeira.net/article/quotidiano-e-sociabilidades>.

APÊNDICES

I - GENEALOGIA DA FAMÍLIA CUNHA TELES (PAÍS-FILHOS DE ACT)



II - ÁRVORE GENEALÓGICA DE ALEXANDRE DA CUNHA TELES

(N. 15/05/1891 – F. 18/03/1936)

Avós Maternos: Júlio Augusto Cunha e Margarida de Matos

Avós Paternos: António Teles de Ferreira de Gaula e Humiliana Augusta da Silva

Pai: Norberto Jayme Teles

Mãe: Margarida Cunha Teles

Irmãos: Ana Margarida Cunha Teles, Júlio Cunha Teles e Júlia Maria Cunha Teles

Casado com Anne Christine Stephanie Wera Beranger da Cunha Teles, n. 03/05/1900
Filha de Miss Luise Cohen Willumsen e Mr. Cohen Willumsen

Filhos

1. Otília Cohen da Cunha Teles
2. Louise Margarida Cohen da Cunha Teles Dantas
3. Martha Cohen da Cunha Teles
4. Eugénia Maria Cohen da Cunha Teles
5. António Alexandre Cohen da Cunha Teles

Netos

1. Filhos de Otília (0)

2. Filhos de Louise (3)

- 2.1. Rui Teles Dantas
- 2.2. Vera
- 2.3. Ana

3. Filhos de Marta (1)

- 3.1. Teresa da Cunha Teles Hall

4. Filhos de Eugenia (2)

- 4.1. Mário
- 4.2. Marta

5. Filhos de António (3)

- 5.1. João (1º casamento)
- 5.2. Alexandre (1º casamento)
- 5.3. Pandora Gagnon da Cunha

III - CRONOLOGIA

- 1891** – (15 de maio) Nascimento de Alexandre da Cunha Teles.
– (01 de julho) Batismo de Alexandre da Cunha Teles.
- 1902** – Matriculou-se no Liceu do Funchal.
- 1908** – Matriculou-se na Universidade de Coimbra.
– Conferência na associação protetora dos estudantes pobres pelos estudantes Cruz Baptista Santos, Alexandre Cunha Teles e Juvenal Henrique Araújo.
- 1911** – Tesoureiro da comissão de estudantes de Coimbra.
- 1912** – Conclui o Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.
– Viaja para Paris para aprofundar os estudos em Direito.
- 1913** – Falecimento de Margarida Mattos Cunha (mãe de ACT).
– ACT regressa a Madeira.
– Inicia trabalho de advogado na comarca do Funchal.
– Nomeado professor provisório no Liceu do Funchal.
– Eleito procurador efetivo da Junta Geral por Santa Cruz.
– Nomeado Vogal da CA do Asilo de Mendicidade e Órfãos.
- 1914** – Diretor do Jornal “*Alma Nova*”.
– Membro da comissão criada para estudar a distribuição dos impostos municipais, Dr. Pedro Pita, Dr. Pedro José Lomelino, Dr. Remígio Barreto, Alexandre Cunha Teles e Braz Sequeira.
– Membro fundador da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal.
- 1916** – Presidente Assembleia Geral da Associação de Socorros Mútuos dos Artífices Funchalenses.
- 1918** – Nomeado para exercer interinamente o cargo de delegado do procurador da república na comarca do Funchal Alexandre Cunha Teles tal como Carlos de Sousa.
– Ocupa funções de secretário-relatador da Sociedade Protetora dos Animais Domésticos.
- 1919** – Sócio da associação de socorros mútuos “Gonçalves Zarco”.
– Membro da comissão organizadora do Club de Turismo da Madeira.
- 1920** – Sócio da sociedade de comissões e consignações de nome *J. de Vasconcelos C.ª Ltd.ª* constituída pelos sócios Juvenal Raimundo de Vasconcelos, Alexandre da Cunha Teles e Norberto Jaime Teles de Freitas.

– Secretário da assembleia geral da associação protetora dos interesses morais e económicos da Mocidade de Santa Maria Maior.

1921 – Advogado da associação de classe vendedores de viveres a retalho do Funchal.

– Presidente da direção da SPAD.

– Secretário da assistência aos indigentes na freguesia da Sé.

– Presidente Assembleia do Montepio Madeirense.

1923 – Membro da Comissão delegada para continuar o movimento da defesa do vinho *Madeira* composta por Dr. Ruy Bettencourt da Camara, Dr. Pedro Lomelino, Dr. Alexandre da Cunha Teles, Ramon Rodrigues, Luís de Sousa Pereira e Dr. Pestana Reis.

– Nomeado vogal do AMOF.

1924 – Membro da comissão de festas dos Socorros a Náufragos.

– Secretário da assembleia geral da associação de Turismo da Madeira.

– Presidente da assembleia geral do *União Foot-ball Club*.

– Substituto no concelho fiscal da *Banda Artístico Madeirense (Guerrilhas)*.

1925 – Acionista da companhia das obras do porto do Funchal.

1926 – Secretário da assembleia geral da SPAD.

– (06-07-1926) Nascimento da filha Otília.

– Nomeado vogal da JGF.

1927 – Demissão dos vogais da JGF.

– Vice-presidente da DSPCV.

1928 – Presidente da Assembleia Geral da Associação de Socorros Mútuos “O Futuro”.

– (31-07-1928) Nascimento filha Louise.

1929 – Presidente da Assembleia Geral da União Familiar.

– Presidente da SPAD.

1930 – (19 agosto) Nascimento filha Martha.

– Membro da Comissão Distrital da União Nacional da Madeira.

1931 – (14 de julho) Recebeu as insígnias da Cruz de Honra da Sociedade Amigos do Brasil.

– Presidente da SPAD.

1932 – Presidente da assembleia geral da associação de Socorros Mútuos “O Futuro”.

– Membro da Comissão delegada da ANT no Funchal composta por João Francisco de Almada, Alexandre da Cunha Teles e Manuel Francisco Camacho.

– (16 novembro) Nascimento filha Eugénia.

- 1933** – Secretário da delegação da madeira da assistência nacional aos tuberculosos.
– Membro da comissão administrativa do posto de socorros urgente composto por José Pedro de Freitas, Manuel José de Carvalho, Alexandre da Cunha Teles e o cónego Manuel F. Camacho.
– Publicação do livro “*A Dinamarca*”.
- 1934** – Secretario privado do Governador Civil Caldeira Coelho.
– Vice-cônsul do Brasil na Madeira.
– Condecoração de grau de comendador da Ordem de Benemerência.
- 1935** – Presidente da Assembleia Geral do Ateneu Comercial do Funchal.
– Presidente da SPAD.
– (26 de fevereiro) Nascimento do filho António.
- 1936** – (18 de março) Falecimento devido a pneumonia.

IV - RECOLHA DE PUBLICAÇÕES DE ACT

1. ARTIGOS PUBLICADOS DE ACT

1.1. Livros:

- *Almanach de Lembranças Madeirense para 1909*, “Tomada de Ceuta”, pp. 266-268.
- Revista *Esperança*, número de Natal de 1924, ano 6, nº 20 e 21, Funchal, 25 dezembro de 1925, “A criminalidade infantil”, pp. 415-416.
- “A helioterapia”, 1933, *Diário de Notícias*, Funchal, prefácio de Dr. Alexandre da Cunha Telles.

1.2. Periódicos

1.2.1. *Diário de Notícias*:

- “A Municipalização da Água”, *DN*, nº11711, 11-09-1913 p.1; nº11716, 16-09-1913 p.1; nº11717, 17-09-1913 p.2; nº11718, 18-09-1913 p.1; nº11719, 19-09-1913 p.2; nº11721, 21-09-1913 p.2; nº11722, 22-09-1913 p.1; nº11723, 23-09-1913 p.2; nº11724, 24-09-1913 p.1; nº11726, 26-09-1913 p.2; nº11746, 16-10-1913 p.3).
- “Comunicado”, *DN*, nº 12039, 08-08-1914 p.2.
- “Terras das descobertas: A Madeira reclama”, *DN*, nº14240, 24-09-1921 p.1.
- “O julgamento do veneno”, *DN*, nº 15161, 03-12-1924, p.1.
- “Viação Madeirense: O alargamento das estradas distritais”, *DN*, nº15781, 25-01-1927 p.1.
- “A Junta Geral do Funchal e a Casa de Saúde do Trapiche”, *DN*, nº15842, 13-04-1927, p.1.
- “A Junta Geral do Funchal e a Casa de Saúde do Trapiche”, *DN*, nº15847, 21-04-1927, p.1.
- “Crianças Abandonadas”, *DN*, nº 16516, 18-08-1929, p.1.
- “Como a Dinamarca encara o problema da tuberculose”, *DN*, nº16757, 18-06-1930, p.1.
- “Questões do momento: o problema da habitação”, *DN*, nº17345, 13-07-1932, p.1.
- “Uma carta”, *DN*, nº 17014, 19-05-1931, p.2.
- “A Cruz Vermelha da Juventude e o Natal”, *DN*, nº17727, 01-11-1933, p.1.

1.2.2. *Diário da Madeira*

- “A arte e os criminosos: A pintura e a escultura – verdadeira importância da literatura”, *DM*, nº533, 03-07-1913, p.1.
- “Carta”, *DM*, nº 629, 07-10-1913, p.1.
- “Carta”, *DM*, nº 631, 09-10-1913, p.2.
- “Crimes em aeronaves – Guerra aérea”, *DM*, nº 1746, 29-12-1916, p.1.
- “Telegraphia sem fios”, *DM*, nº 1753, 07-01-1917, p.1.
- “Viação Madeirense: O alargamento das estradas distritais”, *DM*, nº 4669, 23-01-1927, p.3.
- “Liga das Sociedades da Cruz Vermelha”, *DM*, nº 6224, 29-06-1932, p.1.
- “Liga das Sociedades da Cruz Vermelha”, *DM*, nº6228, 05-07-1932, p.3.

- “Professor Doutor Caeiro da Mata”, *DM*, nº 6952, 04-01-1935, p.1.

1.2.3. *O Jornal*

- “As estradas da Madeira”, *O Jornal*, nº18, 23-01-1927, p.2.
- “A Junta Geral e o Trapiche, carta do Dr. Cunha Telles”, *O Jornal*, nº81, 12-04-1927, p.2.
- “A Junta Geral e o Trapiche, 2º carta do Dr. Cunha Telles”, *O Jornal*, nº 87, 21-04-1927, pp. 1-2)
- “Como se cuida na Dinamarca dos dentes das crianças”, *O Jornal*, nº 43, 29-06-1932, pp.1 e 5.

2. ENTREVISTAS DE ACT

2.1. Periódicos

2.1.1 *Diário de Notícias*

- “A assistência na Madeira”, *DN*, nº 16224, 10-08-1928, pp.1-2.
- “Os serviços da assistência na madeira devem ser modificados”, *DN*, nº 16535, 10-09-1929, p.1.
- “A lucta contra a tuberculose”, *DN*, nº 16722, 03-05-1930 pp.1-4.
- “Os tuberculosos”, *DN*, nº 167223, 06-05-1930, p.1.
- “A assistência na Madeira”, *DN*, nº 16827, 13-09-1930, p.1.
- “O produto da semana da tuberculose ficara na Madeira”, *DN*, nº 17332, 26-06-1932, p.1.
- “Uma casa de caridade modelar”, *DN*, nº 17813, 22-02-1934, p.1.
- “A Madeira, os seus vinhos e a assistência pública”, *DN*, nº 17976, 16-09-1934, pp.1 e 4.
- “A casa de Portugal em Paris, a reunião do congresso da imprensa e a propaganda da Madeira pelo cinema”, *DN*, nº 17984, 26-09-1934, pp.1 e 4.

2.1.2. *Diário da Madeira*

- “Política Madeirense: Partido Regionalista”, *DM*, nº 632, 10-10-1913, p.1.
- “Carta Aberta: Ao sr. Izidro Gonçalves”, *DM*, nº633, 11-10-1913, p.1.
- “O Brasil na Dinamarca”, *DM*, nº 5613, 03-05-1930, pp.1 e 4.
- “A Inglaterra e a Dinamarca”, *DM*, nº 5616, 08-05-1930, pp.1 e 2.
- “Portugal e a Dinamarca”, *DM*, nº 5634, 29-05-1930, pp.1 e 3.

2.1.3. *O Jornal*

- “A obra da assistência pública”, *O Jornal*, nº628, 29-02-1929, pp.1 e 2.
- “O sr. Dr. Alexandre Telles fala-nos da Dinamarca”, *O Jornal*, nº 963, 30-04-1930, p.1.
- “Dr. Alexandre Telles”, *O Jornal*, nº1241, 20-05-1931, p.1.

3. DISCURSOS DE ACT

3.1. Periódicos

3.1.1. *Diário de Notícias*

- “Brilhante homenagem no “Esplanada” em honra dos eminentes açorianos Dr. Juiz Bettencourt de Medeiros e Camara e José Tavares Bruno”, *DN*, nº 14609, 07-01-1923, p.2.
- “O palácio da Encarnação” *DN*, nº 15718, 05-11-1926, p.1.
- “Os vinhos do continente”, *DN*, nº 15731, 20-11-1926, p.1.
- “No Monte, escola da assistência a crianças pobres”, *DN*, nº 16275), 11-10-1928, p.3.
- “Oitenta e três crianças do asilo foram agradecer ao sr. Governador civil, a protecção dada por sua ex.^a a Festa da Flor”, *DN*, nº 16331, 19-12-1928, p. 1.
- “A repressão da mendicidade”, *DN*, nº 16361, 27-01-1929, p. 1.
- “Festa de caridade”, *DN*, nº 16946, 15-02-1931, p. 1.
- “A esquadra inglesa”, *DN*, nº 16967, 13-03-1931, p. 1.
- “Novo governador civil do Funchal”, *DN*, nº 17784, 16-01-1934, pp. 1 e 2.

3.1.3. *Jornal da Madeira*

- “A semana da tuberculose”, *O Jornal*, nº12, 18-05-1932, pp.1 e 4.
- “No monte: Escola da assistência a creanças pobres”, *O Jornal*, nº 517, 10-10-1928, pp. 1 e 4.

4. ALGUNS ARTIGOS MENCIONANDO ACT

4.1. Periódicos

4.1.1. *Diário de Notícias*

- “A reunião no palácio da Junta Geral”, *DN*, nº 14599, 17-12-1922, p. 1.
- “Autonomia Insulana: Dois artigos do dr. Quirino de Jesus”, *DN*, nº14780, 11-08-1923, p.1.
- “O Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal”, *DN*, nº16075, 04-02-1928, p. 1.
- “Ainda a propósito do nosso artigo sobre o processo usado no embarque do gado”, *DN*, nº 16259, 21-09-1928, p. 1.
- “A acção do Diário de Notícias”, *DN*, nº16290, 28-10-1928, p. 1.
- “Conferencias”, *DN*, nº 16383, 26-02-1929, p.27.
- “Vida Mundana: Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 16719, 29-04-1930, p. 2.
- “Interesses Regionais: Um pavilhão para tuberculosos”, *DN*, nº 16756, 17-06-1930, p.1.
- “A tuberculose na Madeira”, *DN*, nº 16758, 19-06-1930 p. 1.
- “Agraciado”, *DN*, nº 16912, 25-12-1930, p.1.
- “O pronunciamento militar da Madeira: Relação de feridos que entraram no Hospital de Sangue de 29 de Abril até 2 de Maio”, *DN*, nº 17002, 03-05-1931, p. 2.
- “A Caridade na Ilha da Madeira: Uma admirável obra de assistência”, *DN*, nº 17098, 02-09-1931, p.4.
- “O Século grande cotidiano da capital, publicou um número especial dedicado a Madeira”, *DN*, nº 17408, 25-09-1932, p.1.
- “Um inquérito oportuno”, *DN*, nº 17506, 26-01-1933, p.6.
- “Coisas minhas”, *DN*, nº17715, 18-10-1933, p.1.
- “Uma conferência notável”, *DN*, nº 17717, 20-10-1933, pp.1 e 3.
- “Uma entrevista: O jornalista Brício de Abreu”, *DN*, nº 17782, 13-01-1934, p.1.

- “A Dinamarca”, *DN*, nº 17812, 21-02-1934, p.1.
- “Coisas minhas”, *DN*, nº 17817, 27-02-1934 p.1.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles: Elogiosas referências do «Diário da Manhã», *DN*, nº 18013, 31-10-1934, p. 1.
- “A Dinamarca”, *DN*, nº 18020, 09-11-1934, p. 1.

4.1.2. *O Jornal*

- “A transferência do hospital: Ouvindo o sr. Luiz da Rocha Machado”, *O Jornal*, nº 79, 09-04-1927, pp. 1-2.
- “A «Dinamarca»”, *O Jornal*, nº 722, 31-10-1934, p. 2.

5. OBRA

- Alexandre da Cunha Telles, *A Dinamarca*, tip. Sport do Funchal, Madeira 1933

6. ARTIGOS BIOGRÁFICOS SOBRE ACT

6.1. Livros e Revistas

- Emanuel Janes (junho 2004), *Revista Saber*, “Alexandre da Cunha Teles”, edição extra de aniversário nº8, pp. 12-13.
- Visconde do Porto da Cruz (1953), *Notas & comentários para a história literária da Madeira*, Vol. III, edição CMF, p. 158.
- Peter Clode, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses Sécs. XIX e XX*, “Alexandre da Cunha Telles”, pp. 473-474.
- Abel Caldeira, *2º quartel do século XX*, “A visita de Salazar à Madeira”, p. 35; “Casas de saúde e de caridade”, p. 47; “Serviços judiciais”, pp. 154-155.

6.2. Periódicos

6.2.1. *Diário de Notícias*

- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18415, 21-03-1936, pp.1 e 4.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18417, 24-03-1936, p.1.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18418, 25-03-1936, p. 1.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 18419, 27-03-1936, pp.1 e 4.
- “Na Sociedade Protetora dos Animais Domésticos: uma homenagem a memória do Dr. Alexandre teles”, *DN*, nº18420, 28-03-1936, p4

6.2.2. *Diário da Madeira*

- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº7305, 21-03-1936, pp.1-2.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº7307, 24-03-1936. p.1.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº7308, 25-03-1936, pp.1-3.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DM*, nº7309, 27-03-1936 pp.1-2.
- “Um Homem Um amigo”, *DM*, nº 7313, 31-03-1936, pp. 1-2.
- “Nos Jardins do Asilo Mendicidade e Órfãos: A memória do Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *DN*, nº 19479, 15-05-1939, pp. 1-3.

6.2.3. *O Jornal*

- Dr. Alexandre da Cunha Teles: Morte dum madeirense ilustre e benemérito”, *O Jornal*, nº 1125, 21-03-1936, pp. 1-2.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº1127, 23-03-1936, p. 1.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº1128, 24-03-1936, pp. 1 e 3.
- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº1129, 25-03-1936, p. 1.

- “Dr. Alexandre da Cunha Teles”, *O Jornal*, nº1129, 27-03-1936, pp. 1 e 3.
- 6.2.4. *Jornal da Madeira*
- Alexandre da Cunha Teles, *JM*, nº16875, 11-01-1987, p.21.

ANEXOS

ANEXO I – DOCUMENTOS BIOGRÁFICOS

N.º 46 Em o primeiro dia do mez de Junho
do anno de mil oitocentos e noventa e seis,
nesta Igreja Parochial de S.º Cathedral
Moj.º p.º 1.º Concelho e diocese de Funchal,
baptizei solemnemente um mudi-
Fabrício no dia de S.º Pedro do povo Mascarenhas a quem dei
nome de Alexandre, que nasceu
nesta Igreja Parochial de S.º Cathedral
de Funchal a vinte e cinco dias do mez de Maio ultimo.
Os pais legitimos da Torbest. Jayma Telles
Capitão do pagamento de Caxadores doze
natural da freguezia e Concelho
de S.º Lourenço, desta diocese e de Dona
Margarida Cunha Telles, natural
desta de S.º, residentes na freguezia de S.º
Pedro desta cidade. Parochianos desta de
S.º, moradores á rua da Carreira
n.º 1.º, e de Antonio Joazeiro
Ferreira Telles e de Dona Humildes
da Silva Telles e materno de Joze
Augusto Cunha, de Dona Maria
Antonia Mattos Cunha. Foi em presen-
ça dos Francisco Romarinho, de Alreu
Nunes e sua Consoorte Dona Maria
Catharina Telles Nunes, proprietarios
moradores na freguezia de S.º Louren-
ço desta Consoorte, e sua das Hortas
e quasi todos dei serem os proprios.
E para constar, botei em dupl.º
do acto o seguinte, que depois de ser
lido e confundi.º perante os padro-
nhos, e assignados -
P.º M.º de Alreu Nunes
Maria Catharina Telles Nunes
Abençoado Joze Augusto Cunha

Documento Biográfico 1. Registo de Batismo de Alexandre da Cunha Teles
(Fonte: ABM, Registos Paroquiais, Igreja de São Pedro, Funchal, L.º 1293, fls. 22-22v.º, registo batismo
n.º 46)



23 anos

Certifico e juro sob p. d. h. que no Livro
de Baptismos da Sé Catedral do Funchal,
relativo ao ano de 1891, se encon-
tra, sob o n.º 46, o termo seguinte:
Em o primeiro dia do mez de ju-
nho do ano de mil oitocentos e noventa
e um, nesta igreja parochial da
Sé Catedral, Concelho e Diocese do Fun-
chal, baptizei solemnemente um in-
dividuo do sexo masculino, a quem
dei o nome de Alexandre, que
nascu nesta freguesia ás onze e
meia horas da manhã do dia
quinze do mez de maio ultimo, fi-
lho legitimo de Herberto Joaze Teles,
Capitão de Caçadores, natural da
freguesia e Concelho de Santa Cruz de
ta Diocese, e de Dona Margarida
Cunha Teles, natural d'esta de Sé,
recluidos na igreja de São Pedro, d'es-
ta cidade, parochianos da Sé Cate-
dral, moradores a Rua de Carreira:
neto paterno de Antonio Joaze Teles
Ferreira Teles e de Dona Emília
da Silva Teles e materno de Julio

Documento Biográfico 2. Certificado de batismo da Sé Catedral de Alexandre da Cunha Teles
(Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx.297, cap. 21, fl.4)

Augusto Cunha e de Dona Margarida
Matos Cunha. Foram padrinhos Fran-
cisco Romano d'Almeida Nunes e sua
Consorte Dona Maria Catarina
Teles Nunes, proprietários, morado-
res na freguesia de Santa Luzia des-
te Concelho, e Pina das Hortas, os
quais todos se acaudalaram os proprietários
e conjuntamente este termo.

F. R. d'Almeida Nunes. Maria
Catarina Teles Nunes. O Barão
de João Joaquim Ferreira Santa
Cruz.

Esta conforme o original.
Dei e assinou, d/ de Junho de 1822.

Barão



Reconheço a assinatura

MAIO 4



ABM
ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

Documento Biográfico 3. Certificado de batismo da Sé Catedral de Alexandre da Cunha Teles
(Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx.297, cap. 21, fl.5)

ALUNOS CLASSIFICADOS NO ANO LECTIVO
DE 1911-1912

Relação dos alunos distintos aos quais os conselhos das faculdades
conferiram prémios e honras de accessit

FACULDADE DE DIREITO

I.ª ÉPOCA

História do direito português

1.º *Accessit* — José Amaro Alves.

2.º *Accessit sem graduação*:
Joaquim Martins Manso.
Manuel de Barros.

Primeira cadeira de direito civil

Prémio — António de Oliveira Salazar.
Accessit — Manuel de Barros.

Segunda cadeira de direito civil

Prémio — Sebastião José Coelho de Carvalho Júnior.
Accessit — Manuel de Barros.

Direito administrativo

Accessits sem graduação:
João Maria Telo de Magalhães Colaço.
Sílvio Pélico de Oliveira Neto.

Finanças

Prémio — António de Oliveira Salazar.
Accessits sem graduação:
José Pinto Loureiro.
António Simões de Castro Pina.
Sílvio Pélico de Oliveira Neto.

Direito comercial

Accessits sem graduação:
Alexandre da Cunha Teles.
Fernando Cochofel Teixeira Dias.
João Maria Telo de Magalhães Colaço

Documento Biográfico 4. Distinção de Alexandre da Cunha Teles em Direito Comercial
(Fonte: *Anuário da Universidade de Coimbra (1912-1913)*, p.122)

2.000
Buro

1.^o Div.
Lisboa
Bacharel
R. de D. Vieira
Edmundo
N.º 1574
14-11-12

(Modelo n.º 34)

5.ª Divisão militar

Distrito de recrutamento e reserva n.º 23

RECRUTAMENTO DE 1901

RESALVA DEFINITIVA

Acha-se livre do recrutamento para o serviço militar, ficando devidamente inscripto no livro respectivo o mancebo Alexandre Cunha Teles
natural de o concelho e distrito de S. Trizal filho de Nestor Jacinto Teles e de Margarida Cunha Teles, recenseado no anno de 1901 pela freguezia de S. Trizal, concelho de S. Trizal, distrito de S. Trizal, idade de 20 annos de profissão estudo por ter sido isento definitivamente do referido serviço pela junta de mancebos de S. Trizal

Paris

Coube-lhe no sorteio o n.º 11
E para sua salva e guarda e para execução do regulamento dos serviços do recrutamento se lhe passou a presente resalva

no 1.º Quartel em Combrão, a 1 de febre de 1901

- 2.º SIGNAES CARACTERISTICOS
- Altura 1 metros 2 centímetros 3 milímetros.
 - Olhos castanhos
 - Nariz regular
 - Bocca regular
 - Cabello preto
 - Barba sem
 - Rosto oval
 - Côr morena
- SIGNAES PARTICULARES sem

Jos. J. D. Branco Dir.º
S. Trizal - estudo

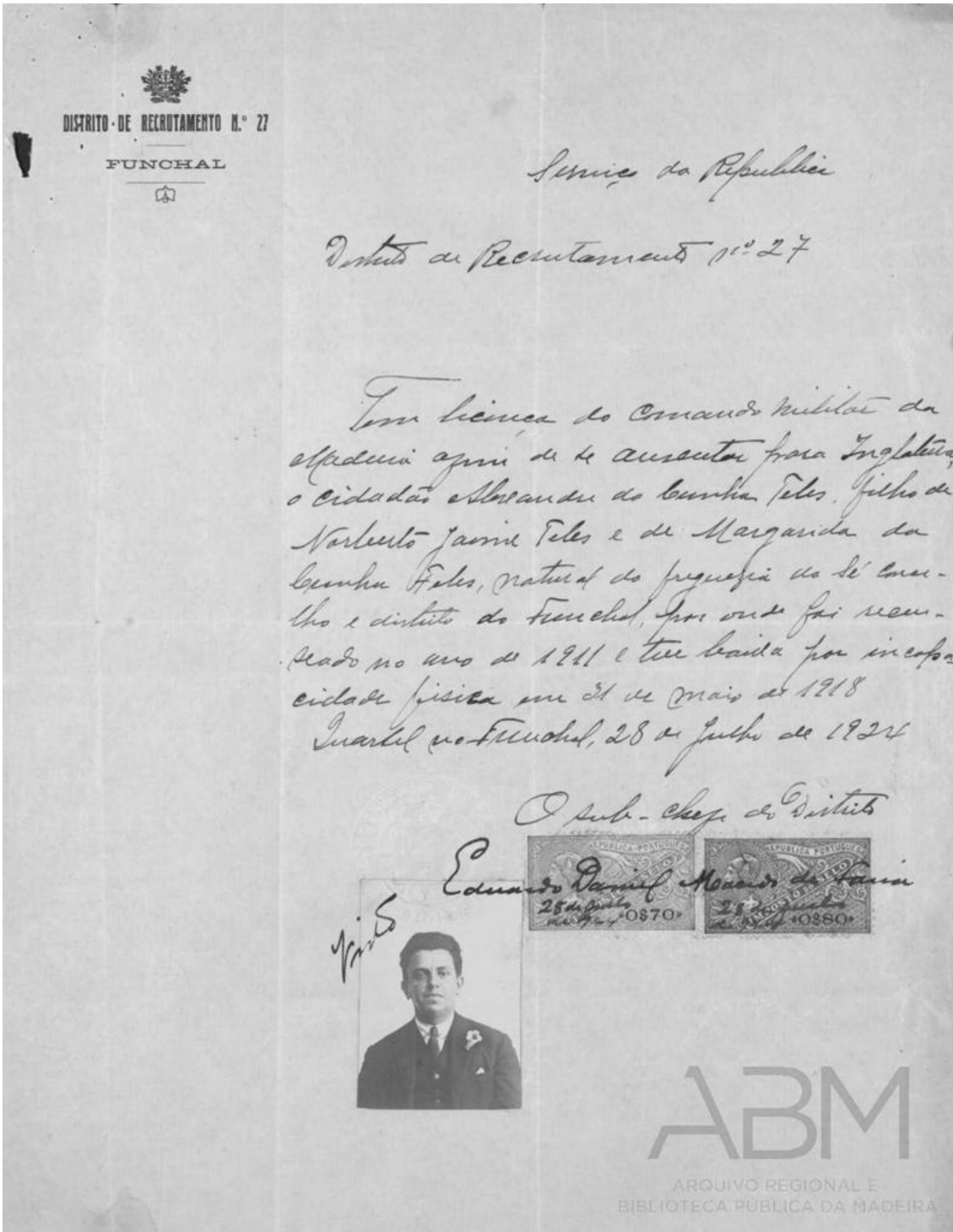
O commandante do distrito do recrutamento e reserva
Antonio Augusto da Cunha
CEL

N.º 434-448 - Pap.º Fernandes & C.ª - Rua do Rato - Lisboa

ABM

DIREÇÃO REGIONAL DO ARQUIVO
E BIBLIOTECA DA MADEIRA

Documento Biográfico 5. Dispensa do serviço militar de Alexandre da Cunha Teles (Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx171, cap.125, fl.1)



Documento Biográfico 6. Licença do comando militar para viajar
(Fonte: ABM, Governo Civil, *Processos de Passaportes*, cx. 297, cap. 21, fl.6)

Festas do Centenario

Comissão de honra

Governador civil
Comandante militar, coronel João Maria Ferraz
Bispo do Funchal, D. Antonio Manuel Pereira Ribeiro
Senadores pela Madeira: Cesar Procopio de Freitas
Vasco Crispiniano da Silva
Vasco Gonsalves Marques
Deputados pela Madeira: Americo Olavo Corrêa Azevedo
Carlos Olavo Corrêa d'Azevedo
Juvenal Henriques d'Araujo
Pedro Gois Pita
Presidente da Junta Geral, Dr. Vasco Gonçaves Marques
Presidente do Senado do Funchal, Dr. João Joaquim
Teixeira Jardim

Comissão Executiva

Adolfo João Sarmento de Figueiredo
Alberto Artur Sarmento
Ciriaco de Brito Nobrega
P.º Fernando Augusto da Silva
Fernando Tolentino da Costa
João dos Reis Gomes
Leandro Antonio do Rego

Comissão tecnica e directiva

Major João dos Reis Gomes (presidente)
Professor Candido Pereira
Professor Emanuel Ribeiro

Comissão angariadora de fundos

Comendador Adolfo Sarmento de Figueiredo (presidente)
Agostinho Dias Tavares
Albino Casimiro d'Abreu
Alvaro de Sá Gomes
Dr. Elmano Vieira

Comissão de propaganda e publicidade

Padre Fernando Augusto da Silva (presidente)
Tenente-coronel Alberto Artur Sarmento
Ciriaco de Brito Nobrega
Dr. Domingos Reis Costa
Padre Eduardo Pereira
Dr. Elmano Vieira
Jaime Camara
Dr. Jordão Mauricio Henriques
José Cruz Baptista Santos
José Ezequiel Fernandes Veloza
José da Silva Coelho
Dr. Manuel Sardinha

Comissão de obras

Capitão engenheiro Carlos W. Frazão Sardinha (presidente)
Alexandre Gomes de Souza
Capitão Antonio Agostinho Camara
Dario Flores
Fernando Camara
João Higino Ferraz

Comissão do Grande Cortejo Historico

Capitão de fragata Romano Vital Gomes
Alvaro de Sá Gomes
Carlos de Almeida Fernandes
Tenente Cristovão de Ascensão
Capitão Eduardo dos Santos Pereira
Alferes Gregorio de Paiva Cunha
Henrique Figueira da Silva
Leonidio Casimiro Cunha
Capitão Manuel de Souza Brazão
Raul Teives

Comissão de solenidades religiosas

Comendador Adolfo Sarmento de Figueiredo (presidente)
Padre Fernando Augusto da Silva
Dr. José Luciano Henriques
Dr. Romano de Santa Clara Gomes

Comissão teatral

Comendador Adolfo Sarmento de Figueiredo (presidente)
Alfredo Cesar de Oliveira
Dr. Antonio da Cruz Rodrigues dos Santos
Henrique Augusto Vieira de Castro
Major João dos Reis Gomes
Major José Calisto Ferreira
Major José Justiniano da Camara Lomelino
Luiz da Costa Pinheiro
Mario Raul Soares

Comissão do Baile

Major João Carlos de Vasconcelos (presidente)
Dr. Alexandre da Cunha Teles
Alfredo Cesar de Oliveira
Antonio Vieira de Castro
Carlos Fernandes Correia
Carlos Nelis
Cesar Augusto dos Santos
Fernando José B. de Figueiredo
Gabriel Bianchi

Documento Biográfico 7. ACT na Comissão de Baile nas Comemorações V Centenário do
Descobrimento da Madeira
(Fonte: ABM, *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, Publicação Comemorativa, Dez. 1922,
Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário)

Abonado *Alexandre da Cunha Telles*

Abonador *Augusto César Oliva*

Aos 11 dias do mês de *maio* de mil novecentos e *25*
compareceu na Secretaria do Governo Civil do Funchal *Alexandre*
da Cunha Telles, advogado, de 33 anos de idade,
natural da freguesia de *S.º*, residente
em *Rua do Dr. Vieira*, filho de *Roberto Jaime*
Telles e de *Margarida da Cunha Telles*
e declarou que pretendendo obter passaporte para si e

(Modelo A)

para a *Europa*, dava para seu abonador a *Augusto*
César Oliva, advogado, residente em
morador à *Rua do Bolão de São João*, freguesia
de *S.º: el-Rei* o qual estando presente,
declarou que conhece bem os impetrantes, sabe que são os próprios e por
isso abonava a sua identidade pessoal e se sujeitava a toda e qualquer
responsabilidade legal que desta abonação lhe possa resultar. Para constar
se lavrou este termo que vai assinado pelo referido fiador e pelas tes-
temunhas *António de Almeida Justinares*
Martinho de Vasconcelos, o maior
Dr. Espo de Pedro Coimbra e *António*
nesta cidade. Que Urbano Rodrigues
de São, Secretário geral, o substitui



Abonador *Augusto César Oliva*
Testemunha *António de Almeida*
Dita *Justinares Martinho de Vasconcelos*



36179

ABM
ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

Documento Biográfico 8. Pedido de Passaporte
(Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx. 297, cap. 21, fl.7)

Depoimentos
Fol. 14-8-32.
Of. Per. Civil,
H. Cardoso

139440
145425
284895

CV 82-83



Exm.º Snr. Governador Civil no distrito do Funchal

alt. 1,45-
C. Pietro
Obr. Casado
Jabu, Pietro
C. Casado
S. Luan
Nob. Pedro
C. Casado
Bilhete,
151893.
alt. 1,63
C. Casado
Obr. Casado
Jabu, Luan
C. Casado
S. Luan
Nob. Pedro
C. Casado
Bilhete,
151889.

ALEXANDRE DA CUNHA TELES, filho de Norberto Jaime Teles e de Margarida Cunha Teles, casado, advogado, de 40 anos de idade, natural e residente na freguesia da Sé desta cidade, rua do Dr. Vieira 59, tendo urgente necessidade de se ausentar para HESPA-NHA, FRANÇA, INGLATERRA, ALEMANHA e DINAMARCA, em viagem de saúde e onde vai consultar médicos, requere a V. Exca. se digne conceder-lhe o competente passaporte.

Leva na sua companhia, pelo mesmo motivo, sua mulher VERA BÉ-RANGÈRE ANNA KIRSTINE STEPHANIE COHEN DA CUNHA TELES, filha de Harold Cohen e de Luise Dagmar Ludonze Thiede, doméstica, de 32 anos de idade, natural de S. John, Copenhague, Dinamarca.

Dada a urgência para a sua saída e ainda o facto de não poder obter facilmente alguns documentos para sua mulher, requere a V. Exca. se digne conceder-lhe o competente passaporte nos termos do art.º 7.º do decreto n.º 9672 de 13 de maio de 1924.

Junta os bilhetes de identidade n.º 151893 e 151889 respectivos.

Pede a V. Exca. deferimento

Funchal, 9 de maio de 1932

Documento Biográfico 9. Pedido de passaporte
(Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx.348, cap74, fl.2)

SERVIÇO DA REPUBLICA

Distrito de recrutamento no *Beacaria*

(a)

Faço saber que (b)

filho de

Julio Godoy Pelucant Capitão
Alexandre de Almeida Teles
Teles

e de *D. Margarida*

, nascido em *15* de *Beacaria*

de *1891* na freguesia de *Se*

concelho d

Funchal

distrito de recrutamento

n.º

Beacaria na situação de (c) *isento de definitivamente*

satisfaz a todas as condições para poder (d) *ausentar-se para o estrangeiro*
pelo que (e) *pode ser-lhe concedido passaporte*

Depositou (f) *100* anuidades da taxa militar na importância

de *5* \$. E para constar se lhe passa a presente autorização, que
vai assinada e selada com o selo a branco deste distrito, ficando este documento
de nenhum efeito se o interessado dele se não utilizar no prazo de trinta dias
contados desta data.

Quartel em *Funchal* 14 de *Beacaria* de 19 *32*

(g)

Julio Godoy Pelucant



SELO NA SELO

Sinais particulares



N. B. — Deve ficar no processo do governo civil
respectivo ou na capitania do porto onde se efectue a
matricula, segundo os casos.

- (a) Nome e posto da autoridade que assina a declaração.
- (b) Nome do individuo a quem diz respeito a declaração.
- (c) Isento definitivamente, baixa por incapacidade fisica, baixa por terminar o serviço das reservas, baixa nos termos do decreto de 14 de Novembro de 1901, etc., etc.
- (d) Ausentar-se para o estrangeiro, ou embarcar como tripulante de navios que se destinam a portos estrangeiros.
- (e) Poderá ser-lhe concedido o competente passaporte, ou poderá effectuar a respectiva matricula.
- (f) Não se preenche cas: não preste caução.
- (g) Assinatura e posto da chefe do distrito de recrutamento que passa a declaração e selo em branco do mesmo distrito de recrutamento.

Documento Biográfico 10. Documento para Passaporte
(Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx.348, cap.74, fl.4)

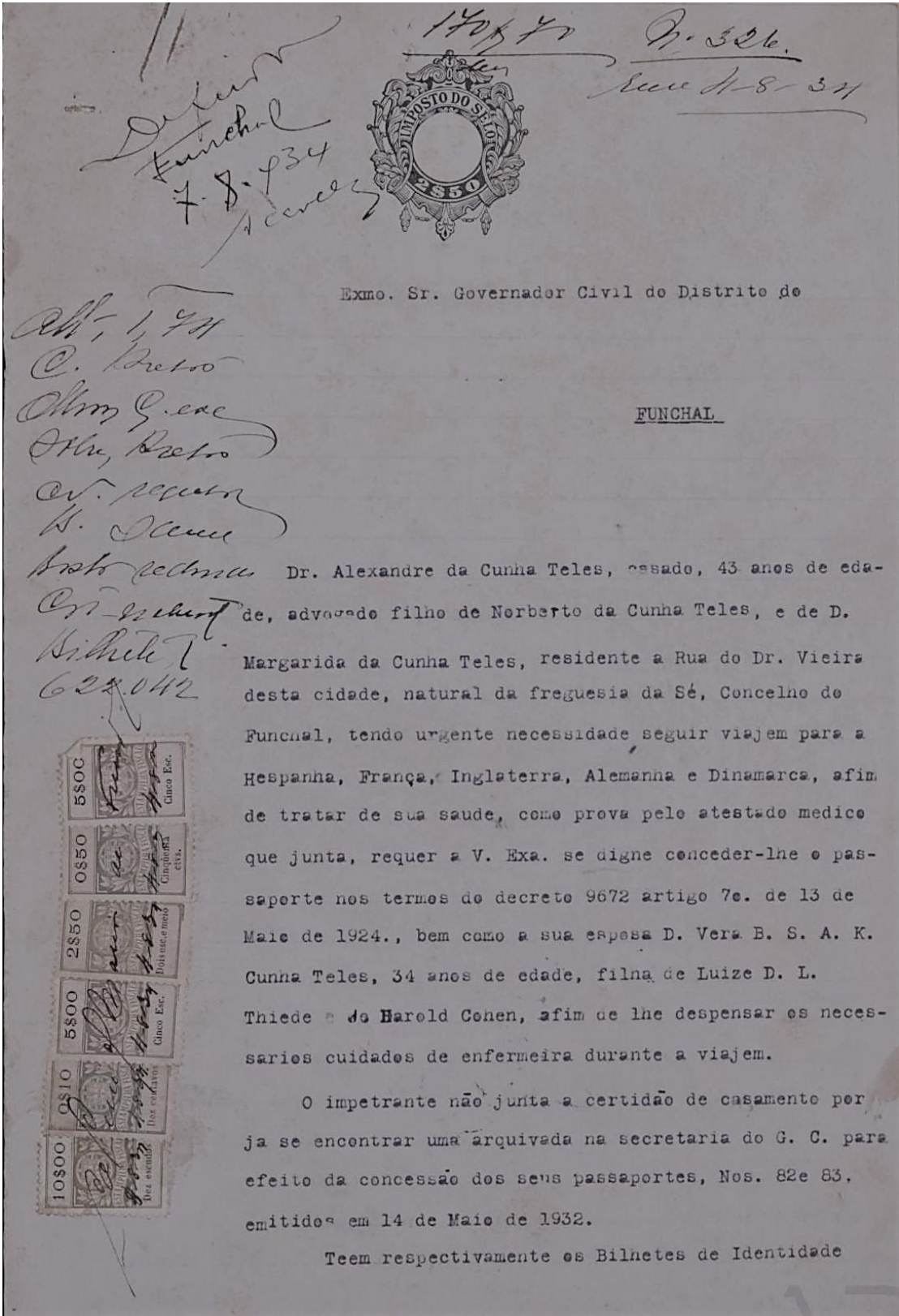
Talão nº 3
Serviço da República
Distrito de Recrutamento e Reserva nº1
Vasco Crispiniano Silva, Ten. Coronel
Faço saber que *Alexandre da Cunha Teles*
Filho de *Marcos da Cunha Teles*
e de *Margarida da Cunha Teles*
Nasceu a *15* de *Maio*... de *1891* na fregue-
zia de *Se...*, concelho de *Zuz...*
Distrito de Recrutamento e Reserva nº1
na situação de *Zuz...*, satisfaz a toda
as condições para poder ausentar-se *para*
Diocese de Lagos da Lusitânia...
pelo que poderá ser-lhe concedido *o...*
comp. militar...
Depositou... anuidades da taxa
militar na importância de *...*
E para constar se lhe passa a presente
autorização que vai assinada e selada
com o selo a branco deste distrito, fi-
cando este documento de nenhum efeito
se o interessado dele se não utilizar
no prazo de trinta dias contados desta
data.

Quartel em Funchal. *15* de *Maio* de
1930

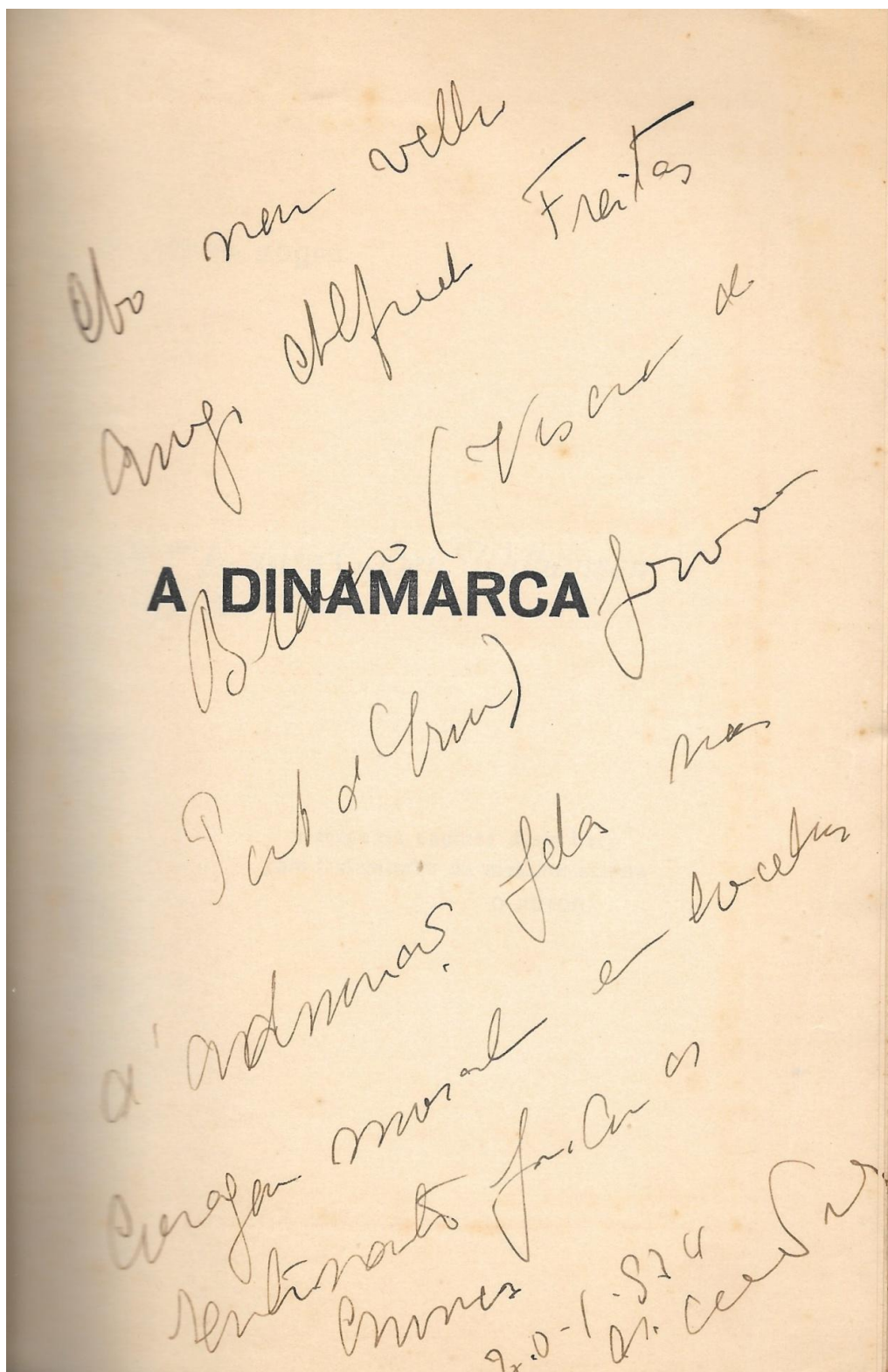
C. Chefe intº



Documento Biográfico 11. Documento para Passaporte
(Fonte: ABM, GCFUN, *Processos de Passaportes*, cx. 340, cap.3, fl.3)

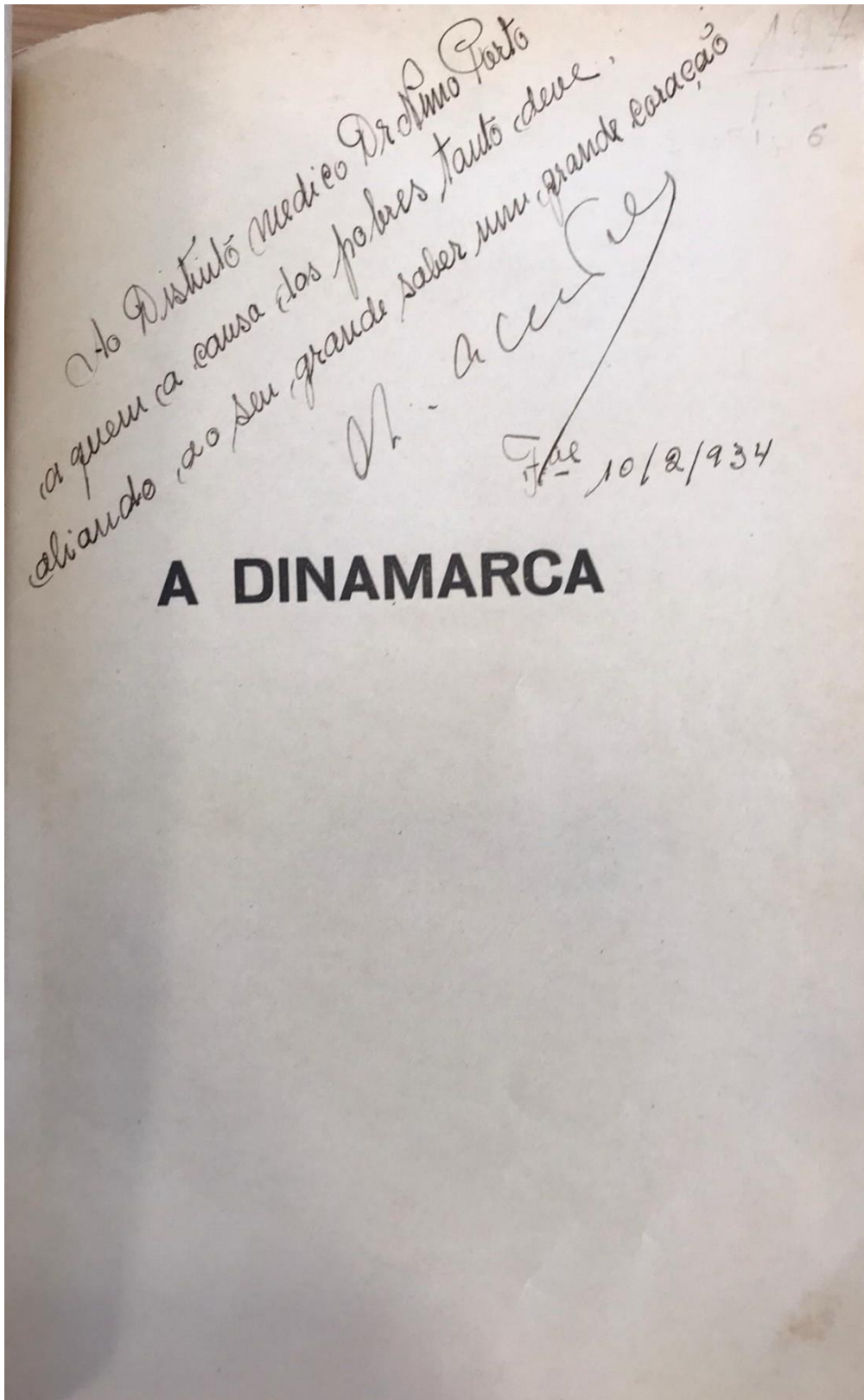


Documento Biográfico 12. Documento para passaporte
 (Fonte: ABM, GCFUN, Processos de Passaportes, cx. 354, cap.90, fl. 2)



Documento Biográfico 13. Dedicatória a Alfredo Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz) no exemplar *A Dinamarca* (Fonte: Exemplar do Autor)⁶⁷⁰

⁶⁷⁰ O exemplar que possuímos apresenta a dedicatória: “Ao meu velho amigo Alfredo Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz) prova d’admiração pela sua coragem moral e lúcido sentimento para com os crimes”. 30 de janeiro de 1934 (Proposta de leitura do prof. dr. Nelson Veríssimo, set. 2022).



Documento Biográfico 14. Dedicatória ao Dr. Nuno Porto no exemplar *A Dinamarca* (Fonte: ABM, *A Dinamarca*)⁶⁷¹

⁶⁷¹ “Ao Distinto médico Dr. Nuno Porto a quem a causa dos pobres tanto deve (aliando ao seu grande saber, um grande coração)”, 10 fev. 1934, com o pormenor de não ser letra de Cunha Teles, mas com a sua assinatura.

Teles (Dr. Alexandre da Cunha)

1891

Nasceu na Freguesia de S. João, desta cidade, a 15 de maio de 1891 e faleceu, em Lisboa, a 16 de março de 1938, vítima de pneumonia. Era filho de General Norberto Jaime Teles e de D. Margarida da Cunha Teles e marido de D. Vera da Cunha Teles, distinta Professora de canto, e pai da Dra. Gíllia da Cunha Teles, assistente da Condição de curso de Instrução Primária, com 19 valores, matriculou-se na Licença de Funchal, cujo curso concluiu em 6 anos, com iguais valores. Matriculou-se, depois, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo concluído o seu curso em quatro anos, com as elevadas notas de 16, 17 e 18 valores. (distinção), em 3 de Fevereiro de 1912.

Depois da sua formatura, frequentou o Curso de Direito da Faculdade de Ciências Económicas e Políticas de Paris.

Em Junho de 1913, foi convidado pelo Governador Civil, Ernesto Corvoel Cardoso, para exercer os cargos de vogal da Comissão Administrativa de Saúde de Mendicidade e orfãos de Funchal, passando a ocupar o lugar de Presidente de C. A. desta instituição, em 1916, por morte de Presidente, o Banqueiro Henrique Vieira de Castro, até à data da sua morte. Não obstante os seus afazeres como Advogado, há mais de vinte anos que dava o seu esforço em faer de assistência.

Em 1915 foi eleito vogal da Associação Protectora dos Animais Domésticos de Funchal, e alguns anos mais tarde, foi eleito Presidente da mesma instituição, cargo que ainda ocupava, à data da sua morte.

Foi também Presidente da Delegação da Cruz Vermelha, nesta cidade, tendo já feito parte da sua Direcção desde 1913.

Foi Director da Comissão Distrital da Assistência aos Tuberculosos, desde a sua criação, e desempenhou o cargo de Conselheiro Jurídico do Consulado do Brasil, no Funchal. Foi depois Vice-Presidente Comunal, desta cidade, no Funchal, para o que foi nomeado em 14 de Junho de 1934. Antes disso, desempenhou o cargo de chanceler deste Consulado.

Foi Professor Previsório de Licença de Funchal e membro da Comissão Administrativa da Junta Geral de Funchal.

Recebeu numerosas condecorações: Lavoura Marceide, por durante a ultima Grande Guerra, de 1914-18, como secretario da Delegação da Cruz Vermelha, tendo prestado serviços por ocasião do bombardeamento das submarinas alemães nesta ilha; Cruz Vermelha de Dedicacao, por ter prestado serviço há mais de dez anos na Cruz Vermelha, e Cruz Vermelha de Merito, por ter prestado relevantes serviços em diferentes Instas da "Illa". "Cruzeiro da Cruz Vermelha de Beneficencia", por relevantes serviços à causa publico; "Cruzeiro de Honra", com que foi agraciado pela Sociedade dos Amigos de Brasil, e relevantes serviços prestados a essa sociedade, "medalha de Caridade e Filantropia", do Instituto de Socorro a Mulheres, por varios serviços prestados, e a este Instituto e foi agraciado pelo Governo do Brasil, em 1932, com o grau de official da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul". Em Janeiro de 1936, foi premiado com a "medalha de prata" (Silver Medal) da Royal Society "Prevention of Cruelty to Animals", de Londres, por serviços prestados na Associação Protectora dos Animais, e "medalha que é a mais alta distincção daquela sociedade". Escreveu varias crónicas, em diarios locais, sobre assuntos madeirenses e politicos, assim como sobre a tuberculose e o Mal de Mendicidade e orfãos de Funchal.

Exemplos de Caridade de Lisboa

139

Documento Biográfico 15. Nota Bibliográfica de Luís Marino sobre ACT (Fonte: ABM, Espólio LMR, Registos bibliográficos, "Teles, Alexandre Cunha", cota 5-10 p. 139)

→ Criminosos

Tomada de Ganta. Em Almanaque de Lembranças Madeirense, para 1909.

A arte e os criminosos. Em Diário da Madeira, do 3 de Julho de 1910.

Cartas de correio e matutinos.

Municipalização da Câmara. Em Diário de Notícias, de 11, 16, 18 e 22 de Setembro de 1913.

Cartas. Em Diário da Madeira, de 2 de Outubro de 1910.

Direito à ree. Crimes de aeronaves - guerra aérea. Em Diário da Madeira, de 15 de Dezembro de 1916.

Telegrafia sem fio. Em Diário da Madeira, de 7 de Janeiro de 1917.

A Madeira recia. Em Diário de Notícias, de Lisboa, em o Diário de Notícias, de Funchal, de 28 de Setembro de 1921.

6 Julgamento de "Tomone". Em Diário de Notícias, de 3 de Dezembro de 1924.

A criminalidade infantil. Nos nºs 20 e 21 da revista separata, de 20 de Dezembro de 1924.

Os vinhos de Contingente. Em Diário de Notícias, de 20 de Novembro de 1926.

A Junta Geral e o Tropicão (Carta). Em Jornal da Madeira, de 12 de Maio de 1927.

Casa e vish. Em Diário de Notícias, de 13 de Abril de 1927.

Junta Geral de Funchal oc a Casa de Tropicão. Em Diário de Notícias, de 21 de Abril de 1927.

Como a Dinamarca encara o Problema da Tuberculose. Em Diário de Notícias, de 18 de Junho de 1930.

As Sociedades da Cruz Vermelha. Em Diário da Madeira, de 29 Junho e 5 de Julho de 1932.

Revista da Madeira. *Arquivo s. Este livro contém*

Questões de momento. O problema da habitação. Em Diário de Notícias, de 13 de Junho de 1932.

A Cruz Vermelha e a Juventude e o Natal. Em Diário de Notícias, de 1 de Novembro de 1933.

A Dinamarca. Funchal, 1933. (Prefácio do Dr. Juvencio de Araujo). Tip. do Sport de Funchal. de 128 págs.

A Helioterapia. (Conferência) do Dr. Carlos de Melo. Funchal, 1933. 7 (carta) *Edição do Diário de Notícias.*

Cartas em nome do autor. *A Revista da Madeira? Livro sem data. e s. v.*

Professor Doutor Gaciro da Mata. Em Diário da Madeira, de 4 de Janeiro de 1935.

140

Documento Biográfico 16. Nota Bibliográfica de Luís Marino sobre ACT
 (Fonte: ABM, Espólio LMR, Registos bibliográficos, "Teles, Alexandre Cunha", cota 5-10 p. 140)

ANEXO II – DOCUMENTOS DA FAMÍLIA

TELES (General Norberto da Cunha)

Nasceu na Freguesia de Santa ~~Triz~~ Cruz, a 23 de Dezembro de ~~1852~~ 1852 e faleceu, nesta Cidade, a 30 de Outubro de 1936.

Fra filho de António Joaquim Teles e de D. Emília da Silva Teles: pai do Dr. Alexandre da Cunha Teles e irmão de D. Deolinda da Cunha Teles e de D. Júlia Maria da Cunha Teles.

Reformou-se no posto de General, em Dezembro de 1922. Foi comandante do Regimento de Infantaria nº 27, no Funchal, tendo sido um exemplar oficial do nosso Exército, onde deixou muitos amigos e admiradores. Foi convidado por duas vezes, para Governador, declinando esses convites. Foi Comandante Militar da Madeira.

Dirigiu a Casa Comercial de Vinhos, Julio da Cunha, Sucessores, de que era chefe. Foi Presidente da Junta ~~Agropecuária~~ Agrícola da Madeira, por duas vezes. Foi o fundador da Cooperativa do Regimento de Caçadores nº 12 que passou a outras unidades que a este se seguiram. Foi Presidente da Comissão organizadora duma Companhia Vinícola da Madeira e Presidente da Comissão Angariadora de Fundos, para a Escola de Artes e Ofícios e desempenhou o cargo de Professor de Desenho de projecção e architectónico no Liceu do Funchal, quando era Capitão.

Possuía as Medalhas de Avis (2) e Medalha Militar de ouro de Classe de comportamento exemplar.

Assentou praça em 24 de Agosto de 1871; foi promovido a Alferes, a 19 de Dezembro de 1875; a Tenente em 3 de Dezembro de 1879 e a Capitão, em 31 de Dezembro de 1884. Foi, também, Tesoureiro do "Asilo de Mendicidade e Orfãos do Funchal", em 1912.

Escreveu vários artigos em diários locais, nomeadamente no "Diário de Noticias" e fez discursos na "Associação Comercial do Funchal", pugnan-
do sempre pelos interesses da Madeira.

Escreveu:

- 1. "A Questão do Alcool". In "Diário de Noticias", de 16 de Agosto de 1909.
- 2. "A Questão Sacarina. Parecer apresentado à Direcção da "Associação Comercial do Funchal". Idem, de 29 de Maio de 1910.
- 3. "A Questão Sacarina". Idem, de 14 de Janeiro de 1911.
- 4. "Esclarecimento público. Carta". In "O Povo", de 24 de Abril de 1933.

Documentos Família 1. Nota Bibliográfico de Luís Marino sobre NJT

(Fonte: ABM, Espólio LMR, *Registos bibliográficos*, "Teles, General Norberto Jaime", cota 5-10 p. 143)

N.º 47

Aos dezesete dias do mez de Novembro do anno de mil
centos setenta e sete n'esta Igreja Parochial de
São Pedro, Cavellha e Quicima da Favelha

perante Mun. Paulo Collado doita mesma
parochia e Coupo Theodorassi da S.ª favelha
Paul abauo assignado Gregorio J. de Alpin
compareceram os contrahentes Norberto Jaime Teles e
Dona Margarida de Matos Cunha
os quaes conheo, e seem os proprios

e com os mais papeis do estylo corrente, e sem constar de impedimento algum ca-
nonico ou civil para este Matrimonio, elle de idade de seis e quarenta
annos Completo, Settimio, alferes de Bratallha
de Cacim, doze, Com licenca de respectiva Censuaria
natural da Villa e Cavellha de Santo Antonio

Luiz baptizada na mes-
ma e Cavellha residente na de Santa Luzia
Artilha Quicima da Favelha filha Agustina Antonia da
quicima Quicima da Favelha natural da dita Villa
e Cavellha de Santo Antonio e de
Dona Emilianas da Villa Tilles, infalleida
natural da mesma Villa e Cavellha

e elle de idade seis e quarenta
annos Completo, vivendo com cada de seus
ppres Consentimento de elle, natural da freguesia da S.ª
desta Cavellha baptizada
na mesma e residente nesta de São Pedro, e

ABM

ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA

Documentos Família 2. Registo Casamento de Norberto Jaime Teles e Margarida de Matos Cunha
(Fonte: ABM, PFUN, Paróquia de São Pedro, Liv. 1415, fls. 47-47 v.º)

primeira cooperativa de iniciativa dos tecelões.

A sociedade Cooperativa dos oficiais do Regimento de Caçadores nº 12 começou a funcionar a 1 de Fevereiro de 1892, ficando instalada num compartimento do rés-do-chão do quartel do Colégio, onde estava o regimento.

O regimento de Caçadores nº 12, que havia sido criado a 4 de Maio de 1861 no Minho, foi transferido para a Madeira em Junho de 1864, tendo sido extinto a 8 de Outubro de 1899. Em seu lugar foi criado o Regimento de Infantaria nº 27 e depois, a partir de 1971, nº 19. A mudança da cooperativa para a primeira situação ocorreu em 11 de Dezembro de 1909. A anteceder a abertura da mercearia da cooperativa aos utentes havia-se realizado, a 31 de Janeiro, uma assembleia geral dos oficiais do regimento para eleger a direcção. De acordo com a acta, então lavrada, sabe-se que a mesma ficou composta pelos seguintes elementos, eleitos para um mandato de seis meses:

PRESIDENTE: Capitão Norberto Jayme Telles

TESOUREIRO: Tenente João Rodrigues Baptista

SECRETÁRIO: Alferes Henrique Luis Monteiro

No dia imediato a direcção iniciou a sua actividade, providenciando os contactos com os comerciantes locais e do continente, para assegurar o recheio de géneros a fornecer aos seus associados. Para isso convidou publicamente, por anúncio publicado no “Diário de Notícias”, os fabricantes de pão e donos de talhos a apresentarem a sua proposta de fornecimento de géneros à cooperativa. Quanto aos demais bens de primeira necessidade foi decidido adquiri-los no continente ou por compra directa aos produtores.

Entretanto na reunião de 2 de Março foi feito um balanço da quotizações pagas pelos sócios, para novas apostas no fornecimento de bens em Lisboa. Por aqui ficamos a saber que todos os associados pagavam uma cota mensal de quinhentos réis. O aumento do seu património levou a direcção a providenciar em Junho um seguro pela “Alliança Madeirense”, sendo o seu património então avaliado em 1 conto de réis.

Com os 27\$500 réis das cotas e jóias dos seus associados a direcção adquiriu os livros para a escrituração e os primeiros géneros aos grossistas locais:

N.º 186 Aos descreitos dias do mez de Novembro de um
no de mil oitocentos e oitenta e oito, no Paro-
quia Parochial de São Pedro, Parochia
do Diocese do Funchal, baptisou solemn-
mente um individuo do sexo femi-
nino a quem dei o nome de Ana,
que nasceu nesta freguesia, a uma e
meia hora da noite de vinte e seis do
mez d'Outubro proximo passado, fo-
ra legitimo de Roberto Jayme Telles,
ABM

83
Novel

Alfons de Batalhão de Caçadores dezoze,
natural da Villa e Parochia da Santa
Cruz, e de Dama Margarida Cunha
Telles, q'uermos de seu lego, natural da
freguesia da de' d'outro Parochia, nati-
do nesta de São Pedro, foy cluiano
nella mundos a' Celenda do Peço
neta paterna Antónia Joaquina Ter-
reira Telles, e Dama Humiliana
da Silva Telles, e neto materno de Juliano
Augusto Cunha, e Dama Margarida
da Mattos Cunha. Foi padrinho
Alexandre Pedro Cunha, viuvo, par-
ochiano, mundos a' Rosinho de
Cruz, freguesia de Santa Margarida
Mairim, e mandou vir a avo' materno
João da Mattos da Mattos Cu-
nha residente a' vila da Camunha
da freguesia: os q'ueros dei serem os
proprios. E para Custas de laço
em duplicado este assunto, que, de fo-
ra de lido e confesso perante os padri-
nhos Comu' q'u' o assignam. Con-
ut supra

Margarida de Mattos Cunha
e Alexandre Pedro Cunha

João Viegas Gregorio da Mattos

Documentos Família 4. Registo de batismo de Ana (Irmã mais velha de ACT)
(Fonte: ABM, PFUN, Paroquia São Pedro, Liv. 1382, fls. 82v.º-83, registo batismo nº 186)

N. 113

No nove dias do mes d'Agosto do anno de mil
 e cento e oitenta e seis, no esta Egreja Parochi
 al de San Pedro, Juu de M. e Devese do Parochal
 baptisci de lha seguinte um individuo de
 sepa feminino a quem dei o nome de Julia
 que nasceu nesta freguesia, as oito horas
 da manha de dia vinte de Julho proxi
 mo passado, filho legitimo de Roberto
 da Silva. Joazeiro Telles, Capitão do Regimento
 de Caçadores numero doze, natural
 da Villa e Concelho de Santa Cruz, e de
 sua Consorte Dona Margarida Junha
 Telles, viuvo de seu cõn. natural da
 freguesia da Si, recebidos nesta de São
 Pedro, parochianos, moradores d'al
 canda do Pico, antiga rua de Santa Chm.
 meta paterna de Antonio Joaquim Ferni
 ra Telles, e Dona Henriqueta da Silva
 Telles; e materna de Julia e Augusto Junha
 e Dona Margarida de Mattos Junha. -
 Foi padrinhos o avô paterno e Antonio

361767

45
Nunes

Joaquim Ferruz Telles, viuvo, solteiro, mora
 dor da rua de San Francisco, freguesia da Si; e
 Madrinha Dona Julia e Augusto Junha de
 tin, tia materna da baptizada, moradora
 a rua da Carreira desta freguesia: os que se
 dei serem os proprios. E para constar lavra
 em duplicado este assento, que, depois de le
 do e conferido perante os padrinhos Comu
 go assignaram. Em ut supra
 Julia Augusta Quaka.
 Antonio Joaquim Ferruz Telles
 D. Maria Regina Gregorio de Mattos

Documentos Família 5. Registo de batismo de Julia (irmã de ACT)
 (Fonte: ABM, PFUN, Paroquia São Pedro, Liv. 1390, fl. 44 v.º, registo batismo nº 113)

N.º 120

Admone deus domini de Julho do anno de mil e
to cento e oitenta e dois nesta Igreja Paroquial de
São Pedro, Loucellos e Góes de Bunchal, batiza-
do solemnemente com o nome de Julio, que nasceu
nesta freguesia, ás quatro e tres quartos de
horas da tarde do dia vinte e cinco de Ju-
lho proximo passado, filho legitimo de
Roberto Payne Telles, tenente de Caçadores
doze, natural da freguesia Loucellos de Santa
Cruz, e de D.ª Margarida Cunha Telles,
governosa de sua casa, natural da freguesia
de S.ª de Loucellos, recibida nesta de S.ª de S.ª,
paroquial de Loucellos, moradores, a antepassada de Santo
Claro; seus pais de Antonio Joazeiro Telles,
e D.ª Margarida de S.ª de S.ª Telles, e
materna de Julio Augusto Cunha, e
D.ª Margarida de S.ª de S.ª. Foi padri-
nho o Sr.º Antonio Telles Augusto Cunha, en-
gado, presbitero, morador na sua da Camm-
munda freguesia; e madrinha D.ª D.ª de S.ª
Telles, de S.ª, tia paterna do baptizado, mora-
dora a sua de S.ª de S.ª, freguesia de S.ª;
as quaes se deram os seguintes. E para constar
lavoura em duplicado este assento, que, depois
de lido e conferido perante os padroeiros, com
migo o assignam. Em ut supra. Fez-se em
Julio Augusto Cunha
Deslinde T. de S.ª
Henrique T. de S.ª

Documentos Família 6. Registo de batismo de Julio (irmão de ACT)
(Fonte: ABM, PFUN, Paroquia São Pedro, Liv. 1386, fl. 49, registo batismo n.º 120)⁶⁷²

⁶⁷² Possível irmão gêmeo de Júlia que não sobreviveu

Aos doze dias do mês de Junho de mil novecentos vinte e cinco, compareceu na Secretaria do Governo Civil do Funchal, Mrs. Juliana de Almeida Bastina

Stephanie Cohen da Cunha Telles de doze anos de idade, natural de Algarve, residente em Rua do Dr. Vieira filha de Carroll Cohen e de Luiza Regina Judovica Triade e declarou que pretendendo obter

passaporte para uma viagem a Alemanha e Polónia e não podendo apresentar o respectivo certificado do registo criminal, por ter nascido fóra do distrito, dava para seu abonador e fiador a Dr. Carlos da Silva

Artilheiro, em pagamento publico, morador em Rua do Dr. Moraes 445, o qual estando presente, declarou que conhece bem o impetrante, sabe que está isento de crimes, e por isso o abonava e afiançava, sujeitando-se ás responsabilidades legais que desta abonação e afiançamento lhe possam advir. Para constar se lavrou este termo que vai ser assinado pelo referido fiador, pelo afiançado, e pelas testemunhas Augusto Cesar de Oliveira

usado por publico, morador nesta cidade e Francisco de Souza Paes, usado por publico Francisco da Silva usado por publico Antonio Joaquim Caetano Junior, secretario geral, que subscrevo

Handwritten signature: Silva



Fiador Dr. Carlos da Silva

Afiançado Mrs. Juliana de Almeida Bastina

Testa Augusto Cesar de Oliveira

Dita Manoel Mancisco e José Barretto



AVERBAMENTOS

Registo n.º 547
 Processo n.º 547
 Maço n.º 11

Tarquino da
 Fozzen Hall

Marta Cohen
 da Cunha Teles

REGISTO DE CASAMENTO

A's sete horas e do dia do mês de outubro do ano de mil novecentos

do Estado da freguesia de S.ª Catharina concelho de Tomar...
 O NOIVO...
 a NOIVA...
 O NOIVO...
 a NOIVA...
 O NOIVO...
 a NOIVA...

1. Por certidão da Cerereia var...
 Civil da Comarca de Lisboa...
 2. A separação de pessoas e bens...
 Vro. Doc. nº 235. Maço 7. Ano...
 1978. Em ante e sem de No...
 1. Just. da Com. de

Bol. nº 275/75-D. à O.ª Oliv. de Hoj...
 Ed. An. nº 3 em 14 de 1483 de 1970.
 Tip. Bazar do Povo-74938



Documentos Família 8. Registo de Casamento de Marta Teles e Tarquino Hall (Fonte: ABM, CRCFUN, Registo Casamento, L.º 110, fl. 549, nº 547)

TELES (António Alexandre de Sousa Cunha
Nasceu no Funchal, por 1935.

Frequentou o Liceu de Funchal, até o 4º Ano tendo, depois ido para Continente Português, onde se dedicou ao Cinema. Esteve em Paris, onde frequentou um Curso de Realização e Produção de Cinema, de I.O.H.E.C., obtendo o diploma de Filmologia, na célebre Sorbonne. Era, em 1962, Director de Estudos Universitários de Cinema, em Lisboa, onde desenvolveu uma acção altamente

É filho de Advogado, Dr. Alexandre da Cunha Teles e da sra. D. Ana Kristine Stáphie Vera Perreira Coxen da Cunha Teles. De General Norberto João Teles e de D. Margarida da Cunha Teles. Mãe: Otilia Coen da Cunha Teles, Luísa Coen da Cunha Teles, Marta de Coen da Cunha Teles (pintora), Eurénia Teles, (médica), António da Cunha Teles (cirurgião).

Esteve na nossa Ilha, em Dezembro de 1962, com uma equipa de cineastas, franco-portugueses, a convite dos T.A.P., para iniciar os trabalhos de uma curta metragem, sobre o nosso Arquipélago, intitulado "Lettre au Madère" (Carta da Madeira), e nele, embora ~~nenhuma~~ esteja incluída uma ligeira história de fundo, ~~nenhuma~~ tem papel primordial, a paisagem madeirense. Cunha Teles, anunciou, então, o projecto de realizar uma longa metragem, sobre a nossa Ilha, numa entrevista concedida ao Jornalista Ferreira da Silva, que foi publicada no "Diário de Notícias", de 18 de Dezembro de 1962. Este

filme intitula-se "As Ilhas Encantadas" e tem como realizador Carlos Vilardebo e ~~com~~ interpretação por Amália Rodrigues, do actor italiano, Clemente, o cavaleiro tournoimítico João Mestre Baptista, etc. (ver boletim ~~perana~~).
É, presentemente (1979) director do "Instituto Português de Cinema".

Em Outubro de 1970, foi distinguido com o Grande Prémio de Cinema Nacional de 1969, da S.F.I.T., para longas metragens, pelo filme "O Cerco", (Comercialmente inédito em Portugal).

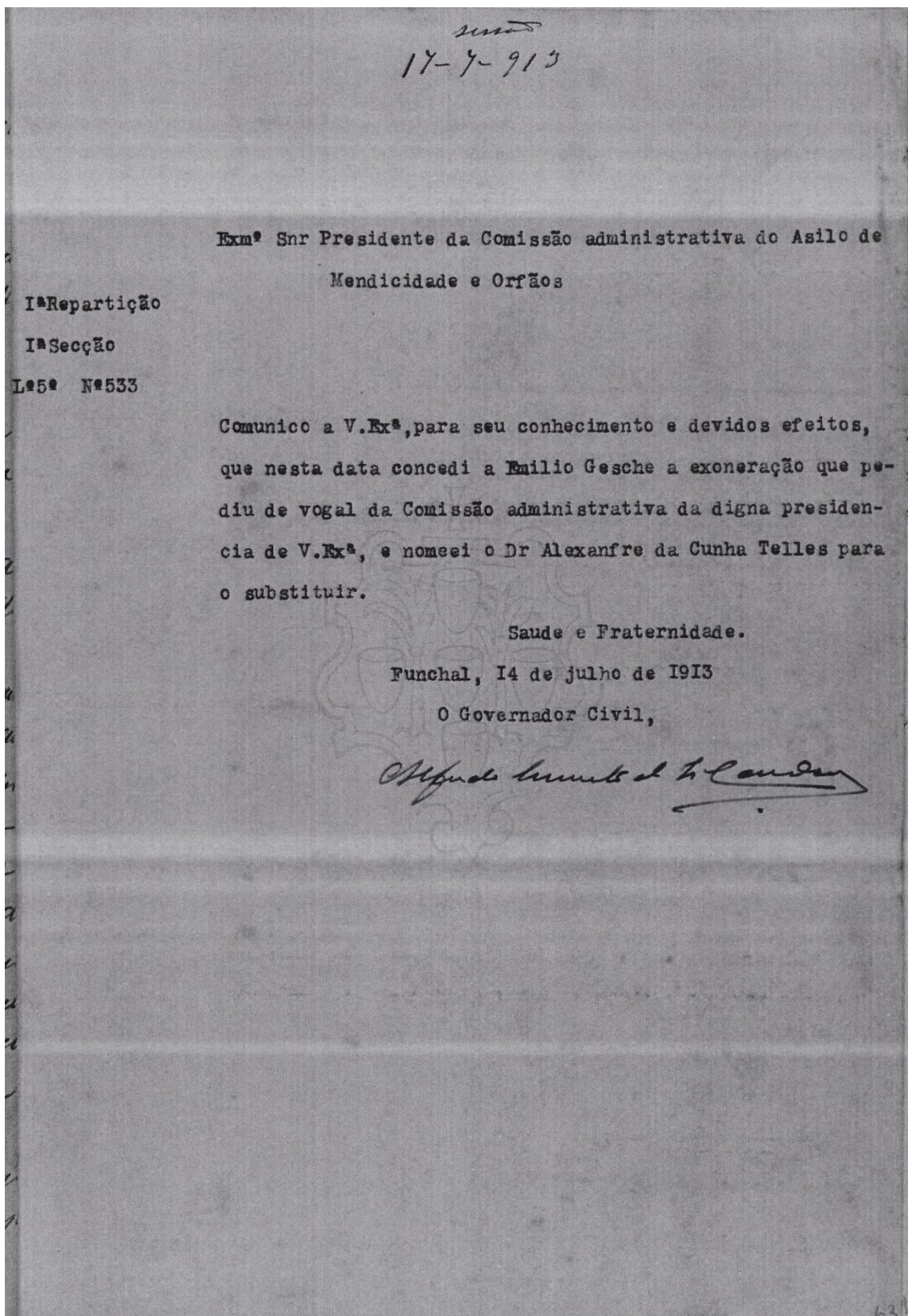
Esteve, em Maio de 1977, presente no Festival de Cinema de Cannes, como convidado do Instituto Português de Cinema, que investiu, em 1977, naquela certame ~~internacional~~ internacional, a quantia de quinhentás contos. Cunha Teles viu o seu filme "Índies da Meiz Praia", seleccionado para o "Quinzena", manifestação paralela do Festival Internacional, de Maio 1977.

339

Documentos Família 10. Nota Bibliográfica de Luís Marino sobre António Cunha Teles (Fonte: ABM, Espólio LMR, Registos Bibliográficos, "Teles, Alexandre de [Cohen] Cunha", cota 10-16 p. 339)⁶⁷³

⁶⁷³ António Alexandre Cohen da Cunha Teles, certamente lapso pois não possui «Sousa» no nome.

ANEXO III – DOCUMENTOS INSTITUIÇÕES



Documentos Instituições 1. Nomeação de ACT para o cargo de Vogal do AMOF
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.14, cap.63, fl.123)



Funchal, Setembro 6 de 1926

Exmo Snr.

Dr. Alexandre da Cunha Telles

Acusamos a recepção do gentil officio de V. Ex. tão honroso para esta agremiação artistica e para o signatario d'este officio, e no qual V. Ex. nos pede a sua inscripção como socio protector da "Banda Municipal". Toda esta sociedade recebeu com o mais alto regosijo o pedido de V. Ex, não só pelo auxilio moral e financeiro que V. Ex. nos vem prestar, como tambem pela honra que V. Ex. nos dá sendo nosso associado. Tem esta direção a certeza de que V. Ex. não terá de arrepender-se nunca do seu penhorante gesto, pois que a "Banda Municipal", como associação de recreio e arte, e pela conducta que sempre tem mantido, atravez dos seus 76 anos de existencia, é uma instituição que merece ser auxiliada e protegida. Muito reconhecida pela grata gentileza de V. Ex. a "Banda Municipal, inscrevendo o nome illustre de V. Ex. no ^{momento oportuno} registo dos seus socios protectores, aguarda para pedir a V. Ex. uma visita a esta casa, onde não ha pompas nem grandesas, mas onde V. Ex., assim o esperamos, sa ha de sentir á vontade durante os momentos que cá passe. Protestando a V. Ex. o nosso mais subido apreço e a maior consideração, somos

de V. Ex. Mto Attos,
V. de V. Obdos,
Pela Direção

J. H. D. Am

16

Documentos Instituições 2. ACT sócio protetor da Banda Municipal do Funchal
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap.16, fl.34)


GOVERNO CIVIL
DO
DISTRITO ADMINISTRATIVO
DO
FUNCHAL

1.ª República
Line 6.ª N.º 219

Serviço da República

Exmo Snr. Presidente da Comissão Administra-
tiva do Asilo de Mendicidade e Orfãos

Funchal

Segundo estou informado, o Asilo de Mendicidade e Orfãos de que V.Exã. é mui digno Presidente, tem as suas receitas muito reduzidas, mal chegando para 4 mezes, vendo-se a sua Comissão Administrativa em sérios embaraços para obter receitas com que possa fazer face ás despesas dos restantes mezes.

Esta situação não é de hoje nem de ontem.

E na Madeira, nacionais e estrangeiros, não desconhecem a dedicação e sacrificios de toda a espécie, com que V.Exã. tem promovido várias festas de caridade, quer nos teatros quer nos salões, e a tudo tem atendido e providenciado para criar e dar vigorosos elementos de vitalidade áquella benemérita instituição, sem os quais já teria decerto encerrado as suas portas ou pelo menos limitado a sua acção protectora.

E como todos estes factos revelam da parte de V.Exã. os maiores princípios altruistas e são dignos do maior louvôr, do meu dever é comunica-los ao Exmo Presidente do Ministério e Ministro do Interior, o que faço nesta data.

Com os protestos da minha consideração e estima desejo a V.Exã.

Saude e Fraternidade

Governo Civil do Funchal 17 de Janeiro de 1929

O Governador Civil

José Maria de Santos

30

Documentos Instituições 3. Telegrama do Governador Civil dirigindo palavras de apreço a ACT
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap.30, fl.62)

Foreign Postage 2½ first oz. and 1½ each oz. after.

BLANDY BROTHERS & CO^{LD}
(ALSO at LAS PALMAS, GRAND CANARY)

Coal Depôt Proprietors.
STEAMSHIP AGENTS, LLOYD'S AGENTS,
BANKERS.

LONDON CORRESPONDENTS
BLANDY BROTHERS & CO (LONDON) LTD
3, NEW LONDON STREET, E.C.3.

Telegraphic Addresses:-
BLANDY, FUNCHAL, LONDON, LASPALMAS.

Codes Used
A.B.C. SYSTEM BENTLEYS,
MARCINI, PETERSONS, SCOTTS,
LIEBERS, STANDARD & B LETTER,
WESTERN UNION & LETTER

Funchal, Madeira.

5th December 1929.

TFW/DH.

Dr Alexandre da Cunha Telles,
Rua do Dr. Vieira 59,
FUNCHAL.

Dear Doctor Telles,

In reply to your letter enquiring for our best price of
Bread, we beg to quote you -

For Loaves of 5 and 6 to the Kilo at the rate of Esc. 1890 *per kilo.*
less 10% allowance to you.

We request you to keep this price a secret inasmuch
as it is below the current prices we are asking in Funchal. We
make this concession to you because the bread may be used in your
charitable organisations.

We trust this will be satisfactory to you,
and remain,

Yours sincerely,

Blandy Brothers & Co^{LD}

J. Walton.
CHIEF ACCOUNTANT

1890
185
1701

Documentos Instituições 4. Telegrama de Blandy Brothers para ACT em resposta ao pedido de redução
preços do pão
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap.44, fl.90)

ESTABELECIDOS EM 1879
MANOEL DOS PASSOS FREITAS & Ca. Lda.

Importadores & Exportadores

Escritorio: Rua da Queimada de Cima, 26
Armazens: Rua da Queimada de Cima, 24 e 30, 19 a 23 1.º, 2.º e 3.º
Estabelecimento: Avenida Ant.º José d'Almeida, 2 a 4
" Rua Cap. Tent. Carvalho Araujo, 1, 2
" Rua João Távira, 21, 23
" Rua da Alfandega, 31, 33, 35
" Rua da Queimada de Baixo, 21, 23
MADEIRA

Funchal, 1 de Julho de 1931

End. Telegrafico: CENTRAL - Funchal

TELEFONE, 536

Odigos { A. B. C. 3.ª Edição
Ribeiro.

Ilmo. Sr. DR. Alexandre Cunha Teles
N E S T A .

Meu caro Dr. Cunha Teles

Com os meus melhores cumprimentos e atendendo ás
inumeras finezas que lhe deve--finezas que de modo algum poderei
pagar--envie-lhe junto a importancia de I.500\$00 para os seus pebres
aziladas, tendo eu perem --dáda a muita consideração em que o tenho--
aberte a excepção para com o Dr. mandando-lhe uma verba muito maior
de que as ofertadas a outras instituições similares, motivo porque sobre
este particular lhe peço a maior confidencia.

Sem outro assunto, accite mais uma vez cumprimentos
desta sua dedicada e rogo-lhe o favor de transmitir a sua esposa e
miudes tambem os meus cumprimentos.

Carregado

Documentos Instituições 5. Telegrama da companhia Passos Manuel a ACT em resposta ao pedido de verbas para o AMOF
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap.75, fl.152)



Club Desportivo Nacional

Fundado em 8 de Dezembro de 1910

CONSIDERADO DE UTILIDADE PUBLICA POR DECRETO DK 27 de ABRIL de 1927

CANPO DE JOGOS:

ESTADIO DOS BARREIROS

FILIADO:

Associação de Futebol do Funchal
Liga Madeirense de Desportos Atleticos
Liga Madeirense de Desportos Nauticos

Exp. Direcção.

SECÇÕES:

- Futebol
- Atletismo
- Hockey
- Tennis
- Basket-Ball
- Ginastica
- Tiro
- Natação
- Water-Polo
- Veia
- Semo

Funchal, 9 de Dezembro de 1931.

Exmo. Snr. Presidente da Comissão Administrativa do,
"Asilo de Mendicidade e Orfãos do Funchal"

N' e s t a.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.Excia que a Direcção deste Club resolveu entregar a essa benemerita instituição o trofeu constituido por uma taça de prata que foi disputado num desafio de football realizado entre as categorias de Honra deste Club, e Club Sport Maritimo, em virtude do resultado do aludido desafio ter sahido um empate para ambos os contendores.

Este Club roga a V.Excia faça de novo ser disputada a mencionada taça, num desafio entre os dois aludidos Clubs.

Com a mais alta consideração me subscrevo, desejando a V.Excia

Saude e Desporto,

Pela Comissão Administrativa do E. Barreiros.

António Villar Freitas

O Director- Tesoureiro.

Documentos Instituições 6. Disputa de Futebol com o trofeu a reverter em favor do AMOF
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap. 97, fl.196)

MADEIRA.

Funchal 10 de Março de 1932

Exmo Snr Presidente da Comissao Administrativa do Azilo
de Mendicidade e Orfaos

Funchal

Exmo Snr,

Tendo conhecimento de que o meu filho, John
Carwithen Leacock, falecido em Londres no dia 10 de
Fevereiro passado, expressou desejo de entregar ao
Azilo de Mendicidade e Orfaos do Funchal a importancia
de £ 100.0.0, para auxiliar a manutengao da obra de
benificencia que esta Casa vem realizando, cumpre-me
enviar a V.Exa junto a referida importancia em
cheque sobre Londres.

Sou com a maior consideracao
De V.Exa
Atta Vra

John Leacock

Documentos Instituições 7. Telegrama da Família Leacock para ACT
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.15, cap.114, fl.230)

CODES
ABC 5TH ED. IMPROVED
BENTLEY'S

EMILE MARGHAB & CO. LDA.
FORMERLY
FARRA & MOGABGAB, LDA.
MANUFACTURERS OF
HAND MADE EMBROIDERIES
RUA DOS FERREIROS 165 — P.O BOX 110
FUNCHAL MADEIRA

CABLE ADDRESS
"FARGO"
FUNCHAL
TELEPHONE 585.

3rd November, 1933.

The President,
The Poor House Committee,
Funchal.

Dear Dr. Teles,

Allow me to forward herewith two small donations to the
excellent institution under your charge, in MEMORY of the
late Mr. ANTONIO VIERA DE CASTRO.

From Mr. & Mrs. Emile Marghab	100 Esc.
From Theo Mogabgab,	50 "
	150 "

This is a beautiful and practical custom which is growing
stronger and stronger in our Country (Cyprus). ^{widespread} ^

Yours Sincerely,

Theo. Mogabgab

Documentos Instituições 8. Telegrama da Família Mogabgab
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.16)

ENDEREÇO TELEGRÁFICO:
AGRICOLA-FUNCHAL
TELEFONE-154.

ESTABELECIDADA EM 1900

CODIGOS:
BENTLEY, A. B. C. 5 8 1 6 3
RIBEIRO, MARQUEZ
RATPOLY MOSS
PARTICULAR

LEONEL G. LUÍS, LDA.

SUCESSORES DA ANTIGA FIRMA

A. B. C. DE SAMPAIO

CAIXA POSTAL, 79

FUNCHAL-MADEIRA

LEONEL G. LUÍS
ALFONSO S. PALMEIR

Dezembro 18, 1928

Exmo. Sr. Alexandre da Cunha Teles
Digníssimo Presidente do "Asilo de Mendicidade e Orfãos"
Funchal

Tendo a nossa firma tomado a iniciativa da publicação dum numero unico intitulado "Noticias da Festa" composto de 12 paginas impressas em papel de luxo, e contendo uma distinta e variada colaboração, resolvemos que o produto integral da sua venda revertesse em favor das instituições de caridade desta Ilha.

Com esse fim propomos reservar 300 exemplares para o "Asilo de Mendicidade e Orfãos" e pedimos a V.Exa. o favor de nos informar se a instituição de que V.Exa. é digno presidente pode atender á sua distribuição de porta em porta, ficando o produto da sua venda para essa instituição.

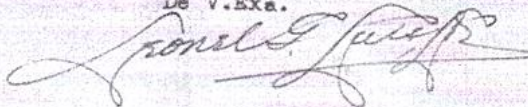
Vamos anunciar nos jornaes a distribuição a fazer pelas diversas casas de caridade do Funchal e dos campos, fixando o preço em 1,00 embora os seus distribuidores possam obter mais dos amigos da v/instituição, pois como V.Exa. verá pelo exemplar que junto enviamos, não mencionamos preço algum.

Agradecendo a V.Exa. o acolhimento dispensado á n/iniciativa que, sendo como V.Exa/ constatará, um empreendimento comercial moderno, conseguimos alear-lo a uma obra de solidariedade social, contribuindo, embora em pequenas escala para as obras de caridade existentes na Madeira.

Pedimos o favor da v/resposta o mais breve possivel afim de podermos reservar o bairro em que a referida distribuição deverá ser feita.

Com a mais alta consideração, nos subscrevemos,

De V.Exa.



Documentos Instituições 9. Telegrama da Empresa Leonel G. Luis, Lda para ACT
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.16, cap.70, fl.142)

Charity Concert

A Concert in aid of the Poor House "Asilo de Mendicidade" will be held at the Municipal Theatre, Wednesday, 11th. March, at 8.30 P. M. under the patronage of the following ladies, who solicit your kind help to support one of the most deserving of the Funchal Charities.

The following performers will take part.

Miss Maria Eugenia de Oliveira (Pianist)
Mrs. Geddes Scott acompanist and whistling sole by request

Mrs. Vera da Cunha Telles Dramatic Soprano

Mr. Stone Singer (Barytone)

Vasco de Andrade

Carlos Silva

Manoel José d'Olim Junior

Variation in viola and guitars

THE COMMITTEE

Viscontess Ullswatter
Mrs. Maria Thereza Vaz Pacheco Correia Silva
Mrs. Carolina dos Passos Freitas Garton

Documentos Instituições 10. Panfleto de *Charity Concert* (concerto de caridade) em benefício do AMOF⁶⁷⁴

(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.9, cap.2, fl.2)

⁶⁷⁴ Com a participação de Vera da Cunha Teles, esposa de ACT.

Charity Dance

A Dance in aid of the Poor House and Orphanage "Asilo de Mendicidade" will take place at the Casino Victoria, Thursday, 5th March at 9 P.M. under the patronage of the following ladies, who solicit your kind help to support one of the most deserving of the Funchal Charities.

THE COMMITTEE

Viscondessa de Geraz de Lima
D. Maria do Carmo de Andrade Albuquerque Vieira
Mrs. J. B. Brown
Mrs. Hudleston
Mrs. Genevieve Labordère Cunha
Mrs. B. A. Rhodes
D. Lidia Vieira de Castro
D. Wera da Cunha Telles

Documentos Instituições 11. Panfleto *Charity Dance* (Baile de Caridade) em benefício do AMOF⁶⁷⁵
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx. 9, cap. 2, fl. 3)

⁶⁷⁵ É membro desta comissão Vera da Cunha Teles, esposa de ACT.

Lady Maud Warrender's
Garden Fete
 at
QUINTA DA BOA VISTA
March 30th at 3p. m.

IN AID OF THE POOR HOUSE AND ORPHANAGE
ASILO DE MENDICIDADE
 UNDER THE PATRONAGE OF
 His Excellency the Civil Governor
 the Military Governor

AND THE FOLLOWING LADIES AND GENTLEMEN

<p>Mrs. Campbell Alexander Mrs. and Miss Blandy Mr. and Mrs. P. G. Blandy Mr. and Mrs. J. R. Blandy Mr. and Mrs. Bolger Hon. Ble Lady Mc. Calmont Mrs. Cossart Mr. and Mrs. E. Cossart Mrs. Dalziel Mr. and Mrs. Debenham Miss Van Dresser Dr. Grabham Rev. and Mrs. Graham Mrs. and Miss Harben Mr. H. Lester Mr. and Mrs. Hockley Mr. and Mrs. Keogh Mrs. Lee Mr. and Mrs. H. Miles Mr. and Mrs. Cecil Miles Mr. and Mrs. T. W. Mullins Mr. Marghab Mr. and Mrs. Reynell Pack Mrs. and Miss Power Mr. and Mrs. C. A. Power Miss Perisse Mrs. Rhodes Lady Rowley Mr. and Mrs. Sanderson Mr. and Mrs. Turnbull Dr. João de Almada and Miss Almada Miss Joana Avelar Dr. and Mrs. Alberto de Araujo Dr. and Mrs. Ruy da Camara and Misses da Camara</p>	<p>Mrs. Clara Vieira de Castro Consul and Mrs. F. H. da Cunha and Miss S. Cunha Miss Mathilde Sauvayre da Camara Miss Dores Sauvayre da Camara Mrs. Joana A. da Camara Comander Teixeira Diniz Dr. Romano Santa Clara Gomes and Misses Santa Clara Gomes Mrs. Marie Camille Houghton Mrs. Antonieta do Nascimento Jardim Mr. and Mrs. Ricardo Jardim Dr. and Mrs. Nuno Ferreira Jardim Viscountess Geraz de Lima and Miss Geraz de Lima Mrs. Maria de Vasconcellos Lutz Mrs. and Miss Goulart de Medeiros Mr. and Mrs. Luiz da Rocha Machado Mrs. Carlos Gonsalves Marques Miss Gertrude Norman Mrs. Tereza Doria de Oliveira Dr. and Mrs. Gastão Ribeiro Pereira Mr. Carolina Doria Pimenta Viscountess Vale Paraiso Captain and Mrs. A. dos Santos Pereira Major and Mrs. Leovegildo Rodrigues Mrs. Zdziaslas Szczerbinska Mrs. Dev Smith Dr. and Mrs. Alberto Toscano Mrs. Luiza de Ornelas Tomaszeka Dr. and Mrs. A. da Cunha Telles Miss Manoela Favila Vieira Mr. and Mrs. John Welsh</p>
---	---

GUITAR BAND - DANCING IN COSTUME - TEA - FORTUNE TELLING
CONCERT
*M.^{me} da Cunha Telles - Mr. Graham - Miss Sheila Power - Mr. Burchard
 and Lady Maud Warrender*
FANCY STALLS - SWEETS - FLOWER & FRUIT STALLS - LUCKY DIP

ADMISSION including tea 3/- or 15 Escudos Children 2/- or Esc. 10\$00

Tip. Casa Pithé - Pombal

Documentos Instituições 12. Panfleto de “Garden Fete” (Festa de Jardim) em benefício do AMOF⁶⁷⁶
 (Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.9, cap.2, fl.4)

⁶⁷⁶ Contou com a presença de várias famílias, de ACT e a participação no concerto da sua esposa, Vera da Cunha Teles

ANEXO IV – FOTOGRAFIAS



Fotografia 2. Alexandre da Cunha Teles e a família, Funchal, 1908 (c.)
(Fonte: Fotografia *Vicentes* (?), Col. dos Herdeiros, pub. in *Islenha* n.º 48, jan. - jun. 2011, Funchal, DRAC, p. 39, ilha da Madeira.)⁶⁷⁷

⁶⁷⁷ Com uma tia, a mãe e o pai general Norberto Jaime Teles, a tia Júlia Teles Vasconcelos e o marido Juvenal Raimundo Vasconcelos.



Fotografia 3. Alexandre da Cunha Teles, 1912 (c.)
(Fonte: Col. dos Herdeiros, pub. in *Islenha* n.º 48, jan. - jun. 2011, Funchal, DRAC, p. 39, ilha da Madeira.)⁶⁷⁸

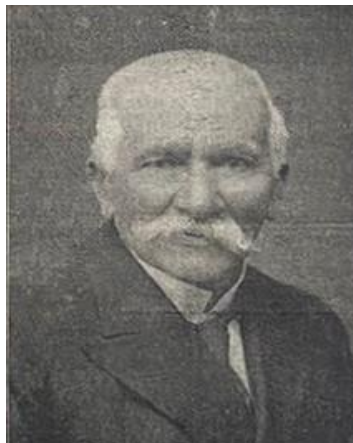
⁶⁷⁸ Fotografia de Coimbra ou do Funchal.



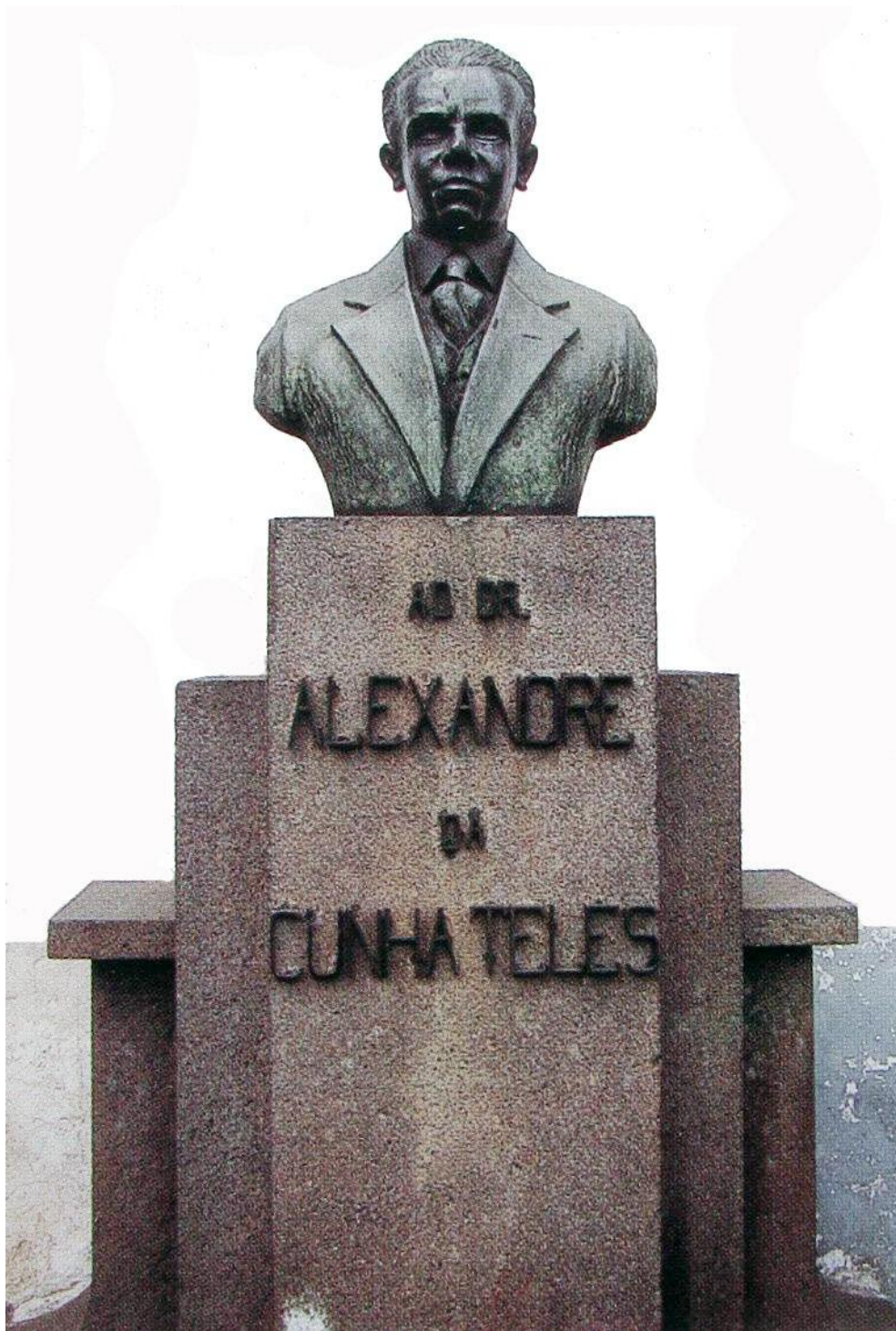
Fotografia 4. Admitidos do antigo Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal em 1905.
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, Cx. 10)



Fotografia 5. The 95 Orfhans of the Asilo de Mendicidade Madeira.
(Fonte: Arquivo CEHA, Fotografia de 1920 (c.))



Fotografia 6. Norberto Jaime Teles (1852-1936)
(Fonte: “General Norberto Jaime Teles”, *O Jornal*, 31 outubro 1936 p.1)



Fotografia 7. Figura em Bronze do Dr. Alexandre da Cunha Teles
Bronze de Agostinho Rodrigues (1913-), inaugurado a 14 de maio de 1939.
Abrigo de Nossa Senhora da Conceição, antigo Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal.



Fotografia 8. Pintura de Marta Teles
(Fonte: Exemplar exposto no Solar do Aposento 24Mai.-30Jul.2022)



Fotografia 9. Pintura de Marta Teles de sua mãe a cantar
(Fonte: Exemplar exposto no Solar do Aposento 24Mai.-30Jul.2022)



Fotografia 11. Pintura de Marta Teles
(Fonte: Exemplar exposto no Solar do Aposento 24Mai.-30Jul.2022)



Fotografia 10. Pintura de Marta Teles
(Fonte: Exemplar exposto no Solar do Aposento 24Mai.-30Jul.2022)



Fotografia 12 Primeiro Corpo Docente da Academia de Música da Madeira com Vera Cohen Cunha Teles
(Fonte: ABM, *Espólio LPC*, cx. 43, n.º 1044-1, *Exposição 75 Anos do Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira*, Eng.º Luiz Peter Clode)



Fotografia 13 Docentes e alunos da Academia de Música da Madeira com Vera Cohen Cunha Teles
(Fonte: ABM, *Espólio LPC*, cx. 43, n.º 1044-32 - *Exposição 75 Anos do Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira*, Eng.º Luiz Peter Clode (1946-2021))



Fotografia 14. Dr. António de Oliveira Salazar e Dr. Mário de Figueiredo com um grupo de advogados no Monte Palace Hotel

(Fonte: ABM, Espólio Vicente's, nº 5224, Cx. 73, n.º 2)⁶⁷⁹

⁶⁷⁹ Segundo a descrição efetuada pelo ABM da fotografia, “estão sentados no chão, à esquerda, o Dr. Elmano Vieira, à direita, o Dr. Frederico de Freitas. Estão sentados nas cadeiras, da esquerda para a direita encontram-se, em segundo lugar, o Dr. António de Oliveira Salazar, seguido do Dr. Alexandre da Cunha Teles e do Dr. Mário de Figueiredo. Em pé, da esquerda para a direita: em segundo lugar está o Dr. Gastão Carlos de Deus Figueira, seguido do Dr. Heliodoro de Sousa, Dr. Juvenal Henriques de Araújo, Dr. Álvaro Cristóvão do Nascimento Figueira, Dr. Manuel Pestana Reis e Dr. João Cabral do Nascimento”.



Fotografia 15. Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohen da Cunha Teles e os filhos
(Fonte: ABM, Espólio JCN, cx.1, n°18)⁶⁸⁰



Fotografia 16. Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohen da Cunha Teles e os filhos
(Fonte: fotografia *Vicentes* (?), Col. dos Herdeiros, pub. in *Isleña* n.º 48, jan. - jun. 2011, Funchal, DRAC, p. 39, ilha da Madeira)⁶⁸¹

⁶⁸⁰ Segundo a descrição do ABM, “*Eugénia Cohen da Cunha Teles (sentada), Marta Cohen da Cunha Teles (de pé), D. Anne Kristine Stephanie Wera Berangere Cohen da Cunha Teles (sentada); Otilia da Cohen da Cunha Teles (de pé); Louise Margarida Cohen da Cunha Teles (de pé) e António da Cohen da Cunha Teles (sentado)*”.

⁶⁸¹ A partir da esquerda com Marta, seguido de Louise, Otilia, a mãe, Eugenia a direita e António.

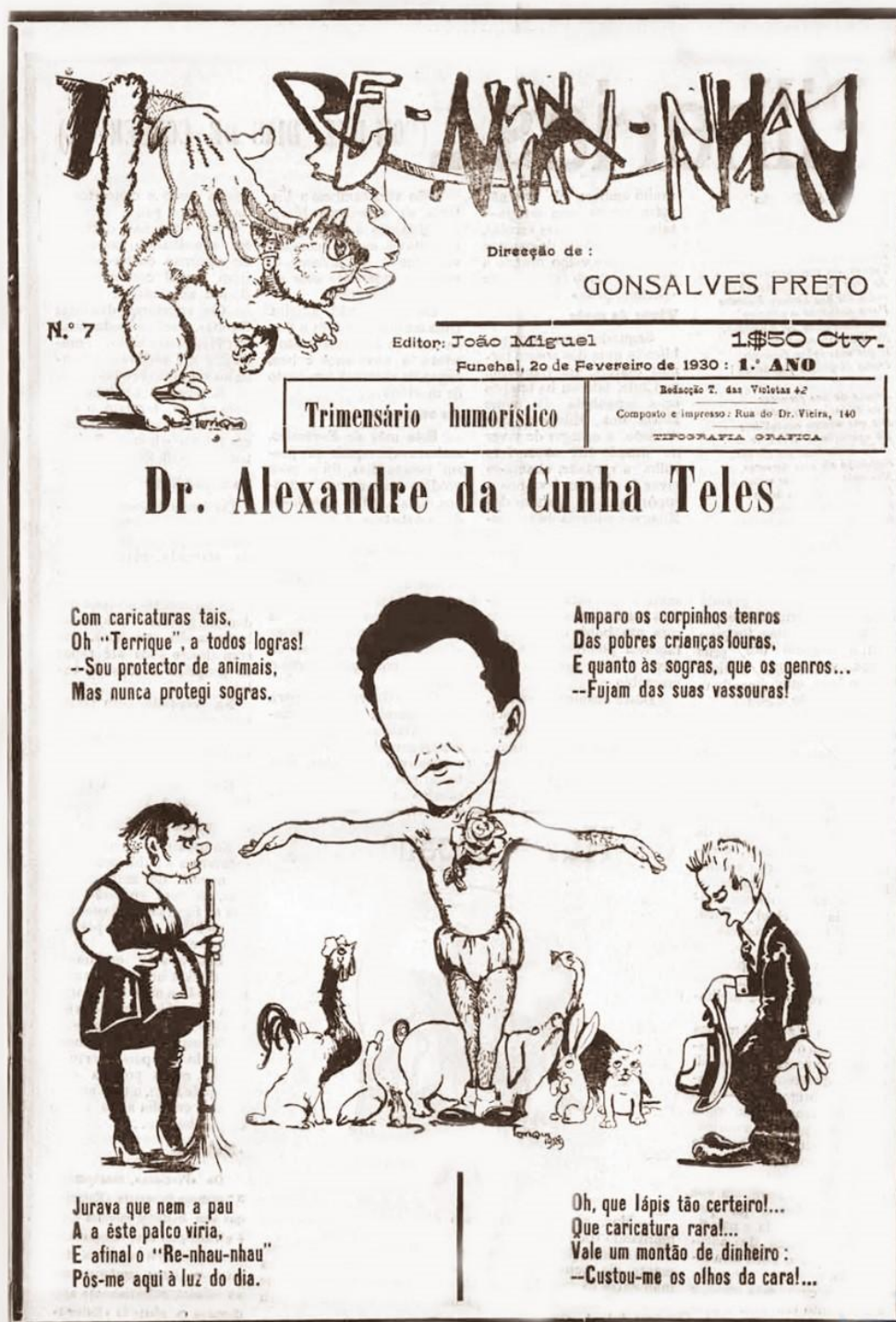


Fotografia 17. Alexandre da Cunha Teles
(Fonte: ABM, Espólio AINSC, cx.10)



Fotografia 18. Cortejo Fúnebre de Alexandre da Cunha Teles
(Fonte: ABM, Espólio Figueiras nº 661, Cx. 31, n.º 18)

ANEXO V – ILUSTRAÇÕES



RE-NHAU-NHAU

N.º 7

Direcção de :
GONSALVES PRETO

Editor: João Miguel **1\$50 Ctv.**
Funchal, 20 de Fevereiro de 1930 : **1.º ANO**

Redacção 7. das Violetas 42
Composto e impresso: Rua do Dr. Vieira, 140
TIPOGRAFIA OPTICA

Trimensário humorístico

Dr. Alexandre da Cunha Teles

Com caricaturas tais,
Oh "Terrique", a todos logras!
--Sou protector de animais,
Mas nunca protegi sogras.

Amparo os corpinhos tenros
Das pobres crianças louras,
E quanto às sogras, que os genros...
--Fujam das suas vassouras!

Jurava que nem a pau
A a este palco viria,
E afinal o "Re-nhau-nhau"
Pôs-me aqui à luz do dia.

Oh, que lápis tão certo!...
Que caricatura rara!...
Vale um montão de dinheiro :
--Custou-me os olhos da cara!...

Ilustração 1. "Dr. Alexandre da Cunha Teles", *Re-nhau-nhau*, nº 7, 20-02-1930, p. 1.

Nas garras do



N.º 39



Junção do Ivo

Gravi do Malho

O Dr. Alexandre da Cunha Teles, em cujo cãpo foi «cunhada» uma condicoçao, no momento ultra-solene de recebe-la das mãos de Raul Teves, mormurando baixinho: «ela é côco»...



Junção do Ivo

Grav: do Perreira

Alvaro Sá Gomes, que segundo as noticias dos jornais, vai em breve deixar o «Casino Victoria» e o seu proximo substituto, Engenheiro Cunha Rego, que chora indignadamente a saída de tão «preclaro home»...

Ilustração 2. *Re-nhau-nhau*, nº 39, 24-01-1931, p. 8.

RE-NHAU-NHAU

Direcção de:
GONSALVES PRETO

N.º 45

EDITOR—João Miguel
Funchal, 26 Março de 1931

1850 Ctv.
ANO II

Redacção—Rua do Esmeraldo n.º 28-L.
Composto e impresso: Rua do Sabão, 72—2.º
Propriedade da MADEIRENSE EDITORA Lda.

TRIMENSÁRIO HUMORISTICO

Entre a espada e a parede ...

Des. de Terrique

Grav. de Majo

«Re-nhau-nhau» immortaliza hoje os Srs. Dr. Cunha Teles e José Marceliano da Silva Pereira, puxando cada qual a braza à sua sardinha ... Enquanto o primeiro aconselha a «liquidação imediata» do Banco, o segundo esforça-se pela liquidação demorada ... E, ZÉ POVINHO, no fim da «liquidação» é quem fica «liquidado» ...

Ilustração 3. “Entre a espada e a parede...”, *Re-nhau-nhau*, nº 45, 26-03-1931, p. 1

HAJA SAÚDE



«Re-nhau-nhau» apresenta hoje o pessoal que esteve adido ao Hospital de Sangue, sob a regencia do Dr. Cunha Teles. São elas: as «grilas-Guides»: D. Ida Delgado Faria, D. Georgina Nunes, e a «chefa» das «escuteiras». E eles: Dr. Americo Durão, Victor Kaladin e Abreu Gomes.

Ilustração 4. “Haja Saúde”, *Re-nhau-nhau*, nº 48, 15-05-1931, p. 8



Ilustração 5. “Os Vanguardistas”, *Re-nhau-nhau*, nº 68, 01-12-1931, p. 1



RE-NHAU-NHAU

Direcção de: **GONSAVES PRETO**

EDITOR—**João Miguel**

Propriedade de RE-NHAU-NHAU
Funchal, 14 de Junho de 1933

TRIMENSÁRIO HUMORISTICO

Redacção—Rua do Esmeraldo n.º 28-I.
Composto e impresso: Rua do Dr. Vieira, 140

DANDO OS PEITOS . . .



Des. de Ivo

Grav. de Pereira

O Dr. Alexandre da Cunha Teles, pai encartado do Asilo e ama seca e molhada da nossa praça, dando na festa do «Savoy» o precioso sumo dos seus alentados seios, aos pequenos do Asilo.—filhos dilectos das próprias entranhas...

Ilustração 6. “Dando os peitos...”, *Re-nhau-nhau*, n.º 120, 14-06-1933, p. 1



Ilustração 7. “Os que se divertem...”, *Re-nhau-nhau*, nº 143, 22-02-1034, p. 8

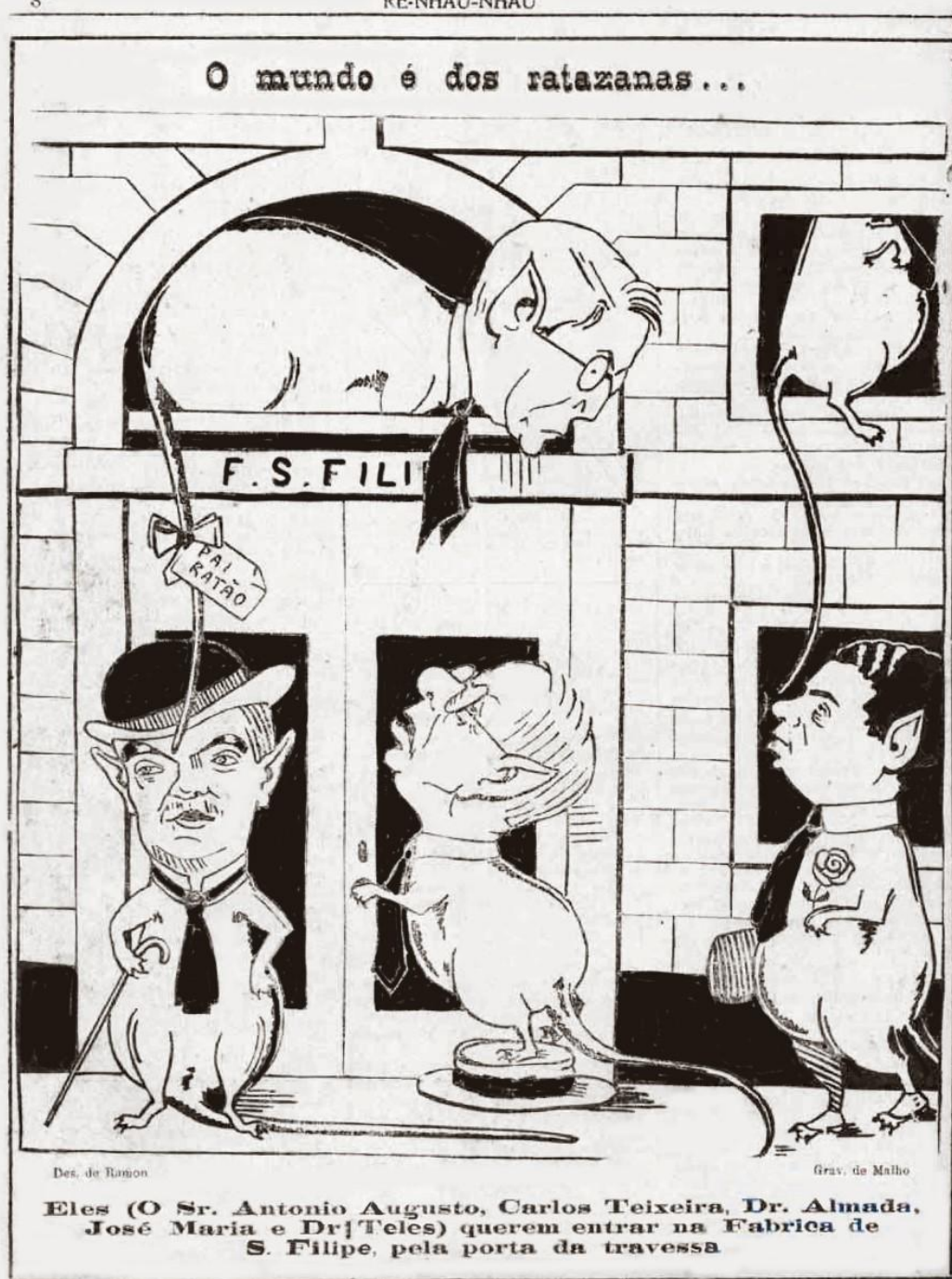


Ilustração 8. “O mundo é dos ratazanas...”, *Re-nhau-nhau*, nº 158, 24-07-1934, p. 8